

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O FETICHE DAS COMPETÊNCIAS.

Um estudo crítico dos princípios da formação da força de trabalho na atualidade

Daniel Alvares Rodrigues

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do centro de educação e Ciências Humanas da Universidade federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutor em Educação - área de Concentração: Fundamentos da Educação

Orientador: Prof. Dr. Amarílio Ferreira Júnior

São Carlos, 21 de março de 2007.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

O FETICHE DAS COMPETÊNCIAS.

Um estudo crítico dos princípios da formação da força de trabalho na atualidade

Banca examinadora:

São Carlos, 21 de março de 2007.

Professor e orientador Amarílio Ferreira Jr., Dr.

Universidade Federal de São Carlos

Prof. José Claudinei Lombardi, Dr.

Universidade Estadual de Campinas

Profa. Maria Denise Guedes, Dra.

Universidade Estadual Paulista

Prof. João dos Reis da Silva Jr., Dr.

Universidade Federal de São Carlos

Profa. Roseli Esquerdo Lopes, Dra.

Universidade Federal de São Carlos

AGRADECIMENTOS

Todo o trabalho envolve uma série de relações, determinações e até sacrifícios. Estas páginas de agradecimentos carregam sentimentos, racionalidades, mas, antes de tudo, a clareza de que é impossível a realização de um trabalho de tese sozinho, por mais que os momentos tenham sido passados na solidão do trabalho reflexivo. Um trabalho quase artesanal. Assim, dentro de um mundo cada vez mais fetichizado, os agradecimentos são uma maneira de espantar as coisificações e fragmentações reinantes neste processo de trabalho e até no seu resultante.

Um mundo invertido, em que as coisas são mais importantes do que os seres humanos na relação com seu ambiente, com a natureza. Por isso, meu primeiro agradecimento é para aqueles que constroem o mundo, revelam o mundo, lutam para a sua transformação, desde os estudiosos, desvelando os mistérios da contradição humana, até os lutadores nos mais recônditos dos quatro cantos do mundo.

Assim vêm à mente, como num ‘clip’ sem música, a família, os colegas de trabalho e de estudos, professores, militantes, cada um contribuindo à sua maneira. Todos que participaram desse processo, diretamente ou indiretamente, sintam-se sinceramente agradecidos, cada um com uma parte do que foi escrito, ‘deletado’, reescrito, corrigido, revisado e, finalmente, apresentado.

Estes agradecimentos têm identidades, que quero percorrer, citando alguns nomes. A Lau, companheira que teve que olhar e me acalantar nos momentos mais complicados. Aos filhos Laura e Rafael, que entrevistaram diretamente em inúmeros momentos decisivos, apontando para um mundo enorme e com um sol brilhando lá fora, esperando um tempo melhor e maior por parte de seu pai. Meus pais, Clóvis e Suleni, que sempre, mas sempre mesmo, estiveram presentes e preocupados comigo, junto com minhas irmãs Elizah, Graciema e suas famílias, presentes em pensamento, inclusive à hora da defesa. Meus irmãos Zezinho e Ivanildo, sempre de perto e em ‘alto astral’. À minha nova família de Catende, Miguel e Maria José, e todos seus filhos, netos e bisnetos, que me acolheram.

Aos lutadores do movimento, do partido, ‘novo em suas formalidades’, mas herdeiros das tradições esquerdistas internacionais que estiveram perto dos meus ‘nãos’ em nome de um momento de reflexão crítica sobre a realidade. Henrique, Inaldo, Sérgio, Nenê, Mônica, Albanise, Ymira, Zé, Cezar, que deram preciosas contribuições. Aos companheiros de muitas lutas, Cláudio, Antônio, Luciano. Aos companheiros do sindicato dos professores, da ADUFEPE, Evenildo, Ângela, Marieta, Roberta, Bete, Airton, Débora, também pelos incentivos literários, e

muito mais gente. Aos companheiros de Departamento, que, em primeira hora, abonam meu afastamento, em nome dos quais cito Ramon, que assumiu também a co-orientação do trabalho. E ao povo do Jorge: Mufula, Feliz, Zé Maria, Heitor.

Ao Amarílio, também orientador. Aos professores da UFSCAR, João Virgílio, Antônio, Ester, Alexandra. A todos os funcionários que facilitavam a nossa vida. Aqui lembro dos amigos que participaram da nossa vida familiar em São Carlos, que foi de uma marca para toda vida: Marcelo, Yara e filhos; Ana e filha; Manuel, Lourdes e filhos; Denise e filho; Kléber, Clara e filha; e todos os demais colegas, companheiros leais, não só com nossa amizade, mas com a luta do povo.

À banca que compõe fundamentalmente o desfecho deste trabalho. Ao professor Zezo, que foi um mestre para aprofundarmos o materialismo dialético. João do Reis, que contribui também na qualificação. Denise, com toda sua determinação. E a professora Roseli, que tenho o prazer de conhecer nesta hora tão importante da nossa vida acadêmica. O meu muito obrigado à Vicentina, muito mais que revisora dos textos, uma companheira. Por fim, o meu obrigado ao povo brasileiro, que propiciou, através dos impostos, uma bolsa, mesmo que parcialmente para a realização do doutorado.

Se me olvidei de alguém nesse lapso de tempo que escrevo, peço perdão. Não foi proposital, apenas um momento de fadiga. Um grande abraço. Muito obrigado, do fundo do meu coração.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO.....	8
BLOCO UM	25
Divisão do trabalho, pressuposto fundamental para entendermos a formação para as competências	25
CAPÍTULO I - Primeira aproximação junto aos clássicos.....	26
I.1. Adam Smith e seu crítico Karl Marx	26
I. 1. a. A formação dos trabalhadores por Smith	29
I. 1. b. Marx e a divisão do trabalho.	34
I. 2. A combinação e o isolamento como elementos constitutivos da divisão social do trabalho.	40
I. 3. Durkheim e a divisão social do trabalho.	47
I. 3. a. A especificidade da construção do conceito de educação	54
Capítulo II. A divisão social do trabalho numa visão mais contemporânea.....	57
II. 1. A sociologia do trabalho repercute a divisão do trabalho.....	57
II. 2. Gorz: dois momentos e um só método(?)	65
II. 2. a. Sobre a “Crítica da Divisão do Trabalho”	66
II. 2. b. Os ventos do antimaterialismo dialético em Gorz	71
II. 3. Hirata e as várias divisões do trabalho.....	76
II. 4. Fechando o bloco da divisão social do trabalho.	85
BLOCO DOIS	93
A FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ENQUANTO MERCADORIA	93
CAPÍTULO III. A MERCADORIA ESPECIAL	95
III. 1. A composição da força de trabalho	102
III. 2. a. O trabalho abstrato e trabalho concreto	103
III. 2. b. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo.....	108
III. 3. Submeter os trabalhadores para retirar a mais-valia.....	117
III. 4. A diminuição da taxa de utilização - e seu valor de uso - das mercadorias, em especial a força de trabalho: a contribuição de Mészáros	124
III. 5. Fetichismo da mercadoria força de trabalho.....	130
III. 6. O segundo momento de aproximação da competência, via força de trabalho	134
BLOCO TRÊS - O MODELO DE COMPETÊNCIAS: UM FETICHE	138
CAPÍTULO IV - Caracterizando as competências.....	143
IV. 1. Alguns antecedentes: as várias visões sobre qualificação.....	143
IV. 2. A crise do capital e a necessidade de superação: os pressupostos da lógica da qualificação ao modelo de competências	146
IV. 3. A transição da qualificação para o modelo de competências: de um fetiche para outro.	158
IV. 4. Conceitos que começam a serem firmados sobre competências.....	161
IV. 5. A internacionalização das competências a partir do relatório Delors	163
IV. 6. Os alicerces sobre a concepção de trabalho para o modelo das competências	166
IV. 6. a. A flexibilidade necessária para responder ao ‘novo’ trabalho: os eventos.....	171
IV. 6. b. Comunicação como a superação da divisão social do trabalho, dos conflitos.	179

IV. 6. c. Serviço - O desaparecimento dos proprietários dos meios de produção, dos trabalhadores e das transformações dos sujeitos do capital.....	181
Capítulo V - O feitiço do capital ou do capitalista contra os trabalhadores	184
V. 1. A sociedade da informação é a sociedade da organização	186
V. 2. Fomentar a precarização para manter a estabilidade - a flexibilidade tem sobrenome ..	190
V. 3. A autonomia depende de uma boa administração; o saber ser	195
V. 4. Sobre o saber fazer.....	200
V. 5. A importância do controle do capital versus autonomia	203
V. 6. O controle versus competência.....	205
V. 7. A Certificação de competências profissionais.....	207
V. 8. Seleção por competências: prepare-se para a batalha!	219
V. 9. Sistemas de controle: o exemplo do ISO 9001.....	222
V. 10. Resignificar: a força do modelo hegemônico.....	231
V. 10. a. Hipóteses sobre as bases resignificantes: a retração do movimento sindical.....	240
V. 10. b. O fim da URSS e a crise do socialismo	242
V. 10. c. O subjetivismo	243
V. 10. d. A impossibilidade de resignificar o capitalismo para os trabalhadores	244
V. 10. e. O caráter polissêmico das competências.....	246
V. 11. Concluindo o bloco: competências, um fetiche do capital	247
VI - CONCLUSÕES	252
A divisão do trabalho, uma condição da formação pelas competências.....	253
Mercadoria que se produz, que se compra e que se vende.	256
A transição na formação da força de trabalho	257
Fetiche.....	259
Modelo de competências, o fetichismo.....	261
VII – BIBLIOGRAFIA UTILIZADA.....	267

RESUMO

A tese consiste na crítica do modelo ou noção de competências, considerando-a como um fetiche, fundamental para alcançar os objetivos do capitalismo. Este trabalho recupera a formação da força de trabalho sob a lógica do modelo das competências e sua imbricação com as necessidades do capital. Fundamenta-se em dois grandes pilares, a saber: a divisão do trabalho e o entendimento da força de trabalho enquanto mercadoria especial. Nega a neutralidade do modelo e aponta como este procede à inversão dos elementos componentes das competências, como autonomia, criatividade, saber ser, coisificando a capacidade laboral diante do submetimento e controle (subsunção) da força de trabalho para extração da mais-valia por parte do capital. Portanto, vê a ressignificação das competências em favor dos trabalhadores como um projeto inatingível. As categorias desenvolvidas no materialismo dialético que utilizamos contribuem para desmistificar o modelo como a única alternativa de formação da classe trabalhadora.

ABSTRACT

The thesis consists in the criticism of the model or notion of competences, considering it as a fetish, fundamental to achieve the objectives of the capitalism. This research recovers the formation of the work force on the logic of the model of competences and its imbrication with the necessities of the capital. It bases itself on two great pillars, that is: the work division and the comprehension of the work force as especial merchandise. It denies the neutrality of the model and points out how it proceeds in the inversion of the composed elements of the competences, as the autonomy, creativity, know how to be, reducing to an object the labor capacity before the submission and control (regulation) of the work force to extract profits by the capital. Then, the re-meaning of the competences in favor of the workers is seen as an unreachable project. The categories developed in the dialectical materialism, which we use, contribute to demystify the model as the unique alternative of the working class formation.

INTRODUÇÃO

Este estudo procura analisar criticamente as premissas da formação da força de trabalho sob a lógica do modelo das competências e sua imbricação com as necessidades do capital. Define este modelo como um fetiche, fundamental para alcançar os objetivos do capitalismo. Nega sua neutralidade diante da exploração da força de trabalho para extração da mais-valia. Por esse motivo, vê a ressignificação das competências em favor dos trabalhadores como um projeto inatingível.

Para nós, é necessário não só olhar a sua lógica interna e suas contradições, mas localizá-la dentro do próprio capitalismo¹. Buscamos, assim, na organização societária, o alicerce para desvendar a forte e misteriosa apologia ao modelo de competências, ou mesmo a sua ressignificação. Encontramos nosso fundamento em dois grandes pilares, a saber: na divisão do trabalho e no entendimento da força de trabalho enquanto mercadoria. As categorias desenvolvidas no materialismo dialético que utilizamos contribuem para desmistificar o modelo como a única alternativa de formação da classe trabalhadora, repetindo o ‘mantra’, parafraseando Fukuyama, sobre o fim da história.

Neste trabalho, objetivaremos colocar o modelo de competências, em suas variantes, como uma prática do capital em seu favor. Um dos brilhantes defensores deste modelo assinala a imbricação deste com o modo de produção atualizado, como uma das vias da efetivação das mudanças atuais, sendo a outra, a “*agitação econômica por precarização*” (ZARIFIAN, 2002, p.65)². O modelo das competências é parte componente do capital em sua afirmação como política contratendencial, no caso específico, enfrentando a queda da taxa de lucro, ou seja, das políticas do capital para saída de sua crise.

Um elemento central que deve ser entendido na formação da força de trabalho dentro do capitalismo é a crise cíclica³ que a burguesia enfrenta quando há uma forte queda da taxa de lucro

¹ ‘Sistema capitalista’ é uma expressão que denota a totalidade das relações capitalistas. Não deve ser vista como um sistema dado e imutável, naturalizado de tão poderoso na história moderna dos homens. Portanto, a questão do modelo atual das competências também deve ser entendida na história do capitalismo e na sua especificidade atual. “*Concebemos a realidade não como um sistema estruturado em si mesmo, mas como uma totalidade histórica, socialmente construída*” (CIAVATTA, 2001, p.128).

² Zarifian aborda que o modelo de competências é distinto da política neoliberal, apesar de esta assumir como parte de suas práticas. No nosso entendimento, as competências não estão separadas do movimento hodierno do capitalismo.

³ “*O ciclo econômico consiste, assim, na aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação*” (MANDEL, 1985, p. 75).

dos capitais, propiciada justamente por um processo produtivo descontrolado, desregrado no seu todo. A concorrência entre os capitais e a necessidade de aumentar os lucros convergem para um processo inusitado à humanidade em outros tipos de organizações societárias: o produzir cada vez mais a fim de retirar seus lucros anarquicamente – um problema fundamental. É a crise da superprodução, baseada na contradição do próprio capitalismo de produzir cada vez mais socialmente e com uma apropriação da riqueza produzida de forma cada vez mais privativa.

Alguns autores trataram este tema, como Mandel. Ele baseia-se em Marx e aponta os mesmos princípios contidos no simples, mas vultoso Manifesto do Partido Comunista, quando aborda a crise da superprodução e os movimentos de saída do processo cíclico destrutivo e, conseqüentemente, regenerador do próprio movimento de acumulação do capital. Este é o movimento político-econômico em que nos baseamos para o entendimento dessa crise mundial. É neste bojo que o modelo de competências se apresenta, contribuindo enquanto saída conservadora da crise.

Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução.(...) De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos (MARX, s/d, 26).

A forma com que se realiza a destruição de parte das forças produtivas, incluída a força de trabalho – com o fechamento de fábricas, desemprego de milhares de trabalhadores, substituição por máquinas –, demonstra a atualidade desse movimento cíclico. A necessidade da conquista de novos mercados e a intensificação na exploração dos antigos, incluindo a força de trabalho, vão apresentar as novas necessidades impostas aos trabalhadores, submetidas ao aumento de produtividade, sem “abrir mão” do controle do processo produtivo.

No nosso entendimento, as competências respondem a esse movimento cíclico. Portanto, tornam-se uma prática e uma visão de formação dos trabalhadores cada vez mais presente na atualidade. Uma realidade, mesmo que sob o manto do fetiche, ganha força na Europa nos anos 1980, especialmente, no final desta década e no início dos anos 1990 (TOMASI, 2004), que é a retomada hegemônica, enquanto resposta à crise do capital atual, através de políticas chamadas de neoliberais. A lógica das qualificações, antecessora das competências, também responde a um

movimento do capital, anterior ao vivido hoje, e na preocupação do pós-guerra de formar sua força de trabalho, na intensificação do taylorismo. Em nossa compreensão, devemos vincular o entendimento das necessidades para constituição da força de trabalho no capitalismo, com suas fases e subfases, que são expressões dos movimentos da burguesia em contradição com os trabalhadores, inclusive na organização do Estado. Como exemplo, temos o trabalho de FRIEDMANN, em conjunto com NAVILLE (1992), um verdadeiro marco teórico na questão da qualificação, pois aponta a relação entre o modelo da organização do capital e a formação da mão-de-obra. TOMASI (2004) vai apontar como o modelo de qualificações vai se transformando em modelo de competências⁴.

Escolhemos o modelo de competências⁵ por ser a estrutura mais acabada e com grande inserção no discurso e prática do capital e, inclusive, dos movimentos sociais, na construção do perfil do ‘novo’ trabalhador, dentro da chamada reestruturação do processo produtivo, mesmo considerando que outros formatos ainda subsistem, em alguns setores, fortemente e contemporaneamente ao lado das cobranças atuais⁶. Essa formatação da formação da força de trabalho ocorre com alta frequência na área de trabalho mais próxima do capital. Lugar este que até se confunde com os donos do capital – muitas vezes, estes também são acionistas importantes da empresas que trabalham–, como matriz das cobranças que concerne à totalidade da força de trabalho. Este patamar coincide muitas vezes com as necessidades da atuação dos gerentes, com inúmeras exigências para exercer as mais variadas atividades no processo de produção e reprodução do capital. Um dos mais importantes executivos (CEO) da Werner Lambert Company, aborda, francamente. “*É típico que a mudança cultural seja desencadeada de cima*

⁴ No nosso entendimento, vão se agregando, mas num movimento de dominação no que há de mais atual na composição da força de trabalho, assim como ocorre no processo de acumulação do capital. Buscando essa relação, apontamos Mandel: “*a acumulação primitiva de capital e a acumulação de capital através de mais-valia não são apenas fases sucessivas da história econômica, mas também processos econômicos convergentes” (MANDEL, 1985, p.30).*

⁵ Existem quatro expressões que serão utilizadas como sinônimos nesta tese: competência - no singular -; competências - no plural -; noção de competências e modelo de competências. Todas têm o mesmo fundamento prático e teórico. O que diferencia é que a primeira compõe a origem a partir do senso comum, depois, no plural, carrega uma idéia geral. A noção firma uma concepção teórica e a última, o modelo, a sua aplicabilidade a partir das anteriores.

⁶ “*A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Nas espécies animais inferiores só se podem compreender os signos denunciadores de uma forma superior, quando essa forma é já conhecida. Da mesma forma a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga, etc. Mas nunca à maneira dos economistas que suprimem todas as diferenças históricas e vêem em todas as formas da sociedade as da sociedade burguesa*” (MARX, 1974, p.234).

para baixo, a partir do executivo principal, mas ela é de fato concretizada de baixo para cima” (GOODES, 1999, p.238).

O Brasil também não foge aos ditames das modificações do movimento do capital, o modelo de competências, que “*é, antes de tudo sensível aos novos dados da concorrência internacional*” (ZARIFIAN, 2002, p.72). A inserção brasileira neste movimento mundial terá seu ritmo e indissiocrasia, com características específicas e tempos específicos. Porém, mover-se-á dentro das determinações hegemônicas do capital dominante, inclusive na formatação de força de trabalho, que é caracterizada sob a lógica do modelo das competências, de forma incipiente, mas incisiva.

O tema é simples, até simplório, mas tem o mérito de ser claro: o desenvolvimento e a mobilização das competências (e não das tecnologias, nem das estruturas organizacionais ou dos níveis de salários) farão a diferença no seio da competição (ZARIFIAN, 2002, p.72/3).

Esse movimento não se atém a uma fábrica ou à escola. Ele é hegemônico na sociedade em suas diversas especificidades. As informações – alguns textos acadêmicos, os jornais, a televisão – batem na mesma tecla incessantemente: você precisa ter competência para ser alguém no mercado de trabalho. A competência, o novo jeito de ser, um fetiche, abala os sentimentos. Para alguns, serve para exibir seu orgulho, quando batem no seu próprio peito e dizem: ‘eu sou competente!’ Para outros, passa a ser seu ‘karma’. Afinal, o capital coloca como necessária, subsumida ao modelo de competências, a formação da força do trabalho para o capital.

Na academia, com frequência, ouvimos que professor fulano é competente. Padrão? Sim, buscando com calma, veremos um padrão de definição de vários comportamentos e práticas, indo das ações no trabalho, comportamentos nos intervalos, jeito de falar, de fazer amigos, até o jeito de se vestir. Por incrível que pareça, tudo isto cabe no conjunto do que se fala sobre competências.

Ao mesmo tempo, outros signos começam a se consolidar, apresentando a contradição do modelo de formação da força de trabalho: o desemprego, a empregabilidade, o fim do trabalho, e tantos outros ditos contraditórios. ‘É preciso ter competência para crescer no trabalho’, mas que trabalho? É dentro desta miscelânea que nos encontramos e queremos, aqui, nesta parte do trabalho, arrecadar estas idéias, enfrentando-as no decorrer da tese, na busca além da aparência, ou, como baliza Kosik, da pseudoconcreticidade:

No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença que separa fenômeno e essência desaparece (KOSIK, 1973, p.12).

Num primeiro momento, o modelo das competências diante do crescimento do desemprego, por exemplo, é tão forte que aparentemente o seu objetivo exclusivo passa a ser somente o de esconder a realidade, que não passa de grande jogada de marketing do próprio capital em crise. Verdade? Sim, em termos. No processo, veremos que esta é uma aparência, mas que compõe a realidade, afirmando-a e distorcendo-a ao mesmo tempo ou, pelo menos, enublado-a.

Ao mundo dos fenômenos externos, que revelam a superfície dos processos, a práxis fetichizada e o mundo das representações, que não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens (CIAVATTA, 2001, p.130).

Nosso mergulho no modelo das competências teve como finalidade não só a percepção de seu fenômeno, mas a busca de suas raízes. Também não se ateve apenas ao seu próprio movimento em definição, mas nas categorias que a fundamenta enquanto preparação da força de trabalho, enquanto mercadoria, dentro da divisão capitalista do trabalho. São muitos os trabalhos sobre a competência. Dois pólos muito claros e um sem número de gradações. De um lado, a caracterização de que o mesmo modelo é só uma ação no campo ideológico. Noutra, uma afirmação da prática deste modelo como algo inexorável ao desenvolvimento da humanidade. Como dissemos, existem importantes mediações que vão demonstrar diferentes interpretações para este fato.

Enfrentamos algumas interpretações relevantes, desde a afirmação de que a competência deve buscar um grande pacto entre o capital e o trabalho, até àquelas que apontam para uma resignificação do modelo na defesa dos trabalhadores. Neste revisar a teoria, encontramos trabalhos importantes que recuperam o histórico das competências, como o de Ramos (2001), Tanguy & Ropé (2004), Tomasi (2004), com uma visão crítica às competências; Zarifian (2001 e 2002), Brígido & Steffen (2002), com uma disposição de humanizar a lógica do capital, e, por último, Dutra (2004) e Fleury & Fleury (2006), abertamente defensores do capital, além de muitos outros que trataram do assunto sob outros prismas.

Sentimos duas grandes lacunas nos trabalhos estudados. Mesmo não proibindo, nem obscurecendo a crítica de alguns ou a afirmação às competências, não apontavam para alguns

elementos fundantes dos processos de formação da força de trabalho, nos nossos estudos.

Um primeiro déficit é a não localização das competências enquanto parte da expressão da divisão do trabalho. Pelo contrário, os mais próximos do capital afirmam que, com as novas formas de produzir e com o desenvolvimento das competências, está ocorrendo o fim da divisão do trabalho, definindo o trabalhador como um associado ao capital ou como aquele que tem a visão da produção como um todo. Portanto, a divisão do trabalho perderia seu sentido na explicação da formação da força de trabalho. Para enfrentar essa lacuna, buscamos os clássicos, como Smith, Marx e Durkheim – com suas posições distintas, mas afirmativas sobre a existência da divisão do trabalho –, trazendo até os mais contemporâneos que tratam do assunto, para servir de alicerce no debate sobre competências. Eles apontam para o aumento da divisão do trabalho, possibilitando a reprodução do capital de forma mais radical em seus fundamentos: de apropriação particular da riqueza produzida socialmente.

A segunda lacuna é a não explicitação da força de trabalho enquanto uma mercadoria, e todas as conseqüências teóricas e práticas decorrentes dessa perspectiva. Aqui, apresenta-se uma contradição fundamental. Enquanto o capital canta loas para a preparação do trabalhador com um todo, devemos ter bem claros que esse interesse tem como objetivo fundamental moldar a força de trabalho. Impossível, como veremos, efetivar a reprodução do capital sem passar pela ação dessa mercadoria ímpar que possui o trabalhador: a sua própria capacidade de trabalho. Esse segundo alicerce nos dará a possibilidade de localizarmos as competências como o mais novo modelo de formação da força de trabalho, enquanto mercadoria, coisificada, portanto, fetichizada, ainda mais subsumida ao capital.

Para confrontarmos essas inúmeras visões, fomos buscar os fundamentos do próprio capital de forma crítica. Entendemos que a ciência só tem sentido nesta versão. Para tal, ela necessita realizar um processo de aproximação da realidade, não só para diagnosticá-la, mas também para contribuir para a fundamentação da crítica para transformação da realidade, baseada na exploração dos trabalhadores pelo capital. Como conseqüência, partimos desses dois fundamentos: a força de trabalho enquanto mercadoria dentro de uma divisão social do trabalho.

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

O desafio de nos aproximarmos de um objeto complexo, que tem um papel ideológico fundante em sua definição, é um movimento difícil, mas necessário. Muitas vezes, a argumentação da complexidade é colocada como um muro intransponível. Repetem

incessantemente que a única alternativa de olhar para as competências é sua aceitação, ou melhor, a inserção na mesma, encontrando os melhores caminhos para sua realização. Apresenta-se como uma esfinge que nos aborda: ‘decifra-me ou te devoro’!

Por mais obscurecida e colocada como algo inexorável na sociedade hodierna, o papel daqueles que buscam na teoria uma ferramenta para a transformação social é não se deixar levar pelo pensamento único determinista, o qual tenta impossibilitar a ruptura teórica e prática com os instrumentos de dominação e com a própria sociedade capitalista⁷. Não podemos nos esquivar da análise da sociedade usando como justificativa a sua complexidade e sua força ideológica presentes⁸. Esse trabalho vem sendo feito por inúmeros estudiosos, de diferentes colorações ideológicas, analisando minuciosamente a sociedade. O fio da meada está perto das nossas mãos, mesmo junto com o emaranhado colocado à primeira vista. Portanto, não partimos do ‘zero’ e longe de nós a vontade de querermos inventar a roda. Tivemos como princípio para entender as competências imergir no acúmulo de informações e interpretações vigorosas de autores consagrados e experimentados pelo decurso da história, a partir do recurso metodológico da leitura dialética materialista, principalmente no que tange à divisão do trabalho.

Ciavatta aponta, em sua discussão sobre metodologia, a importância desse movimento, definido em sua constituição histórica em que o método da análise é inseparável do próprio objeto de estudo:

Nesta abordagem, a questão metodológica da construção do objeto científico implica a questão epistemológica da reconstrução histórica ou de como logramos nos aproximar da realidade. Implica também a compreensão de que o método não se separa da construção de seu objeto, é ele que o constitui (CIAVATTA, 2001, p.121).

No processo de delimitação do alcance da tese, optamos por fazer um movimento diverso do comumente escolhido, que é o de começar discutindo a própria competência. Não foi por desconsiderar relevante a contribuição dos inúmeros trabalhos realizados, pelo contrário. O que objetivamos é partir de alguns fundamentos importantes para caracterizar a formação da força de trabalho no capitalismo da atualidade. Ir às fontes, às explicações, que não estão preocupadas em

⁷ Nas ‘Teses sobre Feuerbach’ Marx firma a importância da transformação da sociedade. É neste princípio que nos inspiramos para a realização do nosso trabalho: “*XI Os filósofos não fizeram mais que **interpretar** o mundo de forma diferente; trata-se porém de **modificá-lo**”* (MARX, s/d, p.210).

⁸ “*A destruição da pseudoconcreticidade significa que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ele se faz; logo, se desenvolve e se realiza*” (KOSIK, 1973, p.19).

responder ao imediatismo, mas sim, às raízes dos problemas levantados. Este é o objetivo deste trabalho: discutir o modelo das competências a partir das raízes do capitalismo, buscando responder por que a força de trabalho é requerida desta forma, competente, no capitalismo mais contemporâneo. Voltamos atrás para descobrir que algumas respostas estavam plantadas em sua origem, historicamente, na lógica fundante do capital. Essa volta nos propiciou perceber o movimento originário do modelo das competências e sua relação com o todo, com a organização da sociedade vigente, ou seja, a de sua ligação umbilical às determinações sócio-históricas do capitalismo, no que tange à formação de sua força de trabalho. É um movimento junto a pontos históricos com a finalidade de entender o porquê de sua hegemonia, indo além da aparência, da pseudo-autonomia em que o modelo das competências se coloca em relação aos processos de reprodução do capital.

Não podemos, por conseguinte, considerar a destruição da pseudoconcreticidade como o rompimento de um biombo e o descobrimento de uma realidade que por trás dele se escondia, pronta e acabada, existindo independentemente da atividade do homem. A pseudoconcreticidade é justamente a existência autônoma dos produtos do homem e a redução do homem ao nível da práxis utilitária (KOSIK, 1973, p.19).

Essa opção já é uma posição frente às competências. De antemão, é uma postura preliminar, com a qual, no processo de intensa pesquisa, confrontamos as respostas às inquirições colocadas. A postura é assentar que a ‘novedosa’ formação da força de trabalho pelo modelo das competências, dentro do ‘novedoso’ mundo neoliberal, de um ‘novo’ mundo globalizado, é uma alternativa de manutenção da ordem capitalista e saída para a crise de acumulação do capital. Portanto, o modelo das competências para a formação da força de trabalho é uma caracterização importante, mas subalterna à lógica da expropriação do trabalho humano, através da extração da mais-valia e apropriação da maior parte do produto humano por parcelas dominantes e colaboradoras da mesma. Resta a sobrevivência e resistência, por parte dos trabalhadores, dentro dessa lógica que se oferece como se fosse a única opção, imposta pela força, mas também de forma sutil e consensuada, para a maioria das gentes. Construir o objeto de estudo, o modelo das competências, com uma visão crítica, passa por entender e localizar as relações existentes na divisão do trabalho e no aprofundamento da formação da força do trabalho no capitalismo, enquanto mercadoria. “*Neste sentido, conhecer um objeto é revelar sua estrutura social. Esta é a via de construção do conceito de objeto*” (CIAVATTA, 2001, p.130).

Qual o passo inicial no desvelamento e acompanhamento do movimento de definição do modelo de competências? Teríamos algumas opções: o posicionamento desta na organização do trabalho, a lógica fundamental da caracterização da força de trabalho, ou mesmo o próprio processo de trabalho. Optamos, devido aos cortes necessários, realizar um estudo sobre a realidade dentro dos dois primeiros parâmetros, com algumas passagens pelo último. Começamos abordando a divisão social do trabalho como base teórica fundamental na explicação da construção dos processos produtivos.

Nos primeiros estudos, aparecem os defensores da manutenção da ordem, a visão de que a força de trabalho, ou o trabalhador⁹, é, simplesmente, força produtiva. A visão crítica é justamente quando se aponta a força de trabalho e sua formação, conseqüentemente, como parte fundamental componente da expressão das relações produtivas enquanto relações entre os homens. Mais precisamente, entre grupos sociais localizados no processo de produção e reprodução do capital. Essa outra forma de perceber a realidade traz à tona a contradição com o desenvolvimento das forças produtivas. Carrega consigo e explica como este processo está subjugado ao domínio das classes dominantes. Porém, não é só isso: desvenda como os trabalhadores (e outras classes envolvidas) se contrapõem, se desgastam e se insurgem contra a dominação ou são cooptados.

D'outra forma, também de maneira relevante, baseamo-nos na caracterização que Marx faz da sociedade mercantilizada. O autor vai partir da célula primeira, por ele debulhada - a mercadoria -, para buscar o entendimento da complexa sociedade capitalista. Nós, partimos da mercadoria especial, a força de trabalho, suas relações, seu processo formativo, especialmente na atualidade, enquanto formação através da noção de competências. Entendemos que estudar o modelo das competências seria buscar seus determinantes, não só os últimos, da nova fase do capital, mas também os determinantes históricos, não necessariamente num patamar cronológico¹⁰, contudo num movimento que explicasse a lógica das competências a partir de alguns pressupostos fundamentais, como a divisão social do trabalho, bem como a definição da força de trabalho como uma mercadoria.

⁹ Somente depois de Marx, em certa altura de sua obra, é que vai se diferenciar a força do trabalho do próprio trabalhador e, conseqüentemente, diferenciar que o que é remunerado é a força de trabalho e não o trabalho.

¹⁰ Como nos aponta CIAVATTA, o tempo não é algo que possa definir por si só. Essa é uma definição positivista de ciência, no caso, do próprio tempo, um "*tempo reificado que se torna coisas*" (CIAVATTA: 2001, p.126). Perceber historicamente é entendê-los em seus determinantes, em seus nexos. "*Tempo e espaço são categorias fundamentais na localização dos fenômenos e implicam uma nova forma de periodização*" (CIAVATTA: 2001, p.126).

Os dois pilares, no nosso entendimento, são pouco trabalhados pelos autores estudados para responder a questão da natureza do modelo das competências. Esta é a contribuição deste trabalho: entender o modelo das competências dentro desta totalidade. Nosso objetivo é, justamente, apontar, no modelo das competências, como ela se insere na estrutura social, em suas relações de classe, em sua definição da força de trabalho enquanto mercadoria, dentro da divisão do trabalho, entendendo-o enquanto um processo de fetichização. Ou seja, para além de um processo no campo das idéias, com uma base material que coisifica o ser humano, o trabalhador.

O processo de cognição, de aproximação da realidade, fez-nos ancorar nestes dois acúmulos sobre a realidade, de aproximações históricas e teoricamente aprofundadas em clássicos e autores relevantes. Esse foi o sentido do entendimento do objeto: construir uma compreensão crítica ao modelo de competências, este por estar ancorado nas relações capitalistas.

O eixo é a contradição entre a perspectiva de entender a sociedade, o trabalho e, no nosso caso, especificamente, a formação da força de trabalho, como uma relação contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de apropriação da produção e sua continuidade. A base do modelo das competências passa, evidentemente, ao largo da percepção dessa contradição social. Mesmo com toda sua ‘humanização’, sua base teórica, não pode objetivar, nem quer chegar a essa raiz que expõe a formação da força de trabalho antagônica à formação do sujeito omnilateral.

É este o eixo que nos propomos a percorrer pela tese. Trazer elementos fundantes da força de trabalho para a realização da crítica do modelo referido, e, com essa matriz, poder entrar no que é definido do modelo de forma radical, objetivando desnudar os princípios formadores do modelo como princípios reprodutores da radicalidade do capital hodierno.

Por fim, quando nos deparamos com as definições das competências, propriamente ditas, com fulcro nesses fundamentos, vamos enfrentar as várias vertentes defensoras ardorosas, ou não, do modelo das competências, que, sobre estes pilares, somadas mais à crise de acumulação do capital, indicam os caminhos de análise e de enfrentamento da questão das exigências deste modelo. Os pressupostos que elencamos para enfrentar a questão da competência buscamos em vários autores que partiam da própria lógica da competência, resgatando nossa compreensão de aproximação e crítica da realidade, sob o marco teórico do materialismo dialético.

ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Primeiro bloco. A primeira marca está na fundamentação da divisão social do trabalho¹¹. É no primeiro bloco que abordamos dois elementos. Um primeiro, olhando a partir das caracterizações da divisão social do trabalho, constatando a sua atualidade. Mesmo nos clássicos pró-capital não se apresentam elementos para dizer de sua obsolescência. Ou seja, a divisão social do trabalho está cada vez mais forte e importante no mundo moderno, inclusive no mundo das competências. Um segundo elemento é a definição do que consiste a divisão do trabalho. Muitos autores não enxergam o outro lado da divisão, ou seja, a relação social de produção. As relações humanas são vistas somente por trás de todo o processo ‘técnico’ de produção e da própria reprodução do capital, não só no plano ideológico, mas no prático. Como já dissemos anteriormente, é a percepção da divisão social do trabalho, tratando os sujeitos somente enquanto forças produtivas. O capital situa o problema humano - ou mesmo tecnológico - dentro da lógica do seu desenvolvimento, visto como um problema técnico, organizativo ou mesmo tecnológico.

Para decifrar a questão da divisão é fundamental o aporte de Adam Smith. O autor contribui para ampliar a idéia de que só o trabalho agrícola é produtivo, contrastando com os fisiocratas. O clássico vai apontar o trabalho, em geral, como o elemento construtor de valor, possibilitado pela rica divisão do trabalho. Mesmo com esse avanço na análise da época, pela sua própria condição e limites, Smith não tem a perspectiva de analisar a contradição desse processo produtivo através das relações do trabalho assalariado expropriado pelo capital, fundamentais para a permanência da sociedade burguesa. Marx, este sim, vai colocar a divisão do trabalho, fundamentalmente, como um problema que reagrupa a questão do desenvolvimento enquanto forças produtivas sob as contradições das relações humanas.

Assim, o primeiro corte que vamos observar é considerar a divisão social do trabalho fundamental no processo de produção e reprodução do capital. A mesma não pode se resumir a um dos seus componentes, somente enquanto força produtiva. Quando se assume o conjunto dessa divisão, é ressaltado o papel das classes em ação e contradição, demonstrando a necessidade da divisão não só no seu aspecto técnico, mas do sócio-político, construindo os sujeitos relacionados dentro de uma divisão, ou de divisões do trabalho, fundamentais para a continuidade dessa sociedade, decorrendo disto a formação da classe trabalhadora. Responder à necessidade da divisão social do trabalho é uma base indefectível na construção da força de trabalho, portanto, nos modelos de formação da mesma. Entender o modelo de competências

¹¹ NA origem da divisão na história da humanidade, a divisão do trabalho representou um salto de qualidade.

passa pelo entendimento das exigências colocadas pela divisão social do trabalho, tanto na sua afirmativa enquanto força produtiva, quanto dentro das relações de produção.

Neste sentido, o modelo de competências não resiste nem mesmo às análises dos clássicos capitalistas, que, no nosso sentido, têm uma vigorosa atualidade não só pela genialidade dos estudiosos, mas, principalmente, pela continuidade prática das relações analisadas. Um modelo que prevê a diminuição da divisão social do trabalho é, como já foi dito, a parte obscura do fenômeno, pois, essencialmente, há um aumento em várias formas de divisão do trabalho, seja na sexual, internacional, regional, social etc. O capital utiliza-se das divisões existentes e se apropria dentro de sua lógica de apropriação privada dos meios de produção e, conseqüentemente, de seu resultante, assentando as divisões a seu serviço.

A impossibilidade de perceber a divisão do trabalho interligada com as relações sociais na produção e reprodução, juntamente com essa diversificação na divisão aproveitada pelo capital, tirou de Gorz, por exemplo, a possibilidade de compreender a continuidade e até o fortalecimento das divisões existentes na atual fase do capital. De uma outra forma, mas com um mesmo sentido, os estudos de Naville e Friedmann nos norteiam, de maneira inversa, que a divisão aponta para o modelo das competências: é que a formação da força do trabalho não pode ser vista somente como a parte humana das forças produtivas. O modelo está imbricado na divisão do trabalho e seu fundo obscuro – pelo menos para os teóricos capitalistas –, dentro das relações classistas. Ou seja, o modelo esconde a questão de classes sociais, mas é profundamente ligado ao processo de reprodução classista. Esta situação prática e teórica se expressa como um fetiche. Situação esta desenvolvida por Marx, quando aborda o fetichismo da mercadoria. Eis a necessidade de aportarmos na questão da mercadoria.

No segundo bloco, no terceiro capítulo, deparamo-nos com uma outra questão relevante: Qual é o objetivo do modelo das competências em sua definição, senão a formação da força de trabalho, dentro de seu momento histórico? Como defini-la dentro do sistema capitalista? Existe uma contradição no que tange à formação para o capital. Ele necessita forjar à sua semelhança a força de trabalho. O possuidor dessa força, entretanto, é o sujeito trabalhador. Sendo assim, a formação está submetida a esta contradição, de ter que, obrigatoriamente, passar pelo sujeito social proprietário da potência de trabalho. Apesar dessa inevitável obrigatoriedade – o capital inclusive transparece como sua intenção humanitária de formar trabalhadores –, ele tem como

objetivo último a formação da força de trabalho. Na verdade, isso é o que lhe interessa objetivamente na relação capital e trabalho.

Uma das características do modelo das competências são os vários saberes, incluindo o ‘saber ser’, que, em princípio, poderia ser contraditório com a assertiva acima. Aparentemente a preocupação é com o sujeito trabalhador e, indo mais além, com a formação integral do sujeito. No entanto, essa aparência é fruto do próprio fetiche. Assim como o capital não pode produzir uma mercadoria só com o valor de troca, pois tem de estar concretizada em algum valor de uso, a formação da força de trabalho também não prescinde do sujeito. Só que o ponto nevrálgico é a mercadoria para servir de troca, o sentido dominante no mundo mercantilizado. No caso da formação para o capital, é na força de trabalho que se apresenta seu sentido maior e fundamental de sua mercantilização.

Esse patamar inicial nos exigiu continuar a aproximação da formação da força de trabalho, sob o modelo das competências, analisando a própria caracterização da força de trabalho no capitalismo enquanto uma mercadoria. Esse modelo, aparentemente, tem como centro o ser humano, sua formação integral, sua realização. No entanto, ele também está no capital, no seu objetivo fundante: a formação para a força de trabalho, tanto daqueles na ativa, quanto os que estão na reserva.

Marx, n’O Capital’, aponta para a necessidade de partir de uma célula matriz, a mercadoria, para o entendimento do próprio capitalismo. A definição da célula menor, enquanto definição no capital, contém elementos para entendermos a complexidade do capital. Partimos do entendimento de que o elemento mais simples do complexo sistema capitalista, a mercadoria, necessitava ser entendida, enquanto tal, na sua caracterização especial, como produto da ação humana sob determinadas condições. Realizamos o percurso da mercadoria, enquanto construção da força de trabalho, esmiuçando os seus elementos componentes. Analisamos a partir da definição de mercadoria, da construção de valor de uso e de troca, do trabalho abstrato e concreto, do trabalho intelectual e manual, da subsunção do trabalho ao capital para chegarmos a um ponto, para nós o essencial, que é o do fetiche da mercadoria especial. Este ponto de chegada permitiu-nos enfrentar a noção das competências tendo bem claro o caráter de reificação da força de trabalho e, conseqüentemente, da formação para reificação dentro do modelo atual do capitalismo. A aparente humanização da formação da força de trabalho pela noção hegemônica

nos apontou que não passava de fetiche. As caracterizações específicas das competências, que se apresentaram como elementos formadores do fetiche, iremos aprofundar no bloco seguinte¹².

Essa posição firmou o nosso entendimento de que não nos deteríamos numa apologia do ‘novo’ capital ou algo do gênero, mas recuperaríamos as matrizes fundamentais a que este ou qualquer outro modelo de formação da força do trabalho no capitalismo está vinculado, a saber: a preparação da força de trabalho para a exploração por parte do capital, hoje com nomenclatura e especificidades da formação para as competências. O formato por nós encontrado foi a forma do fetiche da força de trabalho. Nas definições do fetiche da mercadoria, fizemos um paralelo à mercadoria especial, força de trabalho¹³, a partir das categorias encontradas no trabalho de Marx, de uma forma geral sobre a mercadoria. O fetiche está intrinsecamente ligado à naturalização da formação da força de trabalho em benefício do processo de alienação. Isso com a separação da propriedade dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho e do processo de trabalho do próprio trabalhador. Ou seja, na manutenção da reprodução do capital, na efetivação da subsunção formal e real do trabalhador ao capital.

No terceiro bloco, enfrentamos a concepção do modelo das competências, propriamente dito, a partir de autores relevantes ao debate, como Zarifian, Ramos, Tanguy, entre outros, a partir da definição de sociedade que desemboca no modelo de competências. É o momento de confrontar este modelo com os pontos levantados nos blocos anteriores. É um momento de concretização da reflexão e da finalização enquanto crítica.

O desenvolvimento da construção do objeto nos levou a construir a tese a partir dos pressupostos fundantes: a divisão do trabalho e o entendimento da força de trabalho enquanto mercadoria. Esses elementos para nós são fundamentais para se realizar uma crítica consistente às competências, tanto como modelo hegemônico defendido por alguns, quanto pela ressignificação pretendida por outros do próprio modelo de competências. Nossa opção de alargar a temática, a partir da pesquisa bibliográfica, foi se construído como fruto da nossa própria pesquisa¹⁴. Foi a

¹² O rumo delineado para a tese deu-se neste momento de estudo sobre a mercadoria e a caracterização do fetiche da mercadoria. A partir dessa caracterização, ficou mais límpido o entendimento das competências, centrado na força de trabalho, justamente por seu movimento de transformação das características humanas em direção à valorização do capital.

¹³Contestada por MOURA (2004), por exemplo, que não reconhece a força de trabalho enquanto uma categoria e, portanto, enquanto uma mercadoria, mas corroboradas por outros, aos quais nos filiamos, que defendem a existência e a importância da categoria separadora entre trabalhador e sua potência de trabalho, colocada no mercado.

¹⁴Para o caminho que optamos e a própria definição do objeto, não caberia mais um instrumento direto de pesquisa empírica; soaria (como uma ilustração menor) em desacordo com o que fora construído. Optamos por tentar seguir uma coerência lógica do que havíamos construído na prática da pesquisa, o que, de antemão, não evitará, em outro

construção de um trabalho com uma totalidade construída.

No sentido marxiano, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem. A dialética da totalidade (Kosik, 1976) é uma teoria da realidade onde seres humanos e objetos existem em situação de relação, e nunca isolados, como alguns processos analíticos podem fazer crer (CIAVATTA, 2001, p.123).

No modelo de competências, segundo seus teóricos, há o encontro (ou reencontro) do trabalho com o trabalhador, ou seja, a superação do trabalho alienado. Para estes autores, esta é uma forma superior, na qual o trabalho tem o seu maior significado, que é o próprio processo de humanização. No nosso entender, esse processo é realizado, contraditoriamente, num modelo capitalista ainda mais radical, a partir das políticas conhecidas como neoliberais.

Para entender essa nova prática e teorização do modelo de competências, passamos por uma série de assertivas defensoras do mesmo, tanto do senso comum, como de empresários, representantes legítimos do capital, até de estudiosos e de formuladores importantes do modelo, como no caso de Zarifian, que assim define competência:

A competência é a faculdade de mobilizar redes de atores em torno das mesmas situações, é a faculdade de fazer com que esses atores compartilhem as implicações de suas ações, é fazê-los assumir áreas de co-responsabilidade (ZARIFIAN, 2001, p.74).

Este autor vai fazer toda uma redefinição das categorias de trabalho, de toda a reestruturação produtiva. Para ele, o modelo é um grande aporte para o desenvolvimento da produção e da sociedade em geral. Uma maior responsabilidade, uma participação no que convencionou chamar do processo não só da execução, mas do planejamento do trabalho. Os sujeitos, entretanto, não são mais as classes, mas atores. O autor continua abordando a competência como uma emergência da própria qualificação.

Todos sabemos que a qualificação é uma construção social cujo objeto é qualificar os indivíduos assalariados, tanto do ponto de vista do modo de apreciação da relação, mantida no que se espera deles (seu 'trabalho'), quanto do ponto de vista da hierarquia na escala dos estatutos sociais e dos salários. A competência é uma nova forma de qualificação ainda emergente (ZARIFIAN, 2002, p.35-36).

trabalho, levantar elementos a partir de outras formas como questionários, entrevistas, e vivência no *locus* de trabalho.

O autor espelha com muita clareza o processo atualizado do modelo que absorve a necessidade de formação da força de trabalho. No nosso entendimento, essa necessidade não foge às determinações da divisão do trabalho, nem da caracterização da força de trabalho enquanto uma mercadoria. Evidente que o mesmo, defendendo uma situação humanizadora para os trabalhadores no processo produtivo atual, vai defender a antiga unidade entre os diversos interesses localizados no processo produtivo - já que a questão de classes, para o autor, está em processo de superação.

Ora, uma das grandes transformações trazidas pela lógica de competência é, sem dúvida, que o engajamento subjetivo dos assalariados no trabalho está sendo, cada vez mais, ‘oficialmente’ reconhecido pela chefia da empresa sem que, em virtude disso, desapareçam os motivos de interesses divergentes (ZARIFIAN, 2001, p.109).

Uma superação que não se encontra no conflito entre as classes, na resolução do modo organizativo econômico-político e social. As divergências devem ser tratadas como um problema gerencial a serem resolvidas dentro da própria relação: empregado e empregador. A grande possibilidade e salto de qualidade, para o autor, é encontrar a potencialidade do trabalhador de forma efetiva no evento, comunicação ou serviço – o que outrora denominava-se, segundo o mesmo, de trabalho –, dentro dos interesses das corporações, beneficiando um desenvolvimento mútuo, tanto no aspecto econômico, para a empresa, quanto no aspecto social, para os trabalhadores.

Como veremos, a interpretação de Zarifian tem eco nos quatro cantos do mundo. Nomes importantes, ligados ao movimento sindical dos trabalhadores, vão apontar a necessidade de sua ressignificação, visto que o modelo de competências é um fato. Para estes, é necessário construir um novo significado de competências que atenda aos interesses dos trabalhadores. Esta tese está baseada na disputa do conceito como uma forma de luta entre as classes. Essa teoria ganhou corpo, inclusive no movimento sindical, em expressivos participantes de centrais sindicais importantes do mundo, inclusive a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil.

No nosso entendimento, essa posição tem um problema de fundo¹⁵: justamente na não percepção do caráter classista burguês intrínseco em que o modelo de competências desenvolveu-se. Ou ainda, no caráter formativo ao modelo das competências enquanto fetiche. Portanto, para

¹⁵ DUARTE (2001) e RAMOS (2003) realizam um trabalho fundamental para entender os fundamentos epistemológicos das teorias do campo do ‘aprender a aprender’, que incluímos no conjunto teórico e prático do modelo das competências, mostrando sua incompatibilidade com os fundamentos da dialética materialista.

uma crítica efetiva às competências, teria de desvinculá-la da exploração do capital, da extração da mais-valia do capital, enfim, da própria natureza de sua existência. A aproximação, via pensamento, à realidade, não dá o direito de inverter os sinais e as contradições, filhas das práticas dos seres humanos.

Neste momento histórico, é eclético e obscuro apontar que a exploração capitalista pode retornar favoravelmente aos trabalhadores. Pode até acontecer, parcialmente, uma situação ou outra excepcional, mas que, ao final, em sua essência, a reprodução do capital fala mais alto. Portanto, qualquer ressignificação teórica não estará ligada a uma mudança radical das relações sociais de produção. Ou seja, dentro do capitalismo, é impossível uma ressignificação do modelo de competências, a não ser na visão de conciliação de classes e, conseqüentemente, de subordinação das classes trabalhadoras aos capitalistas. A disposição de ressignificar ocorre graças à incompreensão de que a categoria competência está agrilhoada como expressão do fetichismo, da mercadoria força de trabalho. Refazer o significado seria conceber uma humanização na forma mercantil da força de trabalho? Seria a superação do fetiche pela prática competente? Seria o início do fim da exploração? Contraditório, como vemos, pois no próprio modelo está embutida a ilusão de uma maior humanidade na composição da força de trabalho. Ou seja, quem quiser ressignificar vai ter que estar subordinado à lógica do capital. Portanto, em última instância, torna-se insuficiente para se colocar contra a mercantilização da força de trabalho.

A análise da divisão do trabalho, bem como da mercadoria especial força de trabalho, nos dá o embasamento para percebermos que o modelo de competências é um componente importante para o capital na formação da força de trabalho, na ótica da reprodução do capital, no caso, enquanto uma prática fetichizada. Sua formulação está limitada, tanto no seu plano teórico como no prático, dentro de um projeto capitalista ainda mais radical, enquanto saída de sua crise de acumulação. Ela provoca efeitos ainda mais perversos para o conjunto, ou melhor, para a maioria da população submetida aos ditames do capital. Esse é o nosso propósito, que doravante vamos desenvolver.

BLOCO UM

Divisão do trabalho, pressuposto fundamental para entendermos a formação para as competências

CAPÍTULO I - Primeira aproximação junto aos clássicos

Atualmente, está assentada como fundamental a compreensão do que é a competência para o trabalho enquanto componente da constituição do trabalhador. Para construirmos uma visão ampla, crítica, do discurso e da prática de competência, tomamos como referência algumas das categorias básicas, como, por exemplo, a divisão social do trabalho, considerada ultrapassada pelos defensores da idéia de competências. Essa categoria explicita como isso se processa, não somente dentro do fazer concreto, mas interligando-se com as relações sociais produtivas. Resolvemos buscá-la em várias óticas para chegarmos ao entendimento do sentido da competência para a formação do trabalhador. Para fazermos este movimento, buscamos alguns clássicos e autores relevantes do tema. Inicialmente, em Adam Smith e Karl Marx, fazendo uma leitura de continuidade e superação, trazendo elementos para a atualidade da divisão do trabalho. Vamos apontar, na relação entre a combinação e o isolamento, movimentos que compõem a divisão do trabalho, elementos que desvelam o contraponto às competências, reafirmando-a no entendimento da formação da força de trabalho. Durkheim é um outro clássico, a partir de sua *Divisão Social de Trabalho*, que contribuirá, em sua ótica funcionalista, com os elementos, desde sua época de controle, mobilidade e flexibilidade na formação dentro da lógica dessa divisão. Cada autor representa um momento histórico em continuidade ao capitalismo, com pressupostos e intencionalidades diferentes, os quais localizaremos, de passagem, conforme aparecerão no presente trabalho.

1.1. Adam Smith e seu crítico Karl Marx

Smith está vivendo à época de um capitalismo em transição para a grande indústria. Já não mais representa a acumulação primitiva, responde por um momento da ascensão da manufatura em relação ao capital agrário. Em seu clássico “A Riqueza das Nações” vamos encontrar uma categoria fundante: a divisão do trabalho. O autor entende trabalho enquanto produtor da riqueza, combatendo sob forma revolucionária os resquícios feudais, enquanto os fisiocratas só viam no trabalho agrícola a produção de valor, desconhecendo o capital industrial urbano crescente. O autor vai tratar o trabalho em geral, aquele que produz um valor a mais além de seus custos, um trabalho produtivo cujo aumento da produtividade é justamente ocasionado pela divisão do trabalho. Entendemos ser relevante resgatar essa categoria, sob o ponto de vista

do capitalismo ainda em processo revolucionário, para fazer a ponte entre o que se apresenta como superação da divisão do trabalho: o modelo das competências, na atualidade. A questão que levantamos então é a seguinte: Qual a atualidade de Smith no que tange à divisão do trabalho? E se tivermos a resposta positiva, em que pontos e por que ela se mantém atual? Com esse item pretendemos dar elementos para o leitor fazer essa comparação histórica, apontando as relações existentes entre a divisão do trabalho e as competências.

No clássico de Adam Smith, a divisão do trabalho aparece com muita transparência. A própria evolução social e econômica é vista a partir da divisão do trabalho. Essa diferença, útil para canalizar em direção ao aprimoramento das forças produtivas, é responsável pelo avanço na produção, segundo SMITH (1985, p.41):

O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho.

Ele aponta a grande utilidade que é propiciada pela divisão do trabalho, com as diferenças pessoais existentes tendo uma grande serventia:

Assim como é essa propensão que gera essa diferença de talentos, tão notável entre pessoas de profissões diferentes, da mesma forma, é essa mesma propensão que faz com que a diferença seja útil (SMITH, 1985, p.42).

Para Smith, esse avanço possibilita uma economia de tempo. Gasta-se menos tempo para produzir algum produto, ajudado pelas máquinas. Continua Smith: a melhora da destreza do operário, direcionando seu trabalho, tem como consequência o aumento da produtividade. Eis o grande objetivo, colocado pela divisão social do trabalho, esclarecido por Adam Smith:

O aprimoramento da destreza do operário aumenta a quantidade de serviço que ele poderia realizar; a divisão do trabalho, reduzindo a atividade de cada pessoa a alguma operação simples e fazendo dela o único emprego de sua vida, necessariamente aumenta muito a destreza do operário (SMITH, 1985, p.42/3).

Esse processo de especialização da força de trabalho, no sentido de se tornar algo específico, tem resultantes importantes, como o processo de simplificação do trabalho, aumentando com isso a produtividade. Para Smith, tal simplificação deve-se ao aumento da especialização. Todo o movimento da divisão de trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas, inclusive tecnológico, está direcionado ao aumento da produtividade e não da complexidade do trabalho. Na divisão do trabalho, o desenvolvimento tecnológico é uma resposta

para atingir um outro nível de produtividade, ou seja, de redução do trabalho vivo. Marx vai desenvolver essa questão com maior amplitude.

Continua o autor no esclarecimento dos objetivos da divisão do trabalho, em sua época, bem como na defesa do avanço pela mesma, resultante na economia. Coloca-se o autor contra a vadiagem oriunda do trabalho em que o próprio trabalhador controla o seu tempo e o modo de trabalhar. A centralidade dessa nova formatação, a divisão, é a possibilidade do aumento da produtividade, com a simplificação da atividade, como dissemos, aliada à possibilidade do aumento da intensificação do trabalho. Tudo isto tratado como o controle do trabalho e do trabalhador:

O hábito de vadiar e de aplicar-se ao trabalho indolente e descuidadamente adquiridos naturalmente – e quase necessariamente – por todo trabalhador do campo que é obrigado a mudar de trabalho e de ferramentas a cada meia hora e a fazer vinte trabalhos diferentes a cada dia, durante a vida toda, quase sempre o torna indolente e preguiçoso, além de fazê-lo incapaz de aplicar-se com intensidade, mesmo nas ocasiões de maior urgência (SMITH, 1985, p.44).

Em sua obra clássica, Smith realiza uma ‘cruzada’ prática e ideológica, apontando o porquê da ocorrência desse resultado, para atingir o aumento da produtividade.

As pessoas têm muito maior probabilidade de descobrir com maior facilidade e rapidez métodos para atingir um objetivo quando toda a sua atenção está dirigida para esse objetivo único, do que quando a mente se ocupa com uma grande variedade de coisas. Mas, em consequência da divisão do trabalho, toda a atenção de uma pessoa é naturalmente dirigida para um único objeto muito simples (SMITH, 1985, p.45).

A explicação está no direcionamento da atenção a um único propósito e que, dentro desse labor, soma-se a sua simplificação em sua atividade, permitindo ao sujeito trabalhador uma maior “*facilidade e rapidez*”, concentrando-se no que está produzindo. Essa necessária simplificação Marx vai recuperar, na mesma direção de Smith, como parte do processo de desenvolvimento da atividade laboral. Desde a época de Smith a questão do controle aparece sutilmente conjuntamente com a busca pela simplificação do trabalho. Esse é um dos elementos componentes à nossa crítica às competências, que iremos retomar no decorrer do trabalho, pela sua recorrência no processo produtivo do capital e pela sua atualidade. Continuemos com Smith.

Sobre a origem dos diferentes graus de habilidade existentes na divisão do trabalho, ele imputa: “*Na grande diferença de habilidade (...) não é tanto a causa, mas antes o efeito da*

divisão do trabalho” (SMITH, 1985, p.51).” O efeito da divisão, esclarece o pensador, não é algo inerente ao ser humano, mas fruto de seu desenvolvimento e formação construída pela própria divisão do trabalho. Mesmo acreditando na diferença de talentos, o autor coloca-a num lugar secundário diante da divisão do trabalho.

A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação (SMITH, 1985, p.52).

O autor volta a precisar e definir o caráter formativo da profissão ou da habilidade, da vivência prática do trabalhador. O caráter formativo do trabalhador, de responder às necessidades de sua época, em relação ao trabalho. Isso vai ser fundamental para entendermos a ‘fetichização’ à natureza do trabalhador, colocando a responsabilidade fora do contexto social em que ele vive. Desenvolveremos este tema à frente. Neste sentido, quem vai delimitar essas diferenças vai ser o próprio mercado, ou mais precisamente, como aborda Smith, pela força do mercado.

Como é o poder de troca que leva a divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado (SMITH, 1985, p.53).

O mercado como regulador é uma importante definição para Adam Smith. A regulação imposta pelo mercado vai ser o centro para a construção da própria força de trabalho. A abordagem de Adam Smith é básica para a economia política posterior, inclusive com uma atualidade impressionante, e muitos autores, mesmo os críticos da Economia Política, como Marx, vão se respaldar em sua análise da realidade. A divisão do trabalho passa por este clássico. No entanto, é bom lembrar que suas definições deixam ao largo os antagonismos de classe. A divisão do trabalho é uma realidade colocada para o bom funcionamento do capitalismo nascente, independentemente de suas contradições classistas, segundo Adam Smith.

I. 1. a. A formação dos trabalhadores por Smith

No presente trabalho, a questão central que trouxemos de Smith e de outros autores é fundamentalmente para tratarmos da divisão do trabalho como ponto basilar para o constitutivo das competências. No entanto, existem outras teorizações de Smith que contribuem para construirmos nosso objeto de estudo, vinculadas, no nosso entendimento, à formação do trabalhador na lógica da divisão do trabalho. A citação anterior, de acabar com a preguiça, é um dos exemplos que utilizamos. No capítulo VIII da obra supracitada, ‘Os salários do trabalho’,

aponta o preço dos salários, as necessidades de reprodução dos trabalhadores e seus familiares, bem como a vantagem de remunerar convenientemente, para desenvolver uma sociedade em que a maioria não seja nem pobre nem miserável. A escola e as necessidades formativas apontam para a divisão do trabalho.

Com muita perspicácia Smith compara o trabalhador qualificado com uma máquina complexa. Destacamos uma idéia importante: a necessidade de recuperar o que foi investido, tanto no custo da preparação do trabalhador quanto na construção da máquina. A complexidade do trabalho exigido está subordinada é secundária ao objetivo principal: a retirada dos custos, como nos diz Smith.

Quando se instala uma máquina cara, deve-se esperar que o trabalho extraordinário a ser executado por ela antes que se desgaste permita recuperar o capital nela investido, no mínimo com o lucro normal. Uma pessoa formada ou treinada a custo de muito trabalho e tempo para qualquer ocupação que exija destreza e habilidade extraordinárias pode ser comparada a uma dessas máquinas dispendiosas. Espera-se que o trabalho que essa pessoa aprende a executar, além de garantir-lhe o salário normal de um trabalho comum, lhe permita recuperar toda a despesa de sua formação, no mínimo com os lucros normais de um capital do mesmo valor. E isso deve acontecer num prazo razoável, levando-se em conta a duração muito incerta da vida humana, da mesma forma como se leva em conta a durabilidade mais certa da máquina. A diferença entre os salários do trabalho qualificado e os do trabalho comum está fundada nesse princípio (SMITH, 1985, p.119).

Mesmo reconhecendo o custo maior na formação de um trabalhador que exija mais complexidade, Smith não se ilude com outras caracterizações fundadas muito mais na novidade produtiva do que, propriamente, na complexidade. Em seu tempo, compara o trabalhador do campo¹⁶ com alguns trabalhadores artífices que utilizavam máquinas modernas.

A política européia considera o trabalho de todos os mecânicos, artífices e operários de manufaturas como trabalho qualificado, e o de todos os trabalhadores do campo como trabalho comum. Parece supor que o trabalho dos primeiros é de natureza mais exata e mais delicada que os dos segundos. Em alguns casos talvez isso seja verdade, mas na maioria dos casos ocorre coisa bem diferente, como procurarei mostrar mais adiante (SMITH, 1985, p.119).

O processo de aprendizagem para o autor não deve ser duradouro – gastar-se muito tempo

¹⁶“Ao arador comum, embora geralmente considerado o protótipo da ignorância e da estultice, dificilmente falta discernimento e discrição. Certamente, ele está menos habituado ao intercâmbio social do que o mecânico que vive na cidade (SMITH, 1985, p.138)”. Para Smith, o trabalhador do campo tem uma voz menos polida, mas a inteligência é maior.

com ele – por razões bem simples: primeiro, não garante “*comercializar mão-de-obra incapaz*. (SMITH, 1985, p.134)”; segundo, não há necessidade de muito tempo pois não existem grandes mistérios mesmo nas artes superiores. Vivendo um processo de inovação tecnológica de seu tempo, Smith não se ilude com as diferenças proporcionadas pelas mesmas e nos dá uma explicação válida, no nosso entender, até os dias de hoje, do grande objetivo de aumento da produtividade. Através das inovações tecnológicas carregam consigo um processo de simplificação do trabalho. O próprio Marx respalda-se nesse fundamento.

Com efeito, a invenção propriamente dita dessas maravilhosas máquinas, e mesmo de alguns dos instrumentos utilizados para fabricá-las, sem dúvida deve ter sido a obra da reflexão e pesquisa profunda e diuturna, podendo com justiça ser catalogada entre as realizações mais felizes do engenho humano. Uma vez inventadas essas máquinas, porém e uma vez bem entendido seu mecanismo, não pode honestamente afirmar que para ensinar a um jovem, da maneira mais completa possível, com utilizar os instrumentos e como construir tais máquinas, se requeira mais do que algumas semanas; talvez até se possa dizer que bastam alguns dias de ensinamento (SMITH, 1985, p.135).

O autor consegue diferenciar a complexidade da máquina e das exigências feitas aos operadores da mesma, o sentido fundamental da simplificação do trabalho, ou seja, o aumento da produtividade e da diminuição dos custos do trabalho(dor), aumentando a concorrência: “*uma ocupação tão fácil de ser aprendida ele teria mais concorrentes, e seu salário, quando ele viesse a ser um profissional completo, estaria muito abaixo do nível atual* (SMITH, 1985, p.135).” Segundo o autor, esse processo torna-se pior para os trabalhadores e melhor para quem compra o trabalho. Vê o movimento dos salários¹⁷ por setores, conforme a dinâmica destes e não, diretamente, a incidência da complexidade tecnológica.

Acontece com frequência que em uma manufatura se pagam altos salários aos trabalhadores, ao passo que os de outra precisam contentar-se com o indispensável para a subsistência. A primeira ocupação está em estado de progresso, o que faz com que seja contínua a demanda de nova mão-de-obra; ao contrário, a segunda está em declínio, o que faz aumentar ainda mais a disponibilidade de mão-de-obra, já superabundante (SMITH, 1985, p.144).

Quanto ao papel da educação para Smith, é bem conhecida a passagem em que Marx o

¹⁷ Na formação do salário, para Adam Smith, concorre uma série de elementos, que passam pela instabilidade de sua profissão, pelas matérias preciosas que lhes são confiadas, pela concorrência, sempre em defesa da propriedade, no caso, a utilização de sua força - de trabalho - não deixa de ser uma ação atentatória, pois “*constitui numa violação pura e simples dessa propriedade sagrada* (SMITH, 1985, p.134).”

cita sobre uma educação em doses homeopáticas para os trabalhadores. Aqui veremos outros pontos colocados por Smith sobre educação, a partir do Livro V, no artigo sobre “Os gastos das instituições para a educação da juventude”, do clássico supracitado. A formação está subordinada à lógica da divisão do trabalho. Na sociedade primitiva, para cada indivíduo existia uma variedade de ocupações em toda sociedade; *“ao contrário, em um país civilizado, ainda que haja pouca variedade de ocupações para a maioria dos indivíduos, é quase infinita a variedade de ocupações existentes na sociedade inteira (SMITH, 1985a, p.214)”*. Essa situação é de importante caracterização, pois demonstra o limite individual em que se encontram os trabalhadores no modelo capitalista de produção e toda a complexidade crescente mediada pela divisão do trabalho, ou, como nos alerta Smith, pela mediação do mercado.

Smith aponta a importância da educação para responder à atual sociedade: *“A educação das pessoas comuns talvez exija, em uma sociedade civilizada e comercial, mais atenção por parte do Estado que a de pessoas de alguma posição e fortuna (SMITH, 1985a, p.214)”*. Diferencia claramente as possibilidades, os custos do processo formativo entre as diferentes classes sociais, ou, como ele chama, de pessoas comuns.

O mesmo não ocorre com as pessoas comuns. Tais pessoas dispõem de pouco tempo para dedicar à educação. Seus pais dificilmente têm condições de mantê-las, mesmo na infância. Tão logo sejam capazes de trabalhar, têm que ocupar-se com alguma atividade, para sua subsistência (SMITH, 1985a, p.215).

O Estado, mesmo com gastos pequenos, pode até impor ao conjunto da população a necessidade do aprendizado dos *“pontos mais essenciais da educação (SMITH, 1985a, p.215)”*. A educação serve para combater um mal maior, que Smith considera uma mutilação: a covardia. Além disso, enfrenta a submissão da população à superstição, esta última com graves conseqüências.

Ainda que o Estado não afigure nenhuma vantagem da instrução das camadas inferiores do povo, mesmo assim deveria procurar evitar que elas permaneçam totalmente sem instrução. (...) Quanto mais instruído ele for, tanto menos estará sujeito às ilusões do entusiasmo e da superstição que, entre nações ignorantes, muitas vezes dão origem às mais temíveis desordens (SMITH, 1985a, p.217).

Não é por acaso a necessidade de instrução, pois essa está ligada tanto à reprodução e ao aumento da divisão do trabalho, quanto à manutenção da ordem, à qualidade desenvolvida do respeito, no caso, às autoridades, aos superiores.

Além disso, um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso. As pessoas se sentem, cada qual individualmente, mais respeitáveis e com maior possibilidade de ser respeitadas pelos seus legítimos superiores e, conseqüentemente, mais propensas a respeitar seus superiores (SMITH, 1985a, p.214).

O papel da educação, assim, é de evitar as confusões e desordens e, podemos dizer, as revoluções sociais. O papel domesticador da educação, ressaltado por Smith, não pode ser desprezível, talvez mais do que o controle pela minimização educacional - a tal das doses homeopáticas citadas por Marx -, mas como uma recriação ‘dialética’ dessa autoridade para Smith:

Tais pessoas estão mais inclinadas a questionar e mais aptas a discernir quanto às denúncias suspeitas de facção e de sedição, pelo que são menos susceptíveis de ser induzidas a qualquer oposição leviana e desnecessária às medidas do Governo (SMITH, 1985a, p.217/8).

Nesta passagem, percebemos que a liberdade, a capacidade desenvolvida pela educação de discernimento, a sua livre criação, também é vista como forma de bloquear as sublevações. Ou seja, não é só o embrutecimento que cria condições para tais procedimentos; o processo educativo, segundo Smith, contribui numa lógica de liberdade, a questionar e discernir, no caso, a favor da ordem vigente, no caso específico, do governo. Eis o papel da ciência para o autor: “*A ciência é o grande antídoto para o veneno do fanatismo e da superstição* (SMITH, 1985a, p.224)”.

O outro remédio é a diversão pública - música, dança -, para dissipar a melancolia e a tristeza, contrariando os fanáticos e a sua superstição. O importante neste item é reconhecer um papel reprodutor da educação e, mais do que isso, perceber as pontes que ligam a educação e a formação para a divisão do trabalho, vista em Smith, em comparação com o modelo de competências. Exemplos como a simplificação do trabalho, a formação básica, não só para desenvolver a produção, mas reduzir seus custos e manter o controle social. Não podemos esquecer que, mesmo abordando a realidade sob um aspecto revolucionário no combate às formas feudais, Smith é um defensor do modelo burguês e esse elemento explica a sua atualidade na análise. No entanto, não devemos esquecer que os benefícios referidos aos trabalhadores não são

graciosos e têm bem claro os seus limites¹⁸.

I. 1. b. Marx e a divisão do trabalho.

Contraopondo-se a esse não enfrentamento teórico quanto às relações contraditórias existentes entre as classes, Marx, mesmo partindo de Smith e de outros economistas burgueses, vai realizar uma crítica à limitação teórica e histórica desses teóricos. Ele ressalta que esse não-embate é colocado pela própria apreensão da realidade da época, de uma luta de classes incipiente e do próprio locus burguês em que se encontravam os teóricos. Marx não só se localiza no século XIX, com a grande indústria, com um capitalismo a todo vapor, mas numa época de revoluções da ascensão burguesa. Seu vigor teórico, demonstrado pela atualidade de sua análise, mantém-se firme em defesa da transformação revolucionária da sociedade burguesa, mesmo contraopondo-se à ideologia dominante. Defende a ciência sob a lógica materialista dialética, em que a história é movida pelos homens, pela luta entre as classes, e que não basta entendê-la: é necessário agir para sua transformação e abolição da dominação classista existente. É dentro dessa lógica que Marx supera Smith e os outros teóricos burgueses.

No Dicionário do Pensamento Marxista de Bottomore, há uma outra leitura sobre a divisão social do trabalho nos textos de Marx, colocada da seguinte maneira:

Primeiro, há a divisão social do trabalho, entendida como o sistema complexo de todas as formas úteis diferentes de trabalho que são levadas a cabo independentemente uma das outras por produtores privados, ou seja, no caso do capitalismo, uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que competem uns com os outros. Em segundo lugar, existe a divisão do trabalho entre os trabalhadores, cada um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo. **Esta é uma divisão do trabalho que se dá na produção, entre o capital e o trabalho em seu confronto dentro do processo de produção.** Embora esta divisão do trabalho na produção e a divisão de trabalho na troca estejam mutuamente relacionadas, suas origens e seu desenvolvimento são de todo diferentes (MOHUN, 1988, p.112 - grifo nosso).

Como vemos, o autor analisa o enfoque da ênfase de Marx sobre a divisão social do trabalho em dois aspectos: um que está ligado diretamente ao processo de trabalho em si e suas decorrências e, outro, mais próximo do funcionamento das relações de produção, mas dentro do

¹⁸"*Todavia, embora a lei não possa impedir as pessoas da mesma ocupação de se reunirem às vezes, nada deve fazer no sentido de facilitar tais reuniões muito menos para torná-las necessárias* (SMITH, 1985, p.139)."

campo da circulação intercapitalista. Refere-se à localização do problema como a diferença intercapitalista dos diferentes ramos, abordando mui sutilmente a contradição entre classes existentes. Apresenta como locais que expressam a divisão do trabalho, a saber: a produção e o local de troca, numa mútua implicação, mas com desenvolvimentos distintos. Na verdade, anota o que Marx chamou a atenção fortemente: as exigências do processo produtivo em si. O termo citado é conceituado sobre o local da troca, o que, na verdade, é a relação produtiva realizada no processo de troca.

Para aprofundar esta questão, é bom esclarecer as duas formas pelas quais Marx apresenta a divisão do trabalho. A primeira, mais explícita e relevante, como uma divisão ‘puramente’,¹⁹ na ação do trabalho concreto, ou seja, como uma ação que divide alguma necessidade da realização do trabalho em grupos, ou, ainda, uma divisão do trabalho entre as distintas atividades laborais específicas, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, e de uma divisão natural do trabalho, visão desenvolvida pelos teóricos burgueses da época da qual Marx se apropria em parte. Uma segunda face, contida e bem menos desenvolvida em Marx, é a divisão social do trabalho como expressão histórica da divisão existente entre as classes sociais no processo produtivo e, conseqüentemente, na luta entre elas.

Para Marx, a especificidade da divisão do trabalho – que alguns autores chamaram de divisão técnica do trabalho -, coloca no centro da mesma o trabalho concreto e sua ação produtora de valor-de-uso, o que representa só um lado da lógica marxista sobre o tema, como veremos:

“No conjunto formado pelos valores-de-uso diferentes ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos, - classificáveis por ordem gênero, espécie subespécie e variedade,- a divisão social do trabalho (MARX, 1989, p.49)”.

Marx tem como referência Smith e outros economistas da época, como Storch e Starbek, no olhar da divisão social do trabalho, observando, então, somente por dentro do processo de trabalho.

“Considerando apenas o trabalho, podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos, agricultura, indústria etc., de divisão do trabalho em geral; a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades, divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho numa oficina, de divisão do trabalho individualizada, singularizada (MARX, 1989, p.402)”.

¹⁹ Falamos puramente, mas só como um recurso didático de separar as faces do mesmo objeto estudado, pois seria contraditório, não reconhecer a totalidade, no caso da divisão do trabalho.

Nesse processo de mediação, Marx também vai apontar, partindo de uma divisão do trabalho na sociedade e outra da fábrica com uma interferência mútua. No âmbito da economia e em outros aspectos da vida social, apresenta, mesmo que sutilmente, a expressão da relação classista, no que tange a compra e venda das mercadorias, da propriedade dos meios de produção e da força de trabalho.

“A divisão do trabalho na sociedade se processa através da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho, a conexão dentro da manufatura, dos trabalhos parciais se realiza através da venda de diferentes **forças de trabalho ao mesmo capitalista que as emprega como força de trabalho coletiva. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si** (Marx, 1989, p.407 - Grifo nosso).”.

O processo de divisão vai sofrendo modificações. São processos de especializações na produção, crescentes com a grande indústria²⁰, fruto dos processos reais, de inúmeros processos produtivos desenvolvidos pela necessidade de aumentar o alcance do mercado, subdividindo o trabalho, determinando-o e tornando-o exclusivo, como já apontava Smith. “*Em virtude de experiências, cada operação foi sendo cada vez mais subdividida e cada nova subdivisão isolada e transformada em função exclusiva de um trabalhador determinado* (MARX, 1989, p.388).”

Para Marx, é uma divisão concreta que irá servir de ponte para chegarmos na relação social produtiva, que envolve, além das diferenças técnicas do trabalho, um outro tipo de mediação: as relações sociais. Esta se realiza através da apropriação do trabalho alheio, da propriedade privada dos meios de produção, relação que deve ser entendida como a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. A divisão do trabalho também expressa as relações sociais entre os próprios capitalistas que dominam e necessitam trocar suas mercadorias, comprar e vender. Neste sentido, apontamos também a necessária troca da mercadoria produtora de um novo valor, que é a força de trabalho.

Marx não aprofunda, mas aponta a mútua interferência das divisões sociais na produção e a influência da produção na formação societária. Assim, podemos entender melhor porque Marx não se limita ao entendimento de Adam Smith, em que a divisão do trabalho é a explicitação da

²⁰ Quando falamos de grande indústria, é todo o procedimento de produção de grandes empresas, no processo inovador que gerou a acumulação de capital atual, que, como Marx apontava, vai além da produção de um tipo de mercadoria material.

produção moderna somente enquanto um quesito técnico, como se encontrassem somente enquanto ‘forças produtivas’ no processo produtivo.

As classes sociais, em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas, vão fundamentar a compreensão da divisão social do trabalho, a sua explicitação e inclusive a sua não explicitação. Afinal, o que é velado através do conceito de divisão social do trabalho? A apropriação privada dos meios de produção e o necessário assalariamento do trabalho. Esse lado, o das relações produtivas da sociedade, é menos desenvolvido teoricamente, pois se encontram ‘esquecidas’ ou impossibilitadas diante de seu compromisso com a sociedade burguesa, principalmente por parte dos economistas burgueses. De outro, por parte dos críticos, estão limitados à separação mecânica entre ‘forças produtivas’ e ‘relações sociais de produção’.

O problema ocorre quando, primeiro, não são diferenciadas as distintas implicações da divisão social do trabalho; segundo, quando a divisão é vista somente como um problema técnico da produção. No caso, não expressa a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Marx aponta a superação dessa visão quando apresenta concretamente o processo da divisão social do trabalho, mas não sem subordiná-la às relações classistas existentes.

Como conseqüência do não enfrentamento às diferenças apontadas acima, o entendimento da divisão do trabalho passa a ser tecnocrático. A divisão é simplesmente uma questão de bom funcionamento da máquina social produtiva, como Adam Smith apontava. É nesta direção que queremos ponderar a ampliação do entendimento dominante da divisão do trabalho, como um dos pontos de partida na discussão da formação da força de trabalho, inserida nas relações produtivas históricas. Em relação ao modelo de competências, queremos reforçar a existência da divisão e sua expressão não só como um problema de habilidade a ser enfrentado, e sim, de uma inserção nos ditames das relações sociais dominantes.

Quando Marx aborda a divisão social na manufatura, é descrita a historicidade dessa divisão também no terreno técnico, na divisão de ofícios, nas atividades, no processo de divisão do trabalho. Como já dissemos, é importante entender as especificidades, e, portanto, separar os entendimentos que expressam a divisão do trabalho, sem ossificá-las, bem como entender os elementos que permanecem vivos no fazer humano.

Seguimos para uma outra referência dessa dinâmica de modificação e permanência do fazer social. Em diversos momentos, Marx escreve sobre a divisão natural do trabalho e mostra o

exemplo da divisão de trabalho por sexo. Num patamar superior, aborda as divisões construídas historicamente, que respondem às exigências dos diversos modos de produção desenvolvidos na história da humanidade. As diferenciações necessárias, existentes na divisão do trabalho, consistem numa totalidade em movimento. Por exemplo, a divisão sexual, apontada por Marx como uma divisão natural, é profundamente modificada no capitalismo. Hoje, o próprio desenvolvimento das forças produtivas vem apontando para modificações substantivas dessas diferenças. Considerada, antes, como uma questão técnica, natural, a divisão entre homens e mulheres passa a ser vista como diferenças construídas em um dado momento histórico, pela própria dinâmica das relações sociais com o desenvolvimento das forças produtivas. A própria possibilidade de as mulheres substituírem homens no processo produtivo exemplifica, enquanto resultante, uma mudança da categorização da divisão do trabalho. De categoria natural, anteriormente, transforma-se numa categoria histórica. Essa dupla constituição da divisão do trabalho, como uma divisão natural, por causas naturais, ser criança ou ser adulto, está também relacionada à divisão histórica de trabalho. Neste sentido, as relações produtivas sociais recriam essa divisão.

As divisões naturais também estão relacionadas à possibilidade do desenvolvimento histórico das forças produtivas, como é o caso das mulheres. O desenvolvimento tecnológico possibilitou a participação delas no processo exploratório, especificamente no capitalismo, redefinido a questão da mulher como uma questão histórica e não mais como uma divisão natural sexual do trabalho²¹. O que era considerado natural transformou-se em histórico, conforme explicitado no volume II dos Grundrisse:

“Pero que sólo son leyes naturales del hombre en determinado desarrollo histórico, con un determinado desarrollo de las fuerzas productivas, condicionado por su propio proceso histórico (MARX, 1989, p.113)”.

Como fruto do entendimento da divisão do trabalho, naquilo que ela propicia no processo produtivo e organizativo da sociedade, deve-se atentar para a relação de troca, base do processo da divisão do trabalho.

“Cambio y división del trabajo se condicionan recíprocamente. Cuando cada [[individuo]] trabaja para sí y su producto no representa nada para sus propios fines, deber naturalmente realizar intercambios, no sólo para participar en le

²¹ Neste bloco, passaremos pelo assunto a partir da contribuição de Helena Hirata.

patrimonio productivo general, sino también para transformar el propio producto en un medio de vida para sí mismo (Marx, 1989a, p.85 - grifo nosso)”.

Se limitarmos o entendimento da divisão do trabalho em si, desvinculado da necessidade do capital em produzir e realizar o valor, não conseguiremos entender a amplitude da divisão do trabalho. Além do mais, a obscuridade em não separar as duas expressões da divisão do trabalho atrapalha a compreensão do sentido fundamental da produção de valor e, conseqüentemente, da formação da força de trabalho. Por outro lado, não conseguiremos entender a divisão do trabalho e suas conseqüências suprimindo a produção de valor-de-uso. É impossível a existência da força de trabalho sem a efetivação de algum valor de uso, naquilo que é produzido enquanto mercadoria, tanto nos produtos humanos, quanto na própria força de trabalho.

Desse modo, o processo produtivo vai beber dos mecanismos de produção de valores de troca, passando objetivamente pela resposta às necessidades, tendo, portanto, um valor-de-uso. A produção de valor é algo inseparável a sua possibilidade de ser útil e de ser trocada, no capitalismo, o que atinge o máximo da polarização da produção.

No caso, se nos primeiros processos da humanidade o centro da produção era sua utilidade e a troca era incipiente, no seu desenvolvimento, a troca é o mecanismo para se atingir o sentido último dos produtos, especialmente, no capitalismo. A troca tem a centralidade para realização da mais-valia produzida. Tal é sua força, que muitos economistas chegam a colocá-la, equivocadamente, como o centro produtor do novo valor. Como sempre, no processo de troca é impossível prescindir da sua utilidade, mesmo que seja uma “utilidade supérflua”,- a qual, em primeira vista, seria um contra-senso. Entretanto, o sentido de útil não exprime necessariamente um padrão moral e, sim, da relação de interesses respondidos. Portanto, todas as mercadorias apresentam essa dupla face²².

Retomando a idéia da divisão do trabalho, quando a entendemos somente como um elemento técnico da produção, tenderemos a pensá-la somente como uma força produtiva, desligada de seu outro lado, básico para a realização da troca, colocada nas relações sociais de produção. Portanto, quando apanhamos os lados que expressam a divisão do trabalho, necessitamos perceber esses lados produzidos e produtores destes valores.

O limite é reduzirmos a composição da divisão do trabalho e, como conseqüência, na composição da força de trabalho e na forma de apresentar o trabalho, somente como a capacidade

²² No próximo bloco abordaremos essas questões de produção de valor no que tange à força de trabalho.

técnica de produzir algo concreto. Entenda-se o concreto como algo específico de uma atividade determinada, deixando assim impossibilitada a apreensão do trabalho abstrato que compõe a totalidade do trabalho para produção de mercadorias, que é justamente a possibilidade de mensuração e, conseqüentemente, da realização das trocas. É uma ação indeterminada, medida pelo tempo gasto socialmente necessário na produção de uma mercadoria, que constitui o trabalho abstrato.

O debate das competências deve ser enriquecido pela recuperação da categoria da divisão do trabalho. No caso, quando lermos a formação da força de trabalho por competências, devemos sempre entendê-la dentro da lógica da divisão do trabalho e de sua característica. Impossível tratá-la fora desse fundamento básico. Além disso, entender esse parâmetro não é analisar as competências fora do conteúdo das relações sociais existentes, a necessidade de elas expressarem um valor concreto, de uso, mas também de serem valorizadas através da troca, ou seja, no mercado. Assim, poderemos ter elementos para sair da armadilha fetichista da idéia e da prática de competência que se autodefine como superadora da divisão do trabalho.

I. 2. A combinação e o isolamento como elementos constitutivos da divisão social do trabalho.

Neste item, apontaremos a composição vista por Marx da divisão do trabalho, no que tange a dois elementos complementares e que se opõem dialeticamente: a combinação do trabalho e o isolamento das tarefas do mesmo. Esse desenvolvimento leva-nos a aprofundar um aspecto fundamental que compõe a força de trabalho, implicando a formação do sujeito coletivo. Na divisão manufatureira, precursora da divisão industrial, aparecia fortemente o caráter duplo da divisão do trabalho.

Ganha-se força produtiva em relação ao artesanato, e essa vantagem advém do **caráter cooperativo** geral da manufatura. Por outro lado, a divisão do trabalho, o princípio característico da manufatura, exige o **isolamento** das diferentes fases de produção e sua independência recíproca como outros tantos trabalhos parciais de caráter artesanal (MARX, 1989, p.395 - grifos nossos).

A existência da divisão do trabalho é a necessidade de combinação entre os diversos procedimentos do trabalho, que requer uma separação dos mesmos sem se perder a interligação. Se estacionássemos nessa assertiva, não avançaríamos em nada sobre a expressão da divisão do

trabalho no modo de produção capitalista, embora sirva como um parâmetro a ser alicerçado no entendimento da divisão atual. Marx clareia as conseqüências da divisão manufatureira nos primórdios da produção capitalista:

A divisão manufatureira do trabalho **simplifica e diversifica** não só os órgãos qualitativamente diversos do trabalhador coletivo social, mas também cria uma relação matemática fixa para o tamanho desses órgãos, isto é, para o número relativo de trabalhadores ou para a magnitude relativa do grupo de trabalhadores em cada função particular. Desenvolve, juntamente com a **subdivisão qualitativa do processo de trabalho social, a regra quantitativa a proporcionalidade desse processo** (MARX, 1989, p.397 - grifos nossos).

Como vemos, a equação manufatureira resultava na simplificação e na diversificação dos órgãos produtores, fundados nas necessidades sociais da própria sociedade, subdividindo proporcionalmente conforme essas necessidades. A relação da simplificação com a diversificação enquadra-se no processo de combinação e isolamento das fases produtivas, do próprio fazer, quiçá, da própria divisão do trabalho. Smith já abordava a simplificação, situação intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo no seu processo produtivo. A simplificação do trabalho, mesmo que em procedimentos mais complexos, é parte necessária para o aumento da produtividade. Esta assertiva vai ter um rebatimento no que tange ao modelo de competências, que ideologicamente apresenta-se como um processo de superação da divisão do trabalho e, conseqüentemente, de complexificação do trabalho. Essa situação, conforme vamos passo a passo demonstrando, não condiz com as tendências da formação da força de trabalho no capitalismo.

A expressão entre combinação e isolamento não pode ser considerada como um jogo de isolar e combinar, mas sim, de forças que assumem diferentes importâncias e expressões conforme o período histórico em que se encontra seu desenvolvimento no capitalismo. Adiante tentaremos demonstrar quais os elementos de combinação e isolamento se apresentam no modelo de competências.

Neste ponto, mostraremos, com base em Marx, movimentos existentes entre a combinação e o isolamento enquanto tendências contraditórias, mas inseparáveis, que compõem a divisão social do trabalho. A necessária e pouco visível e visitada **combinação** expressa a divisão pela obrigatória unidade entre diferentes e, no caso específico, abordaremos quanto à força de trabalho: a **cooperação**. Também não existe a divisão social do trabalho sem a divisão ‘propriamente dita’, que, nesta parte, vai ser delimitada enquanto **concorrência entre os trabalhadores**, divisão típica do capital, fundamental para o prolongamento de uma divisão

puramente técnica do trabalho, inerente à concorrência através das competências. Começamos pela primeira. Marx vai abordar em ‘O Capital’, num título específico, no livro primeiro, a idéia de **cooperação**: “*Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos*” (MARX, 1989, p.374).

A cooperação vai ter uma forma específica, básica, na construção do capitalismo em surgimento. Na verdade, Marx vai ressaltar a especificidade da manufatura com a cooperação e sua incidência no modo de produção capitalista. Para o autor, existe um histórico específico da cooperação, antes do sistema capitalista, que não reflete o que ocorre com a cooperação dentro do modo capitalista de produção. Apresenta a cooperação encarnando as exigências do capital e é com este sentido que ele a situa na divisão social do trabalho do capitalismo.

O salto de qualidade no processo cooperativo existente no capitalismo, entre os trabalhadores, é a constituição de uma nova qualidade: a formação do sujeito coletivo. “*Não se trata da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva*” (MARX, 1989, p.374/5). Este é o sentido maior da cooperação, no início e no desenvolvimento do modo atual de produção.

Marx aponta o grau de ‘ubiquidade’ ampliado existente para este ser, o sujeito coletivo, que, na nova formação, absorve o sujeito individual como produtor exclusivo de uma mercadoria. “*Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie*” (Marx, 1989, p.378).

A grande diferença é que não há mais, dentro da manufatura e na grande indústria, a possibilidade de um indivíduo realizar a produção de uma mercadoria de forma isolada, uma vez que ele necessita de um processo de cooperação, da divisão de trabalho. Sua realização é, exatamente, enquanto sujeito coletivo, que, dentro desse movimento de isolamento e combinação, apresenta-se como superador dos limites individuais existentes.

A concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de cada capitalista é portanto condição material para a cooperação dos assalariados, e a extensão da cooperação ou a escala da produção depende da amplitude dessa concentração (MARX, 1989, p.379).

Eis o salto social propiciado pela divisão do trabalho, no desenvolvimento das forças produtivas, mas dependente da concentração dos meios de produção, ou, em outros termos, das

relações sociais produtivas capitalistas. Por outro lado, o trabalhador, mesmo fragmentado, reforça a cooperação, a partir dessa conflituosa relação.

A construção do sujeito coletivo como produtor coletivo apresenta exigências a serem respondidas em sua própria composição e, ao mesmo tempo, torna-se “*condição necessária da produção* (MARX, 1989, p.379)”. Como o trabalhador é detentor de uma mercadoria especial, a sua força de trabalho, identifica-se, então, este como vendedor dessa mercadoria. As atuais exigências são condicionadas, para esse vendedor, como se fosse um trabalhador individual, mas que somente se realiza enquanto produtor, na condição de trabalhador coletivo. É possuidor de uma mercadoria que é resultante de um processo formativo fisicamente e intelectualmente, apto a produzir. Eis a qualidade ímpar dessa mercadoria: produzir um novo valor.

Esse sujeito coletivo, portanto, está posto como uma necessidade do próprio desenvolvimento do capital. Ele compõe a categoria de indústria, pois não há grande indústria sem o sujeito coletivo. E é na cooperação que ele tem uma das suas expressões e, ao mesmo tempo, carrega como um fardo pesado, que é o controle e a efetivação de um processo realizado com muitas mãos e cabeças, a ação subordinadora do capital.

Todo trabalho diretamente social ou coletivo, executado em grande escala, exige com maior ou menor intensidade uma direção que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerado. Um violinista isolado comanda a si mesmo, uma orquestra exige um maestro. Essa função de dirigir, superintender e mediar assume-a o capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo. Enquanto função específica do capital, adquire a função de dirigir caracteres especiais (MARX, 1989, p.379-380).

Uma primeira conclusão que podemos tirar dessa citação é a da necessária ação controladora do capital, organizando a complexidade da produção. Outra, é a impossibilidade da separação da divisão do trabalho no capitalismo das relações produtivas de classe, no caso, o sujeito trabalhador coletivo, e, por outro lado, o sujeito capitalista, que também tende a se tornar um sujeito coletivo, haja vista as Sociedades Anônimas, entre outras formas associativas, além do processo de monopolização do capital.

A força de trabalho, tanto como força produtiva desenvolvida na grande indústria, quanto classe trabalhadora, é uma expressão desse sujeito coletivo. Nesse processo historicamente definido, nasce a necessidade de harmonizá-los num processo que busca cada vez mais a sua

continuidade, objetivando o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da extração da mais-valia. Ao mesmo tempo, como indivíduo, ou grupo de sujeitos, aumenta o seu lado concorrencial. A cooperação vai ser a condição desse novo processo. No entanto, o que é propagado pelo senso comum é a substituição ou a superposição desses dois elementos contraditórios na formação da força de trabalho, de forma a não percebermos a sua identidade classista, enquanto sujeito coletivo, nem a contradição com o outro, o concorrente, ou, mais precisamente, o exército de reserva.

Entender como se processa a relação entre trabalhador individual e coletivo é fundamental para percebermos como se operam a cooperação e a concorrência, dentro do processo de formação da força de trabalho. Essa é a outra aproximação básica para compreendermos a divisão do trabalho: a **concorrência**. Marx vai indicá-la como parte do movimento do capital para definição dos seus preços, e também como forma de resolver a disputa entre os capitalistas para beneficiar aquele que corresponder aos melhores índices de produtividade. Esse movimento não está descartado na formação do monopólio, pelo contrário, pois esta passa pela concorrência e sua realização. É de fundamental importância para a realização do capital tal concorrência, conforme está escrito no Dicionário: *“Não é raro Marx enfatizar o papel desempenhado pela concorrência como o mecanismo pelo qual as leis do capitalismo operam ou se impõem”* (FINE, 1988, p.74).

Por outro prisma, Marx também vai abordar a concorrência existente entre os próprios trabalhadores. Os trabalhadores concorrem entre si. É a disputa dentro de uma lógica contraditória da cooperação. De um lado, a concorrência nos termos pessoais e, de outro, a cooperação junto aos termos do trabalhador coletivo. Dentro de uma das características da concorrência, podemos afirmar que ela é a própria disputa criada pelo capital entre os trabalhadores com a mesma finalidade citada acima, de melhorar os índices de produtividade.

A concorrência leva então a um novo valor de mercado e a uma magnitude mínima de capital a ele correspondente, decrescendo um quando o outro aumenta, respectivamente. Ao nível da produção, a concorrência está estritamente relacionada com a extração da mais-valia, seja esta absoluta ou relativa. Nesse terreno, a concorrência atua através do aumento da magnitude de capital para criar maior cooperação ou divisão de trabalho e para introduzir transformações no processo de trabalho mediante introdução de maquinaria com vistas a intensificar a produção mecanizada (FINE, 1988, p.75).

A concorrência, no caso, tem o seu limite na necessidade do trabalho cooperado desenvolvido pelo próprio capitalismo. Esse trabalho cooperado tem a sua natureza de unidade entre os trabalhadores, instada pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas. A concorrência traduz-se, inicialmente, como uma necessidade do capital, não como uma necessidade social dos trabalhadores. “*A concorrência que se cria, assim, entre os trabalhadores capacita o capitalista a reduzir o preço do trabalho, reciprocamente, capacita-o a distender ainda mais o tempo de trabalho*” (MARX, 1984, p.633). Como consequência da manufatura, situada historicamente, aparece a possibilidade de uma nova unidade entre os trabalhadores. Esse movimento vai implicar nas unidades dos trabalhadores, nas organizações dos mesmos, como foi a construção de sindicatos. Com isso, propicia-se a existência do trabalhador coletivo, conseqüentemente, a resistência enquanto classe explorada pelo capital. É evidente que essa forma de organizar a produção, que requer a junção de trabalhadores, tem efeitos, digamos, colaterais importantes. Um deles é a possibilidade de reconhecer-se enquanto sujeito explorado e, como tal, resistir à dominação e à pressão do capital, como já dissemos.

Com a quantidade dos trabalhadores simultaneamente empregados cresce sua resistência e com ela, necessariamente, a pressão do capital para dominar essa resistência. A direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial, derivada da natureza do processo de trabalho social e peculiar a esse processo; além disso, ela se destina a explorar um processo de trabalho social, e, por isso, tem por condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria prima de sua exploração (MARX, 1989, p.380).

O outro efeito podemos perceber no modelo de competências. É nesse modelo que é ressaltado o caráter competitivo entre os sujeitos das classes trabalhadoras. É visto como uma positividade a concorrência enérgica entre os trabalhadores. Essa forma de concorrer, de criar a disputa entre os trabalhadores, entre outros efeitos, propicia a utilização de um maior tempo de trabalho, como Marx analisa, da distensão do tempo de trabalho. Esse movimento é oriundo da diminuição do preço do trabalho e o crescimento da força de trabalho maior do que precisa o processo produtivo.²³ Nesse mecanismo, o exército industrial de reserva é fundamental para a efetivação da manutenção da concorrência. Por isso, é fundamental a existência de muitos trabalhadores preparados, ou em preparação, para a venda de sua força de trabalho no mercado.

²³ É bom lembrar que a constituição do valor da força de trabalho, que veremos noutro capítulo, depende dos valores que compõem tudo o que serve para produzir a força de trabalho, em toda sua complexidade humana e das diferenças entre e intraclasses sociais.

Com isso, achata-se a potencialidade reivindicativa dos trabalhadores, diminui-se a possibilidade do aumento do salário e tem-se um efeito prático no tempo gasto socialmente definido para a produção, pois os trabalhadores, no processo de trabalho, sujeitam-se às piores condições, às quais normalmente eles não se sujeitariam caso não existissem inúmeros trabalhadores disputando sua vaga no mercado ativo de trabalho. O aumento da intensidade do trabalho é filho dileto da possibilidade da concorrência, que subsiste pelo exército de reserva. O efeito desse aumento de intensidade do trabalho, e maior extração da mais-valia, também produz um maior exército de reserva. É uma relação dialética.

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital (MARX, 1984, p.738).

A luta por diminuição da jornada de trabalho tem sua explicitação no interior e contrariamente à própria concorrência, dentro e a favor da possibilidade de diminuição do tempo explorado do trabalhador. É o tempo de trabalho que vai para o capitalista - individual ou coletivo. Mesmo assim, como Marx nos aponta, ela também está dentro dos marcos do capital, pois ela faz mover os ganhos e perdas dos partícipes da relação da exploração, mas não é a superação da mesma.

O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador. A história dessa luta revela duas tendências opostas. (...) Enquanto a legislação fabril moderna reduz compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos procuram prolongá-la coercitivamente (MARX, 1989, p.307).

Voltemos à relação entre concorrência e cooperação. Estas compõem a divisão social do trabalho dentro do marco histórico do capitalismo. No caso concreto, vemos a expressão através das competências, que aponta justamente os elementos de isolamento e combinação, só que dentro de um momento específico de desenvolvimento das forças produtivas e que assumem uma determinada contradição diante das relações produtivas. Essa relação tem uma tendência dominante e uma finalidade de reprodução das relações produtivas. *De um lado, a sociedade mercantil é unificada numa economia social única, através da divisão do trabalho*” (RUBIN, 1980, p.95). De outro lado, a divisão, em inúmeras iniciativas. Marx, no primeiro livro de sua obra máxima, não titubeia em clarificar que o ponto de unidade deixa de ser o trabalho para tornar-se o capital. O próprio trabalhador reconhece que tudo é capital, portanto, nada lhe

pertence. É o processo de fetichização que veremos adiante. A divisão existente se reúne no capitalismo sob a direção do capital, comanda o processo de cooperação fundamental para a produção e “*o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho*” (Marx, 1989, p.209).

Os sinais que nos são passados trazem uma enorme confusão. Ao mesmo tempo em que o capital dita “cooperem para vencer!”, também repete, em alto volume, uma outra mensagem oposta: concorram entre si, briguem, disputem, para que vença o melhor! Assim nos é apresentada hoje a formação pelas competências, que veremos adiante. Esse é o movimento da divisão do trabalho, de combinação e isolamento, tendo como processo centralizador o capital.

I. 3. Durkheim e a divisão social do trabalho.

Outra contribuição relevante para o tema em tela é a de Durkheim, em seu clássico, “*A Divisão do Trabalho Social* (1999)”. Durkheim está preocupado com a coesão social, em desvendar o processo de solidariedade orgânica, processo esse firmado graças à divisão do trabalho. Desenvolvendo a teoria positivista, reafirma a continuidade do grupo social em que, a partir da divisão do trabalho, cada membro da sociedade desenvolve uma função, divisão essa vital para o bom funcionamento da sociedade. A lógica positivista vai contribuir para Durkheim fazer um combate ao idealismo, e o seu funcionalismo vai perceber a força da história, do ‘status quo’, como força da continuidade das expressões sociais. Mesmo sendo um dado secundário neste item, abordaremos a importante contribuição do autor sobre seu entendimento na formação dos trabalhadores, vinculada à reprodução da solidariedade, que propicia a virtuosa divisão social, segundo o autor francês.

A sua visão demanda um outro olhar sobre o mesmo tema, mas em muitos momentos se aproxima, complementa ou se contrapõe a Marx, especificamente no combate ao idealismo, quando busca na materialidade seus fundamentos, por exemplo. Já do autor do século XVIII, Smith, aproxima-se, mas numa versão conservadora, já que à burguesia consolidada, no momento histórico em que Durkheim vive, só resta a revolução nos processos produtivos e uma necessidade vital de conservar as relações produtivas capitalistas. Diferente do momento histórico de Smith. Objetivamos pinçar do autor sobre a divisão do trabalho com suas causas e efeitos sociais, para que nos ajude a enfrentar esta questão na atualidade, no corte do modelo de competências. Começemos pelas causas fundamentais, segundo Durkheim:

A divisão do trabalho varia na razão direta do volume e da densidade das sociedades, e, se ela progride de uma maneira contínua no curso do desenvolvimento social, é porque as sociedades se tornam regularmente mais densas e, em geral, mais volumosas (DURKHEIM, 1999, p.258).

O volume e a densidade das sociedades, segundo o autor, vão ser causas e não apenas condições para que a divisão social do trabalho se estabeleça e desenvolva.

Não dizemos que o crescimento e o adensamento das sociedades permitem, mas que requerem, uma divisão maior do trabalho. Eles não são um instrumento pelo qual esta se realiza, mas sua causa determinante (DURKHEIM, 1999, p.259).

As duas citações acima são uma demonstração da interpretação do autor da ordem dos fatos. Para ele, a divisão social é fruto de um processo social populacional, por assim dizer. Não estão no centro as relações sociais entre os diversos grupos. Ele só retoma essa questão quando coloca o retorno da influência, nas variedades dos meios, agindo sobre os indivíduos. É bom lembrar a influência que Darwin vai exercer em Durkheim, no que tange a um processo evolutivo social, fazendo um paralelo nas funções orgânicas às funções sociais. Continuando seu raciocínio, a divisão social do trabalho é o motor da sociedade, dado pelo volume e densidade populacional propiciada pelo genérico “*luta pela vida mais ‘ardente’*” (DURKHEIM, 1999, p.263).

No nosso entendimento, ele se aproxima do diagnóstico de Smith e de Marx quando aponta a divisão social do trabalho como início da organização do trabalho.

O antagonismo entre o trabalho e o capital é outro exemplo, mais contundente, do mesmo fenômeno. À medida que as funções industriais vão se especializando, a luta se torna mais viva, em vez de a solidariedade aumentar (DURKHEIM, 1999, p.369).

Evidente que a ‘concordância entre os autores’, se é que assim podemos dizer, termina por aí. A luta entre o capital e trabalho, reconhecida por Durkheim, é só uma expressão da divisão do trabalho. Esta, sim, tem a força social enquanto fato e como consequência, a força conceitual. Em Marx, há o desdobramento da apropriação privada dos meios de produção, que desenvolverá as relações sociais produtivas. Durkheim, no entanto, não aponta em direção às relações produtivas. Sua marca configura-se nos ditames do desenvolvimento das forças produtivas. Sendo assim, ele apresenta, de forma oposta a Marx, a divisão como o motor do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, um processo de atenuação das contradições surgidas.

Tudo acontece mecanicamente. Uma ruptura de equilíbrio na massa social suscita conflitos que só podem ser resolvidos por uma divisão do trabalho mais desenvolvida: este é o motor do progresso (DURKHEIM, 1999, p.268).

Durkheim expõe o caráter contraditório da atividade social dentro da divisão social do trabalho, mas, ao mesmo tempo, apresenta como uma saída conciliatória aos problemas ocorridos. Apresenta, também, a oposição existente, que converge as atividades humanas – representadas no ser social – para uma mesma unidade social a ser preservada. Esse movimento lógico o autor descreve com maestria, apontando que essa divisão só tem sentido no mesmo grupo social. Caso contrário, seria a ruptura e o esfacelamento do grupo social.

A percepção de que a divisão do trabalho se dá, em sua forma, cada vez mais contígua e que esse processo se apresenta na ampliação do mercado, do aumento de grandes aglomerações e das suas necessidades, Durkheim observa a substituição do trabalho humano pelas máquinas, como fruto da divisão social do trabalho. Nos pilares da concepção durkheimiana, ele vai apontar os economistas que ajudam a perceber a sociedade dentro da divisão existente:

1º. Quando os trabalhos não são divididos, é necessário deslocar-se sem cessar, passar de uma ocupação a outra. A divisão do trabalho economiza todo esse tempo perdido; segundo a expressão de Karl Marx²⁴, ela estreita os poros da jornada de trabalho;

2º. A atividade funcional aumenta com a habilidade, como talento do trabalhador, que a divisão do trabalho desenvolve; menos tempo é gasto em hesitações e experimentações (DURKHEIM, 1999, p.414).

A divisão, efetivamente, coloca um ponto a mais na busca da produtividade. Para Durkheim, este não é o ponto central e, sim, a possibilidade de construir uma sociedade harmonizada na qual cada um assuma sua função nas diferentes tarefas da divisão do trabalho. A questão das habilidades e das perdas com tempos em experimentações descreve o caráter sólido da tecnologia. Ao mesmo tempo, sutilmente aponta que a instabilidade, ‘as hesitações e experimentações’ não são bons componentes para o desenvolvimento social, ou seja, no nosso entendimento, do capitalismo. A necessidade fundante da divisão social do trabalho é economizar o tempo gasto na produção. Apresenta o discurso ideológico do capital a partir de seu aspecto

²⁴Uma observação incidental cabe aqui. Em alguns momentos, transparecia que o autor tinha conhecimento dos escritos de Marx, entretanto, ele nunca fazia referência a este. No entanto, nesse momento, o mesmo refere-se a Marx, apesar de ainda não citá-lo objetivamente.

científico, caracterizadamente moral. A moral é a justificativa da própria sociedade a ser defendida:

Eis o que constitui o valor moral da divisão do trabalho. É que, por ela, o indivíduo retoma consciência de seu estado de dependência para com a sociedade; é dela que vêm as forças que o retêm e o contêm. Numa palavra, já que a divisão do trabalho se torna a fonte eminente da solidariedade social, ela se torna, ao mesmo tempo, a base da ordem moral (Durkheim, 1999, p.423).

Como tendência da evolução social, Durkheim aponta para sua máxima ampliação, com o cuidado que essa máxima atitude não possa fazer com que haja uma ruptura na sociedade, mantendo o sentido fundamental da divisão social do trabalho, que é a manutenção da própria existência da sociedade e necessariamente dos vínculos de solidariedade interna. “*Nossa conclusão não é que é bom levar a especialização o mais longe possível, mas tão longe quanto necessário*” (DURKHEIM, 1999, p.424). Esta canalização para a divisão social do trabalho, como apontamos em Adam Smith, esconde o que está por trás que são as relações sociais produtivas. Novamente, vemos os pensadores, da ordem burguesa, limitados ao debate da divisão do trabalho, enquanto ‘forças produtivas’. O interessante é que o autor consegue trazer elementos que poderiam servir de base para extrapolar sua própria argumentação conservadora da ordem social. Beira, então, a um idealismo, quando coloca as necessidades das limitações da divisão social do trabalho ocasionado pela contradição trabalho e capital.

Veremos(...) que essa tensão das relações sociais deve-se em parte ao fato de que as classes operárias não querem na verdade a condição que lhes é imposta, só aceitando, com frequência, obrigadas e forçadas, por não terem meios de conseguir outra. (DURKHEIM, 1999, p.370).

Para Durkheim, o sujeito não desejar estar em sua função caracteriza um problema a ser sanado. Para o autor, a ordem da divisão do trabalho deve ser aprimorada, e a busca por algo mais equânime também deve ser um objetivo social a ser perseguido²⁵. No entanto, devido à complexidade da vida social, o aprofundamento da divisão social do trabalho seria a própria saída de tais crises, superando as patologias sociais existentes.

Para o autor, como a divisão do trabalho é algo inexorável ao progresso e à própria sociedade civilizada, a solução não está na superação da divisão de classes, como apontava Marx, mas se dá no campo da ordem, da melhoria da própria divisão do trabalho, apesar de suas contradições. “*Numa palavra, o trabalho só se divide espontaneamente se a sociedade for*

²⁵ O autor não reconhece essa contradição com base nas relações de apropriação entre as classes sociais.

constituída de maneira que as desigualdades sociais exprimam exatamente as desigualdades naturais (DURKHEIM, 1999, p.395)”. Urge um processo de adaptação da complexidade.

No entanto, **quando se trata de nos adaptarmos a objetos particulares e especiais, só podemos logr -lo combinando um grande número de estados de consciência, diferenciados   imagem das próprias coisas a que se referem.** Uma vez ordenados e constituídos, esses sistemas funcionam sem dúvida com mais facilidade e rapidez, mas permanecem muito complexos (DURKHEIM, 1999, p.317 - grifo nosso).

Um primeiro componente desse movimento são as condi es para sua realiza o: a cria o de um processo ideológico, ou do pensamento, externo   própria rela o em si.   a obrigatoriedade da adapta o   realidade, no caso da divisão de tarefas, do lugar social do trabalhador, do empresário e das subdivisões existentes. A adaptabilidade   cara   qualquer sistema social, e no capitalismo não pode ser diferente. Nos processos de forma o da força de trabalho, o modelo de competências aborda em liberar a criatividade em oposi o   adapta o, no entanto, como veremos, a adapta o   inerente   reprodu o social,   reprodu o da divisão do trabalho, portanto,   reprodu o da sociedade capitalista. Além deste, alguns outros elementos são assinalados por Durkheim, todos inter-relacionados: a mobilidade, a flexibilidade e o controle.

Desse ponto de vista, a divisão do trabalho social se distingue da divisão do trabalho fisiológico por uma característica essencial. No organismo, cada célula tem seu papel definido e não pode mudá-lo. Na sociedade, as tarefas nunca foram repartidas de uma maneira tão imutável (DURKHEIM, 1999, p.339).

Durkheim vai fazer todo um comparativo com Darwin, mediando na sociedade uma diferença, que   a possibilidade da mobilidade de as pessoas exercerem outras fun es diferentes das que estavam habitualmente acostumadas a fazê-las²⁶. No processo dessa divisão aumentada, o autor vai aludir essa questão aproximando-a da idéia de flexibilidade, traduzida pela própria liberdade que tem o indivíduo dentro da sociedade moderna. “  medida que o trabalho se divide, essa flexibilidade e essa liberdade se tornam maiores” (DURKHEIM, 1999, p.340).

Em decorrência da divisão do trabalho vem a flexibiliza o do trabalho. Esse discurso de flexibiliza o, repetido hoje aos quatro cantos do mundo, caracterizado por Durkheim, conforme sua época, traz consigo o mesmo sentido lógico do capitalismo, apesar de suas diferenças na

²⁶ A mobilidade enquanto ser humano   a diferença colocada pelo autor no que tange a movimentar-se em diversas fun es que pode exercer dentro do seu grupo. Além disso, na forma capitalista de produ o essa mobilidade, formalmente como a liberdade contratual,   uma necessidade sistêmica.

atualidade. É a força da flexibilização na disputa vencida contra as corporações medievais. Mas o autor vai mais além, ao perceber que o próprio desenvolvimento do capitalismo vai se apresentar como desenvolvimento da divisão do trabalho, requerendo processos mais complexos e, conseqüentemente, processos de maior flexibilização do trabalho, com a possibilidade de mexer-se em seus domínios. É bom lembrar que o termo flexibilizar tem uma caracterização de uma movimentação dentro de limites definidos. Ele amplia a possibilidade de uma ação, mas frisamos que, esse processo de ampliação vai, no seu limite, até a possibilidade de tornar-se uma outra tarefa independente (Lembremo-nos dos processos de combinação e isolamento). Além da flexibilidade, a própria mobilidade é uma necessidade conseqüente da flexibilização, devido ao movimento do capital de um ramo para outro, de uma necessidade produtiva para outra. Para Durkheim, os trabalhadores devem estar preparados para seguir as ondas do capital. *“Por isso é necessário que os trabalhadores mantenham-se prontos para segui-lo e, por conseguinte, para servi-lo em diferentes empregos”* (DURKHEIM, 1999, p.340). É dentro dessa situação de mobilidade do capital que, para não ser rompida a ordem, exige-se do trabalhador uma constante adaptação às novas exigências do capital. Não é por acaso que, na expressão das competências, a adaptação, flexibilidade e mobilidade componham enquanto pré-requisitos em sua formatação.

Por causa de sua complexidade, são essencialmente instáveis: produz-se neles sem cessar alguma ruptura de equilíbrio, alguma novidade. Para permanecer adaptada, é necessário, pois, que a função também esteja sempre pronta a mudar, a dobrar-se às novas situações (DURKHEIM, 1999, p.344).

Por fim, a caracterização da instabilidade. Típica dos tempos neoliberais, na verdade, referimo-nos a esses processos de aumento de precarização, de instabilidade, como um movimento de aprofundamento, pois, em sua essência histórica, não se pode dizer que não é do próprio movimento do capitalismo. Também queremos ressaltar que a flexibilização ou a fácil mudança não reina em absoluto na realidade do trabalho. O autor vai enumerar alguns exemplos que depõem ao contrário, como no caso de trabalhos que foram assumidos por alguns grupos sociais, como resquícios das corporações ultrapassadas, e herdaram suas funções. Novamente vemos a sua clareza na descrição dos fatos no trabalho, mas, coerentemente, o próprio limite em não abordar a questão como oriunda da interpretação enquanto ‘relações sociais do trabalho’. *“Mesmo hoje e entre os povos mais cultos, há carreiras que são ou totalmente fechadas, ou de difícil acesso aos deserdados da fortuna* (Durkheim, 1999, p.396)”. Ele aponta alguns processos

de reserva, o que hoje chamamos de reserva de mercado, assumidos dentro do capital, como processos reguladores²⁷.

Mesmo não abordando o problema em sua raiz, Durkheim consegue expressar claramente algumas conseqüências da divisão do trabalho, ainda que com algumas visões idealistas sobre a questão. No caso, ele enfrenta o problema da atividade laboral repetitiva. *“Todos os dias, ele repete os mesmos movimentos com uma regularidade monótona, mas sem se interessar por eles, nem compreendê-los”* (DURKHEIM, 1999, p.388). Coloca como superação dessa atividade desinteressante a visão do trabalhador na solidariedade necessária para a realização do trabalho. O trabalhador precisa compreender o seu lugar e, conseqüentemente, o lugar dos outros no resultado do trabalho. Não deixa de ser uma conclusão idealista, mas como uma base de análise objetiva.

O autor combate algumas idéias que afirmam que uma formação geral superaria esse problema. Para Durkheim, é preciso uma formação especializada, compreendendo o conjunto social que, dividindo o trabalho, precisa de uma maior solidariedade entre todos os componentes da sociedade. *“A divisão do trabalho não muda de natureza se fazemos ser precedida por uma cultura geral”* (DURKHEIM, 1999, p.357). Para o autor, o problema é de organização e preparação para a complexa divisão do trabalho. Não se resolve o problema da integração solidária na divisão do trabalho, fazendo formação geral. Podemos chegar a duas conclusões: de um lado, a permanência do trabalhador nas relações produtivas existentes, de forma incontestada. Do outro, é esclarecedor que se algo de geral deve haver na formação é somente a percepção orgânica da solidariedade entre as funções.

É um problema ideológico a busca da preparação para algo que extrapole os interesses do capital. Para ele, neste sentido, é nula uma formação geral. O que ele aponta concretamente é que a formação para a especialização não prescinde da localização e da aceitação de sua função. O importante é o seu resultado. No fundo, o autor aposta no aumento da produtividade com harmonia social, apesar de não considerar isto o objetivo fundamental da divisão do trabalho.

O primeiro cuidado de um chefe inteligente e experiente será suprimir os empregos inúteis, distribuir o trabalho de maneira que cada um fique suficientemente ocupado, aumentar por conseguinte a atividade funcional de cada

²⁷ O próprio Smith já abordava esse movimento: *“O privilégio dos diplomados constitui uma espécie de estatutos de aprendizagem, cuja contribuição para a melhoria da educação é exatamente a mesma que a dos demais estatutos de aprendizagem para o aprimoramento dos ofícios e manufaturas”* (SMITH, 1985a, p.201-202).

trabalhador, e a ordem renascerá espontaneamente, ao mesmo tempo que o trabalho será mais economicamente organizado (DURKHEIM, 1999, p.410).

A partir da divisão do trabalho surge o controle. Para atingir esses objetivos, o controle é fundamental, mas não é o objetivo, não tem uma finalidade em si, é um meio *'sine qua non'* para a implementação do processo produtivo. Ele faz uma comparação com a biologia, com a função do cérebro, enquanto dirigente do processo. *“Assim, o cérebro não cria a unidade do organismo, mas a exprime e a coroa”* (DURKHEIM, 1999, p.357). Diante dessa perspectiva da necessidade do controle, o próprio autor aborda as contradições da divisão do trabalho na sociedade e o risco que uma sociedade pode correr.

O antagonismo entre o trabalho e o capital é outro exemplo, mais contundente, do mesmo fenômeno. À medida que as funções industriais vão se especializando, a luta se torna mais viva, em vez de a solidariedade aumentar (DURKHEIM, 1999, p.369).

Esse risco, de ruptura social, é decorrente da própria sociedade complexa. Portanto, a divisão social do trabalho tem um limite essencial que, se extrapolado, acarreta a sua própria ruptura. *“A divisão do trabalho não poderia, pois, ser levada demasiado longe sem se tornar uma fonte de desintegração”* (DURKHEIM, 1999, p.372). O limite está diante da própria necessidade de superar os problemas decorrentes de sua natureza. *“A divisão do trabalho é, pois, um resultado da luta pela vida, mas é um seu desenlace atenuado”* (DURKHEIM, 1999, p.268). Ele reconhece, então, a contradição no seio de uma sociedade que divide, modernamente, o trabalho. *“Mas não é necessário, nem mesmo possível, que a vida social seja sem lutas. O papel da solidariedade não é suprimir a concorrência, mas sim moderá-la”* (DURKHEIM, 1999, p.382). Mas pela solidariedade vem o papel atenuador que, na verdade, poderíamos traduzir como o papel de conciliação entre as classes. Essa situação está cada vez mais em crise, visto que o processo, no nosso entender, não é um problema de natureza técnica, ou simplesmente de desenvolvimento das forças produtivas de forma harmoniosa. É, sim, oriundo da contradição das relações sociais produtivas, da exploração por parte das classes dominantes àquelas exploradas. Para tal, a busca do equilíbrio diante de tamanho desenvolvimento das forças produtivas são os desafios que Durkheim apresenta e para os quais propõe saídas.

I. 3. a. A especificidade da construção do conceito de educação

Mesmo não sendo objeto central do capítulo, nem da tese, trouxemos Durkheim em sua concepção de educação, no intuito de contribuir, de certa maneira, com o entendimento do seu pensamento, e, a partir disso, relacionarmos com o tema proposto, o das competências.

O autor busca uma definição nos moldes positivistas sobre educação, de forma a contestar as elaborações idealistas, que se baseiam na busca pela perfeição ou pela felicidade, como exemplo. Para montar seu conceito, vai olhar a história e levantar os elementos que nela se repetem de forma comum, nos processos educativos. Busca, assim, referendar-se coerentemente na idéia central da divisão do trabalho, tendo a educação como resposta a essa necessidade.

No seu entendimento do processo de educação, a transformação do ser individual em ser social tem dois aspectos inseparáveis: o uno e o múltiplo ou divisível. Duas faces da mesma moeda. A educação dos jovens e crianças deve ocorrer nesse sentido, com ênfase na divisão do trabalho, na especialização, sem excluir o que ele chama de fundo comum.

A educação tem a força da própria sociedade em seu desenvolvimento. Em seu conceito de educação ele levanta os princípios da ação em vários termos: no intelecto, no físico e no moral. Aponta as gerações passadas como educadoras das novas, ressaltando o duplo aspecto: o uno e o divisível para o qual o indivíduo deve ser preparado, reproduzindo a divisão do trabalho. Vejamos:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 1978, p.41).

Não cabe aos pais individualmente a educação e, sim, ao processo orgânico coletivo, da própria sociedade. *“É uma ilusão acreditar que podemos educar nossos filhos como queremos”* (DURKHEIM, 1978, p.36-37). Isso exigiria a homogeneidade do grupo social como um todo, mas a formação é dividida conforme as diferentes funções que os grupos são chamados a exercerem na sociedade. *“Ainda hoje não vemos que a educação varia com as classes sociais e com as regiões? A da cidade não é a do campo, a do burguês não é a do operário”* (DURKHEIM, 1978, p.39). Para responder a essa demanda de educação o Estado, para Durkheim, tem um papel importante.

É função do Estado proteger esses princípios essenciais, fazê-los ensinar em suas escolas, velar por que não fiquem ignorados pelas crianças de parte alguma, zelar pelo respeito que lhes devemos. Há, a este propósito, uma ação certa a exercer, que talvez seja tanto mais eficaz, quanto menos agressiva e menos violenta pareça, contida, como deve ser, nos limites da sábia tolerância (DURKHEIM, 1978, p.49).

Como vemos, a formação para a divisão social do trabalho é uma das características de Durkheim. Nela, o autor aponta que as divisões existentes respondem à complexidade existente no mundo contemporâneo e que as ilusões idealistas de formação não cabem na realidade, no entanto ele tem bem claro o papel reprodutor da educação, do papel do estado na manutenção do 'status quo'. Como vimos em Smith, a sua defesa do capitalismo era um passo à frente das formações feudais. Já Durkheim, busca a harmonização da sociedade capitalista. Marx, mesmo vivendo em tempo cronologicamente intermediário aos dois, vai fazer a crítica à divisão do trabalho capitalista como algo inevitável, ou a-histórico, mas isto veremos mais adiante.

Capítulo II. A divisão social do trabalho numa visão mais contemporânea

Neste segundo capítulo, buscamos dialogar com alguns autores mais recentes, mas importantes na configuração da idéia da divisão do trabalho. O primeiro é um grupo de autores que publicaram um “Tratado sobre Sociologia do Trabalho” - Naville, Friedman, com a colaboração de Touraine -, nos anos de 1950, com uma atualidade admirável. Depois, percorremos a crítica e a “autocrítica” de Gorz sobre a mesma divisão. Por último, Helena Hirata, autora importante, que trata de um aspecto relevante da divisão do trabalho, que é a sua amplitude.

II. 1. A sociologia do trabalho repercute a divisão do trabalho

O ponto de partida de Naville e Friedman é o reconhecimento da diferença entre a divisão explicitada na produção, comparada com a existente na sociedade. Referindo-se ao processo histórico, o ‘Tratado’ aponta que essa diferença era mais nítida enquanto havia menos pessoas, empresas e produtos, e a diferença entre a fábrica e a sociedade, em menor escala, aparecia mais fortemente.

Salta aos nossos olhos a observação sobre o aumento na produção de todos os números envolvidos e de todo o volume que representa o processo produtivo em desenvolvimento, o que, conseqüentemente, aponta para um aumento da divisão do trabalho.²⁸ Os autores definem assim a composição da referida categoria: “*La división del trabajo, cualquiera que sea su dominio de análisis, no es sino la expresión de una relación hecha a la vez de antagonismo e de cooperación*” (FRIEDMANN & NAVILLE, p.370: 1992).

Essa composição já tinha sido apontada por Marx como cooperação e isolamento para a divisão do trabalho, bem como a concorrência entre os patrões - e entre os trabalhadores - e seu processo de monopolização. No entanto, os autores traduzem Marx, explicitando um lado humano e outro técnico da divisão²⁹.

Al distinguir la división social de la división manufacturera, Marx puso de relieve las diferencias entre el aspecto técnico (horizontal) y el aspecto social, humano (vertical) de la división (FRIEDMANN & NAVILLE, 1992, p.370).

²⁸ Estamos iniciando a chamada época de ouro do capitalismo, a ante-sala da importante crise de superprodução do final dos anos de 1960 e início de 1970.

²⁹ O interessante é que os autores vão referir-se a Marx por outro motivo sobre a divisão do trabalho, igualando-o a Proudhon.

A questão humana é apresentada como uma questão hierárquica. No nosso entendimento, a leitura sobre relações sociais fica diminuída. É tratada como uma divisão hierárquica de mando, perdendo o sentido das relações sociais produtivas na divisão social do trabalho. É a partir desse patamar que vamos colocar as contribuições desses autores.

Começamos pela parcelização das tarefas que os trabalhadores desenvolvem na divisão do trabalho. Conforme os autores: *“La fijación del obrero en una tarea parcial, limitada, depende tanto de una necesidad de mando como de una necesidad práctica”* (FRIEDMANN & NAVILLE, p.371, 1992). Essa perspectiva nos leva a precisar que os processos concretos de parcelização, distribuição de tarefas, correspondem a uma necessidade real do processo produtivo, tanto na órbita do fazer, quanto no controle desse processo. Efetivamente, tal controle está relacionado com as relações sociais produtivas, mas os autores não optarão aprofundá-la como conclusão dessa apreciação da realidade.

Drucker reconoce también que la ‘división avanzada del trabajo depende de la necesidad para los cuadros, para la dirección de controlar, de hacerse independiente de ellos’. C. Dreyfus dice igualmente que la división parcelaria del trabajo significa al mismo tiempo que ‘los obreros y todo los asalariados pueden ser desplazados y sustituidos en todo momento’, que ‘aumenta considerablemente la dependencia del asalariado en relación con el patrono. Un asalariado de hoy, formado sólo para una función particular, tiene más dificultades para encontrar empleo que su predecesor, hombre de oficio, con una formación sólida y polivalente, apto y listo para ocupar diversos puestos’. Warner y Low (1947) hicieron, hace diez años, observaciones análogas (FRIEDMANN & NAVILLE, 1992, p.370).

Os autores corroboram a questão da relação da divisão do trabalho com o controle sobre o assalariado, ficando este a mercê do empregador, inclusive de efetivar a sua contratação. A substituição de um trabalhador por outro é uma vantagem dentro da especificação que desenvolveu o sistema de divisão do trabalho, mas já nos deixa atentos para percebermos a inseparabilidade da divisão do trabalho, em si, com o restante das relações e interesses das classes envolvidas na produção e distribuição das mercadorias. Por um lado, esses autores já fazem referência, dez anos antes da elaboração dessa obra, à diferença entre um trabalhador preparado para a função particular e outro com a formação sólida e polivalente. Interpretamos esta situação histórica, na formação dos trabalhadores, correspondente às exigências pendulares, ora mais ou menos especializados, com mais ou menos especializações, conforme o desenvolvimento das

forças produtivas da época. Os autores, nessa análise, apontam que a divisão terá como definição central o posto de trabalho e não, propriamente, o trabalhador. Este, sim, deve se adaptar e aprender as exigências dos que controlam o que se produz.

Una habilidad degradada en la rapidez de los actos elementales; la repetición cíclica de actos estereotipados; la manipulación y condición de máquinas cada vez más simple del trabajo así subdividido es el puesto (FRIEDMANN & NAVILLE, 1992, p.372).

Um maquinário simplificador, dividindo o posto de trabalho não é mais do que a busca incessante do aumento da produtividade, segundo nossa interpretação. O automatismo e custo crescentes vão modificando a distribuição de tarefas. É o trabalho integrado entre máquinas e tarefas. Há um novo tipo de cooperação, um processo de autonomização crescente entre as tarefas. A divisão aumenta entre os serviços de preparação, fabricação e manutenção, mas essas funções, às vezes, reúnem-se, quando antes eram divididas. Mas a questão central, para os mesmos, não é o aprimoramento dos trabalhadores e, sim: *“la división del trabajo de la inclinación al intercambio, que depende a su vez de la necesidad de comunicación y aun de la simpatía”* (FRIEDMANN & NAVILLE, 1992, p.371).

Reafirmamos que o movimento prático do trabalho é um constante reagrupar e dividir tarefas concretas. Na lógica da divisão do trabalho, na lógica da cooperação e concorrência, encontram-se esses elementos contraditórios. Afinal, o que rege esse movimento a não ser a busca incessante pela melhoria da produtividade? Nos momentos de instabilidade, ou de revolução no modo de produzir ou dos instrumentos de produção, ocorre uma instabilidade também nas especializações, uma complexificação momentânea, mas que não está no horizonte tendencial do aumento da produtividade, que é justamente a diminuição da jornada de trabalho. Passado o processo de transição fica mais evidente o processo de simplificação tendencial do trabalho.

Continuando a análise com os autores, os esquemas feitos não se referem somente ao chão da fábrica. Eles são estendidos a todas demais funções de organização, gestão e administração. Inclui até as vendas, que obedecem as mesmas leis de desenvolvimento, sendo as mais avançadas formas de organização que regem as demais. Já naquela época falavam de uma subjetividade, de uma simpatia. Este debate retomaremos adiante, com as competências. Até o sorriso passa a ser critério objetivo na formação do trabalhador.

Na nossa visão, o resultado mais avançado tecnologicamente efetivado ou organizativamente referenciado torna-se o parâmetro para todos os processos produtivos. Não é por acaso que os setores mais dinâmicos da economia vão ser o marco para todas as outras atividades que, mesmo não sendo atividades de ponta, ou especiais para o capital, vão ter como referência o modelo atualizado e maximizado. Evidente que ter como referência e ter que seguir a ordem não quer dizer que isso se efetive de forma igual ou mesmo similar. Ao mesmo tempo em que há um direcionamento, esse objetivo está confinado dentro dos limites das condições para desenvolvê-lo. Acompanhar esse desenvolvimento torna-se uma necessidade de sobrevivência à própria organização e na participação no processo produtivo. Esse processo reflete-se na formação da força de trabalho, cujo parâmetro mais elevado é a referência principal para todos os tipos de trabalho.

Voltando a Naville & Friedemann, nas transformações ocorridas de automatização, há um processo de redução da atividade na ação junto às máquinas. Têm diferentes classificações, conforme a de Marx: “1) *operadores de máquinas-herramientas y de máquinas motrices*; 2) *peones, ‘alimentadores’*; 3) *ingenieros, mecánicos, montadores, etc*” (FRIEDMANN & NAVILLE, 1992, p.376). Já os autores classificam da seguinte maneira: “a) *trabajos de estudio y de preparación*; b) *trabajos de fabricación*; c) *trabajos de mantenimiento*” (FRIEDMANN & NAVILLE, 1992, p.376). Na nossa compreensão, as operações básicas continuam as mesmas, a diferença são as condições para operação e, conseqüentemente, o *modus operandi*, que se apresenta com modificações sensíveis, como, por exemplo, a introdução da robótica e da informática. O salto, visto pelos autores, ainda enfrenta obstáculos pela dura realidade, uma vez que o trabalho em cadeia havia manifestado alguns inconvenientes, algumas tarefas representam mais trabalho do que outras, principalmente dentro de uma complexidade produtiva.

La aceleración de los ritmos de producción individuales provocaba desigualdades perjudiciales para la coordinación del proceso de producción. Cuanto más complejas se vuelvan las producciones, más disminuye el rendimiento por la monotonía y más insoportable se vuelve presión sobre el obrero. La distribución de las tareas se hace cada vez más difícil de efectuar equitativamente (FRIEDMANN & NAVILLE, 1992, p.377).

É neste quadro – ressaltando que, para eles, ainda não é o mais desenvolvido – que os autores apresentam os limites da subdivisão no trabalho, além de subjugar os trabalhadores.

En el plano humano, la división contribuía además a aislar o agrupar a los obreros sin unidad funcional, a rebajar el status profesional y aumentar la sujeción en el trabajo (FRIEDMANN & NAVILLE, 1992, p.378).

Na busca pelo uso pleno, tanto das máquinas como dos trabalhadores, o automatismo tem proporcionado algo humanitário, segundo os autores, mas que a visão através dos postos de trabalho já não mais dão conta. “*Esas mediciones, llamadas de análisis de puesto, tropiezan cada vez más con el carácter global, funcional y móvil de las operaciones*” (FRIEDMANN & NAVILLE, 1992, p.383-384).

Na obra o tratado de Sociologia do Trabalho, os autores colocam Alain Touraine para debater sobre a evolução do trabalho operário, que veremos em seguida, dando continuidade a seu pensamento no ‘Tratado’. Começa Touraine:

El estado de las técnicas y los métodos de producción rige, la menos en gran medida, la situación profesional en la industria. El desarrollo del trabajo en gran serie supone la sustitución en los talleres de producción de los obreros calificados por obreros especializados (O.E) asignados a tareas limitadas, rápidamente aprendidas y repetidas (TOURAINÉ, 1992, p.384/5).

A produção em série é apresentada como um mecanismo de substituição de trabalhadores qualificados por especializados, agora, com tarefas simplificadas. Eis uma diferenciação importante que traz à tona o autor. Enquanto o pressuposto de qualificação presume uma melhoria, por mínima que seja, na especialização, a melhoria pode aumentar ou diminuir, pois é a especificidade da tarefa que está em relevância quando se aborda a especialização³⁰. O próprio Touraine esclarece a diferença e aponta uma especialização cada vez mais repetitiva, o que, no nosso entender, é secundário, no sentido de que a repetição não é objetivo e, sim, efeito da necessidade da especialização, que deve mormente encontrar a sua máxima produtividade.

Cuanto más complejas se vuelvan las máquinas y más se agrupan mecánicamente las operaciones o se encadenan automáticamente, más importancia adquieren esos trabajos técnicos mientras que los obreros especializados representan una parte decreciente del conjunto de los trabajadores manuales (TOURAINÉ, 1992, p.385).

Podemos concluir que Touraine propõe que os especialistas seriam trabalhadores com capacidade técnica para operar os processos cada vez mais automatizados; já os especializados

³⁰ Estaria escondido o aumento da especialização na fumaça da formação das competências?

seriam trabalhadores manuais com uma capacidade para operar uma máquina ou um procedimento.

Lo importante es que la calificación se define aquí menos con un nivel de conocimientos que como una facultad de decisión y, en muchos casos, como mando, es decir, como un principio de organización del trabajo (TOURAINÉ, 1992, p.387).

Para o autor, a qualificação está subordinada à ordem, à organização da produção e seu poder de mando. No Tratado, a estabilidade dos processos vai na contramão do processo decisório que têm os trabalhadores. Em decorrência da lógica apresentada no Tratado, entendemos que a maior ou menor participação do trabalhador nas decisões sobre o que fazer, dentro de seus limites, refere-se a uma maior ou menor estabilidade no modelo produtivo desenvolvido. Em épocas de transição, da tecnologia ou no formato organizativo, o trabalhador é instado a participar mais, a dar uma contribuição dentro desta ‘instabilidade’, à procura de um processo rotineiro de alta produtividade, ainda em estágio experimental. No caso, o próprio controle do processo ainda está em consolidação. Esse elemento serve como primeiro parâmetro no debate sobre a autonomia, característica das noções de competências, que iremos abordar nos últimos capítulos. Por ora, é suficiente esta observação.

Touraine continua questionando a inexistência do absolutismo em qualquer forma produtiva, mesmo no taylorismo. Em uma nova forma organizativa, pressupõe outras abordagens com o trabalho e pelo trabalhador em busca de sua autonomia em sua subjetividade.

la prioridad de la organización sobre la ejecución le da a ésta cierta autonomía respecto de la técnica y uno de los aspectos de esta autonomía es la necesaria consideración del hombre como ser psicológico y social y no ya sólo como agente de ejecución (TOURAINÉ, 1992, p.395).

Há, segundo o Tratado referido, uma mudança não só do fazer no trabalho, mas também de seu significado, aumentando assim a participação dos trabalhadores em decisões. Afirma, assim, que é uma maior participação dentro limites mais definidos, e que, no contexto total, há, sim, uma participação menor. Como afirmamos anteriormente, a questão da autonomia é um debate que precede o das competências, é inerente à falta dessas no processo produtivo capitalista e se apresenta como uma contradição.

Agora, são trabalhos de alimentação e vigilância, de percepção de sinais cada vez mais abstratos: *“La mayoría de los trabajos directos son trabajos de supervisión y de control”*

(TOURAINÉ, 1992, p.398). Desta assertiva decorrem duas conseqüências para o próprio autor. A primeira é que o resultado obtido no processo produtivo não é diretamente proporcional à quantidade ou à qualidade das intervenções dos trabalhadores na produção. A segunda é a dificuldade de averiguar se os operários exercem uma maior ou menor ação que antes, noutra sistema, sobre a produção. Essa dificuldade decorre da natureza da ação diferente em épocas anteriores, para o autor.

Essa contribuição do ‘Tratado’ é relevante, pois sempre quando se discorre sobre qualificação ou competência a tendência é que vejamos como algo superior ao anteriormente desenvolvido. Na verdade, existem complicadores objetivos, como a natureza do trabalho, a não medição por resultados, o trabalho complexo etc. No próprio ‘Tratado’, os autores vão reconhecer em Marx a maestria com que apresenta o trabalho complexo³¹.

Voltando ao livro aqui estudado, são apontadas determinadas qualidades diferentes que se exigem dos trabalhadores na atualidade, em seu tempo.

Pero las cualidades exigidas de un buen obrero son diferentes de las que caracterizarían al obrero especializado de la fase B o al maestro de la clase A. Aunque pocos estudios sistemáticos hayan sido dedicados a este tema, puede decirse que las diferencias individuales de aptitudes, entendidas sobre todo en el sentido de la capacidad de recibir, de transmitir o de emitir cierto número de información a cierta velocidad y durante cierto tiempo, desempeñan un papel esencial, es decir, que el valor profesional del obrero se define menos en el plano de su relación directa con ciertos instrumentos de producción y más en el plano de su papel en una red de comunicaciones. El obrero se encuentra, en efecto, a la vez más aislado de los demás que antes y más estrechamente ligado a los demás (TOURAINÉ, 1992, p.399).

Aqui já vemos plantados elementos caracterizadores das competências, o que reforça ainda mais nossa tese de que a nova formatação dos modelos de competências é uma novidade parcial dentro de uma continuidade de exigências formativas para a força de trabalho do capital. O autor vai discorrer que, depois de suplantada a experiência pelo conhecimento, nessa nova fase, o que será valorizado é a postura do trabalhador em relação aos outros, a sua atitude no posto de trabalho. A ação de manutenção passa a ser dominante, conseqüentemente, *“La antigua autonomía profesional del mundo obrero acaba de desaparecer aquí. El obrero está*

³¹ Marx expõe que o trabalho complexo é dividido em partes e chega-se a um denominador comum, o trabalho simples, para realizar os processos de medição, entrando o tempo como elemento-chave de decomposição da fórmula, dentro de seu momento histórico.

profesionalmente integrado a la empresa” (TOURAINÉ, 1992, p.400). Esse processo de integração supera a dominação pelo conhecimento e coloca para o trabalhador não a possibilidade de ampliar autonomamente seus conhecimentos, mas de adentrar na lógica dominante da produção. Aqui temos um ancestral do saber ser, ou seja, exemplos assim, que aparecem no presente, têm raízes e antecedentes crivados nos objetivos fundamentais do sistema.

O outro critério é o de responsabilidade, afirma Touraine, pois, *“cuanto más se mecaniza y automatiza la industria, más consecuencias graves puede tener una falta o un error del obrero”* (TOURAINÉ, 1992, p.402). Portanto, o que é medido pela qualificação é o seu papel no sistema técnico e humano na produção, não porque ele efetivamente faz, mas pelos erros que possa cometer. A responsabilidade e autonomia estão irmanadas na noção atual de competências. Esses movimentos, mesmos ligados à vanguarda do processo produtivo em meados do século XX, reaparecem na atualidade, referenciados enquanto novidades, pois devem seu arcabouço prático às novidades do processo produtivo e, portanto, não necessitam responder a outros modos de produzir ultrapassados e, mais, ‘não’ estão relacionados diretamente com o modo capitalista inovador da produção e conservador das relações sociais. Por isso, chamamos de novedosa a forma de produzir e do modelo de competências, pois essencialmente estão ligadas intrinsecamente ao capitalismo.

Por último, trataremos o debate sobre a indústria e a burocracia, por estar dentro da lógica das relações valorizadas no ‘Tratado’. Ou seja, as relações sociais são fundamentalmente tratadas como relações hierárquicas, como dissemos no início deste item. O autor observa que, muitas vezes, ela é escondida por afirmações técnicas, como se fosse uma questão técnica a ser cumprida. Além disso, a necessidade do controle e mando vão ganhando proporções que requerem uma cientificidade para dar um tratamento adequado a essa questão.

Ocorre a transformação dos diretores em ‘experts’, segundo o tratado aborda sobre a utilização da psicologia industrial: *“la lucha por la vida y el éxito es sustituida por la gestión de conjuntos complejos, la combatividad por la facultad de escuchar, de comprender, de adaptarse”* (TOURAINÉ, 1992, p.408). Há toda uma modificação em curso, um processo de ordenamento diferenciado, e toda essa complexidade exige uma adaptação por parte dos trabalhadores. Mesmo tendo sido escrito em 1953, o Tratado tem observações atuais, em se tratando do debate sobre as novas exigências no processo produtivo.

Los problemas de relaciones humanas se incorporan, pues, a los problemas generales de la organización, a medida que la empresa se desburocratiza, mientras

que eran más autónomos en las empresas burocratizadas, hasta el punto de llegar a ocupar la parte principal de la escena: los jefes, privados de toda verdadera facultad de decisión, convertidos exclusivamente en administradores, son juzgados por sus relaciones con las demás personas, por su ‘gentileza’ y no por su papel funcional, puesto que éste no es sino un conjunto de reglas que deben hacer se aplicar. No se les juzga por una acción, sino por la manera de comportarse (TOURAINÉ, 1992, p.423-424).

Neste último parágrafo transcrito, vemos já as novas idéias de participação, diferentemente das formas tradicionais de mando, como se os problemas a serem resolvidos estivessem somente sob a lógica técnica e de comportamento pessoal. O mando e controle aparecem como um processo científico a ser construído para que o conjunto dos trabalhadores assumam o trabalho de uma melhor forma. Elementos do saber ser, como a gentileza, aparecem claramente. Na verdade, o aumento da produtividade não tem uma fórmula única, e conquistar o trabalhador para esse aumento passa a ter inúmeras técnicas, inclusive científicas.

II. 2. Gorz: dois momentos e um só método(?)

Em Gorz há dois momentos distintos no debate sobre a divisão do trabalho, sobre os quais escreve também em dois momentos históricos distintos. Um primeiro, no clima dos anos 1960, descendente da crítica ao stalinismo, da Primavera de Praga, dos movimentos de luta de maio de 1968, na França, em especial, e pelos que ocorreram pelo mundo afora, como a guerra do Vietnã e a revolução cubana. Enfim, uma forte influência da luta de classes com inspiração em variadas correntes do materialismo dialético. Em um segundo momento, já nos anos de 1980, no processo de retração das lutas, do início do movimento neoliberal de combate a uma das principais crises do capital, nesses novos ventos, na chamada nova revolução tecnológica, o autor faz uma crítica pós-moderna, também com grande influência³². A polêmica e o vigor teórico de Gorz nos fizeram debruçar sobre suas publicações, sobretudo as suas obras de maior vulto que aqui trabalharemos: “Divisão Social do Trabalho e “O Adeus ao Proletariado”³³.

³² O movimento de Gorz não é único. Muitos marxistas vão fazer um caminho parecido, fundamentalmente quando o modismo esquerdista no meio intelectual vai perdendo a força e sendo hegemonizado por posições sistêmicas, como o ecletismo, a pós-modernidade, o pragmatismo, posições que se aproxima da prática política neoliberal.

³³ Também estudamos outras duas obras, que, por entendermos não trazer nenhuma grande novidade, não foram utilizadas no nosso estudo: *Metamorfoses do Trabalho e O Imaterial*.

II. 2. a. Sobre a “Crítica da Divisão do Trabalho”

Neste item, optamos por fazer dois movimentos: um, de apontar o seu conceito sobre a divisão do trabalho e conseqüências, e o segundo, de fazer uma leitura crítica de suas insuficiências observadas no aspecto metodológico dialético³⁴.

“*A divisão capitalista do trabalho é a fonte de todas as alienações*” (GORZ, 2001, p.9)³⁵, é um de seus pressupostos na afirmação sobre a divisão social do trabalho. Demonstra toda a força com que o capital tem confiscado, segundo seus termos, o conhecimento, a inteligência e a vontade de todos os trabalhadores. Aponta na cisão entre o trabalho intelectual e o manual, a própria cisão do trabalhador, mantendo, assim, a visão marxista de alienação e fragmentação dos trabalhadores no processo de produção capitalista.

Gorz é contundente. Questiona o mito de que a ciência ou a tecnologia são neutras, sem conteúdo de classe, como tendo exigências objetivas técnicas e não da própria acumulação do capital. Ressalta a vontade da ‘elite’ de dominar, para a acumulação do capital. No entanto, há uma confusão entre as relações sociais enquanto relações hierárquicas, podendo suscitar uma interpretação de cunho weberiano.

Organizações, técnicas de produção, divisão do trabalho formam a matriz material que, invariavelmente, reproduz, por inércia, **as relações hierárquicas de trabalho**, as relações capitalistas de produção (GORZ, 2001, p.9 - grifo nosso).

Numa de suas contribuições, aponta o fardo que é o trabalho atual, caracterizadamente desinteressante para o operário, sendo dominado pelas próprias condições de trabalho. Quando ocorre uma mudança no ‘formato embrutecedor’ o autor, por estar arraigado ao formato vai apontar o fim do processo de alienação. Eis um erro que se repete quando se eleva o método ao patamar de conteúdo da exploração. Além disso, apresenta a necessidade da disputa da ciência e técnicas por parte dos trabalhadores como condição para a reconquista da reunificação do trabalho intelectual com o manual, refundindo a organização do trabalho e da escola. O autor também destaca o Estado como importante para essa manutenção da divisão social do trabalho.

³⁴ Optamos correr este risco, mas para entender a sua autocrítica ao sistema dialético precisávamos entender como o mesmo relia as categorias marxistas.

³⁵ Logo a seguir, o autor afirma que “*a partir de 1967, a divisão capitalista do trabalho reapareceu, no mundo inteiro, como centro das lutas de classe*” (GORZ, 2001, p.10). Essa assertiva de Gorz contradiz a lógica em que a divisão social do trabalho se relaciona dialeticamente com as relações sociais de produção. No caso, não entendemos que a divisão do trabalho reapareça, pois a centralidade da luta de classes expressa-se na divisão do trabalho. O centro continua na própria relação de exploração, em suas inúmeras expressões, mais agudas ou não, e a própria a divisão social apresenta-se como parte da luta de classes.

Essa ação do Estado não deixa de fora a ação despótica na própria fábrica. A máquina é utilizada para a dominação dos trabalhadores.

O processo de produção deve ser organizado de tal maneira que a injunção de rendimento máximo seja percebida pelo operário como uma exigência inerte da própria máquina, como um imperativo intrínseco à matéria, tanto mais inexorável e incontestável quanto parece confundir-se com as leis de funcionamento de uma complexa maquinaria: leis aparentemente neutras, que escapam a vontade e a toda contestação humanas. **O operário deve suportar o trabalho - tanto a quantidade quanto a natureza de seu trabalho diário - como a única maneira possível de servir uma máquina que, por sua vez, deve parecer-lhe como a única máxima possível: como a única solução possível para os problemas técnicos da produção** (GORZ, 2001, p.81 - grifo nosso).

Como já vimos no item anterior, Gorz reforça a idéia da existência de espaços que chamamos de transição, no raiar de introduções ou revoluções tecnológicas. Gorz é taxativo em apontar os processos de acumulação e separação de tarefas através das subdivisões do trabalho. Aqui transparece a questão do fetiche, em que a máquina é vista com poderes humanos sobre os trabalhadores, despóticos, por sinal.

O processo de desqualificação não é, por certo, linear: parece inverter-se parcialmente no início de cada revolução técnica. Mas, logo após, a tendência geral volta a se impor: as novas qualificações exigidas pelo funcionamento de novas técnicas são outra vez decompostas; as competências profissionais dos operários de produção mais qualificados são divididas em subespecializações desprovidas de autonomia, e a parte de controle - e portanto de poder sobre o processo de produção - que comportavam inicialmente, é transferida a não-operários, como uma função separada (GORZ, 2001, p.84).

Queremos ressaltar o debate sobre a introdução de novas tecnologias, trazido por Gorz. Os saltos tecnológicos aplicados à produção têm como objetivo a simplificação do trabalho. Não teria sentido tentar desobstruir o trabalho vivo por algo que fosse mais complexo e, portanto, envolvesse mais tempo socialmente necessário para a produção. Esse mecanismo de qualificação dos trabalhadores, para Gorz, com a inovação tecnológica é só momentâneo, logo, adaptados os trabalhadores à nova tecnologia ou aos novos procedimentos, eles entram no curso normal do processo produtivo, aparecendo como algo natural, o que também não o é, como o próprio Gorz aponta o caráter desqualificante da tecnologia. *“A história da tecnologia capitalista pode ser interpretada, no conjunto, como a história da desqualificação dos agentes diretos da produção”* (GORZ, 2001, p.83-84). Portanto, não entendemos que, ao se abordarem as mutações

tecnológicas, não se percebe o seu processo de transição, que aparentemente exige uma maior complexidade no trabalho, em sua forma definitiva, e não por estar sob um processo de transição tecnológica e organizativa do trabalho.

São processos construídos ao longo da história, de evoluções e com seus respectivos momentos de saltos tecnológicos, revoluções, já apontados por Marx. Dentro desses processos, Gorz trata a transferência sobre o controle com a automatização:

Depois que a mecanização despoja os operários de qualquer poder de controle, transferindo-o a agentes separados, a automatização, por sua vez, transfere a função de controle a máquina que controlam os controladores precedentes. Entretanto, desde alguns anos, uma inversão parcial do processo de desqualificação tende a manifestar-se (GORZ, 2001, p.84).

Afora a definição sobre o caráter desqualificante e desintegrador das novas tecnologias, existe uma inversão parcial desse processo descrita por Gorz. Os processos de embrutecimento do trabalhador começam a despertar as mais variadas tipologias de resistência ao trabalho, impossibilitando a própria utilização da inventividade e de 'criatividade' do trabalhador, segundo Gorz. No nosso entendimento, dificulta um dos instrumentos antigos de aumento da produtividade, que é a apropriação do conhecimento dos próprios trabalhadores, ou seja, não é por acaso que o capital necessita, de tempos em tempos, para responder à concorrência, acumular e revolucionar seus métodos produtivos, sugar conhecimentos dos trabalhadores de forma mais sistemática³⁶. Gorz chama de racionalidade que foi longe demais no processo insuportável de opressão aos trabalhadores.

Dentro dessa lógica, o autor afirma que essa qualificação social não está no conhecimento escolar, seja ele útil ou inútil, pois aprende-se menos do que antigamente. Continua o autor afirmando que na escola se ensina a submissão, o respeito pela hierarquia e disciplina. A crise da Escola está ligada ao despotismo da fábrica. A produção de utilidades e de inutilidades estão confundidas. O trabalho forçado, alienado, e qualquer admoestação tornam-se sem sentido.

Recolocadas nesse contexto, as tentativas dos psicossociólogos patronais para conciliar os trabalhadores como trabalho pela abolição do despotismo de fábrica aparecem muito mais como uma nova manipulação, do que como uma solução para as contradições de fundo (GORZ, 2001, p.86).

³⁶ Neste sentido, nos distanciamos de Gorz, quando ele ossifica uma determinada configuração do processo produtivo capitalista como sendo o seu todo. Este tipo de postura dará, no nosso entendimento, margem a uma revisão completa de sua matriz teórica, pois inviabiliza entender o capitalismo em seu real movimento

Para Gorz, o sucesso da conciliação é limitado, específico para uma situação pequena e localizada. Funciona somente por um tempo, por causa da própria ambigüidade da democratização do processo de trabalho. As técnicas, a ciência, têm como função reproduzir o capitalismo. Portanto, a pesquisa não é neutra, mas tem a finalidade de diminuir o trabalho vivo e aumentar o trabalho morto. Gorz aponta que há uma ameaça de saturação, pois há uma elevada produtividade do trabalho, e com isso o resultado da produção será cada vez menos rentável para o capitalista. Portanto, o mercado passa a ser o centro, com novos lançamentos, não pelo aumento das forças produtivas, mas pela retirada de linha de produtos fora de moda³⁷. Aparecem produtos diferentes para o mesmo uso. *“Em síntese: a principal função da pesquisa e da inovação é impedir a tendência à baixa da taxa de lucro e criar novas ocasiões de investimento rentável”* (GORZ, 2001, p.214).

As tecnologias são parciais e separadas da vida real, porque os meios e os processos são separados e alienados do povo, segundo Gorz. São coisificados saberes parciais. Agem por meio da máquina como força estranha, defende o autor, inspirado nos Grundrisse escritos por Marx.

A cultura e as competências científicas e técnicas trazem assim claramente a marca das relações capitalistas de produção (autonomização e alienação dos meios de produção e das forças produtivas enquanto ‘forças exteriores’) e da divisão capitalista do trabalho que separa o trabalho intelectual e manual, combina em exterioridade os trabalhos que concorrem à produção do ‘produto comum’, nega aos trabalhadores parciais qualquer possibilidade de cooperação voluntária e de seus objetivos, separa a decisão e concepção de execução, a capacidade de produzir conhecimentos da capacidade de determinar o uso que será feito desses conhecimentos (GORZ, 2001, p.225).

Depois de toda essa crítica profunda do trabalho intelectual limitado, o autor enfatizará um posto secundário no debate, primeiro confundindo os mecanismos de controle com a própria necessidade de controle em suas variadas formas que assume no capital. A própria divisão do trabalho vai se modificando, mas não deixa de ser referenciada nas relações de produção. Por mais claro que pareça, o autor não considerou esse movimento. Quando para ele se apresenta uma nova unidade dos trabalhadores com as máquinas, perde o sentido a ação classista. Quando aparentemente é unificada a execução da concepção, Gorz perde o chão de seu materialismo weberiano e defende que a maximização do controle como condição da maximização da exploração continuará.

³⁷Mais à frente, baseado em Mészáros, trataremos da diminuição da taxa de uso das mercadorias.

As condições da máxima eficácia produtiva do trabalho só podem pois ser determinada coletivamente pelos próprios trabalhadores: supõe sua participação coletiva voluntária, sua liberdade de combinar e organizar o seu próprio desenrolar do processo de trabalho, de modificar e até conceber seus instrumentos. Coisas essas incompatíveis como poder de disposição discricionárias do patrão capitalista (GORZ, 2001, p.228).

O autor coloca no mesmo patamar as forças produtivas e as relações sociais, misturando-as. Mesmo em contradição, elas se relacionam, mas não são unificadas. Neste sentido, em decorrência dessa análise, de uma profunda ideologização de todo o processo produtivo, vai imputar ao fazer tecnológico do capital toda uma caracterização negativa além da objetividade. Quando o processo capitalista se modifica, o autor, por essa fragilidade, vai fazer uma revisão, compatível com sua elaboração teórica que se reivindicava marxista, o que veremos no próximo item do capítulo. O autor deixa o essencial, que é o aumento da produtividade, sob a máscara escura da opressão e não das inúmeras formas reinventadas e revolucionadas pelo próprio capital para sair de suas próprias amarras.

A natureza de cada gesto deve ser previamente ‘normalizada’. Não deve ser deixada à vontade do operário nem depender de sua maior ou menor habilidade ou de seu entusiasmo (GORZ, 2001, p.230).

Neste sentido, nada pode ficar à mercê do trabalhador, mesmo o entusiasmo e a habilidade. Essa transformação de uma fase do modo de produção capitalista, no seu todo, configura-se nas próprias linhas de sua armadilha teórica, no nosso ponto de vista.

É a consequência de uma tecnologia pensada para servir de arma na luta de classes: para tornar possível a predeterminação ‘científica’ da quantidade de trabalho a ser fornecida por cada operário; para impedir o operário ‘roubar’ do patrão o tempo para fumar um cigarro, ler o jornal, esticar as pernas (GORZ, 2001, p.231).

Quando o trabalhador tem a liberdade de fumar um cigarro, situação essa plausível em algumas novas formas organizacionais do processo produtivo, a sua teoria começa a esfumçar. Descreve a organização científica, em sua praticidade, dentro da organização capitalista de produção: “A organização ‘científica’ do trabalho é, antes de tudo, a destruição científica de qualquer possibilidade de controle operário” (GORZ, 2001, p.231). O problema, não está na ação científica para controlar o trabalhador e impedir o controle operário, mas compreender o que é, realmente, controle, dentro dos antigos e novos marcos da organização empresarial, e como ele

se revolucionou enquanto forma organizativa do capital. O autor apega-se aos elementos da superfície dos trabalhos rotineiros e não percebe que a transformação em curso não foge do controle do capital, que é imperioso para o desenvolvimento das forças produtivas.

Enfim, a autogestão técnica (ou de controle operário) do processo de trabalho revelou a irracionalidade técnica e o arbitrário político-cultural da divisão capitalista do trabalho. As experiências em questão revelaram igualmente que não há nenhuma necessidade técnica para a desqualificação e para a robotização dos trabalhadores; é possível, ao contrário, combinar o processo de trabalho de modo a ser simultaneamente um contínuo processo de aprendizagem: o trabalho produtivo e a contínua aquisição de conhecimentos e de capacidades podem fundir-se; ninguém precisa ficar confinado em tarefas não qualificadas, estúpidas e subalternas; a vida de trabalho (ou ‘carreira’) pode ser evolutiva e o trabalho enriquecer-se progressivamente, permitindo ao trabalhador desenvolver capacidades de trabalho e de criação cada vez mais extensas (GORZ, 2001, p.232-233).

Novamente, é necessário comentar, o autor confunde as questões técnicas operativas, **base material das relações de produção, isolando-as das relações sociais de produção**. O autor tende a sair da base material para sua forma ideológica e invertê-las, mesmo assumindo um discurso materialista dialético na época em que escreveu essa obra. *“No fundo, eles fazem tanta questão da posição quanto do dinheiro e do poder que ele simboliza”* (GORZ, 2001, p.234). A sutileza do raciocínio do autor, que aponta seu direcionamento para o poder, mistura o dado subjetivo e objetivo sem fazer um movimento analítico e de recomposição em sua totalidade. Não é por acaso que Gorz vai criar uma expectativa no desenvolver de uma revolução cultural. Isto marca o caráter idealista de sua análise, mesmo definindo-se como um materialista dialético. O que veremos a seguir deixará mais claro o viés que o autor já sutilmente abordava no seu radicalismo. Mesmo com essa crítica, reconhecemos em Gorz um brilhantismo ao desvendar alguns elementos da divisão do trabalho.

II. 2. b. Os ventos do antimaterialismo dialético em Gorz

Continuando a análise da obra de Gorz, nos anos 1980 o autor vai buscar realizar uma outra leitura do trabalho³⁸. Como já descrevíamos, a hierarquia e a rotinização controladora eram, no fundo, a grande questão para Gorz. Neste ponto, ela virá à tona. O seu caráter teórico híbrido, ora olhando para Marx, ora para Weber, redundou num outro tipo de ecletismo, antecipando a

³⁸ Vários autores fazem com precisão a crítica à obra de Gorz, como, por exemplo, BRAGA, KATZ, entre outros. A nossa contribuição está restrita ao que chamamos de elementos para a construção de nosso objeto de pesquisa.

crise do mundo socialista, preconizado pela, na época, União Soviética. O autor romperá com o materialismo dialético, sendo uma das vozes mais importantes da chamada pós-modernidade³⁹.

Abolir o trabalho não significa, por conseguinte, abolir a necessidade do esforço, o desejo de atividade, o amor à obra, à necessidade de cooperar com os outros e de se tornar útil à coletividade. Ao contrário: a abolição do trabalho é apenas a supressão progressiva, e que jamais será total, da necessidade em que estamos, de comprar o nosso direito à (praticamente sinônimo de direito ao salário) alienando nosso tempo, nossa vida (GORZ, 1982, p.11).

É a partir dessa busca que o autor vai construir o debate dessa nova sociedade de desempregados ou de uma sociedade de tempo liberado. A sociedade atual, para Gorz, está com uma elite de empregos assegurados e, de outro lado, uma massa de trabalhadores em situação precária. Essa é a nova lógica da divisão do trabalho, em Gorz, ainda mais distante da perspectiva das relações sociais. Para superar essa lógica do capitalismo, só a perspectiva da autoprodução, defende o autor, o enfraquecimento do assalariamento e das relações de mercado. Como forma de chegar-se a essa saída, tem de ser abolido o trabalho e o trabalhador pela não-classe, pelos não-trabalhadores. Neste sentido, o sujeito não é mais a classe, e muito menos a classe revolucionária, pelo simples fato de ela não ter base material para ser importante na sociedade, segundo o autor. E não há como voltar para que os trabalhadores recuperem a totalidade do processo produtivo, pois, ocorrida a divisão do trabalho, essa não poderá resgatar o antigo artesão, visto que cada vez mais os processos produtivos estão seccionados. Portanto, a classe trabalhadora não conseguirá mais se recompor, nem a sociedade, através do trabalho atual.

A despersonalização, a padronização e a **divisão do trabalho** são, portanto, o que, a um só tempo, permite a redução da duração do trabalho e a torna desejável; o trabalho de cada um pode ser reduzido porque há outros que podem realizá-lo em seu lugar, e deve ser reduzido para que se possa ter atividades diferentes, mais pessoais (GORZ, 1982, p.18 - grifo nosso).

Portanto, como na obra anterior analisada, o centro de análise continua na divisão do trabalho distante das relações sociais de produção, com uma diferença: com as modificações das forças produtivas, o autor não vê a atualidade das respostas que dava anteriormente. A divisão de trabalho está sendo tratada somente enquanto componente das forças produtivas, a divisão fabril em si. Esse é o limite dos autores que vêm somente o lado do desenvolvimento das forças

³⁹ Gorz escreverá dois livros importantes: o mais famoso, “Adeus ao Proletariado. Para Além do Socialismo”, foi publicado na França, em 1980; o outro, “Metamorfoses do Trabalho. Crítica da Razão Econômica”, de 1988, não traz grandes novidades em relação a seu clássico anterior.

produtivas e ignoram a contradição com as relações sociais de produção. Tendem a se limitar a um determinismo tecnológico que obscurece as relações de produção, de apropriação dos meios de produção em relação à apropriação do trabalho assalariado e ao exército de reserva.

No entanto, o que nos chama atenção no parágrafo supracitado é a busca da redução da duração do trabalho. Aparece a idéia original de que se pode até acabar a prática mutilante junto aos trabalhadores, mas isso nunca acontecerá enquanto uma criação livre, pois a alienação, para Gorz, é inerente não só ao capitalismo, mas ao próprio processo de produção industrial, incluindo o socialismo.

A liberdade surge da autonomia dos movimentos, de um trabalho prévio cultural e ético, realizada pelos próprios cidadãos⁴⁰. O autor aborda a crise do marxismo, oriunda do próprio movimento operário, da seguinte maneira: *“Rompeu-se, ao longo dos últimos vinte anos, o fio entre desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento das contradições de classe”* (GORZ, 1982, p.25).

Essa nova teoria é justamente a contraposição a uma das questões centrais do materialismo dialético, da relação e contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Mesmo na sua fase marxista, o autor não aprofundava essa questão. Não enfrentava a questão da propriedade dos meios de produção e seus sujeitos envolvidos nas relações produtivas; vinculava-se ao determinismo das coisas, da tecnologia, da ciência: *“O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo deu-se de maneira tal que elas não se prestam a uma apropriação direta por parte do trabalhador coletivo que as coloca em operação nem a uma apropriação coletiva por parte do proletariado”* (GORZ, 1982, p.26).

A impraticabilidade de o trabalhador coletivo se apropriar do processo produtivo conclui-se com o fim da sua possibilidade de assumir a propriedade e direção dos meios de produção. O interessante é que o próprio Marx colocava que o trabalhador coletivo representava um salto de qualidade, mas ele nunca falou que ocorreria somente a partir de uma fábrica, e sim, da classe que está nas relações sociais produtivas.

O ser do proletário transcende ao próprio proletário, assim Gorz interpreta Marx, concedendo-lhe uma visão idealista da realidade. Dá-lhe o poder de ser alfa e ômega, ou seja,

⁴⁰ Gorz defende o comunismo, apesar do desgaste da palavra sem nenhuma mediação de classe, ou de etapas, como o socialismo, o que no nosso entendimento demonstra seu pensamento idealista.

ironiza-o no entendimento do capitalismo e dos sujeitos sociais em luta. Para tal, cita Marx, ao afirmar que é impossível para o proletário ser revolucionário⁴¹.

O que existe é a não-classe englobada, segundo Gorz, por subempregados oriundos da automatização e informatização. A classe operária é uma minoria privilegiada. “*Diferentemente do proletário de Marx, o neoproletário não se define mais por ‘seu’ trabalho e não pode ser definido por sua posição no interior do processo social de produção*” (GORZ, 1982, p.89 - grifo nosso). Só a não-classe pode superar o produtivismo da sociedade, recusar a idéia de acumulação e apontar para a dissolução de todas as classes⁴², corrobora Gorz.

O autor apontou corretamente que o processo capitalista de produção era necessariamente um processo de aumento na divisão social do trabalho, representava um processo de aumento da alienação dos trabalhadores. No entanto, não reconhece na classe trabalhadora um sujeito coletivo que sofre essa ação e tem interesse de sair da relação de exploração vexatória, além de desconhecer por completo a importância do exército industrial de reserva para a configuração do proletariado como um todo. Segundo Gorz, os trabalhadores, isoladamente, não podem se apropriar do resultado de seu trabalho, mesmo sendo produtores, na forma de um trabalhador coletivo.

Sem dúvida a autogestão técnica do processo de trabalho no nível das seções, das linhas de montagem, dos escritórios e dos canteiros permite que se melhorem as condições, as modalidades e as relações de trabalho; pode impedir que esse trabalho continue mutilante, estafante, embrutecedor; pode dar aos trabalhadores o poder de determinar eles mesmos seu ritmo, o poder de arbitrar entre variáveis tais como a duração, a intensidade, a complexidade e o prazer do trabalho (o trabalho mais fatigante não é necessariamente o mais complexo nem o mais demorado). Mas a autogestão técnica nunca fará de todos os trabalhos socialmente determinados em atividades em que o indivíduo pode investir e se realizar completamente: não pode inverter a tendência a abolir os antigos ofícios na esfera da produção social (GORZ, 1982, p.119).

⁴¹ A resolução para Gorz se dará da seguinte maneira: “A superação do capitalismo, sua negação em nome de uma racionalidade diferente só pode surgir a partir de camadas que representam ou prefiguram a dissolução de todas as classes, inclusive da própria classe operária” (GORZ, 1982, p.26).

⁴² “A existência de um estado distinto da sociedade civil, capaz de codificar as necessidades objetivas sob a forma de Direito e de garantir a sua aplicação, é, portanto, a condição sem a qual não pode haver autonomia da sociedade civil nem desenvolvimento - fora da esfera da heteronomia - de um espaço em que uma pluralidade de modos de produção, de modos de vida e formas de cooperação possam ser experimentados segundo a vontade de cada um” (GORZ, 1982, p.134). Uma visão assim, além de contraditória com o comunismo sem etapas, reforça o seu argumento de forma contrária.

Gorz é taxativo na afirmação da automatização e a informática como desqualificadora do trabalho. E percebe essa desqualificação da mão-de-obra não apenas como uma busca de uma racionalidade econômica e sim porque a qualificação do trabalhador é um poder operário, que traz problemas ao patronato. *“Por conseguinte, a tecnologia não é simplesmente uma ‘ imposição objetiva’: é uma jogada de uma luta pelo poder”* (GORZ, 1982, p.155). No nosso entendimento, Gorz tem a faca e o queijo para decifrar o enigma que se coloca quanto ao sujeito transformador desse processo de dominação. Aponta inclusive a ação de desemprego dentro dessa lógica do capital, mas não inclui esses desempregados enquanto classe proletária. A assertiva do mesmo vai ao encontro das afirmações que veremos posteriormente, com Zarifian, defendendo um novo tipo de trabalho (serviço), que servirá de plataforma da defesa das noções de formação dos trabalhadores por competências. A base antimarxista de Gorz encaixa-se perfeitamente nas leituras pós-modernas do novo trabalho e das novas exigências formativas da força de trabalho. Aponta para um novo tipo de unidade do trabalho sem os ranços que Gorz considerava do capitalismo, e não propriamente de uma fase, como, por exemplo, a fase taylorista de organização do trabalho e formação do trabalhador.

Eis o que queríamos chamar a atenção nos escritos desse autor. O mesmo consegue apontar e caracterizar a divisão do trabalho dentro dos limites do capital, mas não situa essa mesma divisão sob uma compreensão interligada com as relações sociais de produção, indo, digamos, até a metade do caminho, somente a vendo como um problema técnico e não político. Marx reafirmava que, sob a perspectiva do desenvolvimento das forças produtivas, as relações de apropriação social da produção serviam como um entrave, pois aprofundavam os processos de exploração humana e, dentro desses processos, o desemprego, a formação do exército de reserva industrial.

O que nos basta neste momento é reafirmar, segundo Gorz, que a divisão do trabalho é destruidora do próprio trabalho e dos trabalhadores, o que, na nossa opinião, tem um fundo de verdade. Entretanto, apresenta um contra-senso, pois o trabalho em sua divisão social é uma situação real e importante na sociedade atual, e, mais, ela não pode ser vista somente como uma situação típica do desenvolvimento das forças produtivas e sim, em movimento com as relações sociais produtivas. Cabe-nos entender o que tem de igual e o que foi revolucionado dentro das relações capitalistas. Compreender, também, quais as modificações que ocorreram e balizaram a formação por competências e – por que não dizer – como essa lógica pós-moderna, e que serve à

noção das competências se direciona para uma ação prática, mas também ideológica, no combate ao materialismo dialético, tanto no que tange à crítica radical ao capital, como em sua perspectiva revolucionária do movimento proletário.

II. 3. Hirata e as várias divisões do trabalho

A pesquisadora Helena Hirata apresenta um estudo comparativo entre três países distintos, em diversos ramos de produção: França, Brasil e Japão. Uma de suas conclusões servirá como ponto de partida dessa análise: não existe uma única divisão do trabalho. A outra, objetivo básico da autora: a explicitação da existência da divisão sexual do trabalho. Esses dois elementos contribuem para refletirmos sobre a atualidade da divisão do trabalho, além de ampliarmos a sua compreensão da utilização das divisões existentes por parte do capital.

A autora aponta que uma mesma empresa, localizada em diferentes países, com uma tecnologia similar, vai utilizar diferentes métodos produtivos, às vezes dentro até da própria fábrica, combinando o taylorismo com o chamado modelo japonês.

Na verdade, as técnicas ligadas aos círculos de controle de qualidade dividem o tempo da fábrica em dois: uma parte em que se pode assistir a uma certa expressão operária e uma parte submetida à ordem produtiva tradicional (HIRATA, 2002, p.40).

Como conclusão, a autora chega a apontar algo ‘*sui generis*’:

1) que um movimento de destaylorização nas indústrias do centro pode corresponder a um crescimento da taylorização nas filiais da periferia e 2) que práticas tayloristas de tipo stkanovista, em vigor nas filiais estrangeiras, não são mais possíveis, com tecnologia equivalente, nas fábricas de centro, em razão da organização e da combatividade do movimento operário (HIRATA, 2002, p.42).

Aqui vemos os elementos fundamentais na definição dos novos modelos da organização: um vive às costas ou às custas do outro e a luta operária está imbricada nessas definições. Com uma visão internacional da questão, a autora vai reafirmar a razão dessas diferenças existentes: o que objetiva as empresas é, em suma, o ganho em produtividade. Hirata prova sua assertiva, quando busca no exemplo de uma mesma empresa, fabricante do mesmo produto, e explicita as diferenças existentes no processo produtivo.

Apesar de as duas fábricas pertencerem à mesma multinacional e fabricarem o mesmo produto com máquinas e técnicas de produção bem semelhantes, elas tinham estruturas de salário, seleção recrutamento, treinamento e promoção bem diferentes. (HIRATA, 2002, p.50).

A partir desses elementos, podemos começar a construir a idéia de que o capital se esforça para aperfeiçoar a divisão do trabalho das mais variadas formas, com a finalidade de aumentar sua produtividade em todos os recantos de sua atuação. E a explicação, para a autora não se resume ao parâmetro da questão tecnológica aplicada e sim, ao aumento da intensidade e controle maior do trabalho, como, por exemplo, no Brasil. É bom perceber, nesse caso, que o capital é o mesmo, do mesmo grupo empresarial. Então, não é só um problema de domínio desta ou daquela tecnologia, e sim, como realizar a produção, diante do mercado, diante da força de trabalho, ou seja, diante da possibilidade de ser mais ou menos produtivo, implicando nos lucros a serem granjeados. Chamamos a atenção de que as mutações reais existentes estão subordinadas ao crescimento da produtividade a fim de o capital aumentar a parte do trabalho excedente não pago. Isso tem um rebatimento na formação pelas competências, também obedece a essa lógica e também expressa uma vanguarda na formação, mas convive perfeitamente com os outros modelos, desde que respondam aos interesses do capital.

Para o senso comum, é vendida a idéia de que somente a maquinaria possibilita o aumento da produtividade. Não é bem assim. No caso, o aumento de produtividade deu-se pelo aumento da intensidade do trabalho, e mesmo na fábrica que possui uma maior automação, os resultados de produtividade ficaram abaixo dos anteriores, segundo Hirata. A maquinaria, na verdade, tem a finalidade básica de diminuir o tempo de trabalho vivo ao qual a intensificação do trabalho tende a ser um componente não exclusivo para atingir tal fim. Afinal, o objetivo fundamental é a diminuição do tempo socialmente necessário para a produção.

Para Hirata, não se pode falar do fim do fordismo. Ela vai mais além, afirmando que não houve a sua generalização no processo produtivo brasileiro. No Brasil, por exemplo, a autora ressalta muito mais a importância do autoritarismo, que ainda traz bons resultados para a produção.

A autora contribui com outras descrições de contradições na divisão do trabalho, em especial, o problema da unificação do trabalho de produzir e de inspecionar. Novamente, estamos diante de conflitos dentro da produção entre funções distintas da divisão social do trabalho, no caso, a da produção e a da inspeção do produto. Não poderia ser diferente, pois os trabalhadores da produção são menos rigorosos na fiscalização da produção, pois repercute na quantidade menor de bens produzidos. Já os trabalhadores da inspeção são instigados a serem rigorosos, pois

disto depende sua permanência enquanto fiscais. É flagrante que tudo isto ocorra dentro do padrão definido pela direção, com a finalidade de atingir suas metas ou objetivos, como mais uma forma de conseguir seus intentos, utilizando-se da divisão do trabalho.

Para superar a dificuldade colocada pela concorrência entre múltiplos fatores explicativos das diferenças observadas, minha busca do sentido enfatiza que se leve em conta várias dimensões complementares: a evolução histórica (conjunturas históricas, revolução industrial, tradições do movimento operário, por exemplo); o nível de desenvolvimento econômico (assalariamento restrito/assalariamento generalizado); o tipo de intervenção do Estado e das instituições (regimes políticos, legislação do trabalho, instituições de formação educacional e profissional etc.); as modalidades de relações sociais em vigor e a divisão social e sexual do trabalho (HIRATA, 2002, p.116).

No entendimento dessa relação de ‘fatores’, poderíamos utilizá-la como expressão das relações produtivas em contraste com o desenvolvimento das forças produtivas, incluindo o Estado. A autora ilustra bem as diferenças temporais e geográficas, sociais e sexuais existentes. Aponta essa mescla de máquinas e processos de última geração e os procedimentos atrasados, exemplificando com a diferença dos modelos de importação que ocorreram no Brasil, nos anos de 1950, de máquinas obsoletas, pois a preocupação central era substituir as importações de mercadorias por uma produção local. Diferentemente dos anos de 1980, cuja preocupação da produção é com o mercado internacional, portanto, elas responderiam às exigências do mesmo: *“Robôs industriais foram introduzidos nas filiais das empresas multinacionais de fabricação de automóveis para satisfazerem às exigências de qualidade do mercado internacional”* (HIRATA, 2002, p.117).

Aqui Hirata deixa clara a razão das modificações na base tecnológica industrial que ocorreu nos países chamados em desenvolvimento, especificamente no Brasil. A mão-de-obra barata, para a autora, compõe esse quadro de busca de adaptação do modelo, o que é necessário para melhor atingir os objetivos propostos pela empresa, incluindo a influência da luta e organização sindical nessas definições. No Brasil, existe uma rígida divisão regional de trabalho. Existem lugares centrais em que se concentra o capital produtivo, mas, reconhece a própria autora, hoje já não se repete da mesma forma, quando ocorre a ida de importantes indústrias para lugares distantes, escapando da força histórica da tradicional organização operária. A divisão do trabalho apresenta, assim, as suas mil e uma facetas.

A autora interpreta as diferentes posturas das empresas como um pragmatismo. Para nós, é a resposta possível dentro de uma maximização do aumento da produtividade, em diversos

formatos, aproveitando-se de questões locais e específicas, a fim de se atingir esse objetivo geral: o aumento de ganhos do capital. Assim, a divisão do trabalho vai se adaptando conforme a possibilidade de aumentar as cifras benéficas ao capital.

O outro ponto a que Hirata nos exorta, como uma grande contribuição no estudo da divisão do trabalho, é a **divisão sexual do trabalho**. De uma forma magnífica, baseada em mais de 20 anos de pesquisas nos três países supracitados, ela apresenta um levantamento bem detalhado e analisado.

“Aqui, a olhos vistos, patriarcado e capitalismo se combinam para reproduzir o assalariamento, tirando partido da diferença de sexo e da idade da mão-de-obra” (HIRATA, 2002, p.141). Essas diferenças corroboram para a busca incessante de diminuição de custos e, no caso, de contínuo aumento da taxa da mais-valia. Interpretamos como a necessidade do capital de encontrar e implementar mecanismos reais de aumentar o processo de exploração do capital. Ele necessita conjugar a questão da divisão internacional do trabalho com a divisão sexual, etária, étnica, entre outras.

É uma situação que se repete, de diversas formas, em todos os países pesquisados. *“Intervir na técnica é ‘um assunto de homem’. Esse estereótipo foi interiorizado por uma parte das próprias mulheres”* (HIRATA, 2002, p.107-108). A própria tecnologia também é utilizada para contribuir com a divisão sexual do trabalho e esta para reproduzir-se, com a aceitação por parte das mulheres, como se fosse natural essa segregação da utilização da tecnologia por parte dos homens. A autora critica o tão famoso e elogiado “modelo japonês” e denuncia: o modelo é sexista!

O emprego vitalício, a promoção por tempo de serviço e a taxa reduzida de desemprego, três pilares proclamados do sistema de gestão da mão-de-obra japonesa até a década de 1990, somente são válidos para os assalariados homens (HIRATA, 2002, p.140).

A propaganda cotidiana é da magnificência do ‘modelo japonês’ para os trabalhadores e para o aumento da produtividade. Divulgado como um grande salto tecnológico e extremamente competitivo, um exemplo a ser seguido pelo mundo, a autora mostra a outra face do mesmo. As mulheres no Japão *“continuam submetidas à opressão de que eram vítimas as operárias de 1900...”* (HIRATA, 2002, p.146). Assim, continua forte o controle junto às mulheres na produção japonesa.

Eles controlam seu tempo de trabalho e fora do trabalho. O Chefe é claramente não só o superior hierárquico, mas também o seu pai, ou seja, ele tem o poder de comandar, educar, ordenar, com seus respectivos corolários: a obediência, a aceitação de seu papel de educador, a boa vontade na aprendizagem por parte do subordinado (HIRATA, 2002, p.149).

A reprodução da força de trabalho, como já dissemos, também corresponde às diferentes exigências, conforme a complexa divisão do trabalho. A sua não homogeneidade não prediz o seu fim, pelo contrário, reforça a unidade do capital e a fragmentação dos trabalhadores, estas muito benéficas, como vemos, à acumulação de capital. O modelo de competências, a tipologia mais moderna de formação da força de trabalho, também deve ser entendido dentro das análises que Hirata realizou, mesmo com alguns limites⁴³, no nosso entendimento. O modelo referido tem aplicações distintas conforme as necessidades do capital.

Uma dessas diferenças são os trabalhadores chamados de precarizados⁴⁴, na França e Japão. Hirata descreve, de forma interessante, o problema da submissão a estas diferenças. Mesmo nas condições mais adversas de trabalho, as trabalhadoras precarizadas japonesas e os imigrantes na França não se queixam por considerarem como algo transitório, como algo passageiro. São as jovens japonesas podadas em seus dormitórios, que sabem que sairão daquele confinamento ainda jovens para casar. São os imigrantes que se submetem aos mais cruéis procedimentos de trabalho, jornadas prolongadas, mas que, com o desejo de voltar aos seus países, vêm essas péssimas condições somente como uma situação temporária. Esta é outra forma importante de manter a “alta” produtividade, à sombra de momentos que explicitamente estão colocados como provisórios para o sujeito individual. Entretanto, é permanente essa situação, no nosso entendimento, enquanto sujeito coletivo. Esse procedimento, de aproveitar a transitoriedade individual, tem na sua instituição, na sua coletividade, uma vida longa e necessária para a acumulação de capital.

⁴³Um dos limites da autora é tratar a questão da divisão sexual com base na diferenciação salarial. A autora não avança no entendimento de que o capital utiliza-se das diferenças históricas ou das novas configurações colocadas pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas em contradição com as relações de propriedade no processo produtivo do capital, e que o salário representa o seu custo de reprodução social, histórica, e socialmente a mulher ainda não é considerada como responsável pelo sustento de sua prole, ainda que faticamente essa situação comece a se modificar. “*O paternalismo tem mais razões para subsistir onde as estruturas familiares e as relações sociais entre os homens e mulheres o permitem, ou seja, onde a estrutura patriarcal ainda é muito forte e serve de modelo para os outros tipos de relações sociais e, em particular, para a relação salarial*” (HIRATA: 2002, p.170).

⁴⁴Entendemos que no capitalismo todo assalariamento é precário por sua condição de relação provisória individual, tendo como sombra à sua permanência a criação de um enorme exército de reserva. Portanto, quando o termo aparecer nesse trabalho deve ser visto dentro dessa conceitualização.

Outro questionamento que trazemos à tona é o entendimento do que seja o exército industrial de reserva. Ela substitui essa categoria pela ‘especialização sexual dos empregos’. Para Hirata, as mulheres não sofrem, como um todo, nos processos de desemprego, como se pensava anteriormente. No nosso entendimento, isso significa que os conceitos não podem ser comparados sem mediações reais, pois se trata de dois fenômenos que não se contrapõem de imediato. No caso, enquanto exército de reserva, as mulheres contribuem para tal agrupamento, e não necessariamente todas as mulheres se colocam como reservas dos homens. Se o trabalho feminino não é instável, por si, segundo a autora, é porque, no nosso entendimento, as diferenças perpassam além da divisão sexual do trabalho.

Hirata comenta sobre o materialismo dialético, em especial quando faz uma diferenciação estranha à Marx da separação entre produção e reprodução. O problema da idéia de reprodução do capital, segundo a autora, é que não inclui a própria produção. Apesar de crítica, ela não refaz o conceito apontando como um erro de marxistas e que, no nosso entendimento, não é do próprio Marx.

A abordagem que trata da divisão sexual do trabalho deverá permitir acabar com as categorias tradicionais da sociologia industrial e com uma das concepções marxistas da clivagem, extremamente simplista, entre a esfera produtiva (produção de valor) e **a esfera reprodutiva (produção de valores de uso não mercantis)**, para a elaboração de novos conceitos que, por um lado, ultrapassem a universalidade apenas aparente das categorias da economia política, muitas vezes baseadas em um modelo masculino e, por outro, quebrem a compartimentação rígida das disciplinas que caracteriza as ciências humanas hoje (HIRATA, 2002, p.134 - grifo nosso).

Já Marx vai explicitar da seguinte forma o que é reprodução:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo, ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode deixar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo um processo de reprodução (MARX, 1984, p.659).

Marx aponta que a reprodução vai além da esfera da produção, demonstra movimento enquanto relações sociais que são construídas, as quais são, também, condicionantes na manutenção da ordem, inclusive na reprodução do papel da mulher em uma sociedade dominada

pelos homens. Percebemos esse limite de Hirata na interpretação de Marx sobre a reprodução⁴⁵. Esse não é um problema somente da autora. Uma das grandes dificuldades daqueles que tratam com os diferentes processos específicos de exploração é colocar visivelmente as suas especificidades e perceber a composição dela numa totalidade. A tendência daqueles que tratam e mergulham num aspecto, como a questão da divisão sexual, étnica, racial, etária, regional, nacional, etc, é colocar os mais desfavorecidos, ou o seu ‘objeto’ de estudo, ou, ainda, o seu envolvimento social, de forma superposta. Com isso, perde-se a visão de totalidade, que é fundamental para entender as raízes das questões⁴⁶.

Há uma confusão entre o que é essencial e o que é fundamental na apropriação da exploração em determinados momentos históricos. Não podemos olvidar os meninos e as meninas que costuram os artigos esportivos (bolas, por exemplo) de empresas mundialmente famosas, em condições subumanas, na Índia, no Paquistão, entre outros países. Ou, ainda, no Brasil, os vendedores mirins de chicletes, de balas e de outros produtos de inúmeras multinacionais. Em ambos os exemplos existem crianças e famílias extremamente empobrecidas, passando por grandes sofrimentos e vulneráveis à violência, sendo superexploradas. Mas isto deve servir para nos revelar uma engrenagem maior. Não podemos considerar que os mesmos estão num setor mais relevante dentro das relações sociais capitalistas, como também o seu contrário, ou seja, não é por estarem nestas condições que serão irrelevantes para a humanidade. O importante é perceber a diferença de tratamento com que o capital, na sua lógica perversa de exploração, utiliza-se dos diversos fragmentos da classe trabalhadora.

⁴⁵É bom frisar que a autora vai se resguardar, pois ela vai se referir ‘a concepções marxistas’, e não propriamente à fonte principal das mesmas, que é o próprio Marx.

⁴⁶A autora utiliza-se do conceito de **coextensividade**, que não traduz o grau de importância com que se apresentam as contradições da vida real. É uma sobreposição parcial de uma por outra realidade. É uma postura eclética que serve para defender, no caso, uma causa justa, que é a denúncia da divisão sexual do trabalho, como a étnica, a etária, racial, mas como se corresse em paralelo à ação do capital na sociedade. “*Relações de classe ou relações de sexo, antagonismo de classe ou antagonismo de sexo, tudo se passava como se a importância dada a uma dessas relações implicasse deixar a outra no plano secundário*” (HIRATA, 2002, p.276). No nosso entendimento, sim, existem diferenças de forças bem claras na sociedade, entre os trabalhadores, entre os capitalistas, entre os Estados. Países centrais no capitalismo, empresas centrais, questões centrais e outras, que são colocadas secundariamente, não pela vontade do estudioso, mas pela própria lógica do capital. Isto é tão forte, que não se conhecem pesquisas sobre a questão da luta de classes ou do operariado em Suriname, ou de outro país considerado menor, na questão da disputa internacional do capital. Uma ressalva: os habitantes, a classe trabalhadora do Suriname, ou do nosso país, no interior de Sergipe, ou mesmo de Pernambuco, ou um outro estado brasileiro, enquanto pessoas, são tão importantes quanto os moradores da Casa Branca, ou os principais acionistas de uma grande empresa transnacional. Não se trata da vida humana individual em si, mas da importância das relações existentes, como se constroem nos seus processos de dominação. Não é a classe trabalhadora que constrói essas diferenças, mas as relações sociais presentes historicamente e internacionalmente, que são reproduzidas e ganham força, como se fossem coisas a que se submetem os seres humanos.

Esse fenômeno apresenta uma totalidade que por si só não é auto-explicável. É necessário perceber toda a clivagem existente e voltar para o que está no centro da organização societária, que hoje se chama capitalismo, bem como os seus sujeitos. Interessante é fazer a sintonia fina, procurar analisar todos os meandros da exploração, para entender as diversas formas utilizadas pelo capital. Por exemplo, os negros no Brasil recebem salários mais baixos do que os brancos, e mais baixos ainda são os ganhos das mulheres, e, se forem negras, os seus salários encontram-se em nível inferior. Relevante ressaltar a importância de se dispor de pesquisas nesse sentido, que comparam o discurso cheio de alta tecnologia e o trabalho infantil, até aquele considerado escravo, compondo o quadro da exploração capitalista no Brasil, bem como no mundo. Não é por se encontrarem na ponta extrema da exploração que a explicação sobre o trabalho explorado, em geral, que inclui os setores aristocráticos, não é mais central. Isso ocorre como uma inversão do centro, fruto da própria relação social produtiva capitalista. Eis a dificuldade de empreender uma análise dialética que não prescindia da totalidade. É vital levar em consideração não só a aparência, mas o essencial, que é histórico: o movimento do capital, que é uma relação social, aproximando-nos das primeiras até as últimas determinações.

Portanto, é impossível realizar uma leitura classista em toda a sua complexidade, mas não podemos descartar a procura de compreender o mais corretamente possível a realidade. Por exemplo, não seria importante a comparação dos regionalismos, os seus determinantes históricos, antes de sacramentarmos o fim do trabalho ou da uniforme revolução tecnológica? Ou ainda, para a acumulação do capital não contam as diferenças e os mesmos interesses na exploração do cortador de cana, comparado com o trabalhador em empresas de softwares no pólo digital em Recife? São diferenças relevantes para entendermos a divisão do trabalho, a exploração e a formação do trabalhador necessária para o capital. No entanto, achar que o regionalismo é a parte central do capitalismo internacional traduz-se como o limite subjetivo, acima da leitura da realidade objetiva.

A questão apresentada das diferenças entre os sexos traz à tona o processo de internacionalização e de diferenças existentes entre os países, em suas classes sociais, fundamental ao desenvolvimento do capital. A partir da relação capitalista, a concorrência joga com setores mais fragilizados da classe trabalhadora em suas divisões. Joga com a tecnologia, joga com a ciência, joga com os seres humanos.

Portanto, compreender essas diferenças, no nosso entendimento, é entender o movimento do capital em relação aos explorados, do mundo e da nossa localidade, com suas situações comuns e suas especificidades. O capital realiza uma série de combinações étnicas, sexuais, bem como dos instrumentos supra-estruturais, ideológicos, como a escola, a religião, os meios de comunicação de massa, combinação essa que não é neutra. No processo de reprodução se mantém a dominação e esconde-se seu objetivo maior: o aumento da produtividade e o crescimento da exploração do trabalho humano, e que, para tal, necessita-se de controle do capital sobre o trabalho, em suas diferentes formas. Esses elementos são fundamentais para entendermos o modelo das competências que veremos mais à frente.

Para a autora: *“As fronteiras da masculinidade e da feminilidade sociais são relativamente móveis e, até certo ponto, parecem depender das exigências do sistema produtivo em cada período histórico”* (HIRATA, 2002, p.268). Como ressaltávamos, essa não é uma determinação estática, uma vez que se encontra permeada de outras diferenças, como no exemplo da mulher negra no Brasil, ou da diminuição das diferenças em países escandinavos, ou ainda do período histórico em tela. As divisões existentes muitas vezes são importadas de outros modos de produção ou de outras contradições específicas que movimentam seus limites. Com isso, mascara-se a imposição dessas diferenças. O não tratamento como igual, da mesma classe trabalhadora, por exemplo, é fundamental no desenvolvimento da cizânia entre a própria classe.

Uma das razões dessa segregação seria, de acordo com uma hipótese resultante da pesquisa citada, criar uma situação de incomparabilidade entre as funções masculinas e femininas dentro da fábrica, evitando, assim, o crescimento de reivindicações de igualdade (HIRATA, 2002, p.268).

Não podemos deixar de perceber que o movimento ‘divisionista’ feito pela própria reprodução do capital, da classe capitalista para a classe operária, aproveitando-se das inúmeras diferenças históricas ou até criando-as no decorrer do processo produtivo, é uma prática intrínseca à lógica do capital. Esse movimento, por um lado, separa homens e mulheres, reforça as diferenças hierárquicas antigas, a diferença entre brancos e negros, entre pessoas do nordeste do Brasil e das regiões do sul do país, entre outras. Por outro, canaliza-as para o exército de reserva industrial, continuando sob a lógica do próprio capital. O discurso integrador da mulher no capital tanto pode ser uma falácia, como no caso japonês, como pode ser real. Ambos têm em comum vários processos de que o capital se utiliza para manter a reprodução do capital. As

fronteiras são modificadas dentro de uma fronteira maior, do capitalismo, e, conseqüentemente, esta última também está subjugada pelo movimento histórico e pode ser rompida.

A relevância da contribuição de Helena Hirata poderia ser traduzida na seguinte frase: “*a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis*” (HIRATA, 2002, p.277). Fazer essa análise das diferenças de forma encadeada e percebê-las indissociavelmente seria, no nosso ponto de vista, o eixo mais correto para entender a divisão sexual do trabalho, bem como outras características e divisões específicas, para melhor compreender o todo, ao invés de colocá-la num igualitarismo empobrecedor⁴⁷.

Nesse trabalho de Hirata, a questão da divisão sexual do trabalho contribui enormemente para clarear essa diferenciação existente. Isto não só no terceiro mundo, mas entre os vários países, entre os ramos industriais e até dentro de uma mesma unidade de produção. Essa ação violenta do capital tem um fim: “*diminuir a porosidade da jornada de trabalho e acelerar o ritmo*” (HIRATA, 2002, p.40), ou seja, aumentar a acumulação do capital, reproduzindo as relações capitalistas de produção das mercadorias, da própria vida. Essa análise propicia-nos um entendimento da pluralidade das competências, exatamente para responder à pluralidade da divisão social do trabalho, de toda a fragmentação que não foi superada no capitalismo, como afirmam os que defendem os novos modelos de sociedade e das competências.

Quando Helena Hirata trata a problemática da divisão sexual do trabalho, ela não só desvela as diferenças sexuais existentes na classe trabalhadora, mas amplia a visão para outras divisões reais. Possibilita-nos reavaliarmos e construirmos num patamar superior a tão necessária análise e unidade da classe trabalhadora.

II. 4. Fechando o bloco da divisão social do trabalho.

A escolha dos autores para tratar este ponto deveu-se a sua relevância no trato sobre a divisão do trabalho, sua matriz teórica, e, secundariamente, à distribuição cronológica dos autores. Esta última característica foi importante, enquanto forma de apresentação, mas não necessariamente uma ordem de importância na aproximação da realidade. Começamos por Smith, em sua época áurea da manufatura, defendendo o capitalismo, que crescia em contradição ao modelo feudal, já derrotado, mas ainda presente. Depois, recorreremos a Marx, que analisa a

⁴⁷ “*A preeminência do econômico, que fez da força de trabalho um conceito-chave na análise marxista clássica das relações de dominação, cede lugar ao conceito de ‘sujeito sexuado’, inserido em uma rede de relações intersubjetivas*” (HIRATA: 2002, p.277).

sociedade capitalista, buscando os escritos da economia política da época, já em plena ideologização, ou seja, com os economistas burgueses justificando vulgarmente a sociedade eivada de contradições. Ele vai combater essa visão e apontar a possibilidade e a necessidade de se romper com a sociedade capitalista, a partir de um aprofundado estudo sobre a realidade. É nesse autor que nosso trabalho se referencia teoricamente, portanto, é a base para as definições sobre a divisão do trabalho. Em seguida temos Durkheim, um estudioso sobre a divisão do trabalho do ponto de vista positivista-funcionalista. Sua época é em parte contemporânea à de Marx. Escreve sobre a divisão do trabalho, já no final do século XIX, continuando seus escritos sobre educação no século XX. Esse autor vai ser o defensor da ordem, o oposto de Marx. A visão sobre a divisão do trabalho, neste sentido, é conservadora, mas apresenta com clarividência um pensamento importante para a burguesia da época, transparecendo muitas de suas posições classistas e anti-idealistas.

Neste bloco, trabalhamos com temas recorrentes que perpassam, com ênfases e matrizes teóricas distintas, por todos os autores, ou, pelo menos, por uma grande parte, sobre a divisão social do trabalho. A primeira que nos chama a atenção é sobre a historicidade da divisão do trabalho. Marx, Durkheim (apesar de perspectiva diversa sobre tal), Neville (quando fala da dificuldade em mensurar a efetiva contribuição do trabalho nos mais diversos sistemas), Hirata, Gorz, todos apontam que a divisão não é um dado extensivo na história, mas que vai se caracterizar conforme o tempo e local em que se realiza. Evidente que isto não explica a compreensão histórica dos autores, mas o que importa neste momento, e o que nos basta, é que a divisão social não é algo estático. Move-se na história.

Quanto à análise histórica realizada há pontos opostos. Sabemos que para Durkheim esse movimento depende do progresso social e para Marx, da contradição existente na sociedade. Como então ‘aproveitarmos’ pensamentos de origens tão diversas? Tivemos como critério a aproximação sobre a realidade como também as justificativas ideológicas para a sua manutenção – neste caso, por exemplo, Durkheim não pode ser chamado de histórico, pois não percebe o limite da própria sociedade na história; assim como foi construída historicamente, pode também ser destruída –, uma aproximação prática sob a referência da teoria dialética. No caso, buscamos entender a divisão do trabalho dentro de seu movimento histórico, suas origens e seus objetivos. A atualidade dessa categoria, levantada por Smith no século XVIII, deve-se à atualidade da hegemonia do capital. Mesmo com as mais gritantes diferenças, as justificativas de Smith, Marx,

Durkheim, até os mais recentes, mostram a força dessa realidade que se impõe, da existência da divisão nas entranhas do capital.

Quanto aos estudiosos da escola francesa, esses assumem posições diferentes, mas que culminaram num acordo tácito na elaboração do Tratado da Sociologia do trabalho. Escritos em meados do século passado, posteriormente à Segunda Guerra, situam-se num momento de forte automação na indústria e implementação do taylorismo em larga escala. Estão à época do Estado de Bem-Estar Social na Europa Central. Esse salto quantitativo nos processos de produção vai apontando as condições colocadas nas mudanças qualitativas no processo produtivo, com a força da informática e da robótica. Apontam na direção do aumento da divisão do trabalho e aos poucos vão mostrando os sinais das modificações nos processos que só ficarão mais evidentes a partir dos anos de 1970. Em seguida vem Gorz, cronologicamente anterior a Hirata. Gorz explicita as modificações ocorridas nestes últimos anos, escrevendo nos anos de 1980 uma revisão crítica ao marxismo, movimento ocorrido com frequência, num processo hegemônico do capital – às vezes sob a bandeira do pragmatismo, ou da pós-modernidade crítica, ou de um grande ecletismo –, enfrentando a divisão do trabalho de forma desligada das relações sociais. Hirata não procede da mesma maneira. Apesar de alguns problemas, colocados no decorrer do trabalho, ela reforça a idéia da divisão do trabalho e, mais, aponta com seu estudo uma divisão sexual do trabalho, que, no nosso entendimento, abre as portas para a compreensão da atualidade e a amplitude da divisão do trabalho, sob inúmeras expressões e formatos.

No nosso entendimento, as diferenças fundamentais entre os autores estão ligadas à explicitação da divisão do trabalho enquanto uma força produtiva desligada das relações sociais, do posicionamento frente à apropriação dos meios de produção. Nessa omissão, até mesmo autores que se definem marxistas tem dificuldades no entendimento do que Marx chamou de relação contraditória, de um movimento necessário da produção e como ele aparece socialmente. Não é só Gorz que tem essa posição de não entender as relações classistas. Muitos autores atuais, na defesa do modelo das competências, julgam a divisão do trabalho como ultrapassada, como se uma grande unidade superasse o movimento dialético da divisão em si e em relação com as expressões das relações entre os seres humanos, entre os grupos sociais.

Outro ponto relevante no debate sobre a divisão social do trabalho é o processo central de controle. Ele é visto por alguns como a ação da hierarquia, a parte humana da Divisão Social do Trabalho, como no ‘Tratado’. Friedmann e Naville colocam a divisão somente como uma

necessidade de mando - controle -, como uma exigência prática de funcionamento do processo produtivo. Há um deslocamento do mando com a automação, e fica cada vez mais restrito o poder de decisão do operário. Gorz aborda uma série de caracterizações do trabalho alienado no capitalismo. Trata a automação e as máquinas como parte ativa para a opressão do trabalhador e de seu controle. No caso, ressalta a contribuição da escola no serviço da manutenção da idéia dominante de controle sobre o operário, e faz referência, fundamentalmente, ao despotismo patronal, para ele, inerente ao assalariamento.

O próprio Durkheim dá uma importante contribuição para o entendimento sobre o controle. Para ele, o controle é uma mediação - das mais relevantes - e não uma finalidade em si mesmo. O controle, enquanto cérebro de um organismo, remete assim à analogia. Esta é uma referência importante para contrabalançar duas posições: uma, que deixa o controle no centro do processo produtivo, e não como uma mediação fundante, essencial, para atingir o objetivo de acumulação de capital, segundo nosso entendimento; outra, é desfazer os mecanismos diversos de controle atual como algo dissipado nos processos de 'autonomia' desenvolvidos nos modelos de competências. Essas formas de interpretar não conseguem ver que os processos de controle vão também se definindo historicamente, mas que o capital, por ser capital, não pode abdicar do mesmo, por ser inerente de sua reprodução.

Hirata também mostra o controle exercido de forma patriarcal no modelo comumente tão elogiado - e por ela criticado -, como o toyotismo ou modelo japonês. As mil e uma formas de utilização do capital, da divisão do trabalho, aparecem muito fortemente também enquanto controle necessário para a produção. A divisão necessita do controle, tanto no seu processo de isolamento quanto para a própria cooperação. Marx também apontava que, dentro da divisão, quanto maior for a complexidade, maior é a exigência da presença do maestro para reger o processo produtivo.

Um terceiro ponto relevante é o processo de **adaptação** necessária da força de trabalho na divisão do trabalho. Smith aponta claramente a importância da repetição, de tirar o trabalhador de sua autonomia - 'folga' - e controlá-lo para que o mesmo fosse condicionado somente numa atividade, com o objetivo de que esta situação deixasse os trabalhadores mais rápidos e eficientes, o que se configurava num processo relevante de adaptação do trabalhador à sua função. Marx vai debater esta questão, que iremos aprofundar adiante, concordando, em primeiro plano, com a visão dos economistas burgueses sobre a relevância da divisão do trabalho, passando da

manufatura à grande indústria. Claro que Marx vai entender essa mesma divisão, relacionado-a com as contradições de classe existentes.

Durkheim também aponta como imperioso que os trabalhadores adaptem-se às suas funções. A sociedade só funciona se atingir um patamar de harmonia. Para tal, é preciso que cada um saiba o seu lugar efetivo na divisão do trabalho para que a sociedade se realize. É a solidariedade entre todos e o entendimento de que cada um ocupa uma função social que corresponde à divisão social do trabalho. Durkheim descreve a dificuldade acarretada pela possibilidade do rompimento dessa divisão e reconhece que os interesses diversos podem levar a um conflito. Saídas como a formação de uma cultura geral não passam de ‘enrolação’ no processo de solidificação da solidariedade entre todos em suas funções sociais. Os trabalhadores só se atêm à sua função caso se sintam próximos de uma igualdade natural, segundo Durkheim. É necessário um processo de adaptação/educação para o bom funcionamento da sociedade. Ele aborda elementos constitutivos como a flexibilidade e a mobilidade na grande busca da harmonia social. Aqui, podemos ver como essas temáticas de adaptação e controle são interligadas e atuais. É por isso que chamamos Durkheim de inspirador para os atuais teóricos das competências e na defesa do capital.

Hirata vai falar da importância da Divisão Sexual anterior ao capitalismo, e que num processo de ‘adequação’ tornar-se-á imprescindível para o capitalismo. Atualmente, a autora levanta um ponto relevante, que é a precarização do trabalho dentro da divisão capitalista. Descreve um processo de ‘aceitação’ de um trabalho ‘precarizado’ por parte dos trabalhadores, devido à condição de eventualidade que assume para os indivíduos que dele fazem parte. Já explicitamos que essa eventualidade é só no plano individual, pois para o capital a precariedade é assumida como uma figura constante no processo de exploração. O que há, no nosso entendimento, é a agudização e construção de novas formas de precarização do trabalho. Resgatamos dela os condicionamentos, o contraditório desse processo de adaptação, que não é passivo, mas resultante das contradições existentes, ora mais acentuadas, ora mais enfraquecidas.

Visto isto gostaríamos de concluir com algumas idéias fundamentais, numa perspectiva materialista dialética, para servir de referência para o conjunto do trabalho.

Primeiramente, a divisão social do trabalho não é composta somente de seu aspecto ‘técnico’, ou seja, dos componentes de produção enquanto forças produtivas. Entendemos que deve ser ampliado esse entendimento a partir das relações de apropriação dos meios de produção

e, conseqüentemente, da distribuição da riqueza produzida. Este entendimento quebra com uma visão tecnológica das necessidades de formação da força de trabalho e traz à tona as classes sociais, o conflito, o movimento histórico realizado pela humanidade. Esse é o movimento feito por Marx, ou seja, é a localização enquanto construção em contradição do processo produtivo que se aborda a divisão do trabalho. Tanto é assim, que secundariza uma história própria da divisão do trabalho, reconhece elementos comuns, mas refere-se fundamentalmente a seu sentido na sociedade do capital, ou seja, o sentido da divisão do trabalho no capitalismo está vinculado mais profundamente às relações sociais provenientes das leis capitalistas do que a um desenvolvimento hipoteticamente evolutivo dos modos de produção anteriores. Esse elemento ajuda-nos a caracterizar que a formação para a força de trabalho tem uma ruptura conforme a existente no modo de produção. Já no que tange ao modo capitalista de produção, podemos ver a sua dialeticidade, em que se mantêm os mesmos princípios capitalistas de exploração do trabalho assalariado e, portanto, os mesmo princípios na formação da sua força de trabalho. Do outro lado, com as revoluções permanentes no modo de produzir capitalista, também há uma modificação não essencial – entendendo aqui, como essência, as leis fundamentais capitalistas –, mas real nas exigências específicas. Existe uma divisão do trabalho capitalista com suas especificidades, conforme as fases capitalistas, as regiões, as etnias etc.

Segundo, a percepção, na ótica das relações sociais não pode ser restrita à compreensão hierárquica existente. Gorz, entre outros teóricos, inspira-se na perspectiva weberiana, que desloca as relações produtivas como um problema isolado de poder. Isso vai ter um rebatimento quando se defrontam com novas formas de controle, inclusive junto ao questionamento da hierarquia desenvolvida no taylorismo. O crescimento das sociedades anônimas, o processo de ‘esconder’ a existência patronal em contradição direta com o proletariado, faz muitos teóricos negarem a luta de classes e a colocar como problema social, como uma questão de poder entre indivíduos e, no máximo, grupos sociais, independente de seu posicionamento no processo capitalista de produção. Atualmente é defendida a modificação dos pressupostos hierárquicos em benefício da autonomia, situação essa que veremos como uma modificação na forma de controlar a força de trabalho, e que o fundamental na hierarquia não é sua formatação, mas o controle exercido pelo capital para sua própria reprodução enquanto tal.

A hierarquia, no caso, compõe as relações, mas o centro é o posicionamento diante do processo produtivo, em especial, como dissemos acima, em relação à apropriação dos meios de produção e das condições para o trabalho. Enfim, do processo de acumulação de capital.

Um terceiro aspecto relevante é que a divisão do trabalho está ligada à história do desenvolvimento do processo produtivo. O próprio Marx diferenciava a divisão manufatureira da grande indústria. Também podemos observar em Naville: o aumento do volume do capital, da sua complexidade, propicia o aumento da divisão do trabalho. O debate, hoje, é se vivemos ainda uma época de grande indústria, e, se respondermos positivamente, podemos questionar: qual o tipo de grande indústria em que vivemos? A resposta daqueles que defendem a noção de competências é a de definir ‘indústria’ somente como a indústria de transformação, e não a forma organizativa em larga escala de produção da mais-valia. O fortalecimento da indústria não pode ser resumido a uma só lógica fordista, mas em todos os ramos que se transformam em processos de larga escala. Essa definição também servirá para retomarmos a lógica marxiana de trabalho produtivo e perceber as modificações existentes, não como algo que contrarie as leis capitalistas, mas algo que as aprofunde dentro do novo manequim imposto para a formação da classe trabalhadora⁴⁸.

Um quarto ponto a se considerar é que, nessa visão histórica, a divisão do trabalho é expressa por inúmeras facetas e particularidades relevantes à sua composição. Inclui a divisão sexual do trabalho, divisão étnica do trabalho, divisão internacional do trabalho, divisão etária do trabalho, divisão regional do trabalho, divisão hierárquica do trabalho, entre tantas outras, tudo isso compondo a divisão social do trabalho. Dentro dessa perspectiva, podemos entender os limites da formação para as competências, que não pode ser considerada como um processo de superação das divisões e, sim, de resposta positiva às exigências ‘divisionistas’ do capital.

Quinto, os processos de controle, adaptação, reprodução e desenvolvimento da própria divisão do trabalho não podem ser vistos simplesmente como um problema de desenvolvimento tecnológico, apesar de ser este fundamental para sua continuidade. A tecnologia e a ciência que lhe proporcionam os seus avanços estão submetidas à lógica dominante. Têm como objetivo central o aumento da produtividade a fim de efetivar uma maior magnitude da taxa de mais-valia. É o processo de valorização do capital, fundamentalmente humano, entre grupos sociais, ou, mais precisamente, entre as classes sociais. No caso, o fetiche é justamente a transformação do que é

⁴⁸ No próximo capítulo discutiremos o trabalho produtivo.

humano em coisa. A divisão do trabalho não pode ser considerada somente como resultante da ciência ou das coisas, mas de processos humanos historicamente definidos.

Sexto, a divisão compõe-se de dois grandes movimentos interligados: o isolamento e a combinação. No caso, apontamos a cooperação e a concorrência, que expressam um movimento dependendo da contradição entre as relações sociais produtivas e o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, é inseparável para a divisão do trabalho esse ditame e, com isso, podemos entender como se relacionam a cooperação e a concorrência dentro da mesma. Neste sentido, uma de suas expressões pode ser vista da seguinte forma: existe uma maior divisão no processo de execução e uma maior unidade, cooperação, ditada pelo capital, na organização do processo produtivo. O trabalho se divide e o capital os unifica, controlando-o. A superação da divisão do trabalho, portanto, não passa de obra de ficção, que veremos mais adiante.

Por fim, o conceito sobre competências deve ser entendido a partir da necessária divisão do trabalho. Incorporamos esses entendimentos básicos como pressupostos no tratamento das noções de competências, no decorrer deste estudo. Ele não pode ser visto como um problema individual para o trabalhador, mas como um requisito para a classe, para o sujeito coletivo, com todas essas implicações em sua formulação. A formação pelas competências, apesar de ser colocada como um processo individualizante, destina-se para o conjunto dos sujeitos coletivos, incluindo o exército de reserva. Antes, porém, veremos como se apresenta a formação desse trabalho, em especial da força de trabalho, sob a ótica marxista.

BLOCO DOIS

A FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ENQUANTO MERCADORIA

Este bloco, formado por um único capítulo, tem como característica a reflexão sobre a força de trabalho, considerando-a como elemento básico para formação pelas competências. Na maioria dos trabalhos teóricos favoráveis ou críticos, raramente vemos esse elemento tratado como fundante no entendimento da formação do assalariado no capitalismo. Tanto esse mergulho específico como o da divisão do trabalho são dois pressupostos que lançarão luzes à crítica ao fetiche das competências. Enquanto o primeiro bloco é uma tomada geral do processo produtivo a partir da divisão do trabalho, o entendimento da força de trabalho é um corte na formação humana em sua especificidade mercantilizada. Aqui, buscaremos dar subsídio para compreender que o modelo de competências não é propriamente a educação do ser humano como um todo, mas a preparação de uma peculiaridade, o elemento que entra para o mercado, isto é, a formação para a capacidade de trabalho do ser humano. Mesmo com essa definição, a propósito da formação capitalista por competências, entendemos que ela traz uma expressão da totalidade na formação do ser humano enquanto necessidade de expropriação do seu trabalho. Para tal, elaboramos este capítulo como forma de continuarmos delimitando o objeto da competência, com todas as suas caracterizações específicas. Nossa abordagem aponta claramente que o centro na noção de competências não é a formação humana integral, mas a construção de uma mercadoria especial. Recuperando o bloco anterior, percebemos que a formação para os trabalhadores, centrados em sua força de trabalho, não é propriamente um problema individual, trata-se de uma ação para o conjunto da classe trabalhadora, inclusive para aqueles que compõem ou compõem o exército de reserva industrial, com suas diferenças.

Como vimos em Hirata, a formação não é necessariamente a mesma, mas tem a mesma objetivação: a reprodução das diferenças da divisão do trabalho, do capital, propriamente dito, inclusive os desempregados. Marx fala em categorias do exército de reserva no seu livro I do Capital. É importante assinalar que a superpopulação relativa ou o exército de reserva⁴⁹ é componente essencial no modo de produção capitalista.

(...)e uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista (MARX, 1984, p.733).

⁴⁹ MARX (1984, p.743-748) vai realizar uma classificação desse grande exército. Explicitando-o, como flutuante, latente, estagnado e o paupérrimo, e esta divide em outras categorias, sem contar o que ele chamou de rebotalho do proletariado. Chamamos a atenção para esta divisão, pois as necessidades de formação também vão se diferenciar, mesmo tendo um parâmetro comum.

O sujeito coletivo é composto por essa complexidade da reprodução do capital. A formação por competências abarca especificidades dentro de uma lógica comum, que é ser a composição da força de trabalho enquanto uma mercadoria. No primeiro bloco vimos a competência encravada na divisão do trabalho, e neste demonstraremos que a especificidade da competência está baseada não propriamente na formação integral do trabalhador, mas um processo de produção de uma mercadoria especial.

Realizamos um movimento: da divisão do trabalho para a força de trabalho. A divisão social de trabalho dirige o nosso olhar para a demanda da construção da força de trabalho. Esse processo da divisão tem um momento histórico dominado pelo capital, que é a caracterização da força de trabalho enquanto uma mercadoria, sujeita às leis do mercado. Mais precisamente, a força de trabalho depende da divisão de trabalho, como explicita Marx, na sua obra: “Salário Preço e Lucro”:

Mas para produzir uma mercadoria, não só se tem de criar um artigo que satisfaça uma necessidade social qualquer, como também o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem que estar subordinado à divisão de trabalho dentro da sociedade. Não é nada sem os demais setores do trabalho e, por sua vez, é chamado a integrá-los (MARX, s/d, p.351-352).

A mercadoria especial, a força de trabalho, é uma composição que demanda um processo real de formação histórica e socialmente definida, inserida na divisão do trabalho e, obviamente, dentro das relações sociais existentes, desenvolvendo um processo social específico de formatação. Assim, para se abordar as competências e deve-se considerar o imperativo da força de trabalho, a sua constituição, os elementos principais dessa categoria. É nesse sentido que faremos essa volta teórica, com a certeza de que a mesma propiciará melhor condição ao leitor para realizar a crítica ao fetiche das competências com uma maior solidez.

CAPÍTULO III. A MERCADORIA ESPECIAL

A força de trabalho é uma categoria das mais relevantes que Marx vai desenvolver. Diferentemente de outros autores da época e de seus próprios escritos anteriores, a força de trabalho antes era resumida como trabalho. Era entendida como se o trabalhador vendesse o próprio trabalho. Marx inicia seus escritos com essa formulação, ainda que com as características críticas de seu trabalho. Na verdade, o desenvolvimento dessa categoria em Marx dependeu de explicitar a compreensão de que a mercadoria vendida pelo trabalhador não era o processo de

trabalho no assalariamento, mas o seu potencial propiciador da realização do trabalho vivo. A venda da capacidade de trabalho ou da força de trabalho só pode ser vista dentro da perspectiva da busca da mediação da sobrevivência do trabalhador, no caso, nas relações existentes no próprio mercado. A caracterização que nos propomos a desenvolver neste capítulo, a força de trabalho enquanto mercadoria e suas conseqüências, vai alimentar o entendimento de que as competências são uma caracterização histórica da própria força de trabalho. Ela é uma capacidade humana coisificada, enquanto uma mercadoria, no capitalismo. Este ponto é fundamental quando abordarmos sobre as competências, que é um dos processos mais atuais de transformação das capacidades humanas para o trabalho no modo de produção vigente.

A primeira diferenciação a ser feita é entre a força de trabalho e o trabalho. Enquanto a última é o exercício produtivo socialmente definido e necessário, com objetivo e processo definidos, para a sobrevivência dos seres humanos, a ‘força’ é a capacidade historicamente construída que possuem os seres humanos de intervir no processo produtivo, ou seja, de realizar o trabalho no modo capitalista.

(...) então, não vende seu trabalho (que teria primeiro de efetuar), porém coloca à disposição do capitalista, em troca de uma determinada remuneração, sua força de trabalho, seja por certo tempo (no trabalho por tempo), ou para efetuar uma tarefa determinada (trabalho por peça): aluga ou vende sua força de trabalho (ENGELS, s/d, p.56).

Esse não é um dado biológico, apesar deste ser imprescindível: *“Mas essa força de trabalho encontra-se indissoluvelmente ligada a sua pessoa, da qual é inseparável* (ENGELS, s/d, p.56)”. É um elemento construído através da história, das necessidades produtivas que a própria humanidade desenvolveu. Portanto, entende-se também a partir de várias categorias, na divisão social do trabalho, nas forças produtivas, nas relações sociais produtivas, enfim, na sua constituição histórica enquanto tal.

A força de trabalho – ou o trabalho, como é tratado por muitos autores relevantes, como Smith, Ricardo e o próprio Marx em suas primeiras elaborações sobre o tema – apresenta-se enquanto mercadoria, na medida em que o seu proprietário a leva ao mercado para a sua realização. Esses autores discorrerão sobre a transformação e ruptura do modelo feudal de produção para o modelo burguês e as conseqüências no processo produtivo para as classes sociais e o trabalho. Descrevem o início da classe trabalhadora assalariada, perdendo a possibilidade de

possuírem seus próprios meios de produção, meios estes que serviam para a sua sobrevivência. Assim descreve Marx essa modificação:

Para atingir esse objetivo, para extirpar a preguiça, a licenciosidade e as divagações românticas de liberdade, para reduzir a taxa arrecadada em benefício dos pobres, para incentivar o espírito industrial e para reduzir o preço do trabalho nas manufaturas, propõe esse fiel paladino do capital o meio eficaz, a saber, encarcerar os trabalhadores que dependam da beneficência pública, em uma palavra os pobres, num ‘asilo ideal de trabalho’. Será mister transformar esse asilo em casa de terror’, nesse asilo ideal de trabalho, haverá a obrigação de trabalhar ‘14 horas por dia, incluindo-se o tempo adequado para as refeições, de modo que restarão 12 horas inteiras de trabalho’ (MARX, 1989, p. 314).

Sob ferro e fogo⁵⁰, de forma trágica⁵¹, vai aparecer com relevância a nova classe trabalhadora, agora sob a dependência de salário, dentro de uma sociedade em que os produtos, cada vez mais, se incorporam à forte lógica da produção em massa. Com isso, os produtos que outrora o próprio trabalhador produzia são disponíveis somente enquanto mercadorias. O trabalhador vai ter que “ir às compras”, ter salário para poder sobreviver conjuntamente com sua prole, que é parte incorporada da reprodução de sua força de trabalho futura⁵².

Para ter salário o trabalhador vai dispor da sua própria capacidade de trabalho. Mas a venda da força de trabalho, vista em si, não é o que difere dos outros tempos, essencialmente. A diferença fundamental em comparação a épocas passadas são as relações existentes, hoje hegemônicas, por um lado, pelo capital, pelos compradores (os capitalistas), e, por outro lado, o trabalho, sob hegemonia dos primeiros, os vendedores (os trabalhadores enquanto sujeitos), nas condições estabelecidas para o exercício dessa relação, em princípio, realizada por livre contrato

⁵⁰ No item “Legislação sanguinária contra os expropriados, a partir do século XV. Leis para rebaixar salários” Marx vai descrever a violência para constituir a classe trabalhadora livre na Inglaterra:

“Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis”(MARX, 1984, p. 851). Thomas Morus destaca que esses seres erradios eram compelidos a roubarem, ou serem mendigos e cita *“72000 foram enforcados como ladrões grandes e pequenos no reinado de Henrique VIII , prática usual até o início do século XIX* (MORUS apud MARX, 1984, p. 853). São inúmeros exemplos da crueldade que formou a classe trabalhadora inglesa. Ver Thompson, Engels.

⁵¹ Outra citação de Marx, para termos uma noção da violência na formação do assalariamento nos países centrais da época: *“A casa de terror para os indigentes com a qual a alma do capital ainda sonhava em 1770 ergue-se poucos anos mais tarde gigantesca no cárcere de trabalho para o próprio trabalhador da indústria. Ele se chama fábrica. E desta vez o ideal empalideceu diante da realidade”* (MARX, 1989, p. 315).

⁵² Enguita descreve a transformação dos africanos subsaarianos em assalariados no processo de colonização da África, como na América. Num processo contínuo de crescimento do capital, *“A primeira coisa que fizeram os ocupantes foi agravar os nativos com impostos em dinheiro, forçando-os a assalariar-se para consegui-lo.(...) Os que não podiam pagar eram submetidos a trabalhos forçados, e a coleta fiscal era com frequência uma ocasião para que maltratassem os homens, violassem suas mulheres e filhas e lhes tirassem qualquer coisa que lhes apetessem”* (Isaacman, 1976:88) (Enguita, 1989, p.77-78).

entre as partes, estando submetidos os trabalhadores ao controle por parte dos compradores, proprietários dos meios de produção. Nesse momento histórico, ganha relevância a força de trabalho. Com isso, inicia-se um processo de perda da possibilidade de sobreviver enquanto produtor isolado, por não se possuir mais meios para tal. A sobrevivência depende da venda da força de trabalho e, conseqüentemente, ocorre a perda do controle da própria existência. Os modos de sobreviver vão se limitando dentro dessas relações, dentro do mercado. Essa é a forma específica burguesa. Assim, a noção de competência ressalta seu vigor, numa independência além do contrato firmado, numa liberdade como se o trabalhador não necessitasse vender sua força de trabalho, como se estivéssemos voltando ao tempo em que a propriedade dos meios de produção fluísse livremente para todos. Para nós, é essa a condição social que deve ser tratada como fundamento das forças de trabalho: as relações sociais. Portanto, pelo menos a competência também está adstringida pelas relações atuais. Evidentemente que sem a reprodução física não se podia observar, muito menos escrever sobre tal situação. Para clarificar essa base, que é a própria existência humana, buscamos debater essa questão com Moura (2004).

O autor citado difere de Marx e critica a visão da necessidade de se constituir a categoria força de trabalho e, como conseqüência, defende a obsolescência da sua definição enquanto uma mercadoria. Ele aponta que o domínio da categoria ‘força do trabalho’ depende da existência e da reprodução do trabalhador. Para o autor, essa forma mercadoria serviu para Marx realizar a crítica à situação alienante vivida através das relações produtivas, mas que a definição, enquanto mercadoria, não teria sido aprofundada por Marx com a mesma qualidade que realizou sobre a mercadoria. A construção da categoria força de trabalho, para Moura, é uma cessação teórica, conforme podemos observar:

Ao colocar à venda sua força de trabalho, o trabalhador está lançando ao mercado, valha a redundância, uma mercadoria tão especial, que só uma enorme condescendência permitiria considerá-la, tout court, mercadoria (MOURA, 2004, p.263).

Moura vê a necessidade de desvelar a alienação existente nas relações capitalistas de produção, mas não no intuito de reforçá-la enquanto um parâmetro econômico, ou, mais precisamente, enquanto uma mercadoria, pois, segundo o autor, a mesma está submetida a outros fundamentos não-econômicos, e a entrada no mercado, por si só, não lhe garantiria o ‘status’ de mercadoria, mesmo que adjetivada como especial.

Todavia, a crítica da economia política deve avançar inclusive sobre esse ponto, denunciando a pseudo-mercadoria força de trabalho, mostrando que não há regulação automática, ‘econômica’, um valor em torno ao qual deva girar a remuneração do trabalhador, cuja fixação é política e depende de um conjunto complexo de circunstâncias, a qual não é alheia à intervenção do Estado (MOURA, 2004, p.280).

No entanto, Moura, não leva em conta que a característica de uma mercadoria não é a sua natureza enquanto produto (meio ou fim), e sim, a entrada no mercado. Mesmo elaborando que certas situações estão no mercado com preço, mas não têm valor por não terem trabalho humano, entendemos que a formação do ser humano também constitui, na lógica capitalista, uma cisão entre o trabalhador e sua força de trabalho, esta transformada em mercadoria, fruto de trabalho humano, com as qualidades necessárias para tal, possuidora de valor de uso e de troca. A parte construída do trabalhador possibilita-o tornar-se assalariado no processo histórico, transforma não mais seu próprio corpo num processo de mercadoria, como o escravo, ou de dominação, enquanto servo ligado ao senhor feudal, e sim, sua força de trabalho. Ao mesmo tempo em que o escravo é a própria mercadoria, o interesse fundamental do senhor de escravo não era propriamente essa mercadoria, mas o que ela poderia produzir. A forma ‘força de trabalho’ é pouco desenvolvida no caso na escravidão. Só no capitalismo essa separação ganha vultuosidade prática e correspondência teórica. Em “Trabalho Assalariado e Capital”, Marx expõe:

A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto de seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, de uma vez para sempre, a seu proprietário para as de outro. Ele mesmo é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria. O servo não vende senão uma parte de sua força de trabalho. Não é ele que recebe salário do proprietário da terra; antes, é o proprietário da terra que dele recebe tributo (MARX, s/d, p.63).

A atualidade da mercadoria se expressa em sua compra e venda na relação entre os assalariados e os capitalistas. O meio pelo qual se concretiza essa ligação invisível entre as partes é um contrato, em tese, entre livres. O trabalhador dispõe de uma característica ímpar e a coloca à venda: a potência laboral. Diferentemente de outras formas de organizar a produção, no capitalismo o trabalhador não vende o seu ser, nem a totalidade de seu tempo, apenas disponibiliza sua força de trabalho para construir um valor extra no processo produtivo, a mais-valia. Essa separação do trabalhador com a sua força de trabalho dá uma clareza de que a

formação requerida no modelo das competências, aparentemente, vai além do limite imposto enquanto mercadoria, isto é ‘requer o ser’. Na verdade, a exigência é uma força de trabalho cada vez mais absorvida pelas exigências obscuras do capital.

É a contradição entre o próprio trabalhador e a força de trabalho no mundo sob o domínio das formas capitalistas de organização. Na verdade, o trabalhador quando vai ao mercado não vende a si mesmo, mas contraditoriamente não pode vender sua força de trabalho se não dispuser de si mesmo, embora isso seja escondido na relação assalariada. O que vemos, portanto, como Marx afirma, é um ‘novo tipo de escravidão’. Diferente, sim, pois é contratual, livre, e a ‘disponibilidade’ do trabalhador é condição sem a qual não existiria a possibilidade de compra e venda da sua força de trabalho. Essa mudança se dá no processo histórico, em que as próprias relações sociais apontam um desenvolvimento teórico sobre a força de trabalho⁵³.

Além desse debate, ressaltamos em Moura (2004) duas contribuições muito interessantes. Primeira, é a constatação de que nem tudo está no universo do capital. Existem situações, mesmo na atualidade, em que estão preservadas formas pré-capitalistas, ou mesmo, extracapitalistas no reino das relações sociais. A outra contribuição é o reforço da idéia da inseparabilidade da força de trabalho do próprio trabalhador. No entanto, como deixamos expresso, no nosso entendimento o movimento do capital é exatamente este: de inverter as relações sociais pré-capitalistas para relações capitalistas; de subsumir a força de trabalho em seus vários aspectos às necessidades do capital.

Assim, o ser humano é considerado, para o capital, quando ele está na relação produtiva, dentro deste marco histórico atual, comportando-se como comprador ou vendedor, tendo o trabalhador a mercadoria fundamental para a reprodução do próprio capital, ou seja, sua força do trabalho. No ‘mundo das mercadorias’, o ser humano é aproximado cada vez mais de sua capacidade laboral, na sua feição material, num produto a ser feito, moldado, exposto, comprado e vendido, sob as mais diversas formas, mais exuberantes ou sórdidas, mas como força de trabalho, como mercadoria especial, mas uma mercadoria. Neste sentido, esse procedimento depende da natureza, da própria reprodução física, inclui até elementos extracapitalistas, mas de forma alguma se sobrepõe a essa necessidade cíclica reprodutiva do capital. Pelo contrário, está subsumida ao capital, e as relações extracapitalistas são enfraquecidas a cada dia. Portanto, vão

⁵³ A analogia que podemos fazer é referir-se a Aristóteles, que não percebeu o trabalho escravo como uma categoria relevante, assim também a força de trabalho não foi vista, a não ser no desenvolvimento da teoria crítica da Economia Política, já em pleno desenvolvimento do capitalismo.

perdendo sua relevância prática e teórica. A competência apresenta-se como um rosto humano do trabalhador, uma nova feição que enfrentou seus grilhões na forma taylorista, opressiva, embrutecida e, agora, com a liberdade de criar, de ser, estaria reencontrando-se com a sua humanidade. É por isso que reafirmamos a importância de entendermos o caráter de formação para a força de trabalho, para a mercadoria, em que os aspectos humanos se fundem e se confundem com os aspectos requeridos para sua capacidade de trabalho, para a efetivação do trabalho nas circunstâncias atuais. Veremos que além das novas práticas ‘competentes’ existe um obscurecimento do que é real que está em jogo: a mercadoria, força de trabalho.

Evidente que, como toda a mercadoria, a força de trabalho tem como uma de suas características básicas servir às necessidades humanas. Ela sempre será necessária para realização do consumo produtivo, a partir das relações sociais vigentes. Por outro lado, está prescrito que, por ser uma mercadoria, tem de obedecer às regras do mercado, às determinações do valor. A força de trabalho deve ser comprável e vendável, mensurável, portanto, além de estar no instituto jurídico-legal, no mercado, no assalariamento propriamente dito. O trabalhador tem de se submeter à nova ordem, a fim de sobreviver física e espiritualmente.

Como já vimos, esse processo histórico está eivado da violência, fundamentalmente, da perda de autonomia na produção - pela perda dos meios de produção - e da perda da autodeterminação em sua sobrevivência e, por isso, podemos dizer, pela perda da autonomia do seu próprio desenvolvimento. Contraditoriamente, essa violência pode ser explicada pela ‘liberdade’ necessária do trabalhador nesse modo de produção.

Liberdade em dois sentidos. Livre está da terra, ou melhor, das relações feudais que lhe impossibilitavam sair daquela gleba de terra, submetido a um senhor nos diversos momentos de sua vida: no trabalho na terra, no pagamento de impostos, em períodos de pugna. Com a derrocada do feudalismo, o trabalhador pode ir e vir, um direito tipicamente de interesse burguês. Essas liberdades estão acompanhadas da impossibilidade de sobreviver na terra, pois, com o advento do capitalismo, os trabalhadores são dela expulsos. Esse processo violentíssimo de expulsão dos trabalhadores das suas terras, ou, pelo menos, das glebas que ocupavam e que dali tiravam a sua subsistência, caracteriza o outro sentido de liberdade, os trabalhadores estão livres dos meios de produção que propiciavam sua sobrevivência.

Esta liberdade é sistêmica. Ela, a liberdade, é construída dando continuidade ao processo de reprodução das relações burguesas. Estamos diante da liberdade burguesa e de seus

fundamentos. Não é mais a liberdade do rei, do senhor feudal, da Santa Inquisição da Igreja Católica, mas da burguesia, que, conseguindo sua hegemonia, esconde seu significado de opressão para a maioria da população não burguesa da face da terra. Essa situação consolida-se numa relação abstratamente neutra, mas que fundamentalmente reproduz toda a miséria, de um lado, e a riqueza, de outro, um pressupondo a existência de outro. Para o trabalhador, não resta outra alternativa, *“cujo único recurso é a venda de sua força de trabalho não pode abandonar toda a classe dos compradores, isto é, a classe capitalista, sem renunciar à vida (MARX, s/d, p.64)”*. Hoje, obscurecida é a origem e o desenvolvimento do significado da liberdade do trabalhador nas relações capitalistas. Qual a liberdade que é oferecida para os trabalhadores no modelo vigente? De não serem explorados? De terem os destinos da produção – do que é produzido e reproduzido pelos trabalhadores – em benefício de toda a coletividade? Qual a liberdade tão elogiada no modelo de competências, senão estar limitada pelo próprio modo de produção capitalista? Estas reflexões nos ajudarão a compor os elementos que configuram o atual padrão de formação da força de trabalho. Antes, no entanto, vamos tentar explicitar como a força de trabalho se compõe, também com o mesmo intuito de prepararmos-nos para enfrentar as idiosincrasias dos defensores do modelo das competências.

III. 1. A composição da força de trabalho

A composição da força de trabalho é um elemento fundamental para adentrarmos na questão de sua formação. Como as outras mercadorias, a força de trabalho também pressupõe uma base material, que, no caso, é a existência do trabalhador dentro de uma divisão social do trabalho e das relações produtivas. Não existe uma força de trabalho sem um processo de aquisição de tal capacidade. A mesma é fruto da ação humana que incluiu o próprio trabalho de sua construção, incorporando os elementos que a determinam historicamente.

Para definir cientificamente a força de trabalho é insuficiente aplocarmos-nos na condição prévia da sua existência, que é física, naturalizada, como já abordado no debate com Moura (2004). Tomamos, por agora, como a condição de ser criadora de valor de uso e de troca e, ao mesmo tempo, ser criada enquanto valor de uso e de troca. Fonte e fruto de trabalho concreto e abstrato, que dão origem ao valor de uso e de troca, respectivamente, situação básica para produzir valor de uso e de troca. A força de trabalho deve estar preparada - e só é aceita no mercado se estiver condizente com tais características. Para entender esse movimento, devemos observar primeiramente o caráter duplo do trabalho, o concreto e o abstrato.

III. 2. a. O trabalho abstrato e trabalho concreto

A força de trabalho carrega consigo duas situações específicas. Ela é produtora de mercadorias e é também produto do trabalho, no caso, mercantilizado. O objetivo dos itens que desenvolvermos a seguir é facilitar a compreensão sobre a composição do trabalho. Portanto, objetivamos contribuir no entendimento das reais intenções quanto à formação da força de trabalho. Para tal, tentaremos desmistificar algumas idéias do senso comum sobre o trabalho no capitalismo, com este mesmo intuito.

É recorrente no senso comum a transmutação do conceito de trabalho intelectual para o de trabalho abstrato e o trabalho concreto ser definido como trabalho manual. Ou mais, as expressões como trabalho produtivo e improdutivo, assim como as anteriores, estão repletas de muita confusão sobre suas categorizações, a partir da própria fetichização capitalista. Esses imbróglis se apresentam tanto pela não percepção de sua unidade e de suas contradições, quanto na ação de encobrir alguns aspectos básicos da relação, para estarem sob a necessidade da continuidade da dominação prática e ideológica capitalista. É o processo de inversão tão caro ao fetiche, como veremos adiante. O propósito destes dois itens é localizar como se dá a formação da força de trabalho sendo ela também uma mercadoria, portanto, produto do trabalho abstrato e concreto, intelectual e físico. Começemos por clarear as diferenças.

O trabalho intelectual e o trabalho abstrato partem do mesmo objeto, o trabalho, mas expressam lógicas completamente distintas. São categorias diretamente incomparáveis. Enquanto a questão do trabalho intelectual expressa um tipo de trabalho concreto⁵⁴, tendo como seu oponente o trabalho manual, o trabalho abstrato opõe-se ao trabalho concreto, pois é a forma como ocorre a construção do equivalente. O trabalho concreto, este sim, compõe-se diretamente de trabalho manual e intelectual, isto é, um tipo de trabalho qualitativamente desenvolvido. Quando se aborda sobre o trabalho abstrato, não se está querendo saber da qualidade do trabalho, mas da possibilidade da realização do valor, a troca. Essa separação também é válida para a força de trabalho, não confundindo a tipologia do trabalho com a construção do equivalente em relação à utilidade da mesma. Vejamos isso passo a passo.

⁵⁴ É abstrato, também, na medida em que todo trabalho tem seu tempo gasto, é abstraído da sua concretude, mas aqui queremos reforçar a idéia de que a importância da caracterização enquanto trabalho intelectual expressa uma ação determinada, ou seja, um trabalho concreto.

O trabalho, na prática, é único, mas está colocado sob dois prismas: um na ação concreta, útil, que cria um bem ou serviço útil, e o outro, que possibilita a troca. Para a realização do trabalho concreto (útil) é gasto um determinado tempo social (abstrato), historicamente considerado o tempo necessário para se chegar ao resultado objetivado. Por isso o trabalho efetivado é, ao mesmo tempo, concreto e abstrato.

Como já vimos no capítulo primeiro, Smith e Ricardo, além de outros economistas, vão apontar o trabalho como produtor de valor. A origem do valor não está no câmbio, na troca, e sim, na efetivação do trabalho. Entretanto, a dupla função encontrada nas mercadorias, ainda está velada e, com isso, também se encontra nessa situação o entendimento da exploração. Aqui, Marx vai dar sua original contribuição, construindo teoricamente o trabalho não-pago apropriado pelo capitalista como propulsor da mais-valia. Por enquanto, só nos interessa a análise da composição da força do trabalho e do processo de trabalho no capitalismo.

O **trabalho concreto** produz algo considerado útil. A produção de um bem que sirva para algo, com valor socialmente útil (com valor de uso), mas somente vista por este ângulo, não explicita a totalidade do valor, da possibilidade da troca. Não há possibilidade de existir valor (valor de troca) sem que exista valor de uso. Na forma capitalista de organizar o processo produtivo, também não pode existir o valor de uso sem valor de troca de um produto, no caso, a mercadoria⁵⁵. Para ocorrer essa valorização, deve-se ter como base o trabalho concreto, um trabalho útil destinado à criação de algo útil à sociedade⁵⁶.

O trabalho sob forma de atividade adequada a um fim, seja qual for fiar, tecer ou forjar com seu simples contato traz à vida os meios de produção, torna-os fatores do processo de trabalho e combina-se com eles para formar produtos (MARX, 1989, p.225).

O trabalho concreto é a especificidade útil da ação humana, sem a qual não se poderá existir um resultante, um produto. Para tal, necessita de uma força de trabalho com utilidade, preparada para produzir algo útil. É a utilidade do trabalho para produzir um bem ou serviço

⁵⁵ Poderá existir algum produto, para consumo próprio, produzido pelo produtor que tenha algum valor de uso, mas como sua existência não se dá como mercadoria, não terá valor de troca. Não teria sentido ser mercadoria, pois a mesma está sendo consumida pelo próprio produtor, ou não, pelo menos, não estaria à venda no mercado.

⁵⁶ A utilidade apontada aqui não tem a moral como critério para sua definição. A utilidade, por exemplo, existe num perfume caríssimo, ou numa bomba atômica, ou em um prato de comida. A utilidade está diretamente ligada à resposta de uma necessidade seja ela da 'fantasia ou do estômago', como apontava Marx, no primeiro capítulo d' O Capital, seja ela de 'primeira' necessidade ou de puro luxo supérfluo.

também, socialmente útil. Quando é abordada na visão do capital, a formação da força de trabalho assume uma unilateralidade, considerando-se somente como a formação de algo útil para os trabalhadores, o que é um engano. Primeiro, não se considera que a formação para sua utilidade é decorrente de a mesma produzir algo útil para o consumo na sociedade capitalista – não propriamente um consumo para o conjunto da sociedade –, e, segundo, não é abordado o outro lado: a necessidade de ser esse tempo utilizado na produção de valor (e apropriado pelos capitalistas), o trabalho abstrato, que veremos logo a seguir. A competência gira em torno da idéia da utilidade, principalmente, do trabalho intelectual, escondendo os porquês dessa utilidade e, como já dissemos, defendendo o trabalho intelectual como se fosse abstrato. Na verdade, as mercadorias, inclusive a força de trabalho, são consideradas pela sociedade como úteis àquelas que ‘vão’ ao mercado com a finalidade de responder material ou espiritualmente a alguém ou a algum processo produtivo, na lógica da realização do capital.

Já o **trabalho abstrato** é a forma que possibilita a construção de um equivalente, possibilitando a troca. A equivalência é um problema teórico antigo da humanidade. O próprio Marx vai se fundamentar em Aristóteles, nos escritos sobre a Grécia Antiga, berço da civilização ocidental, que vivencia um processo de divisão de classes, no caso, o sistema escravista. O fundador da Academia analisa as relações humanas, o mundo da produção e da troca, sem incluir o escravo como um dos sujeitos centrais no entendimento da organização societária da época. Com isso, é impossibilitado compreender as relações escravistas de produção por não conseguir entender o sujeito fundamental do sentido da existência da construção da equivalência entre os produtos humanos e sua mensuração para a troca de mercadorias distintas. A equivalência, para Aristóteles, está obscurecida sob o manto da legitimação da escravidão.

O grande filósofo helênico busca a idéia de justiça e vê no equilíbrio a resposta a essa virtude maior. Contribui com sua análise da possibilidade de troca de mercadorias tão díspares como sapato e casa, a partir da construção de um equivalente.

(...) uma associação que visa o intercâmbio de serviços não é formada por dois médicos, mas por um médico e um agricultor e geralmente por pessoas que são diferentes e que é possível sejam desiguais, ainda que neste caso tenham que ser de alguma forma comensuráveis. Foi para atender a esta exigência que os seres humanos introduziram o dinheiro; de uma certa forma o dinheiro constitui um termo médio, já que ele é uma medida de todas as coisas e, assim, do valor superior ou inferior destas, o que vale dizer, quantos pares de sapato equivalem a uma casa ou a uma dada quantidade de alimento. (...) tal proporção não poderá ser

assegurada a não ser que as mercadorias em questão sejam iguais de alguma forma (ARISTÓTELES, 2002, p.146-147).

A dificuldade dos pensadores helênicos é a não percepção da importância do trabalho, ou melhor, da não percepção das relações sociais de trabalho. Eles enxergam a existência da equivalência somente como um padrão expresso pelo dinheiro, mas não explicam como se chega ao valor, propriamente dito, e qual o processo de construção da equivalência. À época do escravismo grego havia uma invisibilidade do trabalho escravo, obscurecendo a exploração existente. Hoje, o trabalho assalariado é bem visível, mas também sofre com o forte nevoeiro que impede a percepção de sua composição, numa tentativa de esconder a exploração feita aos trabalhadores.

No processo produtivo ocorre a criação de valor, possibilitando a troca de equivalentes. Para tal, há que se encontrar um denominador comum. Como não há uma maneira de medição no próprio trabalho, a percepção da equivalência é dada por um processo de espelhamento, ou seja, encontra-se noutra categoria uma explicitação do valor desse trabalho. É nesse ponto que aparece o tempo gasto por um determinado trabalho, para, assim, poder-se achar uma medida comum. Todas as mercadorias gastam um determinado tempo para serem produzidas, sendo esse é o parâmetro fundamental da troca. Esse patamar é determinado historicamente, pois depende do grau do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais existentes. É um processo de abstração de algo real, do trabalho. A idéia da contraposição de um trabalho concreto é a explicação da razão de Marx chamá-lo de abstrato. Enfim, não se pode confundir como algo que também é invisível, o trabalho intelectual.

É olhando para o trabalho abstrato que se torna perceptível a criação de um novo valor – a mais-valia. Sua caracterização não depende de um determinado tipo de trabalho com alguma característica em especial, a não ser sua utilidade, em sentido mais amplo do termo. Não necessita de um resultado específico de trabalho, de ser mais ou menos complexo, por exemplo, o que configura outra falácia atual, a de colocar o problema do trabalho enquanto uma complexidade natural. O capital, isto sim, necessita de processos que respondam aos seus interesses de extração do valor novo produzido pelo trabalhador e não repassado a ele.

Acrescenta valor, portanto, com o seu trabalho, não por ser trabalho de fabricação ou de marcenaria, mas apenas por ser trabalho abstrato, social. Acrescenta

determinada magnitude de valor não por possuir seu trabalho conteúdo útil particular, mas porque dura um tempo determinado (MARX, 1989, p.226).

O trabalho abstrato é trabalho real, embora não seja medido pela qualidade do trabalho e de sua conseqüência ou por ser um tipo de produto, mas pela quantidade de tempo gasto. Esta é uma definição que envolve outra, no caso, o tempo. Além disto, Marx aprofunda como o trabalho é um processo social, e o tempo gasto é também socialmente definido, num desenvolvimento histórico concreto, a partir das relações sociais históricas de produção.

Como alerta Rubin, não se pode resumir o trabalho abstrato simplesmente a um dispêndio de energia fisiológica, independente do seu momento histórico. O conceito de trabalho abstrato se dá dentro de um momento sócio-histórico determinado, portanto, esse tempo cronológico deve ser entendido como um tempo em seu momento histórico. *“Quando Marx repete constantemente que o trabalho abstrato é resultado apenas da troca, isto significa que é o resultado de uma dada forma social do processo de produção”* (RUBIN, 1980, p.165).

O trabalho abstrato também não pode ser colocado como um trabalho intelectual. Não é esta a sua condição. A condição determinante desta abstração realizada é a condição de equivalência entre os bens a serem trocados. Ou seja, já dentro da esfera de troca, o valor é determinado pelo tempo socialmente necessário para a concretização da troca daquele produto. Não importa se o tipo de trabalho é tecer, forjar, ou ser uma atividade intelectual ou manual; importa é o tempo que será gasto para a concretização do produto. Evidentemente que Marx sempre terá como referência o processo histórico, ou seja, existe uma variação no tempo gasto conforme o desenvolvimento social existente e a apreensão desta pela coletividade⁵⁷.

Assim, a mercadoria especial também é fruto desse movimento. Vemos que a força de trabalho também está formada por um trabalho concreto e, conseqüentemente, com seu lado abstrato, que envolve tanto um processo de capacitação para realização de um trabalho concreto e necessário quanto, concomitantemente, um tempo para sua formação. Ao mesmo tempo, ela se encontra no mercado, historicamente submetida ao capital, dentro das relações dominantes, e nessa seara seu componente de abstração é a composição que permitiu valorizá-la com o tempo

⁵⁷ Inclusive ele vai apresentar exemplos de industriais que utilizarão mecanismos de diminuir o tempo gasto para produzir algum bem e que neste momento de não socialização desta forma, entre outras conseqüências, o mesmo retirará altos lucros.

de preparação necessária, um quantitativo temporal na constituição da força de trabalho. Evidentemente que esta separação se fez para efetivar a compreensão do processo de composição, pois, na realidade, não existe a possibilidade de separação entre trabalho concreto e abstrato, mesmo na formação da força de trabalho. A formação da força de trabalho é a possibilidade de computá-la sob estes dois aspectos e não só da utilidade, como o capital faz crer. É necessário compreender que a força de trabalho se forma com um tempo necessário para sua reprodução, incluindo processos formativos gerais e o aprendizado específico. O fetiche é que essa preparação é apresentada como fundamental para a formação humana. Na verdade, é destinada centralmente à formação da mercadoria força de trabalho. Este dado é um elemento do fetiche que veremos mais adiante – a própria competência –, que poderia chamar-se de capacidade para o trabalho abstrato mais barato, ou seja, com um menor tempo gasto na produção. O outro lado é que se aprende algo concreto, sem o qual não existiria trabalho, no entanto, é olvidado o sentido abstrato do trabalho, principalmente no que tange ao excedente não-pago. Esta caracterização tem seu auge, ou sua configuração mais acabada, no capitalismo, cujo centro está na relação entre o assalariado, que vende sua força de trabalho, e o capitalista, que a compra. Essa relação possibilita a reprodução do modelo atual.

Esse momento histórico é diferente dos outros, em que a força de trabalho não se encontrava no mercado, pelo menos, não desenvolvida nas condições em que o trabalho hoje está subsumido pelo capital. Queremos reforçar aqui que, igualmente às outras mercadorias, a força de trabalho está subjugada às leis mercantis e, para analisá-la, deve ser levada em conta sua condição de mercadoria produzida, como também de produtora de trabalho abstrato e concreto, que a mesma possui valor de uso e de troca e produz valor de troca e uso. Essa condição retrata que os projetos de formação da força de trabalho no capitalismo são processos que se requerem uma mercadoria ‘mais útil’ no sentido de melhorar a condição de produtora de valor. A formação por competências não foge à regra.

III. 2. b. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo

Como no item anterior, percorremos essas caracterizações para servir de base para entendermos a formação da força de trabalho no capitalismo, em especial, no modelo de competências. Aqui, trabalharemos com uma outra impropriedade muito comum existente na interpretação das expressões do trabalho no capitalismo, que é o trabalho produtivo e

improdutivo. Na definição sobre a mercadoria, pode estar uma das chaves de leitura sobre o trabalho produtivo. Segundo KOWARIK (1979, p.90):

(...) talvez um ponto de partida fecundo para investigar a questão do trabalho produtivo esteja na primeira página de O Capital, onde Marx lança as bases do conceito de mercadoria, cujas propriedades satisfazem as necessidades humanas, sejam elas do estômago, sejam da fantasia.

A busca das competências na formação para o trabalho produtivo está vinculada com a natureza da força de trabalho no capitalismo, a de ser uma mercadoria, como já vimos. Dela se esperam os resultados enquanto uma força produtiva fundamental para a continuidade do capitalismo. Entretanto, o termo produtivo muitas vezes é vinculado a um ramo de produção material, o que não é real, especialmente no sistema vigente. Como diz Kowarik, deve-se buscar a resposta no conjunto das mercadorias produzidas, que servem à fantasia e ao estômago, retomando Marx⁵⁸.

Recorremos ao chamado Capítulo VI - Inédito, que também se encontra dentro de “Teorias da Mais-Valia”, em que, claramente, Marx apresenta o trabalho produtivo da seguinte forma: “*Somente é produtivo aquele trabalho que (e) só é trabalhador produtivo aquele possuidor da capacidade de trabalho que diretamente produza mais-valia* (MARX, 1975, p.93)”. O critério fundante do trabalho produtivo é produzir a mais-valia. Explicita mais ainda, já discutindo à frente sobre a especificidade em que ele se manifesta: “*Não tem absolutamente nada que ver com o conteúdo determinado do trabalho, com a sua utilidade particular, ou valor de uso peculiar em que se manifesta*” (MARX, 1975, p.99).

O ‘conteúdo determinado do trabalho’ é exatamente o trabalho concreto, o processo produtor de valor de uso, referenciado historicamente. No caso, o trabalho produtivo, independe da sua utilidade específica. Está vinculado ao trabalho abstrato o ‘ser produtivo’, na possibilidade de criar um novo valor, ou seja, da existência da criação da mais-valia:

o que constitui o valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital não é seu caráter útil determinado, nem tão pouco as qualidades úteis particulares do

⁵⁸ Lembremos que na definição dos ‘fisiocratas’, em cuja época de transição do poder dos agricultores, centro produtivo, para a indústria, os mesmos só enxergavam o trabalho na agricultura como o único trabalho produtivo, e o restante dos trabalhos não criavam nenhum valor, para eles.

produto em que se objetiva, mas seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia) (MARX, 1975, p 98).

No caso, o trabalho deve ser compreendido dentro da relação social em que o trabalhador cria um valor novo excedente, apropriado por outrem, em princípio, os capitalistas. É neste sentido que no capitalismo afirma-se que o trabalho é produtivo. A definição de ser trabalho produtivo não está no tipo de trabalho, mas realizado nas relações sociais efetivas, com trabalhadores produzindo determinados bens ou serviços para o mercado, submetidos às relações capitalistas, com a necessária existência do trabalhador livre, assalariado, em contraposição aos proprietários dos meios de produção. No entanto, não é qualquer tipo de assalariamento. O próprio Marx assevera que todo trabalho produtivo é assalariado, mas existem os que estão na esfera do trabalho improdutivo. Por isso, define o trabalho produtivo como sendo “*só aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vista a valorização do capital*” (MARX, 1975, p 93).

Essa determinação não é algo estanque, ou seja, não depende de uma atividade em concreto, para ser produtivo ou não, “*por isso, um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo*” (MARX, 1975, p 99). É uma definição histórica:

(...) são cada vez em maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção (MARX, 1975, p 94).

Estamos diante de um processo em transformação. Marx e Engels vão utilizar-se da metáfora do Rei Midas, em que o capital tem a propriedade em transformar tudo em capital⁵⁹, em colocar os mais diversos produtos humanos, inclusive a força de trabalho, na esfera do mercado⁶⁰.

Ainda no capítulo inédito, Marx vai explicitar porque muitos definem o trabalho produtivo como se fosse o trabalho manual. O trabalho produtivo é visto como “*uma qualidade inerente em si e para si, depositários materiais destas determinações formais, ou categorias*” (MARX, 1975, p 101). É a visão que o mundo das coisas paira sobre o mundo dos seres humanos

⁵⁹ Todos os processos que envolvam interesses humanos e sejam produzidos pelo seres humanos.

⁶⁰ Um exemplo a ser aprofundado posteriormente, em outro trabalho, é a própria escolarização como mercadoria (debate atual da OMC para definir esta forma de indústria).

em suas relações históricas concretas. E na segunda explicação dessa situação enganosa, retoma a primeira, aprofundando-a: “*fato de que, se se considerar o processo de trabalho enquanto tal, só é produtivo o trabalho que desemboca num produto (produto material, já que se trata de riqueza material)*” (MARX, 1975, p 101). Ou seja, primeiro, Marx compreende por que é definido o trabalho produtivo a partir de um conteúdo do visível e material, mas, ao mesmo tempo, define que o problema de o trabalho ser produtivo não é uma questão de definir-se por esse tipo de materialidade – definimos como um materialismo vulgar, ahistórico, de um produto x, feito desta ou de tal forma – e sim, da materialidade a partir das relações sociais produtivas.

Dois exemplos de Marx servem para esclarecer sobre o trabalho produtivo. Vejamos:

Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutivo. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital (MARX, 2004, p.115).

Ainda na seqüência, um outro exemplo mais próximo de nossa atividade:

Um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica conhecimento é um trabalhador produtivo (MARX, 2004, p.115).

A relevância colocada neste debate tem conexão com duas grandes questões. Uma, a designação do sujeito histórico, que passaremos rapidamente, por não ser objeto central do tema. A outra é, justamente, a localização histórica do trabalho produtivo e improdutivo e sua inter-relação, no caso específico, dentro do capitalismo, com a formação da força de trabalho. Sublinhamos, no intuito de afirmar a tendência de mercantilização de todas as relações sociais e, especificamente, a força de trabalho, que, mesmo no desenvolver do processo improdutivo, é de fundamental importância na sua formação e inserção e, obviamente, nas relações capitalistas de produção. O aprofundamento do trabalho produtivo, através do modelo de competências, contrapõe-se à própria humanização do ser humano, que, como já dissemos, não está ligada ao conteúdo do trabalho.

Uma contribuição importante para o esclarecimento da diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, no caso capitalista, é de Rubin.

Desta maneira, segundo Marx, trabalho produtivo é todo tipo de trabalho organizado sob a forma do processo capitalista de produção ou, mais precisamente, o trabalho empregado pelo capital ‘produtivo’, ou seja, pelo capital na fase de produção. O trabalho do vendedor não é produtivo não porque não produza modificações nos bens materiais, mas porque é empregado pelo capital em fase da circulação (RUBIN, 1980, p.288).

Para não deixar dúvidas, esse autor aprofunda sua definição sobre dois tipos de trabalho existentes, explicitando a diferenciação entre a fase de produção e da circulação em Marx.

Para uma exata compreensão da idéia de Marx, é necessário entender claramente que a fase de circulação do capital não significa circulação e distribuição ‘verdadeiras’, ‘reais’, dos produtos, isto é, um processo real de transferência das mãos dos produtores para a dos consumidores, acompanhado necessariamente dos processos de transporte, conservação, embalagem, etc. A função de circulação do capital consiste apenas em transferir o direito de propriedade sobre um produto de uma pessoa para outra, é apenas uma transformação do valor sob a forma-mercadoria para a forma-dinheiro, ou inversamente, apenas uma relação do valor produzido. É uma transição ideal ou formal, não real (RUBIN, 1980, p.288).

Essa elaboração de Rubin contribui para que não desviemos a categoria de trabalho produtivo em falsas contraposições em questões de conteúdo de trabalho, como é comumente feito pelos teóricos da burguesia, por exemplo, a mistura da categoria do trabalho improdutivo com o chamado trabalho intelectual. Ou, ainda, a velha confusão do trabalho improdutivo com o trabalho abstrato. O trabalho improdutivo é aquele que não está na esfera da produção, e essa esfera também não é definida, como já dissemos antes, como trabalho abstrato e concreto. A definição não se dá pelo seu conteúdo. O trabalho produtivo não se define por ocorrer numa fábrica metalúrgica. Ele pode acontecer em uma escola particular ou outra atividade produtora de mais-valia. O fundamento maior está no fato de ser o capitalismo produtor da mais-valia.

Se o trabalho do vendedor consiste em levar a cabo funções reais, conservação, transporte, embalagem, etc. é trabalho produtivo, não porque se incorpore em bens materiais (a conservação não produz essas modificações), mas por estar engajado no ‘processo de produção’ e ser, conseqüentemente, empregado pelo capital produtivo (RUBIN, 1980, p.289-290).

Vista a diferença, vejamos um problema que se apresenta: a separação dos trabalhadores produtivos e improdutivos, como se os segundos não compusessem o processo da reprodução do capital, mesmo se considerarmos de forma indireta. Uma segunda questão é a mudança histórica de trabalhadores improdutivos para trabalhadores produtivos. Esse movimento é, portanto,

composto por um processo em constante modificação, que vem ocorrendo conforme o avanço das relações capitalistas. Aquilo que antes se convencionava chamar de improdutivo, quando entra na esfera de produção de valor, transforma o seu caráter de trabalho improdutivo para produtivo. O desafio é, diante deste quadro, apontar a necessária concretização dessas categorias. Por exemplo, hoje, podemos falar em indústria de serviços, ou de educação, ou ainda de lazer, dentro da ótica marxiana de trabalho, ao contrário de teóricos, como Zarifian, que veremos no próximo capítulo, que coloca o trabalho produtivo superado pelo crescimento dos serviços, demonstrando um distanciamento profundo do cerne do trabalho no capitalismo. Os serviços, segundo essa ‘nova’ lógica, colocam-se como alternativa ao trabalho, ou algo além do trabalho, com a finalidade de explicitar uma nova sociedade, que não vive subordinada ao capital, nem da exploração dos trabalhadores por parte dos capitalistas. Procura, isto sim, um processo de colaboração entre todos (hoje é comum falar sobre os trabalhadores como colaboradores) para atingir um melhor resultado do serviço, uma melhor qualidade do mesmo e, por que não dizer, uma melhor sociedade. Esta ilusão compõe na atualidade a versão de que o trabalho (ou o trabalho produtivo) tem um conteúdo específico - de preferência um trabalho frente a um torno mecânico – e, com a revolução tecnológica, estaria em franca decadência. É como se o interesse no trabalho produtivo do capitalismo se resumisse a um formato, a um conteúdo, representado pelo taylorismo, este sempre o culpado de todas as opressões e embrutecimento dos trabalhadores, além de se desconhecer a divisão do trabalho e seus processos de separação e combinação, como vimos anteriormente e que transcrevemos na citação mais adiante.

No ‘Inédito’, a relação entre as duas categorias do trabalho é mencionada claramente, na ação do capital, tendencialmente, em transformar o trabalho improdutivo em produtivo e, ainda, de aumentar o fluxo do trabalho produtivo com o improdutivo, em benefício do primeiro:

Primeiro: como, (sic) com o desenvolvimento da subordinação real do trabalho ao capital ou o do modo de produção especificamente capitalista não é o operário individual que se converte no agente (Funktionar. Al.) real do processo de trabalho no seu conjunto mas sim uma capacidade de trabalho socialmente combinada; e, como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e forma a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos - um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor (Manager. Ing.), engenheiro (enginner. Ing.), técnico etc., aquele como capataz (over-looker. Ing.), aqueloutro como operário manual ou até como simples servente - temos que são cada vez maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito

imediatamente de trabalho produtivo, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção (MARX, 2004, p.110).

Por outro lado, Kowarik parece desvincular os trabalhadores improdutivos das relações classistas existentes na sociedade. Deixa-os à parte das contradições centrais. Ele próprio vai apontar uma definição que o autor considera mais ampla, indo além da definição marxiana por excelência, que são os trabalhadores produtores de mais-valia, conforme podemos ver:

Pensar como produtivo o trabalho que não só produz mais valia, mas aquele desempenhado por um conjunto de novas categorias sociais que ocupam posições estratégicas no processo de reprodução e expansão do capital e que não são nem proprietários nem operários strictu sensu (KOWARIK, 1979, p.86).

O que se aponta como ampliação, no nosso entendimento, nada mais é do que a não percepção do movimento de construção de Marx, no que tange ao próprio movimento do capital, em especial, das transformações de trabalho improdutivo em produtivo e sua cada vez mais estreita vinculação. A ampliação proposta não consegue dar conta de dois elementos: o aumento da transformação do trabalho improdutivo em produtivo e das necessidades do capital na manutenção e crescimento da relação entre trabalho produtivo e improdutivo. O capital é antes de tudo uma relação humana. Como entender o movimento que, para Marx, era inexpressivo (pois não ocorria com uma frequência relevante na época), de professores (das escolas particulares) como produtores de mais-valia que hoje em dia cresce fortemente, por exemplo? Como perceber esses fenômenos na atualidade? Enfim, como entender o movimento dialético de outros processos de ampliação da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que expulsa trabalhadores de outros processos produtivos?

Braverman nos aponta outro caminho, que, a princípio, explicita mais a visão dialética materialista de Marx e Engels. Para ele a definição de Marx

Não implicava julgamento quanto à natureza dos processos do trabalho em discussão ou quanto à sua utilidade para os homens em particular à sociedade em geral, mas interessava-se específica e inteiramente pelo papel do trabalho no modo capitalista de produção (BRAVERMAN, 1987, p.348).

E continua:

Assim, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, que despreza sua forma concreta a fim de analisá-lo como forma social, longe de ser uma abstração ociosa, representa uma questão decisiva na análise do capitalismo, e mostra-nos uma vez mais como **as formas sociais dominam e transformam a significância das coisas e processos materiais** (BRAVERMAN, 1987, p.349 - grifo nosso).

A principal questão que o autor apresenta sobre os significados que toma dentro capital é transformar todo o trabalho num movimento que lhe garanta sua reprodução. É a relação social que interessa para Marx, junto com os procedimentos concretos. Voltamos ao nosso eixo que perseguimos desde o início de nosso escrito: não basta somente analisar o conteúdo do trabalho, as forças produtivas em ação; é basilar refletir a partir das relações sócio-históricas da produção. Braverman aponta o movimento dessa relação do trabalho produtivo com o improdutivo no capitalismo, que não se dá pela modificação técnica do trabalho, mas fundamentalmente pela transformação dos vários tipos de trabalho em trabalho excedente produtor de mais-valia.

Portanto, a transformação do trabalho improdutivo em trabalho produtivo, que é, para os fins do capitalista de extrair valor excedente, o próprio processo de criação da sociedade capitalista (BRAVERMAN, 1987, p.349).

Com isto, demonstra o intrincado das relações no desenvolvimento do capitalismo: *“quanto maior a massa de capital, maior a massa das atividades improdutivas que servem apenas ao desvio desse excedente e a sua distribuição entre vários capitais”* (Braverman, 1987, p.351). Ou seja, a interligação, tendo o trabalho improdutivo como seguidor das diretrizes do setor produtivo.

Por outro lado, o trabalho improdutivo da empresa, tendo-se expandido tão extraordinariamente, adquiriu a mesma estrutura duplicada como trabalho produtivo pela divisão capitalista do trabalho (BRAVERMAN, 1987, p.353).

Como conseqüência, a tragédia era ser trabalhador produtivo. Hoje, *“ser um trabalhador assalariado é uma desventura”* (BRAVERMAN, 1987, p.354). As mudanças que ocorrem no capitalismo com o crescimento do capital vão além da fábrica. Para Kowarik, apesar de achar Braverman insuficiente na explicação, o destaque é que ele explicita que o trabalho improdutivo decresceu fora do âmbito do capital e cresceu nas relações capitalistas, mas de forma

contraditória, porque a necessidade do capital improdutivo, agora integrado com o produtivo, cresce enormemente, e o crescimento do trabalho improdutivo se dá cada vez mais subordinado ao trabalho produtivo. Ressaltamos aqui, fundamentalmente, o crescimento das relações diretas do trabalho produtivo e improdutivo, ditadas pelo primeiro:

O aumento nos gastos improdutivos precisa ser sustentado por maior captação de mais-valia, o que, em última instância, requer o aumento da produtividade do trabalho produtivo, isto é, o incremento relativo da parte constante sobre a variável na composição orgânica do capital. Por outro lado, o trabalho improdutivo da empresa, tendo se expandido tão extraordinariamente, adquiriu a mesma estrutura duplicada como trabalho produtivo pela divisão capitalista do trabalho (KOWARIK, 1979, p.93).

Diferente dos tempos iniciais da hegemonia do capitalismo, em que o trabalho improdutivo não trabalhava para o capital, em sua grande parte, hoje vemos um outro processo fundamental: a transformação cada vez mais acentuada do trabalho improdutivo em produtivo. Essa tendência contraditória assume mais fortemente como tendência dominante do capital, ao longo da sua história.

Kowarik vai buscar em dois elementos as tendências do desenvolvimento do capitalismo, que é da maior importância para entender o movimento entre trabalho produtivo e improdutivo, dando pistas importantes. Um, é a parcelização do trabalho, outro, a mudança na composição orgânica do trabalho, o aumento do capital constante sobre o variável. Com isso, vai ressaltar a importância da perda da autonomia do trabalhador produtivo, que cada vez mais perde o controle sobre o seu trabalho.

Ressaltamos que, na preparação do trabalho para ser produtivo, não importa o conteúdo do trabalho e sim a disposição e localização do mesmo como produtor de mais-valia, que vai ser, na maior parte, apropriada pelos capitalistas e outros. É a reprodução das relações vigentes. No caso atual, o trabalho improdutivo tem a mesma lógica e está a serviço do trabalho produtivo, da acumulação de capital. Ele é o aprofundamento da sua mercantilização na formação da força de trabalho. Ser trabalhador assalariado é como uma espada colocada em cima da cabeça dos trabalhadores empregados ou membros do exército de reserva. É ter competência, é estar desenvolvendo sua empregabilidade, em outras palavras, é se preparar para tornar-se mais subordinado à produção da mais-valia. Para construir as competências, enquanto modelo de

formação da força de trabalho, não existe o pressuposto de não ser produtivo, pelo contrário, todo o seu movimento, como veremos adiante, está no aprofundamento do caráter mercantil da força de trabalho, no aumento da produtividade, em prol da acumulação de capital.

III. 3. Submeter os trabalhadores para retirar a mais-valia

Para continuarmos, neste capítulo, aprofundando as características da mercadoria especial, vamos traçar um panorama sobre o centro da necessária motivação da transformação da força de trabalho em mercadoria, o objetivo do trabalho produtivo, do capitalismo, a saber: a condição da força de trabalho para a produção da mais-valia.

A complexidade e a força desse processo histórico são demonstradas na obra de Marx, resgatando as modificações que vão ocorrendo na consolidação do capitalismo, que passa desde a forma cooperativa, pela manufatura formal e orgânica, até a grande indústria, como fases dentro do próprio movimento do capital. Evidente que, como já dissemos, não objetivamos realizar uma recuperação desse movimento na profundidade desejada. Apenas pontuaremos para localizar as competências dentro desse quadro. Além disso, existem estudos dedicados especialmente a esta questão em Marx, tendo como objeto o entendimento das formas históricas da produção da mais-valia (ROMERO, 2005; TUMOLO, 2003; CIPOLLA, 2005, entre outros).

O grande objetivo do capital é a retirada da mais-valia para a sua realização. Para tal, necessita que as condições básicas reproduzam-se socialmente. Essas condições de reprodução, por um lado, é a força de trabalho, transformada em mercadoria, propriedade dos produtores que lhes possibilitam a sua sobrevivência; de outro, o capitalista, proprietário dos meios de produção e comprador da força de trabalho e matéria-prima, ou seja, o organizador do processo produtivo. A força de trabalho é uma mercadoria com uma característica única no meio do trabalho. Ela conserva, mantém e cria um novo valor a partir do processo de trabalho. Nenhuma outra mercadoria tem a possibilidade de agregar valor, utilizando-se dos meios colocados pelo capitalista. No processo de trabalho cabe à força de trabalho constituir um novo valor, conservando o que já havia transformado num novo produto, então constituído num novo valor. Paramos neste ponto, pois o desenvolvimento desse processo pode ser encontrado de forma genial em ‘O CAPITAL’, bem como em vários comentadores. Atrevemos-nos a apontar esses elementos para deixar bem explícita a relação da formação por competências, como uma

expressão da formação da força de trabalho no capitalismo, com todas as suas características e suas funções, compondo a subsunção do capital ao trabalho.

A venda da força de trabalho para o capital, como forma de sobrevivência, é parte do movimento de produção da mais-valia. É, também, um processo de submissão da classe trabalhadora. Para Marx, esse controle será exercido através de inúmeros mecanismos, como a utilização de novas formas de trabalho, de novas máquinas e da maquinaria dentro das características de vários períodos históricos. Hoje, podemos, sem dúvida, acrescentar que a retirada da mais-valia se utiliza das novas formas de gestão, da robótica, da informática, incluindo a noção das competências.

Esse movimento chamado em muitas traduções como subsunção, começa com uma fase formal - externa ao processo de trabalho, pois é o poder de ordenar 'às escuras' no que tange ao processo produtivo, propriamente dito -, de controle sobre o trabalhador, pois o mesmo vende sua força de trabalho para o capitalista, sem, no entanto, o capital deter o domínio do fazer do trabalhador. Depois, passa para outra fase de controle sobre o fazer do trabalhador, em que Marx vai denominar de subsunção real. Esses processos de controle estão ligados diretamente ao que foi categorizado como mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Ou seja, a primeira está ligada diretamente ao aumento da jornada de trabalho como forma de aumentar a parte expropriada do trabalho pelo capitalista (já que o capital não consegue interferir diretamente no processo de trabalho). Já quanto à segunda forma, desenvolvida também por Marx, está ligada às inúmeras formas de intensificação do trabalho, pois o capital controla o fazer do trabalhador, com a finalidade de extrair um novo valor construído pelo trabalhador coletivo na produção, apropriando-se do mesmo, sob várias formas, inclusive o lucro. São as duas formas históricas que se combinam e se repetem, conforme os interesses, as condições e contradições com que o capital vai se deparando e resolvendo a fim de aumentar o seu ganho, ou melhor, a fim de reproduzir-se enquanto relação social, no caso, a manutenção do capitalismo⁶¹. Romero nos oferece uma conceituação, não sem localizar historicamente, desde a cooperação, a manufatura, orgânica e heterogênea, e a grande indústria:

O trabalhador está subsumido ao capital na medida em que não possui os meios de produção e é obrigado a se tornar um trabalhador assalariado. No entanto essa

⁶¹ Insistimos em afirmar que nos estudos realizados por Marx o valor produzido pelo trabalho humano e a mais-valia são categorias construídas com um alto grau de profundidade e somente vamos buscar as mesmas categorias no intuito de fundamentarmos nossa tese de que as competências são um fetiche que respondem a essas leis do capital, como uma tendência geral.

subsunção é apenas formal, pois, nesse momento, a produção ainda é feita sem a introdução das máquinas. Nesse sentido, o trabalhador ainda tem um grande controle sobre o ritmo e sobre o modo de se produzir, pois ainda detém o monopólio do conhecimento (saber-fazer) do processo de trabalho. Com isso o aumento da exploração se dá pelo aumento da jornada. O conceito de subsunção real designa a relação de dominação e subordinação do trabalho frente ao capital do período industrial. Nesse momento, o trabalhador passa a não ter mais domínio completo sobre o ritmo da produção e, principalmente, sobre o modo de produzir – e isso passa a ser ditado pela maquinaria, a qual subsume realmente o trabalhador. Com isso o aumento da exploração do trabalho pode se dar igualmente pela intensificação do trabalho (ROMERO, 2005, p.19).

Assumimos a análise do autor citado, resguardando o alerta feito por CIPOLLA (2005, p.229) de que a subsunção real não é decorrente “da mecanização do processo de trabalho, fase essa que denominou de **Indústria Moderna**.(...) “*Para ele [Marx] a subsunção real nada mais é do que o processo de desenvolvimento das formas de produção de mais valia relativa*” (CIPOLLA, 2005, p.230).

Esse processo de subsunção, o controle e subordinação do processo produtivo pelo capital, só é possível na separação da concepção e execução do trabalho, dentro de um novo patamar, que começa com a cooperação, que é o trabalhador coletivo assalariado. Mas, ao mesmo tempo, no capitalismo, a produção torna-se cada vez mais interligada e dependente desse sujeito coletivo.

O desenvolvimento da formação da força de trabalho no capital está estreitamente ligado ao seu momento histórico da preparação para a subsunção relativa, como também a absoluta – ainda existente⁶²! É a forma fundamental de produzir a mais-valia, combinando o aumento da jornada de trabalho com a intensificação da mesma, controlando de forma ampla o processo produtivo, bem como “*capturando (ou tentando capturar) a subjetividade operária para o seu projeto hegemônico*” (ROMERO, 2005, p.128).

Através da tecnologia, da maquinaria esse controle assume um caráter fetichista “*Tem-se a materialização do fetichismo no processo de produção em que o trabalho morto domina o trabalho vivo*” (ROMERO, 2005 p.167). É objetivado o processo de controle. KATZ (1995) ressalta que, hoje, na utilização da informática esse processo é acentuado. Romero aponta que o

⁶² A combinação da utilização da forma relativa combinada com a relativa extração da mais-valia é “*uma característica peculiar do capitalismo, que consiste em se valer de formas pretéritas de trabalho, dando-lhes novas conformações*” (ROMERO, 2005, p.10).

controle, visto como a dominação do processo de trabalho, utiliza-se da maquinaria como princípio para *“substituir o trabalhador naquelas atividades em que ele era fundamental para o controle do processo de trabalho (ROMERO, 2005 p.188), com uma finalidade particular, “inclui-se aí, principalmente, o seu uso contra greves” (ROMERO, 2005 p.190-191).*

Assim, compreendemos melhor a utilização da tecnologia bem como dos processos reorganizativos na produção e outros movimentos, incluindo ao atual movimento o modelo de competências, com a finalidade última de extração da mais-valia. O importante é compreender que esse processo não é neutro para os trabalhadores, tanto nos efeitos imediatos como na preparação da força de trabalho para essa forma fetichizada e que nesse movimento os trabalhadores necessitam *“aprender a se inserir no processo de subsunção” (ROMERO, 2005 p.199).*

Tumolo (2003) realiza um debate que contribuirá bastante para entendermos a competência como elemento do processo de subsunção – submeter e controlar – do capital ao trabalho e, conseqüentemente, a relação da extração da mais-valia e. A subsunção é o método de extração da mais-valia, e **a competência é uma das expressões práticas deste método.**

Tumolo vai apontar o Taylorismo e o Fordismo como o auge da materialização da subsunção real do trabalho ao capital. Nessa fase, aparece a demanda do controle da vida do trabalhador. Gramsci tratava isso com clareza em seu escrito sobre o ‘Americanismo e Fordismo’, ou seja, as exigências de um novo homem, numa nova sociedade, que, no caso, os Estados Unidos não sofriam com o aporte importante da herança da Idade Média e suas organizações que sobreviveram na Itália, como, por exemplo, a Igreja Católica. O próprio Tumolo comenta essa passagem quando aborda o controle da sexualidade. Para o autor brasileiro, junto com a subsunção real do trabalho, já havia uma subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital. Para ele, no atual padrão de acumulação ocorre a subsunção real da vida social do trabalhador ao capital. O novo padrão herda do fordismo a preocupação dupla: controlar o processo do trabalho e a vida do trabalhador. Tumolo (2003, p.10) ressalta que há uma inversão na polaridade vida social e trabalho e que o *“controle da vida do trabalhador tenha se tornado determinante em relação ao controle do processo de trabalho e de que tal fenômeno se deveu à própria dinâmica, ao movimento mesmo do capital”.*

A explicação do autor sobre essa modificação tem uma interessante originalidade. Justifica a modificação histórica que ocorreu no capitalismo da sua fase anterior, do

fordismo/taylorismo, para a atual, da reestruturação produtiva, descrevendo a mudança na preponderância da mais-valia relativa sobre a absoluta no centro do sistema capitalista. Aponta as razões dos processos de transição:

(...) nos países centrais do capitalismo foi possível, por um certo tempo, que o preço da força de trabalho dos trabalhadores originários desses mesmos países se mantivesse num patamar de relativo equilíbrio com o valor da força de trabalho, permitindo assim uma produção normal da vida daqueles trabalhadores, o que criou o terreno propício para o surgimento da alternativa social-democrata concretizada na ‘concertação’ social entre Estado, trabalhadores e capitalistas que resultou no Estado de Bem-Estar Social. Embora tenha obedecido a razões fundamentalmente políticas, dado o quadro da época, a emergência e consolidação do Welfare State, por um interregno, só foi possível devido, por um lado, a esse elemento determinante na base material e, por outro, à ‘exportação’ para a periferia do sistema das características de agudização das contradições da acumulação de capital sobre tudo a redução do preço da força de trabalho acentuadamente abaixo de seu valor, o que dificultou ou inviabilizou a implantação do Estado de Bem-Estar Social nesta parte do sistema (TUMOLO 2003, p.11).

Tumolo continua teorizando que a concorrência intercapitalista contribuiu para um fantástico desenvolvimento das forças produtivas, com um valor de troca com quantidade baixa de trabalho abstrato, ocorrendo assim uma diminuição do valor das mercadorias, inclusive da força de trabalho. Deste processo, surgem dois efeitos: um incremento brutal da população supérflua e uma diminuição da taxa de lucro, de acumulação capitalista, visto o aumento da composição orgânica, com um investimento maior em capital constante do que em variável (TUMOLO, 2003).

Prossegue apontado que essa situação atinge a força de trabalho dos países centrais, citando o exemplo do Japão, com um novo aumento da jornada de trabalho. Ocorre o aumento do ritmo e da intensidade do trabalho. Nesse movimento, é realizada uma redução do valor e do preço da força de trabalho. O capital utiliza a força imigrante, trabalho infantil, terceirização e outras formas de barateamento dos custos, com um efeito degradante para a maioria dos trabalhadores. Para Tumolo, essa é a volta à ênfase à mais-valia absoluta, e, mais, é contraditório, ao também capitalista modo de produção fordista/taylorista.

Marca distintiva do atual padrão de acumulação é, pois, uma tendência de generalização da preponderância da mais-valia absoluta em relação à mais-valia relativa, elemento determinante da base material que explica as dificuldades de ‘concertação’ social e a crise do Estado do Bem-Estar. O atual padrão de

acumulação e o Welfare State são, no limite, inconciliáveis (TUMOLO, 2003, p.13).

O autor afirma que no século XIX a atividade fabril era “*praticamente o único espaço econômico onde se estabelecia a relação especificamente capitalista*” (TUMOLO, 2003, p.13). Hoje em dia, o capital penetrou e dominou quase todos os outros setores. Com isso, houve uma redução de um mercado não capitalista. Combinada com um imenso contingente supérfluo de trabalhadores deu a condição da efetivação da subsunção real da vida dos trabalhadores ao capital (TUMOLO, 2003).

Assim como o fordismo demandou um novo tipo de Estado e um novo tipo de homem, na avaliação de Gramsci, o atual padrão de acumulação exige, por sua vez, um novo tipo de Estado, nos moldes do chamado ‘neoliberalismo’ e um novo tipo de homem, integrado na lógica societal do capital, não apenas um trabalhador que ‘veste a camisa da empresa’ mas, acima de tudo, um ser humano que, premido pelas condições materiais, ‘veste a camisa do capital’ (TUMOLO, 2003, p.14-15).

Conforme se complexifica o submetimento com controle, ou seja, a subsunção do trabalho pelo capital, a preocupação do capitalismo vai aumentando com a formação de sua força de trabalho, mas não por causa do ser humano que é a base da mesma – é quase um ‘apesar dele’, mas porque é uma mercadoria que cuida da matéria-prima do capitalista e é fundante para extração de mais valor para a burguesia. O movimento é sua preparação juntamente com seu barateamento. Eis um processo contraditório. Todos esses elementos nos levam a desacreditar nas teorias que descrevem, na atualidade, o reencontro do trabalhador com o trabalho. Eles separam por completo as relações sociais de produção, deixando de lado o processo da subsunção, que é a objetivação para a extração do sobretrabalho, da mais-valia e para a apropriação por parte da burguesia, dos seus prepostos e de todos os outros sujeitos necessários para a manutenção do sistema. Se há uma revolução na base material, entendemos que ela vem para radicalizar os processos de extração da mais-valia e não a sua socialização, aos trabalhadores, em geral. O mesmo vale para o modelo das competências, uma vez que ele se integra ao processo de subsunção e não o contradita.

Dentro das competências, um dos seus elementos importantes é saber trabalhar em equipe. As competências, na verdade, são uma aproximação fundamental para responder às novas exigências gestionárias dessa fase do capitalismo, que, como vimos, compõe a formação da força de trabalho. CIPOLLA (2005) contribui com a nossa reflexão quando inclui o ‘trabalho em equipe’, ou *teamwork*, como uma forma de subsunção real. No caso, esse modelo opõe-se à

lógica vertical, hierárquica e burocrática do taylorismo, diminuindo essa forma de organização do trabalho, apenas não sendo revelado o sujeito que realiza o controle, nem a quem deve a essa ‘obediência’.

A eliminação de linhas burocráticas de controle não elimina a natureza antagônica da relação social. Pelo contrário, a eliminação de linhas burocráticas de controle acima dos trabalhadores diretos apenas significa que esse controle agora precisa emergir do próprio chão (CIPOLLA, 2005, p.221).

O capital proclama o trabalho em equipe como um salto na participação ativa dos trabalhadores no processo produtivo, uma revolução – no caso, não se coloca que está limitada ao âmbito técnico, circunscrito às suas atividades. Olvida apontar que o controle é interiorizado, desaparecem as hierarquias burocratizadas e o próprio grupo é responsabilizado conjuntamente com seus líderes a efetivar o processo de subsunção real, ou seja, de controle e submissão do trabalho ao capital.

De acordo com a concepção de Marx de subsunção real, podemos dizer que o *teamwork* também é uma forma de subsunção real, pois permite obter uma redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias e, conseqüentemente, a obtenção de mais valia relativa (CIPOLLA, 2005, p.230).

Queremos firmar que no modo de produção do capitalismo os processos de organização da produção e da tecnologia são revolucionados, respondendo os objetivos fundantes do capitalismo, e a subsunção é um instrumento para atingi-los. As contribuições de Cipolla e Tumolo alicerçam o nosso debate, caracterizando as competências como teoria e prática dentro da lógica da subsunção.

A competência carrega consigo as respostas às exigências ao processo mais atual da produção da mais-valia relativa e até poderíamos afirmar, em primeira vista, a da mais-valia absoluta também⁶³. O trabalho engajado, para o capital, requer muitos sacrifícios, inclusive trabalhar fora da jornada combinada, ou até desregulamentar a jornada⁶⁴.

A competência é o ‘modus operandi’ mais desenvolvido da preparação da força de trabalho para a produção e extração da mais-valia. A autonomia como elemento das

⁶³ O aumento da jornada está sendo cada vez mais praticado como uma forma de extração de mais-valia, dentro do quadro que Tumolo explicitou anteriormente.

⁶⁴ Evidente que com esse processo de desregulamentação da jornada de trabalho, o tempo a mais torna-se, historicamente, um tempo socialmente necessário para a produção, ou seja, não é um dado em si, é uma relação social.

competências será vista no próximo bloco como um novo processo de controle. Além disso, veremos a impossibilidade de ‘ressignificar’ em prol dos trabalhadores no último capítulo.

III. 4. A diminuição da taxa de utilização - e seu valor de uso - das mercadorias, em especial a força de trabalho: a contribuição de Mészáros

Dentro da composição da força de trabalho, com seu valor de uso e de troca, realizamos uma reflexão com Itsván Mészáros. O autor apresenta a categoria da “diminuição da taxa de utilização das mercadorias”. Em seu sentido amplo, demonstra a grande influência na construção de uma sociedade de descartáveis, tanto nos seus bens e serviços como até na própria força de trabalho. Levantamos, com base no pensamento do autor, a seguinte questão: na noção de competência estaria embutida a lei da diminuição da taxa de uso, visto ser elemento formativo da mercadoria especial? Vejamos a sua pertinência.

O conceito de diminuição da taxa de utilização das mercadorias é recuperado pelo autor como uma elaboração – ainda que não carregada de todas suas conseqüências na análise, principalmente as negativas -, que os próprios economistas capitalistas do século XIX já apresentavam como parte inerente ao processo produtivo. A percepção da descartabilidade, de uma forma ainda discreta, foi vista por Babbage, segundo Mészáros com muita pertinência. Assim ele o cita:

O efeito da competição de baratear os artigos manufaturados às vezes opera no sentido de torná-los menos duráveis. Quando tais artigos são enviados para o consumo num lugar distante, e se quebram, muitas vezes ocorre que, sendo mais alto o preço do trabalho no lugar onde são usados do que naquele em que foram feitos, acaba ficando mais caro consertar o artigo velho do que comprar um novo (BABBAGE apud MÉSZÁROS, 2002, p.636).

A diminuição da taxa de uso está ligada, a partir do consumo, com a importância da necessidade capitalista da manutenção da lucratividade. É a passagem do valor de uso para o domínio do valor de troca das mercadorias e, portanto, o guia da organização societária no mundo de hoje, que é o próprio capitalismo. Para Mészáros, esta visão ainda está atualizada, e deve ser ampliada e reafirmada. Não é relevante para o capital se a mercadoria vai ser muito ou pouco utilizada, ou, ainda, no seu extremo, não ser utilizada. Ressaltamos, na visão do autor, a importância do entendimento do processo de descartabilização para sobrevivência do capital das

mercadorias, um imediatismo para a realização da mercadoria no combate à perda da lucratividade.

Como resultado da absurda reversão dos avanços produtivos em favor dos produtos de ‘consumo’ rápido e da destrutiva dissipação de recursos, o ‘capitalismo avançado’ impõe à humanidade o mais perverso tipo de existência que produz para o consumo imediato (*hand to mouth economy*): absolutamente injustificada com base nas limitações das forças produtivas e nas potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história (MÉSZÁROS, 2002, p.642).

Esse movimento do capital, como já vimos, está vinculado à subordinação do elemento de valor de uso pelo valor de troca que compõe a mercadoria. “*O capital não trata meramente como separados valor de uso (que corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca, mas o faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último*” (MÉSZÁROS, 2002, p.660).

A própria utilidade está no marco do capital, da mercadoria no seu aspecto de troca, de sua realização. “*O capital define ‘útil’ e ‘utilidade’ em termos de vendabilidade um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio valor de troca*” (MÉSZÁROS, 2002, p.660-661).

A dúvida que nos assalta é que, mesmo percebendo a importância e o ponto de clarificação da teoria de diminuição da taxa de uso, o mesmo autor reconhece que a definição do valor da mesma não está na sua utilização ou como centro teórico, o valor de uso. “*Como Marx assinala, ‘o valor de troca de uma mercadoria não aumenta se o seu valor de uso for mais consumido e com maior proveito’*” (MÉSZÁROS, 2002, p.661).

A ousadia de Mézáros deixa-nos uma interrogação. Observemos que o autor em tela utiliza um conceito que o próprio Marx coloca em segundo plano nas relações dominantes do capital: o valor de uso, na pouco ou não inexpressiva utilização da mercadoria. No entanto, parece recolocar o problema do valor de uso como um dos centros no processo de crescimento do capital.

De fato, essa tendência de reduzir a taxa de utilização real tem sido precisamente um dos **principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável** no curso do desenvolvimento histórico (MÉSZÁROS, 2002, p. 66 - Grifo nosso).

Buscamos entender esse movimento de Mézáros, como uma explicitação de um fenômeno no seu aspecto do uso, que está intimamente ligado e subordinado à própria mercantilização. “*Encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o*

lançamento de um contínuo suprimento de mercadoria superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera” (MÉSZÁROS, 2002, p.670).

Para a força de trabalho, o autor nos adianta as saídas teóricas possíveis em relação à questão da estatura do uso insuficiente ou do não-uso. Existe uma tendência em *“compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados”* (MÉSZÁROS, 2002, p.670).

Para realizarmos um paralelo com a mercadoria força de trabalho, temos de encontrar na sociedade como se expressa esse movimento de construção de ‘novas’ forças de trabalho, num processo de descartabilização das ‘antigas’ mercadorias especiais. Não existira uma reciclagem da força de trabalho? Seria o contrário do proposto por Mézáros? Não é sem importância a idéia de reciclar, ou de requalificar os trabalhadores, para estarem preparados às mudanças de humores do capital, para os ramos mais produtivos. Muitas vezes isso era interpretado como se houvesse um aumento no patamar de qualificação para o conjunto dos trabalhadores. Evidentemente que esse processo conjunto de requalificação – se ocorreu de uma forma massiva um dia – não é o centro do debate atual. Hoje prevalece a cultura da competência, que não compõe um processo de reciclagem como um todo. É uma ‘nova’ categorização da formação da força do trabalho. As venturosas qualificações estão no aumento da subordinação ao capital, ou seja, não é um aumento para a classe trabalhadora e sim uma melhoria para sua mercadoria preciosa, a força de trabalho, a fim de responder melhor aos anseios dos processos de acumulação do capital.

O que se manteve foi o discurso ideológico da existência de uma maximização da qualificação necessária ao novo processo produtivo. Mesmo com um aumento relacional em componentes da qualificação, como o aumento da escolarização, os mesmos não são necessariamente utilizados – em seu conteúdo – ou são subutilizados. Exemplo disso são as exigências para tarefas simples de escolarização superior ao ensino fundamental. A reciclagem, tão defendida, trata-se da determinação de novos patamares para a mercadoria força de trabalho, que não necessariamente é aproveitada em sua totalidade. Essa modificação no patamar serve de defesa hegemônica ideológica do capital, da existência de um processo coletivo e genérico, de uma ‘qualificação superior para todos os trabalhadores’, escondendo o aspecto negativo, que é justamente a subutilização dos graus requeridos, além de ter uma carga enorme de adaptabilidade

às novas exigências⁶⁵. A subutilização de parte de seu valor de uso, na coletividade, apresenta-se também no crescimento do exército de reserva. O chamado aumento da qualificação apresenta-se na realidade como um novo patamar do processo concorrencial entre os trabalhadores, necessário ao capital. O capitalismo cria patamares para a realização do processo de concorrência: a legislação aduaneira, de proteção às crianças, as leis de regulamentação da jornada de trabalho e todas que padronizam o processo da concorrência, evitando a autofagia capitalista. São trabalhadores preparados para ficarem no exército de reserva, como forma de pressão e achatamento dos ganhos de quem está na ativa. É a acentuação da precarização típica do capitalismo. O modelo das competências atende, isto sim, ao aumento da precarização do trabalho, à justificação do aumento do desemprego ‘estrutural’, em suma, de uma forte decartabilidade da própria força de trabalho.

A taxa de utilização decrecente se manifesta aqui na forma de subutilização crônica, acoplada a uma pressão crescente que, para reagir à própria tendência, artificialmente encurta o ciclo de amortização dos mesmos (MÉSZÁROS, 2002, p.671).

Eis a tese central de Mézáros aplicada à força de trabalho: o desemprego. Ele aponta o crescimento do desemprego como uma forma de diminuir a taxa de uso da força de trabalho, colocando com isso, para o trabalhador coletivo, a diminuição de seu uso. Sua teoria suscita reflexões de duas ordens: em nosso entendimento, podemos ampliar a questão da diminuição da taxa de uso para a força de trabalho, enquanto aumento da precarização do trabalho sob outras formas, como exemplo, a utilização de mecanismos como a terceirização, o subemprego e diminuição de direitos trabalhistas na ordem da preservação dos empregos formais, entre outras. De outra ordem, levantamos o seguinte problema: se se está centrado na taxa de uso, o problema central da força de trabalho na atualidade, como todas as mercadorias, qual a importância no que tange ao aspecto de seu valor de troca? Apesar de algumas considerações discordantes com o autor, continuemos a estudá-lo, aproveitando-nos das interessantes e importantes contribuições do mesmo.

⁶⁵ Com os processos de transição de organização da produção, de inovação tecnológica, cria-se um movimento contratendencial, ou de aparente complexificação, que nada mais é do que um processo de adaptabilidade à novidade produtiva. A tendência de simplificação do trabalho do capital é escondida com os novos aparelhos, que inicialmente necessitam uma preparação maior, mas que visam, fundamentalmente, simplificar as tarefas em seu entorno.

Considerando o desperdício da utilização das mercadorias como parte integrante e deliberadamente cultivada no capitalismo, a mercadoria descartabilizada é expressa, enquanto força de trabalho, segundo MÉSZÁROS (2002, p.674), no desemprego em massa.

Sob tais circunstâncias, quando uma proporção sempre crescente de trabalho vivo se torna força de trabalho supérflua do ponto de vista do capital, a ‘ciência econômica’ apologética subitamente descobre que a expulsão do trabalho é um problema estrutural, e começa a falar de ‘desemprego estrutural’. Só esquece de acrescentar que, ‘simplesmente’, desemprego em massa é estrutural somente para o capital, e não para o avanço do processo de produção em si. A culpa, ainda quando é reconhecida, é superficialmente lançada sobre os ombros do próprio ‘progresso tecnológico’, ao qual, claro, ninguém em sã consciência pode se opor, exceto, talvez, em nome da utopia pessimista do pensamento liberal desencantado denominada ‘economia estável’.

Podemos dizer que no capitalismo sempre existiu o ‘desemprego estrutural’. Sempre o capital retirou pessoas do trabalho, substituindo-as por diversos tipos de máquinas. É um movimento do próprio capital, sua modificação orgânica (da composição orgânica entre o capital variável e constante), diminuindo o trabalho vivo pelo trabalho morto. Mézáros também nos alerta contra o determinismo tecnológico, que coloca o desemprego como fruto das novas tecnologias e o naturaliza.

Na defesa da utilização do modelo das competências, para formação da força de trabalho, é justificada a naturalização do desemprego. Esse recurso é muito bem-vindo, pois não há empregos para todos, e isto é ‘irreversível e estrutural’, só restando aos trabalhadores prepararem suas competências para enfrentar a terrível e definitiva nova ordem social. Entretanto, ‘há males que vêm para o bem’, diz o provérbio popular, pois, assim, os trabalhadores vão buscar o seu aprimoramento para não só conseguirem trabalho (ou serviço), mas para se manterem no mesmo. Esse é o novo desafio sem a ‘estabilidade’ de outrora. Manter-se trabalhando, no caso, trocando ou sendo trocado, em mais de uma empresa, mesmo que terceirizado, ou seja, manter-se competente, mesmo nas mais cruéis condições de trabalho. Nestes termos, existe outro conceito que contribui para que a competência, por mais superior que seja e não esteja sendo utilizada, também funcione como justificativa do desemprego, que é a empregabilidade, isto é, a ação de estar preparado para conseguir e manter-se competente, dentro do emprego ou desempregado. Caso seja demitido, o trabalhador deve estar sempre preparado para buscar um outro emprego. Digamos, em princípio, que é a constante manutenção da competência!

A busca desenfreada de competências, da tal empregabilidade, mesmo sendo um tratamento individualizado, é destinada para o conjunto dos trabalhadores, inclusive para os desempregados. Indo além, é um processo de responsabilização aos próprios trabalhadores, individualmente considerados, e individualmente, como se fosse um problema seu de falta de competência, devendo se buscar as saídas de seu descarte, evidentemente, lutando contra outros trabalhadores⁶⁶.

Analisando a taxa de uso decrescente das mercadorias, trabalhada por Mészáros, desdobramos algumas reflexões produzidas pelo autor dentro deste quadro. Fazemos algumas interrogações: A própria força de trabalho atual, enquanto mercadoria, sujeita à lei de diminuição da taxa de uso, expressaria uma forma de afirmar a descartabilidade? O que representariam para esse momento do capital os processos de formação e certificação pelas competências que os trabalhadores vêm perseguindo? A descartabilização, no nosso entender, comprova a insuficiência de que a força de trabalho estaria sendo formada para ser sólida. Na verdade, está sendo preparada para ser competitiva, segundo os ditames do capital, para ser descartável ou descartabilizada, nas mais variadas formatações: a tão elogiada competência não é garantia de sua utilização social.

Qual é a real necessidade do próprio capital em descartar a força de trabalho? A análise que é feita da primeira questão não é uma necessidade concreta x ou y, mas a necessidade de responder ao aumento da lucratividade. Está relacionada diretamente com alguns elementos fundamentais para o capitalismo. Um deles é a existência da superpopulação relativa, o exército de reserva industrial. Um outro é a própria e necessária mobilidade nos ramos de produção, através de inúmeros mecanismos da concorrência, inclusive a partir do desenvolvimento da maquinaria, etc. Dentro da dinâmica recuperada por Mészáros, fundada nos escritos de Marx, expressa o autor o objetivo do capital no aumento da produtividade, redutora do capital variável.

Por último, é importante a contribuição que Mészáros pode dar para o entendimento da formação da força de trabalho, principalmente nesse contexto de exigente de competências e, ao mesmo tempo, tratando o trabalhador e sua força de trabalho como algo descartável. Mészáros contribui para a explicitação da unilateralidade em que é considerada a descartabilidade. Um exemplo é a tal empregabilidade, que é vista somente em seu aspecto positivo e não sob a forma

⁶⁶ Esse movimento é tão forte, que nos últimos anos cresceu a xenofobia com os imigrantes, que, segundo o discurso de direita, estariam 'roubando' os empregos dos nativos. Vários países centrais adotam políticas anti-imigratórias como resultado dessa pressão social.

negativa da desumanização concreta dos indivíduos trabalhadores desempregados, além da desvalorização da sua força de trabalho na ativa, por estarem pressionadas pelo exército de reserva.

A diminuição do valor de uso, ou ainda, se queremos especificar, o desemprego de massas, é um componente fundamental da própria reprodução do capital. Não é um fenômeno novo, mas seus contornos atuais se apresentam com uma crueldade e violência crescentes contra a maioria da população, fenômeno visto desde as guerras atuais até o aumento da degeneração social. Desenvolver a competência, no caso, é conseguir ser produtivo para o capital, e mesmo suportar alegre diante de sua insignificância, sujeito a participar diretamente ou de conviver com uma crescente miséria humana.

III. 5. Fetichismo da mercadoria força de trabalho

Neste item, procuraremos nos aproximar, dentro da caracterização de Marx da força de trabalho enquanto mercadoria, qual seriam as características do fetiche nessa especificidade. Enfrentamos esta questão com a finalidade de, reafirmando o caráter de mercadoria da força de trabalho, chegarmos adiante na questão da competência, delineando-a como uma hipótese deste fetiche.

No caso, o fetiche⁶⁷ é uma expressão que se deve localizar de forma geral antes de aprofundar a questão especificamente enquanto força de trabalho. No tema em tela, o fetichismo da mercadoria tem como base a necessidade da mediação do mercado para se efetivar o processo de reprodução da sociedade capitalista, ou seja, a mediação pelas próprias mercadorias.

A interação e a influência mútua da atividade de trabalho dos produtores individuais de mercadorias ocorre exclusivamente através das coisas, através dos produtos de seu trabalho que aparecem no mercado (RUBIN, 1980, p.22).

Esta base material coisifica e, com isso, obscurece as relações sociais, como se a determinação e a própria relação fossem dadas pelas coisas. Neste ponto, ligamos ao fio condutor do nosso estudo o entendimento de que os problemas a respeito do trabalho são tratados somente como ‘forças produtivas’, como um problema técnico. Mais do que a limitação dessa mediação,

⁶⁷ São vários autores como Vázquez (1986), Netto (1981), Rubin (1980), entre outros, que afirmarão a diferença e a superação da idéia de alienação no desenvolvimento do pensamento marxiano, demonstrando que Marx, na sua maturidade, vai desenvolver seu pensamento, antes com a influência idealista hegeliana, dando formas concretas, históricas ao processo de alienação, que não abordaremos neste trabalho. Interessa-nos a forma real e atual das relações sociais capitalista, no caso, o fetiche. “*O fetichismo implica a alienação, realiza uma alienação determinada e não opera compulsoriamente a evicção das formas alienadas mais arcaicas*” (Netto, 1981, p.75).

formata o processo relacional, coisificando-a. O fetiche expressa a fragmentação deste fato, substituindo a totalidade referida. É evidente que por ser compreendido em sua forma esquisita, ou parcial, não deixa de ser real, ou melhor, compõe a totalidade. O mesmo *“Marx (...), apressa-se a assinalar que essa aparência das relações entre mercadorias como uma relação entre coisas não é falsa. Ela existe; mas oculta a relação entre os produtores”* (FINE, 2001, p.150).

Nesta condição, a coisificação não só é uma resultante das relações, mas também é um condicionante que compõe o processo de reprodução da sociedade. Diante desse movimento da mercantilização das relações humanas, existe a necessidade de que as relações mercantilizadas funcionem, ou aparentemente se apresentem desta forma, como se fosse a própria realidade completa. Continuemos com RUBIN:

Não só oculta as relações de produção entre as pessoas, como também as organiza, servindo como elo de ligação entre as pessoas. Mais exatamente, oculta as relações de produção precisamente porque as relações de produção só se realizam sob a forma de relações entre as coisas (1980, p.24-25).

Por isso há o alto grau de mistério que é desenvolvido nessa relação enfeitada. Esconde algumas determinações fundamentais para sua compreensão. Esse elemento é importante, pois o fetiche não é somente um problema subjetivado, ou seja, não é só um problema da consciência da sua existência, mas tem uma base objetiva, material. A consciência da existência não modifica o fato, ela serve simplesmente para a compreensão do mesmo e possibilita uma potencial intervenção no mesmo, mas, de forma alguma, o fetiche pode ser entendido simplesmente como um resultante ou reflexo da consciência, como se o problema estivesse colocado a partir dessa esfera. Mais do que isso, o fetiche está colocado na mercadoria como expressão da relação dialética da base material com os sujeitos que interagem entre si, mediados pelas suas mercadorias. Não pode ser encarado como um problema de comportamento ocasionado por uma falsa consciência dos fatos. É mais do que isso: é da própria natureza das relações capitalistas.

A materialização das relações de produção não surge de ‘hábitos’, mas da estrutura interna da economia mercantil. O fetichismo é não apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social (RUBIN, 1980, p.73).

O mistério desse processo, o porquê da coisificação, está posto nas próprias relações humanas. Por não serem visíveis, expressam-se no modo capitalista através das mercadorias, no mercadejamento, na ação referida, de forma fetichizada, como ação do mercado. Há uma

substituição aparente das relações entre os seres humanos, não só mediadas pelas coisas, mas transfiguradas por estas, que difere dos outros modos de produção anteriores.

Mas o fato é que na sociedade feudal as relações de produção entre as pessoas são estabelecidas com base na distribuição das coisas entre elas e pelas coisas, mas não através das coisas (RUBIN, 1980, p.43).

Ao tratarmos da mercadoria força de trabalho, complexifica-se a questão, por ser um processo que ocorre *através* da mercadoria, pois o sujeito trabalhador é confundido com a sua própria capacidade de trabalho, pelo motivo óbvio do pressuposto absoluto da vida humana para a possibilidade de desenvolver a sua especificidade do trabalho. No entanto, como já vimos anteriormente no debate com Moura, a vida do ser humano é um condicionante, do ponto de vista genérico, absoluto, que, por hora, não contribui na abordagem da questão. O que tratamos aqui situa-se no caráter histórico, o ser humano, numa forma social.

Uma das caracterizações fundamentais do fetiche sobre a mercadoria força de trabalho é imputar para essa mercadoria um caráter ahistórico, como se fosse algo intrínseco ao ser humano, independente da época ou local que se encontre, situação que não precisa ser trabalhada, constituída. Também é tratado como um problema individual. A força de trabalho depende da capacidade individual, visão esta que desconsidera a história e seu contexto social, como na primeira perspectiva. O fetiche expressa esse processo de naturalização ahistórica da constituição da força de trabalho, que objetiva retirar a compreensão de que a força de trabalho é fruto de uma construção histórica, e a coloca como a potencialidade humana a ser desenvolvida em si, como uma qualidade inerente ao ser humano, e, mais forte, a um ser humano totalmente individualizado, como se fosse possível a existência da individualidade fora de uma sociedade.

Marx não nega esse patamar da vida humana, ou do ser genérico. Inclusive vai referenciar-se nos clássicos e, ao mesmo tempo, refutá-los, no que tange a sua ahistoricidade do fenômeno. Aponta a individualidade, a criatividade, a possibilidade de mudança no sujeito, como nas teses sobre Feuerbach, quando pergunta ‘quem modifica o educador?’ Expressão da sociedade que se dá, obviamente, em cada indivíduo sem deixar de se colocar no centro as relações sociais produtivas determinadas historicamente. A exploração pelo capital era uma novidade e, portanto, a constituição da força do trabalho enquanto mercadoria também era uma nova resultante histórica das relações sociais humanas. A própria força de trabalho é vista no ideário hegemônico atual como algo inerente ao ser humano e, com base no desenvolvimento

peçoal, vontade, disposição de aprender – empreendedorismo, por exemplo –, algo como se fosse um ‘dom natural’ ou talento, ligado à pessoa, à capacidade individual, ao ser competente e não construído historicamente, ou melhor, limitado histórica e socialmente.

Perguntamo-nos como é perdido o caráter social e coisificado do sujeito, no entendimento da composição da força de trabalho. Nas mercadorias são escondidas as relações sociais, ou seja, o que deveria ser visto como relações sociais são transformadas em coisas, e o que são relações materiais, em humanas. Esse movimento contraditório também aparece de maneira ‘sui generis’ na mercadoria especial. Evidente que de modo especial, pois o proprietário confunde-se com a propriedade, como já dissemos anteriormente, ou seja, no capital é específica a ação do fetichismo. No caso, a forma assalariada da força de trabalho não é inerente à sociedade, como também não é inerente ao trabalhador.

Além de tirar o ser humano da história, e de suas relações, reduz a força de trabalho, a mercadoria especial, a um só aspecto, a saber: é tratada só enquanto valor de uso. Como consequência, apresenta-se somente como produto da utilidade, e constrói, portanto, seu produto, também como uma utilidade, fruto do trabalho concreto, omitindo o trabalho abstrato, histórico, nas relações de troca da humanidade, enubliando, assim, as relações sociais.

Esse processo de ocultação está desde o início no nosso texto. O trabalho é visto somente sob o ângulo de uma ação produtiva em si e de seus agentes, as forças produtivas em ação. Ele não é percebido como uma relação social, portanto, no caso, como uma relação social que tem em uma ponta o assalariado com a necessária mercantilização da força do trabalho, com as contradições inerentes a esse processo de organização do trabalho e seus produtores e, de outro pólo, os capitalistas.

Um dos principais elementos que se oculta na composição da força de trabalho não é a sua qualidade concreta, mas a sua expressão quantitativa para sua formação, ou seja, o tempo gasto na sua formação para construir uma determinada capacidade de trabalho, que se apresenta enquanto mercadoria. Não é o valor de uso colado com o trabalho em cada mercadoria, e sim, o seu valor de troca que esconde o trabalho não-pago, a extração da mais-valia. Em decorrência, olvida-se que a força de trabalho, além de desenvolver um valor-de-uso, é para produzir valor, valor de troca. Neste sentido, existe uma dupla omissão tanto quanto à natureza da força de trabalho, quanto da complexidade de sua atividade fundamental, o trabalho.

Para fecharmos este item, faz-se necessário retomar a assertiva básica de Marx que aponta o fetiche como fruto das relações mercantilizadas, coisificando os sujeitos, como se essas relações fossem oriundas da própria mercadoria.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, **apresentando-as** como características materiais e **propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho**; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais existente, à margem deles, entre produtos do seu próprio trabalho (MARX, 1989, p.81 - Grifos nossos).

Destacamos o texto por entender a especificidade em relação à mercadoria especial. Das relações de assalariamento, apresentam-se propriedades sociais, como características fixadas ao produto do trabalho, no caso, ao próprio trabalhador, em sua parte específica enquanto força de trabalho. Como já abordamos, é colada enquanto uma propriedade social inerente à força de trabalho. Na verdade, o trabalhador é forjado historicamente, dentro do desenvolvimento das forças produtivas em movimento contraditório com as relações sociais. Ou seja, a força de trabalho é fruto do trabalho humano ou, mais precisamente, do trabalho dentro de determinadas relações sociais. O fetiche apresenta-a como inerente à mercadoria, é a própria força de trabalho naturalizada. Busca-se, assim, somente aprimorar a força de trabalho em si, como se fora possível des-historicizá-la, coisificando-a, pois retira a historicidade e coloca propriedades da força de trabalho como se naturais fossem. A coisificação é deixar a força de trabalho e suas propriedades sociais como se fossem inerentes ao trabalhador, ou a própria capacidade individual a ser desenvolvida. Com isso, nega-se o papel da luta entre as classes assalariadas e capitalistas, também enquanto elemento de destruição da formação da força de trabalho.

O fetiche da mercadoria força de trabalho, como veremos adiante, será expressa dentro dessas condições, de forma mais desenvolvida, como competência.

III. 6. O segundo momento de aproximação da competência, via força de trabalho

A divisão social do trabalho, entendida no interior de uma composição contraditória das forças produtivas e das relações sociais, é a base da formação da mercadoria força de trabalho. Ela se constitui na lógica da divisão – isolamento e cooperação –, e, diferentemente de outros momentos históricos tipicamente não mercantizados. Na atualidade, a liberdade é definida formalmente a partir do contrato, dentro dos limites impostos pelas relações sociais dominantes. É na formação do trabalho assalariado que possibilita o desenvolvimento do capital, e esta só

sobrevive dentro dessas relações. *“O capital pressupõe o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Um é condição do outro; eles se criam mutuamente”* (MARX, s/d, vol1, p.71). A definição da força de trabalho não pode ser vista isoladamente das relações capitalistas determinadas.

Eles somente produzem colaborando de uma determinada forma e trocando entre si suas atividades. Para produzirem, contraem determinados vínculos e relações mútuas e somente dentro dos limites desses vínculos e relações sociais é que se opera sua ação sobre a natureza, isto é, se realiza a produção (MARX: s/d, vol1, p.69).

É deste patamar que definimos a força de trabalho, historicamente construída pelo próprio trabalhador, mas dentro da lógica do capital. Não é só o trabalho em si, mas a possibilidade de mercadejá-la. Marx, para dirimir as dúvidas, esclarece: *“Ao patrão parece comprar o trabalho, e por dinheiro vendem-lhe. Mas isto é só aparência (...) a força de trabalho é, pois, uma mercadoria, assim como o açúcar; nem mais nem menos”* (MARX: s/d, vol1, p.62).

Existem algumas conseqüências importantes da separação entre trabalho e força de trabalho. Uma delas é a localização das relações do trabalho, como o trabalho assalariado. Assim, o salário é uma remuneração para o trabalhador, especificamente para reprodução de sua força de trabalho e não como uma remuneração do trabalho. Este sim, no processo de exploração, tem uma parte paga, que é o sobretrabalho, e a parte não paga que produz um excedente apropriado pelo capitalista.

Marx aponta duas características do trabalho, o abstrato e o concreto, que propiciam, respectivamente, a construção de dois aspectos do valor: o de uso e o de troca. O autor consegue apontar duas questões fundamentais em decorrência do trabalho abstrato: a construção do equivalente, que propicia a troca, e a sua forma de mensuração. No caso, o importante é apontarmos que o trabalho tem dois aspectos constitutivos, que demonstram que não pode ser tratado somente como uma questão técnica, ou, se acharmos mais apropriado, somente como um desenvolvimento das forças produtivas. Essa dupla face possibilita a explicitação das relações sociais.

Esta composição expressa uma situação importante para o entendimento da força de trabalho. Retira da exclusividade técnica, louvada no mundo burguês, e apresenta a ‘outra’ face da força de trabalho, a qual se compõe enquanto mercadoria e apresenta a face da relação social.

Possibilita o entendimento da ação da retirada da mais-valia e, conseqüentemente, o tema de controle, tanto no seu aspecto formal quanto real.

Como toda mercadoria, a força de trabalho também tem um custo para ser produzida. *“Ora, qual é o custo de produção da própria força de trabalho? É o custo necessário para conservar o operário como tal e para formar um operário”* (MARX: s/d, vol1., p.67-68). É a constituição da força de trabalho, enquanto mercadoria especial⁶⁸. Além de possuir as qualidades de uma mercadoria, com seu valor de uso e de troca, ela proporciona a criação de outras mercadorias, com esses mesmos valores, além de ser produtiva no mundo capitalista – também pode ser improdutiva –, pois produz um novo valor. Ela conserva, transfere e acrescenta valor, construindo um novo produto.

A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor (MARX, 1989, p.234).

Este é o objetivo fundamental da força de trabalho: a produção da mais-valia. E para tal, deve construir a força de trabalho como chave no processo de reprodução das próprias relações dominantes, entranhadas de contradições. Essa mercadoria tem uma diferença estupenda das outras mercadorias: ela não é só composta por valor de uso e de troca, mas é uma mercadoria que possibilita a criação de valor de uso e de troca, produzindo outras mercadorias. É importante, quando abordarmos a competência, apontarmos os dois lados do trabalho e, conseqüentemente, da produção de valores, tanto na sua formação, quanto ao que ela se destina, que vai representar a inserção do trabalhador, mais precisamente de sua força de trabalho no mercado de trabalho, enquanto uma mercadoria.

Vimos que a força de trabalho, para efetivar a extração da mais-valia, está delimitada no processo de subsunção, um controle e submissão ao capital. Assim, a força de trabalho se encontra cada vez mais dentro da lógica do capital, principalmente como trabalho produtivo. Mesmo o improdutivo segue na mesma lógica, uma vez que está a serviço do capital produtivo. As mudanças existentes no trabalho, no desenvolvimento das forças produtivas, estão mais radicalizadas na direção da dominação do capital sobre o trabalho. Portanto, sobre a força de trabalho, no aumento da produtividade (e mesmo a improdutividade a serviço do capital), o

⁶⁸ Deve ser reproduzida fisicamente e preparada com as capacidades exigidas pelos capitalistas, através do mercado.

fundamental é a subsunção real da força de trabalho ao capital. Esta conclusão é fundamental para entendermos a competência dentro desse regramento histórico.

Já na contribuição de Mészáros, há o questionamento do discurso atual dominante de ressaltar uma importância das mercadorias, no caso específico, da utilidade para a formação e qualificação da força de trabalho. Em decorrência da lei da ‘diminuição do valor da taxa de uso’, perguntamo-nos: Como se apresenta a descartabilidade, como elemento para constituição da competência? Essa pergunta, utilizando o arcabouço teórico do autor, questiona o ideário vigente que aponta a valorização da utilidade do conhecimento, do fazer, e, por outro lado, a contradição do sistema burguês de sua tendência à descartabilidade da força de trabalho, expressada no aumento do desemprego e no aprofundamento da precarização. Esta contribuição de Mészáros direciona o nosso entendimento à competência como um pressuposto da descartabilidade⁶⁹.

Eis o fetiche da mercadoria força de trabalho, expresso na atualidade: o modelo de competências. Um dos elementos centrais que procuramos desenvolver nesse bloco foi a explicitação do caráter da força de trabalho: uma mercadoria sujeita às leis históricas a ela referidas. Tratamos sobre o trabalho produtivo, a subsunção e o fetiche, trazendo à tona a coisificação da força de trabalho. Nesse processo sistêmico de obscurecimento a essa realidade, dificulta em ver a potência de trabalho⁷⁰ coisificada. Uma mercadoria especial, por ser oriunda e ligada intrinsecamente a um ser vivo, o próprio ser humano, e criador da própria força de trabalho. Marx aponta que, sendo a mesma um produto de trabalho, é vista, em sua aparência, como se as suas propriedades sociais fossem inerentes a ela mesma, e não como uma necessidade histórica do processo produtivo.

A exploração, o trabalho não-pago, em suas vertentes da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, dos mecanismos utilizados através do aumento da jornada de trabalho ou do aumento da intensidade do trabalho, é, atualmente, uma realidade encoberta pelo fetiche da competência. Uma competência pretensamente natural e individualizada. Por isso, compreendemos que a competência não pode ser analisada fora do entendimento da composição da força de trabalho enquanto uma mercadoria. É desse patamar que queremos abordar a competência no próximo capítulo.

⁶⁹ Diferentemente de Mészáros, entendemos que é inseparável o valor de uso com o valor de troca, e, portanto, o primeiro tem a sua influência, mas, como já vimos, existe uma subordinação radical do valor de uso pelo valor de troca.

⁷⁰ Apesar de ser a força de trabalho a categoria consolidada, Marx também utiliza outros dois sinônimos: a capacidade e a potência de trabalho.

BLOCO TRÊS - O MODELO DE COMPETÊNCIAS: UM FETICHE

Neste bloco vamos procurar responder como se apresenta o fetichismo no modelo das competências, os conceitos, a origem e as suas características principais. Apontaremos a não existência de diferenças significativas em sua expressão nas várias concepções do presente modelo, tanto nas lógicas sistêmicas, nas ‘humanizadoras’, como também nas que propõem uma ressignificação das competências em favor dos trabalhadores.

Começaremos localizando a mudança histórica da lógica das qualificações para o modelo das competências sob os eixos que perpassam o conjunto dessa tese, das contradições oriundas entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, bem como da coisificação da força de trabalho. Esse movimento não pode ser visto desligado da luta de classes, das crises do capital e de sua reestruturação. Nesse sentido, que consideramos esse movimento um processo histórico, a transformação de um modelo para outro responde a este contexto. Deluiz apresenta em linhas gerais os motivos que desembocaram no atual modelo de formação da força de trabalho:

As novas concepções gerenciais que **surgem no bojo desse processo de reestruturação empresarial estão ancoradas, assim, numa lógica de recomposição da hegemonia capitalista** e das relações capital-trabalho e têm como **objetivos racionalizar, otimizar e adequar a força de trabalho face às demandas do sistema produtivo**. Na década de 90, o aprofundamento da globalização das atividades capitalistas e a crescente busca de competitividade levaram ao ‘alinhamento definitivo das políticas de recursos humanos às estratégias empresariais, **incorporando à prática organizacional o conceito de competência, como base do modelo para se gerenciarem pessoas**’, apontando para novos elementos na gestão do trabalho (DELUIZ, 2001, p.1 - Grifo nosso).

É sobre esse patamar que vamos trabalhar neste bloco, somado à compreensão de que as competências, como modelo de formação da força de trabalho, expressam um fetiche dessa mercadoria especial e se localiza num fortalecimento ainda maior da divisão social do trabalho capitalista e da reprodução das relações sociais vigentes.

Gostaríamos de esclarecer ao leitor que não nos filiamos ao determinismo tecnológico, ou seja, não entendemos que esta mudança para o modelo de competências tenha ocorrido centralmente por causa de uma revolução ou de transformações tecnológicas no processo produtivo. Não concebemos que as coisas, inclusive a tecnologia, tenham o centro prático e explicativo no processo de formação da força de trabalho, apesar de influenciá-la. Diferente da

influência, os determinantes fundamentais estão localizados nos próprios interesses dos grupos sociais em relação ao processo produtivo, a partir de seus condicionantes históricos.

‘Em tese’, para responder às necessidades colocadas pelas mutações tecnológicas, bastariam novas qualificações, no linguajar da lógica anterior do capital, ou de capacitações, para responder às novas demandas. Evidente que a questão tecnológica tem o seu peso nas modificações da sociedade, mas esta é subalterna às próprias definições e determinações sociais, por mais que as aparências apresentem a tecnologia como centro das definições sobre a força de trabalho.

Não entendemos que as modificações tecnológicas sejam neutras. Entendemos a importância dessas modificações relacionadas com os interesses das classes dominantes, repercutindo nos fundamentos da formação da força de trabalho. A modificação da hegemonia na formação da força de trabalho não corresponde a uma resposta tecnológica, simplesmente, e sim, uma resposta à crise no processo de acumulação do capital. As novas tecnologias, novas formas de organizar a produção e as novas maneiras de formar a força de trabalho estão, sim, na mesma esteira das exigências hegemônicas do capital. Como vimos, ao contrário do que afirma o senso comum, são respostas à crise do capital e, mais precisamente, à diminuição da composição orgânica do capital com o aumento do capital constante em relação ao variável. Quando se troca o todo pelas partes do conjunto social está-se concretizando uma das expressões do fetiche: a coisificação das relações, que transforma as coisas como se fossem humanas, tirando o potencial transformador da realidade dos próprios sujeitos. Frigotto (1996), utilizando-se de outros escritos de Castro, Williams e Paola Manacorda, vai tratar o ‘fetichismo tecnológico’ da seguinte forma:

Consiste em tratar a ciência e a tecnologia como variáveis independentes e determinantes, escondendo as relações sociais que a produzem. Ao tratar da relação trabalho e qualificação mostra que este fetichismo se desenvolve dentro do seguinte raciocínio: a ciência determina a tecnologia, a tecnologia impõe o tipo de organização de trabalho, o tipo de organização de trabalho determina as qualificações e, por extensão, as exigências de ensino e da formação humana (FRIGOTTO, 1996, p.123).

Essa troca do todo pela parte, ou reducionismo, é uma das características do fetichismo da mercadoria. O capital necessita de uma força de trabalho que contribua no enfrentamento da crise de superprodução. Uma força de trabalho ainda mais voltada aos interesses

de aumento da produtividade do próprio trabalho, em favor do capital, subsumida ao capital. Este movimento requer uma nova feição da força de trabalho, sem deixar as suas raízes históricas vinculadas no modo de exploração capitalista. Na teoria e na prática, o modelo das competências vai tornando-se o sucessor da lógica das qualificações, com uma marca distinta, a sua caracterização não está baseada no saber intrinsecamente tecnológico, mas na postura, no comportamento que o trabalhador deve aprender e disponibilizar enquanto sua força de trabalho. Deluiz afirma o seguinte:

A adoção do modelo das competências profissionais pelas gerências de recursos humanos no mundo empresarial está relacionada, portanto, **ao uso, controle, formação e avaliação do desempenho da força de trabalho** diante das novas exigências postas pelo padrão de acumulação capitalista flexível ou toyotista: **competitividade, produtividade, agilidade, racionalização de custos**. Este modelo tende a tornar-se hegemônico em um quadro de crise do trabalho assalariado e da organização prescrita do trabalho e do declínio das organizações profissionais e políticas dos trabalhadores (DELUIZ, 2001, p.2 - Grifos nossos).

Todas essas características também se apresentam sob outros formatos em modelos anteriores, como no taylorismo. Aumentar a competitividade, produtividade, ser rápido, controlar, formar e avaliar, todas essas características respondem à diminuição de custos, à diminuição fundamental do custo do capital variável. Além disso, na atual versão das competências, aprofunda a intensificação do trabalho, utilizando-se de novas tecnologias, de novas formas de organizar a produção, buscando na disputa entre os trabalhadores a competição, os melhores resultados. Estão na lógica do saber, saber fazer e o saber ser. Este último, um processo de incorporação subjetiva dos assalariados, das premissas fundamentais para o capital. Assim, vamos estar permanentemente fazendo referências a estes saberes, com Fleury & Fleury, que definem o saber ser dentro da lógica das competências: “***Competências sociais: saber ser, incluindo atitudes que sustentam os comportamentos das pessoas: autonomia, responsabilização e comunicação**” (FLEURY & FLEURY, 2006, p.32). Também não nos propusemos a trabalhar o saber ser somente em seu aspecto subjetivo – um estado de espírito –, mas como uma subjetividade analisada na desconstrução de suas características; não só o lado ‘positivo’ da autonomia, da liberalização da criatividade, da responsabilização, mas o ‘lado’ do controle, da precarização fortalecida, do aumento da subordinação da força de trabalho à lógica do capital.

Na fase inicial de nossos estudos, destacávamos a questão das qualificações e pesquisamos sobre suas categorizações, que já apontavam timidamente para o debate sobre competências e sua

crítica. Com o decorrer da pesquisa, o próprio objeto em construção, o modelo das competências, foi se impondo por ser o mais relevante e radicalmente capitalista, como o projeto de formação da força de trabalho atual. Neste bloco, resolvemos apontar, primeiro, a localização do debate de qualificação – caracterizando como uma resposta necessária para o modelo ou fase da exploração capitalista da época –, para depois trazermos alguns elementos centrais que propiciaram essa modificação, a partir do modelo máximo da burguesia em formação da força de trabalho. Assim, somente vamos destacar alguns elementos do movimento histórico, já descrito por inúmeros autores⁷¹, no que concerne essa transição da lógica das qualificações às competências, levantando os pontos de continuidade – pois ambas têm a mesma finalidade de adequar a força de trabalho aos interesses do capital – e de modificação, pois os movimentos específicos do capital hodierno trazem uma radicalidade às leis tendenciais do próprio capital.

O bloco segue da seguinte forma. Primeiro, analisamos os antecedentes do modelo de competências, a lógica das qualificações, depois levantamos a hipótese para o processo de transição, no caso, a resposta à crise de acumulação do capital, e, no item seguinte, a própria transição entre os modelos. Ainda no capítulo IV, apanhamos conceitos das competências e as caracterizações feitas por Zarifian, um teórico fundamental no debate sobre o tema. Caminhamos com esse autor desde a análise da mudança do contexto e das caracterizações do trabalho, até as novas exigências, que ele chama de noções de competências para a formação da força de trabalho.

No capítulo V, vamos ler e analisar alguns teóricos plenamente identificados com o projeto burguês de sociedade e entender como o modelo de competências é o mais próximo de seu interesse. O modelo inicialmente era restrito à formação de seus executivos e gerentes⁷², depois ampliado para o conjunto da classe trabalhadora. É desse ponto de partida que acharemos o perfil padrão do modelo de competências, o guia para a construção de toda a classe trabalhadora. É o modelo do capital defendido, obviamente, por teóricos que têm como compromisso a bem-aventurança do modelo de organização do processo produtivo, da sociedade atual.

⁷¹ Ramos (2001), Tanguy (2004), Tomasi (2004), Zarifian (2001) e (2002), entre outros, dão conta deste movimento na história da construção do modelo das competências. Já sobre um aspecto mais geral, Braga (2003) e (1995), Mandel (1985), Mészáros (2002), Carvalho (2002) respondem as modificações que ocorreram a partir dos anos de 1974/1975.

⁷² Sua profissão é jogar totalmente a favor do capital e muitos deles também são capitalistas. Seu trabalho de preposto dos capitalistas tem algumas regalias importantes, como altos salários e polpudas participações nos lucros, efetivam seus contratos com cláusulas de garantias de alta rentabilidade às suas aglomerações empresariais.

No encerramento do bloco, reafirmamos que o fetiche do modelo das competências é a expressão que achamos a mais adequada para sua explicitação e, portanto, para sua inviabilidade de ressignificação em favor dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho para o capital.

CAPÍTULO IV - Caracterizando as competências

IV. 1. Alguns antecedentes: as várias visões sobre qualificação

São várias as definições sobre qualificação. Existia um embate entre aqueles que defendiam a qualificação dos postos de trabalho e opositores à qualificação dos próprios trabalhadores, conforme Paiva⁷³. Aqui, não nos deteremos sobre esta polêmica, colocando-nos, já de antemão, só com o universo que aponta para a formação do trabalhador. Três grandes correntes apresentadas pelo teórico francês Dubar nos dão uma visão genérica sobre tal tema⁷⁴.

Dubar coloca de um lado Braverman, com a perspectiva de desqualificação dos trabalhadores, e, de outro, Freyssenet, Kern e Schumann, com a tese das polarizações das qualificações, a cuja compreensão se vincula Hirata. Por último, a da não proletarização ou da nova qualificação devido ao modelo atual tecnológico-produtivo e gestacional, ao qual o próprio Dubar se enquadra, já em fase de transição, para denominar-lhe, posteriormente, de modelo das competências. *“O modelo de competência não é mais o ofício e sim a empresa e sua actividade, domínio implicando na polivalência, compreensão do conjunto de procedimentos, dimensão gestonária”* (DUBAR, 1997, 198).

O autor francês descreve as exigências de qualificação postas pelo novo modelo, mas não as relaciona com as necessidades do aumento da produtividade do capital. Esse teórico aponta a dualidade das cobranças empresariais da seguinte forma: ao mesmo tempo em que incitam o trabalho em equipe, por outro lado, reforçam a concorrência entre os próprios trabalhadores. Como o mesmo não faz a leitura da divisão do trabalho, com sua definição necessária de cooperação, unificada e controlada pelo capital, e, conjuntamente, com a concorrência imposta aos trabalhadores para garantia de diminuição dos custos, cria-se um paradoxo, sem uma explicação racional. Mais ainda, aponta a definição da qualificação, mesmo com a crise de identidade da figura do trabalhador, submetida ao ideário consensual com o do empresário. Ou

⁷³ Ver FRIEDMANN .& NAVILLE (1992).

⁷⁴ Paiva também destaca similarmente quatro grandes grupos sobre o tema de qualificação. No entanto, preferimos a utilização, em princípio, da tipologia de Dubar, visto que o quarto tipo proposto por Paiva(1989) consideramos um desdobramento da corrente da polarização, pelo menos no seu aspecto metodológico.

seja, lança as relações sociais ao limbo, tornando impossível decifrar os signos apresentados na atualidade. Vejamos:

Tudo depende do lugar institucional que a ‘empresa’ tomará na configuração social do futuro. Nada está definido a este respeito, apesar de o processo de ‘reabilitação ideológica da empresa na sociedade francesa’ já ter produzido efeitos evidentes. A problemática do que nós designamos a ‘produção conjunta da qualificação’ é, com efeito, colocada mas não resolvida (DUBAR, 1997, 216).

Com exceção de Dubar, a perspectiva teórica das duas primeiras teses – a desqualificação e a polarização das qualificações – tem referência em Marx, para quem a desqualificação da força de trabalho é um fenômeno tendencial ao desenvolvimento industrial do capital⁷⁵.

No relevante trabalho realizado por Paiva, fundamentalmente um levantamento da literatura alemã, dialogando com autores norte-americanos e franceses, ela volta a reafirmar que o processo educativo – o de qualificação – deverá responder a essa nova ordem da flexibilidade do processo produtivo, através de uma grande formação geral, básica e abstrata:

À flexibilidade do trabalho corresponde flexibilidade educacional que só pode ser obtida através de formação abrangente dentro de uma mentalidade moderna, aberta a adaptações sucessivas (PAIVA, 1989, p.93).

Descartando a centralidade da crítica ao modo capitalista de produção, a autora visualiza a possibilidade de construção de um consenso, em relação aos processos educativos, entre trabalhadores e empresários. Paiva vai mais além, afirmando que as bandeiras históricas dos trabalhadores, no plano da qualificação profissional, estão sendo garantidas no atual contexto do capitalismo global.

De pouca serventia é, neste contexto, a denúncia de que o capital busca subsumir a política educacional a seus interesses, buscando adequar a formação ao mercado de trabalho (Altvater, 1971). Demandas seculares dos trabalhadores (como educação geral e politécnica) são hoje bandeiras do capital e, servindo ou não a ele, também servem à população que não deseja o desemprego, pretende encontrar alternativas no caso de a ele ter de se submeter e quer ter direito de acesso aos bens culturais a que

⁷⁵ Com já dissemos, Paiva coloca uma quarta alternativa nas configurações citadas anteriormente. Conceitua como qualificação absoluta e desqualificação relativa. O que consistiria na percepção que há um movimento qualificativo em média. No entanto, há uma perda de conhecimentos atingida pela humanidade, comparando épocas anteriores. Como já dissemos antes, segundo Dubar, seria apenas um desdobramento incluído nas três grandes idéias citadas acima. Este último, no caso, está no interior da definição enquanto polarização das qualificações.

tradicionalmente apenas as camadas dominantes podiam aceder (PAIVA, 1989, p.87).

Outrossim, a referida autora, legitimando o papel do mercado, aponta para um distanciamento da perspectiva materialista dialética. Na verdade, é um corolário coerente da própria autora, ou melhor, tornou-se uma generalidade entre diversos intelectuais.

Como exemplo desse movimento, em recentes produções de diversos autores brasileiros, foi caracterizado o trabalho de Braverman e de todos aqueles que definem o processo de desqualificação dos trabalhadores no capitalismo como desatualizados e insuficientes, devido às modificações tecnológicas atuais. A própria Paiva faz o seguinte comentário:

Não resta hoje qualquer dúvida de que o mundo moderno exige conhecimentos mais amplos do que no passado, elevando a demanda por qualificação média não apenas na força de trabalho, mas de todos os membros da sociedade considerada... A consciência de tais exigências objetivas vinda do âmbito objetivo da produção e do consumo põe uma pá de cal sobre a discussão que atravessou décadas a respeito de se a evolução do capitalismo conduzia à qualificação ou à desqualificação da força do trabalho (PAIVA, 1987, 20).

O que ocorre, segundo Braverman, é a contínua subdivisão do trabalho em operações mínimas como a forma fundamental de separação entre a concepção e a execução do trabalho, a partir do desenvolvimento tecnológico. *“Para a máquina, são (sic) apenas a expressão daquele lado de suas possibilidades que o capital tende a desenvolver mais energicamente: a capacidade técnica de separar o controle da execução”* (BRAVERMAN, 1987, p.198).

Já Hirata, autora muito citada na atualidade, faz também uma crítica ao modelo de qualificação. Defensora da tese das polarizações, para ela, o capitalismo necessita somente de uma pequena parte qualificada, e a maioria já vive um processo de desqualificação. No entanto, não apresenta como questão central, como em Braverman, a questão da gerência do controle do processo de trabalho. Mesmo assim, ela reconhece que parte das mudanças anunciadas afeta os trabalhadores regulares em grandes, médias e pequenas empresas. Para ela, estão fora da nova qualificação os temporários e os do sexo feminino.

Em nossa percepção, a crítica de Hirata, ao mesmo tempo em que se aproxima de Braverman, quando enxerga uma maioria alijada dos processos de requalificação, também se distancia dele, aproximando-se da corrente de Dubar. Vejamos:

As qualificações exigidas no interior desse ‘novo modelo produtivo’, representado pelo modelo empresarial japonês, contrastam fortemente com aquelas relacionadas com a lógica taylorista de remuneração, de definição de postos de trabalho e de competências: trata-se da capacidade de pensar, de decidir, de ter iniciativa e responsabilidade, de fabricar e consertar, de administrar a produção e a qualidade a partir da linha, isto é, ser simultaneamente operário de produção e de manutenção, inspetor de qualidade e engenheiro (HIRATA, 1994, p.130).

São chamadas de novas qualificações, indo ao encontro do que foi convencionado e hegemonizado pelo modelo de competências. Fica a questão: afinal, por que era necessário modificar a lógica das qualificações se existia uma sintonia fina com os interesses do capital?

IV. 2. A crise do capital⁷⁶ e a necessidade de superação: os pressupostos da lógica da qualificação ao modelo de competências

No nosso entendimento, não basta afirmar que o modelo das competências é só um simples sucessor do desenvolvimento das políticas de qualificação capitalista. É necessário entender as determinações do processo de continuação e de ruptura, analisando a superação dialética dentro dos marcos do desenvolvimento do capitalismo. Quando afirmamos desta forma, expressamos que tanto a lógica de qualificações quanto a das competências estão respondendo ao que tange a formação da força de trabalho, às expectativas e necessidades do capital, não sem observar as contradições vigentes e os condicionamentos específicos.

A relevância de localizarmos essa última grande crise, datada por muitos em meados dos anos 1970 do século XX, é a possibilidade de localizarmos a transição entre projeto de qualificação para o de construção de competências. Como afirmamos, não há uma crise, propriamente dita, específica de um modelo de formação da força de trabalho em si, mas de resposta à crise de acumulação de capital pelo caráter intrínseco do capitalismo, que avança no seu processo social da produção e aumenta a apropriação privada da riqueza. Com isso, a cada crise importante, ou seja, modificações relevantes na produção e distribuição de riqueza, exigem-se trabalhadores ainda mais interligados aos interesses do capital. Para discutirmos a crise e seu rebatimento na transição dessas exigências, estudamos algumas caracterizações históricas de crise definidas no atual momento por MÉSZÁROS (2004), BRAGA (1995), CAMPOS (2001), MANDEL (1985), entre outros.

⁷⁶ Como em outros momentos, fizemos questão de explicitar que essa temática, apesar de relevante, está limitada à construção do objeto. Ela se apresenta como uma contribuição à compreensão da crítica ao fetiche das competências, no caso, delineando o contexto de seu surgimento.

O primeiro ponto a ser demarcado é da historicidade das formas encontradas pelo capital para sua reprodução, em meio de crises cíclicas, que abrem as portas para novas soluções capitalistas ou para o seu desfecho. Mészáros diferencia dois tipos de crise: a cíclica e a estrutural. A primeira trata-se, segundo Mészáros:

A sua maneira normal de tratar as contradições é intensificá-las, deslocá-las para outro nível, transferi-las para outro plano, suprimi-las enquanto isso seja possível e quando o não seja exportá-las para uma esfera ou para um país diferentes, utilizando inclusivamente os meios militares mais brutais para atingir esse fim (MÉSZÁROS, 2004, p.8).

No entanto, esta corrente de pensamento defende que vivemos uma especificidade distinta da tipologia das crises cíclicas, a estrutural, conforme podemos observar em seguida:

é, simultaneamente, também uma crise nunca vista até agora da acumulação do capital: a única questão que pode ter algum significado para as personificações do capital, mas inclusivamente só no seu sentido imediato, como obstáculo por superar, sem a consciência dos limites atemorizantes do sistema que no entanto são cegamente entendidos como simples obstáculos. (MÉSZÁROS, 2004, p.8).

Entendemos a impossibilidade da superação da crise atual por parte do capital por ser uma crise estrutural⁷⁷, realizando uma interpretação ampliada, no seguinte sentido: a cada crise cíclica, os elementos componentes deslocados vão se sedimentando e empurrando a crise além de suas respostas dadas naquele momento histórico até um momento de salto qualitativo da crise, tanto na sua forma conservadora quanto revolucionária. Campos afirma categoricamente: *“Cada crise capitalista possui um conteúdo novo que foi incorporado ou expandido, provocando a reativação da totalidade, a retomada conjuntural que se verificou após a última depressão”* (CAMPOS, 2001, p.17). As saídas das crises serão elementos potencializadores para as próximas crises, pois não superam o problema central do capital: a apropriação privada num processo cada vez mais socializado de produção da riqueza. Fazemos um paralelo à crítica realizada por Braga (2003) à Teoria da Regulação, ‘A Nostalgia do Fordismo’, que desde o próprio título aponta a impossibilidade de retorno às políticas de conciliação de classe típicas do fordismo, visto ter a crise do próprio capital respondido com a destruição das suas bases, originando um outro substrato da exploração capitalista.

⁷⁷ Mészáros (2003) caracteriza essa novidade histórica, a crise contemporânea estrutural, por quatro temas: o seu caráter universal, o seu alcance global, o seu caráter permanente e sua expressão subreptícia, contrastando com os espetaculares desmoronamentos do passado.

Portanto, as respostas passadas agravam ainda mais a crise, estruturando-a sistemicamente. O pensador brasileiro prescreve sobre a não superação definitiva por parte do capital, ocorrendo os processos cíclicos de transformação interna: “*mudar a forma das crises sem superar as contradições* (CAMPOS, 2001, p.21). No caso, para o nosso trabalho, apontamos o cuidado que devemos ter na leitura das crises e saída de crises e no entendimento da distância entre o que é a ruptura com o processo de reprodução do capital e do que o próprio sistema constrói como uma resolução, a fim de se perpetuar, pois as ‘revoluções internas’ fazem parte de sua composição.

Embora a totalidade da economia política de hoje seja essencialmente a mesma, o movimento que a anima seja o resultado da polarização fundamental entre capitalistas e assalariados, ela é uma totalidade constantemente revolucionada em suas partes integrantes, em sua estrutura técnica da produção, em sua estrutura ocupacional, em suas formas monetárias, em seu raio de ação da produção, nas formas de manifestação de suas contradições, em seus instrumentos internos e internacionais de dominação, nos papéis, no peso relativo e estratégia de inserção do governo nesta totalidade, bem como na apresentação de suas versões ideológicas (CAMPOS, 2001, p.21).

Gramsci trabalha com duas leituras de revolução: a ativa e a passiva. Esta última é, justamente, a manutenção do sistema de forma conservadora (BRAGA, 2003). No caso, a revolução passiva objetiva mudar aspectos para manter essencialmente a mesma lógica de exploração e extração da mais-valia.

Marx aborda as transformações no modo de produzir no interior do próprio capitalismo como parte do funcionamento deste, citando que lhe é intrínseco revolucionar seus métodos de organizar a exploração, aprimorando a extração da mais-valia, mas mantendo as contradições intrínsecas ao capital.

Alguns teóricos marcaram não só as crises, como Marx apontava em interregnos decenais, mas os processos hegemônicos capitalistas. As saídas de crise mais profundas tendem a ter respostas mais hegemônicas, ou, melhor dito, com uma maior abrangência em suas transformações internas. Ressaltamos também que essa separação é a ênfase construída, na leitura histórica que realizamos de separação das revoluções internas, ou sistêmicas, das crises que possibilitam a ruptura com o capital, pois entendemos que não estão de forma alguma separadas. Uma revolução – interna ou sistêmica – constrói e destrói a outra num movimento concomitante e contraditório. A cada resposta profunda no modo de organizar a produção, há um entranhamento

e um maior comprometimento dos sujeitos para a superação da próxima crise, como processo de sobrevivência do sistema. Não é por acaso que o modelo de competências tem um dado mais radical – no sentido de sujeição aos interesses do capital – como resposta à superação na crise do capital, no que tange à formação da força de trabalho.

A impossibilidade de fazer a roda da história retroagir não significa o não aproveitamento de elementos considerados ultrapassados para a superação das crises, como, por exemplo, a utilização atual da mais-valia absoluta, em conjunto e com força ao lado da relativa. Mas, ao mesmo tempo em que isso ocorre, não se pode considerar como se estivéssemos nos primórdios do capitalismo, em que não havia práticas de subsunção real, ou seja, a utilização da extração da mais-valia relativa. Os sujeitos políticos, o direcionamento que recebe o desenvolvimento das forças produtivas, em contradição com a apropriação da riqueza, na luta de classes – dentro das condições objetivas e subjetivas – abrem um sem número de opções, como dissemos, condicionadas pelas circunstâncias, pela história que herdamos. A tão citada frase escrita por Karl Marx em sua obra ‘O 18 Brumário de Luís Bonaparte’, dos seres humanos como senhores da história, tão decantada, ainda é bela e extremamente realista, que nos ajuda, neste momento, a caracterizar o movimento histórico: *“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”* (MARX, 2002, p.21).

Apresentamos, então, dois momentos históricos importantes ocorridos no século XX que desencadearam mudanças na formação da força de trabalho, dentro do capitalismo. Um primeiro marco é a localização da lógica da qualificação dos trabalhadores, ou dos postos de trabalho. Fruto de um processo em que o capital enfrenta uma crise fortíssima⁷⁸ de acumulação de capital, responde, através da monopolização do capital, com uma intervenção direta – como monopólio – do Estado na economia. Esse processo será desdobrado após o último grande confronto bélico imperialista. Nessa esteira fracassará o modelo fascista com a derrota na última grande guerra imperialista, consolidando definitivamente o modelo de intervenção, construindo-se com diferenças entre os países, o chamado Estado de Bem-Estar Social⁷⁹. Esse novo modelo cresce na Europa, fundamentalmente nos países capitalistas centrais, com as condições desenvolvidas que observamos em Tumolo (2003): a possibilidade da aproximação do valor e do preço da força de

⁷⁸ O marco referido pelos estudiosos é a quebra da bolsa em 1929 nos EUA.

⁷⁹ Mediado pela importância da URSS adquirida com seu avanço obtido com a Segunda Guerra Mundial. A sua importância econômica e política influencia nas políticas sociais implementadas no Estado de Bem-estar Social.

trabalho, construindo um processo de ‘concertação’ entre as classes. São chamados por alguns como os ‘trinta anos gloriosos’, nos quais ocorreu um crescimento do capital juntamente com uma relativa redistribuição de renda para setores de trabalhadores, ganhando força a idéia da construção da conciliação entre classes antagônicas, mas dentro de uma lógica imperialista. Vejamos a contribuição de CARVALHO (2002, p.25):

Há a destacar o esforço de reconstrução dos países destroçados pela Segunda Guerra Mundial (...), centrado no Plano Marshall, sustentado pelos EUA (...). De outro lado, há um destaque para o fato de que a Segunda Guerra Mundial apagou do mapa mundial as fronteiras coloniais e ofereceu a todos os países imperialistas um espaço livre, contínuo e fluido para a produção e a circulação de capitais e mercadorias no mundo todo(...). imposto – pelos EUA, alçou o dólar à condição de equivalente dos equivalentes (moeda de circulação universal). Este fato, completado com a criação do FMI (Fundo Monetário Internacional), do BIRD (Banco Mundial) e do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), órgãos nominalmente ligados às Nações Unidas, mas de fato sob estrito controle do Estado e dos capitais dos EUA, acabou por dar forma a uma conjuntura altamente favorável à expansão imperialista, notadamente à dos EUA.

Nesse contexto, com esse novo impulso industrial, os processos de formação da força de trabalho ganharam destaque. Surgiram inúmeras escolas de formação geral, escolas técnicas, programas de formação em massa, faculdades entre outras iniciativas, mesmo nos países periféricos, evidentemente com intensidades diferenciadas. Apesar de toda essa virtuosidade para o capital, ocorre a derrocada do modelo vigente.

Esse processo teve início com o esgotamento de duas contra-tendências básicas à queda da taxa de lucro das principais economias capitalistas do mundo: o barateamento do preço dos componentes do capital constante e o rebaixamento dos custos dos elementos do capital variável.

O sistema fordista de produção já não podia manter elevada a produtividade do trabalho; portanto, nesse seu trajeto de descenso, também não podia manter baixos os preços dos componentes do capital constante (máquinas, matérias-primas e materiais auxiliares) e nem os do capital variável (os meios de subsistência dos portadores de força de trabalho). Era inevitável que, em tal contexto, a classe capitalista apelasse para a elevação do grau de captura da mais-valia absoluta e, inclusive, para o rebaixamento administrativo dos salários – fato este que levou os trabalhadores desses países todos às conhecidas lutas, cujo marco principal (o “maio francês de 1968”) permanece vivo na lembrança de todos, contra a deterioração dos salários, das condições de trabalho no âmbito do fordismo, a mistificação social-democrata e, até, em certa medida, contra o próprio capital, de que resultou o esgotamento da segunda contra-tendência à queda da taxa de lucro e, por conseguinte, a eclosão da crise em 1974/75 (CARVALHO, 2002, p.26).

Além do maio de 1968, ocorreram as guerras anticoloniais na África, a ebulição das classes trabalhadoras na América Latina, respondida com golpes militares, as inúmeras guerras na Ásia, todos esses apontando o momento de ascensão dos trabalhadores, já num processo de crise do modelo vigente à época. Mesmo com a intervenção do Estado na economia em suas variadas frentes, a fim de barrar a tendência de crise, não se obtém sucesso. Diminui o ímpeto da crise, mas não a supera.

Também deve ser levado em conta a ação, até aí de certa forma eficaz, da intervenção keynesiana na economia, o que, sem dúvida, serviu não para anular, mas para amenizar, temporariamente, as causas e as repercussões das crises de superprodução (CARVALHO, 2002, p.26).

Como a crise de acumulação não fora – nem poderia – ser resolvida, os processos desenvolvidos na luta de classes trazem uma nova e profunda crise, localizada cronologicamente em meados dos anos 70 do século XX. Inúmeros estudiosos interpretam como a crise última, o fim do Estado de Bem-Estar Social, e as novas políticas que foram sendo hegemônicas pelas saídas de cunho neoliberais. É nesta nova política econômica que surgem as propostas de formação ligadas à competência. Para completar esse raciocínio voltemos à historicidade da mesma. A situação de domínio do capital não é algo imutável e ao mesmo tempo não é algo que possa resolver-se como uma saída teórica.

Não foi, como pensam alguns regulacionistas, o auto-esgotamento do fordismo que causou a crise; ao contrário, foi a eclosão da grande crise de superprodução de 1974/75 que fez voar aos pedaços o fordismo, o keynesianismo e a social-democracia. De modo semelhante, não foi o neoliberalismo que criou a reestruturação produtiva, mas a reestruturação produtiva que reclamou a política de Estado neoliberal. O capital iria, a partir daí, dar início a uma fase nova, assentada num novo padrão de organização do trabalho e da produção (*a reestruturação produtiva*) e um novo corolário político (*o neoliberalismo*)(...) (CARVALHO, 2002, p.26).

Ressaltamos aqui que os processos de modificação, oriundos do processo de produção e reprodução, vão impor uma nova formulação abrangente para toda a sociedade. No processo produtivo as competências apresentarão como a noção ou o modelo para a formação da força de trabalho hegemônico. Portanto, as mesmas são componentes intrínsecos da economia política, da reestruturação produtiva sob a política neoliberal, ou seja, intrínsecas à resposta do próprio movimento do capital.

Com a crise e o desmonte do tripé fordismo/ keynesianismo/social-democracia, o capital necessitava de um novo padrão e de uma nova estratégia de acumulação, que a um só tempo fosse capaz de restaurar elevados índices de produtividade e o crescimento econômico e reduzir e dispersar o exército ativo de trabalhadores (CARVALHO, 2002, p.26).

Nessa resposta, Carvalho caracteriza a dispersão do exército ativo dos trabalhadores, ou seja, o aumento fundamental do exército de reserva, sem negligenciar, no sentido dos interesses do capital, os processos formativos da força de trabalho. A competitividade que se requer da força de trabalho está relacionada diretamente com a possibilidade do aumento da produtividade e da realização das mercadorias. Para tal, a diminuição de custos e o controle da qualidade do produto são elementos componentes da mesma. As respostas dadas pelo taylorismo, entendidas em seu contexto, não fogem desse caminho. No entanto, há uma radicalização para galgar a superação da crise do capital e, com ela, uma radicalização nas respostas necessárias à formação da força de trabalho.

Não é só um barateamento, mas através da concorrência ocorre um subsumir prática e ideologicamente do trabalhador como antes nunca fora visto. As necessidades colocadas pelo capital direcionam para a destruição de partes das forças produtivas para recriar, à frente, uma mais 'adequada'. É este o sentido que se apresenta a 'nova' formação para os trabalhadores, incluindo os ditames oriundos da competição entre os próprios capitalistas. Não é à toa que a flexibilidade laboral carrega seu outro lado menos lúdico, como a perda de direitos trabalhistas e intensificação da jornada laboral, o banco de horas, a diminuição de tempo de serviço para aposentadoria, negociação das férias, perda de garantias dos horários de descanso etc. Além disso, o próprio comprometimento do trabalhador fora de seu expediente com o trabalho, o vestir a camiseta da empresa, segue ainda mais acentuadamente, e, mais grave ainda, legitimado pelos próprios trabalhadores, como nos apontou Tumolo (2003): 'vestir a camisa do capital'. Todos esses elementos compõem a tão decantada concorrência e melhoria do processo de aumento da produtividade das empresas que extrapola o patamar do local de trabalho. Deluiz descreve bem a situação de crise e a resposta do capital.

As respostas do capital à sua crise estrutural podem ser dimensionadas pelas reestruturações empreendidas no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de produção flexíveis, da inovação científico-tecnológica aplicada aos processos produtivos, e de novos modos de gerenciamento da organização do trabalho e do saber dos trabalhadores. Este amplo processo de

reestruturação teve como objetivos não só reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo tendo em vista a retomada de seu patamar de acumulação, mas gerar um projeto de recuperação da hegemonia do capital não só na esfera da produção, mas nas diversas esferas da sociabilidade, que se confrontasse ao contra-poder que emergira das lutas sociais e sindicais dos anos sessenta e setenta (DELUIZ, 2001, p.1).

Esta modificação exigida pelo capital está incorporada num processo de enfrentamento da crise do próprio capital. Esta também é uma das características do fetiche, tirar a historicidade dos fatos, as suas causas históricas que determinaram sua construção. Assim, não há desejo de auditar as reais motivações que expõem o modelo das competências de ser superior ao da lógica das qualificações para o capital. Substitui a realidade por fragmentos naturalizados da realidade como se fosse a única possibilidade de se responder à formação dos trabalhadores. Esconde a própria necessidade da divisão do trabalho, no aprofundamento da reprodução do capital e seus verdadeiros ganhadores. Aumenta o fosso existente entre os interesses dos trabalhadores e a força do capital, dos capitalistas.

Ramos aborda sobre novos princípios na gestão e as exigências que advêm deste, apontando-os como pressupostos das novas práticas: “*não se pode negar que essas novas práticas nasçam da crise da qualificação e da emergência da competência” (RAMOS, 2001, p.65 - Grifo nosso).*

Entendemos que essa modificação deu-se por causa da crise de acumulação de capital e trouxe como fruto o surgimento e hegemonia do modelo de competências. Colocaríamos exatamente ao contrário a referência da crise, segundo Ramos. Para nós, não ocorre uma crise de qualificação em si, mas um reflexo da própria crise do capital.

Mesmo com essa imprecisão de Ramos (2001), a autora discorre sobre a ligação do processo de formação da força do trabalho com as necessidades do capital, demonstrando seu procedimento⁸⁰. Ela refere-se à assertiva do entendimento de que o processo formativo humano está incrustado em suas formas históricas e, portanto, na forma capitalista. Além disso, “*a sociedade burguesa passou a investir na criação do exército industrial de reserva” (RAMOS, 2001, p.33), não só daqueles que atuam diretamente no processo produtivo, mas também para o*

⁸⁰ Ramos realiza uma forte crítica: “*elas ocorrem sobre uma materialidade de relações, organizações, processos e instituições que, ao mesmo tempo, condicionam e reprimem as subjetividades, levando-as a atuar segundo a lógica do capital, inibindo a plena objetivação do indivíduo humano como personalidade consciente, crítica e solidária*” (RAMOS, 2001, p.59).

conjunto da força de trabalho, incluídos no exército de reserva em suas mais diversas expressões. Todos devem ser formados nesta lógica.

É comum separar as exigências realizadas para os trabalhadores no processo de reestruturação produtiva, como se fosse consequência só de um desenvolvimento tecnológico. Desta forma, o modelo de competências se apresenta como única possibilidade formativa da força de trabalho. Assim como o modelo neoliberal se apresenta como único para a sociedade, a competência também assim se apresenta para a formação da força de trabalho. Este é um fetiche fundamental do modelo das competências, e é visto como uma inexorabilidade tecnológica, não havendo, portanto, outra saída: é o fetiche da competência!

Apresenta-se, assim, distanciado das contradições reais entre as classes em disputa. Este tipo de fetiche oferece a tecnologia como fonte de benefícios para a humanidade somente como algo positivo, como um salto para o progresso da humanidade: “*as ações afirmativas são apresentadas como instrumentos para aumentar a produtividade, adaptar a mão de obra às mudanças técnicas, enfrentar o desemprego e manter a coesão social*” (MORAES, 2002, p.3). Os componentes do fetichismo vão além da tecnologia, formando todo o corpo teórico e prático na própria formatação das competências, como Moraes clarifica. Todavia, na resignificação das competências, não se consegue tirar a fundo as consequências desse entendimento.

Enquanto os setores da economia procuravam se modernizar e se reorganizavam, frente às novas demandas impostas pelas políticas econômicas dos países de capitalismo central, implantando novos procedimentos de organização do trabalho e maquinário no setor produtivo e ampliando o leque de oferta de serviços, os trabalhadores viam-se obrigados a movimentar-se em direção a novas atividades, qualificando-se ou requalificando-se para um mercado em veloz mutação (ROGGERO, 2000, p.1).

Continua a autora, ainda sob a forma limitada do movimento tecnológico, afirmando que: “*Historicamente, a evolução do debate acerca da qualificação vem associada às ondas de renovação tecnológica*” (ROGGERO, 2000, p.2). Reduz à conta da tecnologia e arremata⁸¹:

O modelo de desenvolvimento que se impôs nos anos 1990 teve como mola propulsora a disseminação de novas tecnologias de base microeletrônica,

⁸¹ Mais adiante, a própria autora vai dar uma outra conotação, no nosso entendimento, oposta, tirando a naturalidade dos acontecimentos, dando-lhes um caráter histórico-social: “*Há uma polêmica em torno da substituição do conceito de qualificação pelo conceito de competência, que está apoiada em falsos pressupostos. O que parece emergir dessa discussão é o quanto ambos os conceitos escamoteiam a dinâmica que se realiza entre as forças produtivas e as relações de produção*” (ROGGERO, 2000, p.4/5).

indicando algumas questões quanto às implicações sociais, políticas e econômicas (ROGGERO, 2000, p.2).

Como vemos, ainda estamos reféns das análises fragmentadas entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Mais grave, o movimento das transformações e até as revoluções tecnológicas ganham uma autonomia inexistente junto aos interesses das classes sociais em jogo. Ramos vai desvendar alguns desses elementos que se apresentam nessa transição de qualificação para competências.

Essas dimensões da qualificação são agora fortemente questionadas: o sistema de classificação, carreira e salários baseado nos diplomas, portanto em profissões bem definidas, seria inadequado à instabilidade das ofertas de emprego e a uma gestão flexível no interior das organizações (RAMOS, 2001, p.58).

O que se está modificando, na verdade, são as respostas às novas necessidades do capital. Ramos vê a qualificação via diploma como estática e, portanto, insuficiente diante das novas exigências de flexibilidade. Até certo ponto referencia-se nos elementos fetichizados da competência, como a responsabilidade, autonomia, criatividade, etc, que é o próprio fetiche da força de trabalho.

Por essa ótica, a emergência da noção de competência é fortemente associada a novas concepções do trabalho baseada na flexibilidade e na reconversão permanente, em que se inscrevem atributos como autonomia, responsabilidade, capacidade de comunicação e polivalência (RAMOS, 2001, p.66).

O aspecto subjetivo da mesma é ressaltado como a oportunidade de realizar um processo ampliado de formação para os trabalhadores. Um processo de transição que justifica a mudança desse modelo, aproximando-se então da nova definição, a das competências. Como são situações terríveis para os trabalhadores – como a flexibilidade de direitos, destruição das carreiras, aumento do desemprego –, o processo de formação da força de trabalho inclui a preparação à naturalização para esta triste realidade. Justificam-se e responsabilizam os próprios trabalhadores pelos seus ‘insucessos’. As mazelas transformam em desafios pessoais de superação, pois é considerado um dado natural da realidade. A incerteza é transformada pelo capital em certeza: eis a força de um fetiche.

Do ponto de vista empresarial, tem-se tornado forte a relação entre competitividade e inovação na gestão do trabalho; fato que envolve as idéias de formação ampla dos trabalhadores e desempenho na empresa (RAMOS, 2001, p.73).

Dois grandes pontos fundamentam esta transição: a crise do capital e a resposta às necessidades de uma formação mais radical, no sentido de ser esta ainda mais comprometida com o capital, de construir um modelo que responda à superação da crise do capital. Eis o fetiche. É o sentido do movimento de hegemonização do modelo de competências sobre os processos existentes de qualificação da força de trabalho. Diante destes dois pilares, buscamos o entendimento da definição e utilização concreta da formação de competência. Evidente que estes processos são construídos em conflitos classistas, expressos muitas vezes em diferentes processos de lutas, cujos conteúdos são os direitos trabalhistas – diminuição salarial, precarização das relações, entre outros –, bem como formas de organização da produção. No entanto, vamos nos ater aos elementos teóricos e práticos motivadores dessa modificação. Alguns autores, ainda de transição, vão questionar esse movimento e inquirir o modelo em transição:

Quais são eles? Como são construídos? Como a qualificação se relaciona com a escolaridade? Como estão distribuídos ao longo da cadeia produtiva? Como são avaliadas e reconhecidas, as qualificações? Estaria a polarização das competências sendo subsumida pelo modelo de competências (SHIROMA e CAMPOS, 1997, p.14)?

Em seu levantamento bibliográfico, Ramos recupera a idéia dominante de qualificação, da disputa entre qualificação dos postos de trabalho versus o dos trabalhadores. Vai desenhando com maestria os elementos de sua atualização até, no nosso entendimento, da superação pelo modelo de competências. A autora aborda a competência como uma seqüência da qualificação, mas que não deva ser prescindida da mesma.

As competências serviram, conforme Dugué, de saída aos empecilhos existentes nos processos regulatórios do trabalho sob a lógica da qualificação. “*As práticas que se referem à competência permitem contornar o sistema de regulações coletivas sobre o que está fundado o modelo de qualificação*” (DUGUÉ, 2004, p.19). No processo de desregulamentação, vão ser retiradas as regras que apontavam no resultado de alguma conquista em prol dos trabalhadores. O capital vai buscar a ‘liberdade perdida’, ou melhor, recuperar um terreno perdido no enfrentamento à lei tendencial da diminuição da taxa de lucro, da exploração aos trabalhadores⁸².

⁸² Não aderimos às leituras que afirmam a existência de um novo paradigma além do capital, pois o mesmo sustenta-se na manutenção da exploração do trabalho humano para a retirada da mais-valia, da mesma organização societal mercantil. Ao contrário, afirmamos que o capital tem um potencial revolucionário no modo de produzir, ou seja, as modificações são do movimento histórico do capital.

A ‘nova’ lógica vai se consolidando, representando tanto a subordinação dos trabalhadores à ordem vigente, quanto o resultante da luta de classes desse momento. A lógica anterior da qualificação expressava, em parte, as conquistas de direitos dos trabalhadores⁸³. Para uma ordem mais radical do capital era imperiosa uma nova formação do trabalhador, também mais radicalmente capitalista. Não é por acaso que surge um processo de modificação na formação da força de trabalho no momento de aumento de desemprego, de diminuição de direitos: “*elas tendem a facilitar, e até mesmo impor, uma relação salarial mais bem adaptada às exigências de uma economia liberal*” (DUGUÉ, 2004, p.19).

O projeto de qualificação, mesmo sendo na lógica do capital, já não correspondia mais às modificações em curso que estavam surgindo ao enfrentamento da crise do capital, de diminuição de direitos, de custos na formação da força de trabalho. “*O sistema da qualificação aparece então limitado, tornando-se um obstáculo que impede a adaptação da mão-de-obra às exigências do aparelho de produção*” (DUGUÉ, 2004, p.23).

Vários momentos vão explicitando a transição dos modelos. Tanguy descreve o acordo no setor metalúrgico na França, que, mesmo com resistência da principal central sindical francesa, vai colocar em prática um grande acordo com base nas competências, ainda que limitado. A relação com o Estado também foi fundamental para a solidificação dessa nova política de formação.

O relatório de A. Riboud (diretor-presidente da empresa BSN) ao primeiro-ministro sobre a modernização das empresas em 1987 simboliza, a nosso ver, as idéias partilhadas no mundo das grandes empresas sobre as relações a instaurar entre técnicas, organização do trabalho, valorização do savoir-faire e das capacidades de inovação dos assalariados, com o intuito de melhorar os desempenhos econômicos (TANGUY, 2004, p.168).

Já Dadoy data um marco da transição, quando, da utilização por parte do setor de educação, resolve adotar o termo competência seguindo o direcionamento do mercado.

Em 1985, a educação nacional, constatando que os empregadores preferiam falar mais de competência que de qualificação, decide renunciar ao termo qualificação e adota o termo competência (DADOY, 2004, p. 118).

⁸³ “*Por outro lado, e pelas mesmas razões, forças ou tendências contrárias podem ser neutralizadas, assimiladas, anuladas, ou até convertidas em forças que sustentem activamente o sistema em questão. Daí o problema da adaptação reformista que causou muitos danos no movimento socialista no passado, reforçando as posições do capital em vez de as debilitar, como explicitamente pretendia fazê-lo*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 14).

Na década de 1980, a noção de competências vai ganhar força, ou mais precisamente, vai começar a ocorrer a transição de posições defensoras de qualificações com características mais próximas às das competências. Vemos este movimento em Paiva, Dubar, entre outros. No nosso entendimento, essas primeiras definições dentro do padrão de qualificações vão ser justamente as bases das definições sobre as competências formuladas a ‘posteriori’.

Essa é uma situação contraditória no capitalismo. Para superar sua crise de acumulação do capital, expressada na crise de superprodução, extrai um compromisso maior dos trabalhadores na formação de sua força de trabalho, buscando aumentar ainda mais sua subalternidade à ganância mercantil, o processo de subsunção. Com isso, aumenta a concorrência entre os próprios trabalhadores, jogando peso em sua fragmentação. A contrapartida é o aumento da miséria, do desemprego, da violência, da fome - da destruição de boa parte das forças produtivas - nos quatro cantos do mundo. A construção do modelo de competências é uma necessidade intrínseca ao capital hodierno, trazendo, junto com ele, as suas contradições, que não serão solucionadas no campo de um capitalismo mais humano, ou algo do gênero. Eis a contradição que não pode ser superada sem irmos à raiz da questão, da divisão social do trabalho, das relações capitalistas de produção, de tratar a força de trabalho enquanto mercadoria.

IV. 3. A transição da qualificação para o modelo de competências: de um fetiche para outro.

Hirata baliza corretamente o conceito de competência como um derivativo do discurso empresarial: “*A competência é uma noção oriunda do discurso empresarial nos últimos dez anos e retomada em seguida por economistas e sociólogos na França*” (HIRATA, 1994, p.132). Seria uma nova face do conceito de ‘qualificação’ rebaixada, pois, segundo a autora, a idéia de competência individualiza a experiência do trabalhador e, conseqüentemente, desvincula-se das relações sociais, diferentemente do conceito de qualificação, distinguindo-o pelo seguinte fundamento: “*A imprecisão - o avesso mesmo da codificação que representa a classificação (dos cargos) - marca, assim, a noção de competência*” (HIRATA, 1994, p.133). No nosso entendimento, existem algumas caracterizações para a chamada imprecisão a que a autora se refere. Uma é o próprio movimento de transição que abordávamos anteriormente; a outra é o caráter subjetivo do ideário da competência. Mas o mais relevante é a origem dessa noção, demonstrando sua natureza ligada às classes dominantes.

Outra definição das mais relevantes é a da perspectiva da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como um importante peso nas várias formulações em inúmeros países em que a organização, ligada à ONU (Organização das Nações Unidas), tem incidindo. Na leitura de Ramos, compreende *“a qualificação como a capacidade potencial do trabalhador realizar atividades de trabalho e a competência como alguns aspectos do acervo de conhecimentos e habilidades dessa capacidade potencial”* (RAMOS, 2001, p.60).

A competência, vista pelos organismos internacionais, também não pode ser distanciada da idéia de qualificação. É própria radicalização do conceito de qualificação, agora, sob a fase de reestruturação do capital. A primeira característica que situa a idéia da formação de competência no novo modelo capitalista é a flexibilização do processo produtivo, que, em decorrência desse fato, impõe um movimento de flexibilização (desregulamentação) das formas organizativas das relações sociais na produção, como afirmamos no item anterior. Ou seja, o legado histórico do corporativismo e as conquistas históricas de direitos trabalhistas são impedimentos para a realização do novo modelo de exploração do capital. A idéia de competência explicita esse momento. Em Manfredi, podemos ver:

A ampliação e substituição da qualificação pela ‘competência’ (definida em termos tão genéricos e universais) traz consigo uma fluidização dos códigos sociais preexistentes que demarcavam as relações entre saber, especialização profissional, cargos, carreira e salários, aumentando assim, a possibilidade de adoção por parte dos empregadores, de mecanismos mais idiossincráticos e unilaterais na definição do enquadramento profissional e dos critérios de mobilidade ocupacional dentro da empresa e, quiçá, no mercado formal de trabalho (MANFREDI, 1998, p.29-30).

Outro elemento central de diferença é a objetivação do aumento da produtividade – a partir das inovações tecnológicas e organizacionais do trabalho – em escala ampliada da qualificação. A transformação da força de trabalho no modelo de competência é a possibilidade de conseguir ampliar os resultados desejados no processo produtivo em que ele se insere.

Essa definição permite-nos entender toda a complexidade da avaliação da competência profissional: seu objeto é um padrão integrado de comportamentos capaz de assegurar a produção de resultados socialmente desejáveis, com um mínimo desgaste e máximo aproveitamento dos fatores envolvidos (GOLDBERG, 1974, p.35).

Esse escrito já data da década de 1970, mapeando o que viria a ser um processo hegemônico. Ressaltando a caracterização específica de competências, utilizando-se dos argumentos de Deluiz, as autoras Shiroma e Campos vão apresentar a utilização desse conceito com três riscos, que, no nosso entendimento, também são uma síntese das características dessa transição:

a) visão de uma formação profissional adequacionista voltada para o atendimento exclusivo das necessidades empresariais, em detrimento da formação do sujeito político; a formação pautada, neste caso, uma abordagem restritiva das competências, tornando-se instrumental e tecnicista; b) uma perspectiva de abordagem individualizada e individualizante tanto na compreensão da construção das competências quanto na sua avaliação; favorecem-se os acordos particulares entre empregado-empregador, enfraquecendo a negociação coletiva em prol do aproveitamento individual e da desmobilização sindical; c) a preocupação como produtos (resultados) sem considerar os processos de construção das competências (SHIROMA e CAMPOS, 1997, p.26).

Três características relevantes aparecem nas análises das autoras. A primeira, a unilateralidade da formação por competências. A mesma não vem para agradar os trabalhadores. Objetiva desconstruir qualquer possibilidade de organização ou ação coletiva, inclusive via sindical, que não lhe favoreça ao combate de sua crise. As abordagens, individualizada e individualizante, caracterizam a unidade do coletivo realizada pelo capital. Por fim, as autoras defendem que se existe um sentido positivo nos processos desse corte é para atingir resultados favoráveis ao capital.

Portanto, no nosso entender, *a priori*, neste item que aborda a transição da lógica da qualificação para a das competências, definimos que a competência é um desdobramento da idéia das qualificações com as modificações exigidas pelo processo da reestruturação produtiva, mas que mantém a mesma perspectiva em defesa dos interesses do capital (MANFREDI, 1998, p.28), subsumida a este. Ideologicamente, o capital espalha para o mundo a importância técnica da formação da força de trabalho ou da centralidade da revolução tecnológica. Esconde muito bem as relações que estão por detrás da tecnologia benfeitora, ou como se natural fossem as aplicações tecnológicas na produção. Didaticamente a autora questiona: “*Até que ponto a noção de competência ressignifica a noção tecnicista de qualificação, indicando uma ruptura do modelo anterior ou simplesmente constitui uma reatualização?*” No nosso entendimento, é uma

manutenção e superação do modelo anterior, mas dentro da lógica da subsunção real do capital, uma revolução intrínseca ao sistema.

De certa forma, a idéia de qualificação e seus predecessores, como a competência (HIRATA, MANFREDI) e a empregabilidade⁸⁴, circulam no interior de uma mesma concepção de superação da crise do capital, ou são apresentadas como determinadas pela revolução tecnológica, ou, mais em definitivo, como a única saída na formação da força de trabalho. O próprio sistema capitalista, a partir das inovações tecnológicas mais recentes, em seu processo produtivo e reprodutivo, apresenta-se hoje como o ápice da organização e desenvolvimento da história da humanidade. Nessas concepções, não há possibilidade de ruptura com o modo de produção capitalista. O que se desenvolve é o ‘aperfeiçoamento’ desse modo de organização social, tanto prática como teoricamente. É nesse parâmetro que vai se impondo o debate da qualificação em transição ao modelo de competências dos trabalhadores. O modelo vai incorporar como um resultante mais próximo do que se quer convencionar um ‘outro’ capitalismo, ou uma outra fase de acumulação de capital, por isso a importância de se ter outro conceito, ou, mais do que isso, de se exigir novas práticas, cada vez mais identificadas com o capital. Ou seja, uma necessidade prática vinculada a uma resposta ideológica dá ensejo ao fortalecimento das competências.

IV. 4. Conceitos que começam a serem firmados sobre competências

São várias definições existentes sobre competência. Um dos conceitos que apontaremos aqui é formulado por Kuenzer a partir de um estudo de campo na refinaria Presidente Getúlio Vargas. Para ela, competência é:

a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida... vinculada à idéia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos (KUENZER, 2004, p.1).

Esse é uma das grandes características em todos os conceitos ou noções sobre competências: a ação do sujeito, a mobilização das mais variadas habilidades para o trabalho. Os autores defensores do modelo pela ótica do capital não são diferentes, com uma especificidade:

⁸⁴ Ver o trabalho de Eneida Oto, que trata com precisão a composição da idéia de empregabilidade no contexto de qualificação e competências.

não objetivam agradar aos ouvidos dos movimentos sociais dos trabalhadores e explicitam um outro componente, que é a agregação de valor à empresa. Fleury & Fleury definem um conceito também assumido por Dutra.

Definimos, assim, competência: um saber agir responsável e reconhecido, que implicam mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo (FLEURY & FLEURY, 2006, p.30).

Na mesma esteira Chiavenato vai apontar seu conceito: “*competências são as habilidades transformadas em meios para alcançar resultados concretos e agregar valor ao negócio, ao cliente, à empresa e à sociedade*” (CHIAVENATO, 2002, p.32). Para esses autores, não há dúvida de que um dos elementos centrais componentes da competência é a mobilização da força de trabalho para a valorização da empresa, ou seja, desenvolver uma força de trabalho que agregue uma valorização ao capital. É a incorporação dos seus conhecimentos e do seu trabalho para o engrandecimento da empresa. Também aparece o seu contrário, o valor social ao indivíduo, mas simplesmente como a preparação de suas competências.

Assim, buscamos fazer as aproximações das motivações ideológicas e práticas dessa mudança no que tange ao processo de formação da força de trabalho e as suas conseqüências, como os processos seletivos, as certificações etc. A primeira parada reflexiva é sobre a concepção de trabalho⁸⁵, que vai passar por um debate, inclusive dentro da órbita do fim do trabalho⁸⁶. Esses autores estão, no nosso entendimento, no campo dos humanistas (Zarifian, Dubar e Tanguy), buscando um equilíbrio entre os interesses dos empresários e dos trabalhadores na questão das competências, modelo para a formação da força de trabalho. Num outro patamar estão outros autores, como Deluiz e Kuenzer, que defenderão uma ressignificação do modelo das competências sob a ótica dos trabalhadores⁸⁷. Nesse diálogo, incorporamos um ‘terceiro’ grupo: são os autores que defendem abertamente o capital, como Drucker, Dutra, Chiavenato, entre outros. Assim,

⁸⁵ Como já dissemos anteriormente, não objetivamos neste trabalho esmiuçar a questão do trabalho, a sua centralidade ou não, as modificações no processo, mas vamos levantar alguns elementos tendo como referência os formuladores do modelo de competência, para podermos adentrar na lógica de suas análises.

⁸⁶ Quanto ao debate sobre o fim do trabalho, é claro ao leitor o nosso posicionamento oposto a essa concepção. Já abordamos ‘en passant’ com Gorz e aconselhamos outras leituras (Evangelista, Lombardi, Braga), que mostram claramente a fragilidade dessa concepção. No entanto, vamos enfrentar indiretamente a questão quando abordamos a modificação da idéia de trabalho transformado em eventos.

⁸⁷ Ramos adere, em seu livro principal (2001), a idéia de ressignificação, mas a autora, após estudos sobre a epistemologia das competências (2002), vai julgar, como veremos adiante, incompatíveis os termos colocados pela competência, comparando-os com o materialismo dialético.

vamos enfrentar, a partir dos vários elementos colocados na noção ou no conceito de competências, questões como flexibilidade, autonomia, responsabilidade, entre outras, que caracterizam o modelo de competências.

IV. 5. A internacionalização das competências a partir do relatório Delors⁸⁸

O relatório, conhecido como Delors, é resultado da ‘Comissão Internacional sobre a educação para o Século XXI’, com especialistas convidados pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), para apontarem os caminhos da educação para o século XXI⁸⁹. É um marco internacional, assim como as definições enunciadas da OIT, e define a lógica educacional como um grande desafio mundial. Apesar de ter uma certa discricção é visível a identidade desses organismos com o sistema vigente⁹⁰. Mesmo com elementos contraditórios, o direcionamento de sua teoria e de suas políticas apresenta a educação como o paradigma da grande unidade entre as classes. Toda a perspectiva educacional é de superação dos conflitos existentes por causa das grandes diferenças encontradas, principalmente entre os países do Norte e do Sul, como também internamente nos países. Conflitos esses que não são vistos ou descritos como a ação do capital no mundo. São descritos dentro de um processo de globalização naturalizado, com um desenvolvimento linear de seus mecanismos tecnológicos, de conhecimento e de riqueza. A educação, no caso, está para diminuir as diferenças provenientes do seu funcionamento adequado.

É, de algum modo, um novo humanismo que a educação deve ajudar a nascer, com um componente ético essencial, e um grande espaço dedicado ao conhecimento das culturas e dos valores espirituais das diferentes civilizações e ao respeito pelos

⁸⁸ Neste item, vamos dialogar com este relatório da Unesco sem procurar esgotá-lo, no entanto, em outros momentos em nosso trabalho, também utilizaremos o relatório como referência. Neste item, servirá para introduzir o debate teórico sobre os fundamentos das competências.

⁸⁹ “O Ministério da Educação e do Desporto [do Brasil], ao apoiar a publicação no Brasil do Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, sob o título Educação - Um tesouro a descobrir, tem a convicção de que se trata a contribuição ímpar à revisão crítica da política educacional de todos os países.

O relatório Jacques Delors, como assim se tornou conhecido, iniciado em março de 1993 e concluído em setembro de 1996, teve a contribuição de especialistas de todo o mundo, característica que o torna imprescindível diante do processo de globalização das relações econômicas e culturais que estamos vivendo” (DELORS, p.2006, p.9).

⁹⁰ *A Comissão analisou com particular atenção as propostas formuladas neste sentido pelo Banco Mundial em relação aos países em desenvolvimento, que dão especial realce à educação básica no investimento público (...). Tais orientações parecem constituir uma boa base pois permitem que cada país estabeleça prioridades na repartição dos recursos. Contudo, mantendo constante o financiamento público, os recursos conseguidos com a cobrança de taxas podem permitir uma melhoria qualitativa do ensino universitário”* (DELORS, p.2006, p. 182).

mesmos para contrabalançar uma globalização em que apenas se observam aspectos econômicos ou tecnicistas (DELORS, 2006, p.49).

Existe um movimento teórico atualizado de desqualificar o antagonismo existente da própria relação capitalista e que no relatório Delors, devido à intensidade da crise do capital, reforça essa postura em busca de uma harmonização global, sem enfrentar essas contradições. Neste sentido, para nós, seria o capitalismo, enquanto denominação fundante da organização societal, que carrega a contradição fundamental entre a produção cada vez mais social e a apropriação privada. No entanto, quem substitui a categoria ‘capitalismo’ é a ‘democracia’, costumeiramente conceituada enquanto centro de análise no relatório. Diagnostica, assim, um risco que a educação deve contribuir para não ocorrer, que é das rupturas com a ordem social, no caso, em defesa da ‘democracia’, no caso a democracia burguesa⁹¹.

O maior risco é provocar uma ruptura entre uma minoria apta a movimentar-se neste mundo novo em formação e uma maioria que começa a sentir-se um joguete dos acontecimentos, impotente para influenciar o destino coletivo, com o risco de um recuo democrático e múltiplas revoltas (DELORS, 2006, p.50).

Todo o tempo o relatório aponta na direção da defesa da democracia, que, no nosso entendimento, é utilizada como um similar das sociedades centrais capitalistas (presumindo-se que esses países sejam o parâmetro maior de democracia). Segundo o relatório, a educação deve estar imbuída da missão de construir o grande consenso entre todos os diferentes. Nesse documento nada consta sobre a divisão internacional do trabalho, muito menos sobre a ação imperialista⁹². No Brasil não ocorre de forma diferente: há uma mesma busca e discurso da educação como uma forma de barrar a degeneração social, através da panacéia da educação, aplicando uma política neoliberal em defesa dos chamados fundamentos econômicos, que nada mais é do que as respostas das necessidades do capital internacional dominante.

Todas essas leis, decretos-leis e outros expedientes jurídico-administrativos nos levam a crer em larga e profunda mudança na educação brasileira na direção da construção e fortalecimento da cidadania e do aumento das possibilidades de emprego, por meio dos discursos dos reformadores ou de seus arautos, com

⁹¹ Este movimento nós vimos quando abordamos com Rorty a sua defesa da democracia, tendo como referência maior a dos EUA.

⁹² “Confrontada com a crise das relações sociais, a educação deve, pois, assumir a difícil tarefa que consiste em fazer da diversidade um fator positivo de compreensão mútua entre indivíduos e grupos humanos. A sua maior ambição passa a ser dar a todos os meios necessários a uma cidadania consciente e ativa, que só pode realizar-se, plenamente, num contexto de sociedades democráticas” (DELORS, 2006, p.52).

grandes espaços e tempos na mídia, mediante o alardeamento do novo cidadão brasileiro, cujo perfil teria como pilar o modelo de competência e empregabilidade (SILVA JÚNIOR, 2005, p.15).

Na abordagem sobre a crise, o relatório levanta seu resultante social, fazendo referência a uma crise social e suas conseqüências: “*A crise social do mundo atual conjuga-se com uma crise moral, e vem acompanhada do desenvolvimento da violência e da criminalidade*” (DELORS, 2006, p.53). A violência não é vista do lado da ação do imperialismo, nem como resposta a essa situação de crise do capital. “*Neste sentido, importa promover uma educação intercultural, que seja verdadeiramente um fator de coesão e de paz*” (DELORS, 2006, p. 55). A tão sonhada paz para os povos, não a ‘pax romana’, não tem trégua com a ação dos EUA no mundo, mas isso não é focalizado. Resta a coesão, ou a dominação de classes, sob novas formatações capitalistas. Contudo essa lógica tem um sentido, que é de preparar os seres humanos para a nova formatação do capital, mais exigente e mais excludente. Ela apresenta-se como a grande alternativa. O relatório aponta um otimismo sobre futuro, nas ‘novas’ condições da realidade e da educação.

Esta exigência democrática, que deve constar de qualquer projeto educativo, é reforçada pela emergência espetacular de “sociedades da informação”, o que constitui, sem dúvida alguma, um dos fenômenos mais promissores do final do século XX (DELORS, 2006, p.63)

O relatório continua esbanjando otimismo com a tecnologia, com a democratização do conhecimento e das competências. A ‘divisão internacional do trabalho’ pode sofrer uma modificação positiva através de um salto tecnológico, da própria tecnologia e do conhecimento de que algum país pobre possa aproveitar-se. Continua a mesma lógica da teoria do capital humano, renovada com as novas tecnologias sem a presença do Estado de Bem-Estar Social⁹³.

Nesta leitura, a formação por competências é uma necessidade posta pelas novas tecnologias e pelos empresários para efetivar o aumento da produtividade – reconhece o relatório –, além da preparação da ‘nova’ força de trabalho flexível. “*A rapidez das alterações tecnológicas fez, de fato, surgir em nível das empresas e dos países, a necessidade de flexibilidade qualitativa da mão-de-obra*” (DELORS, 2006, p.71).

⁹³ *Em outras palavras, podemos apostar nas reais possibilidades dos “saltos tecnológicos” que permitem que os países em desenvolvimento se dotem, de um dia para o outro, de tecnologias de ponta. O desenvolvimento das tecnologias pode, até, abrir novas perspectivas (DELORS, 2006, p.63).*

O documento está afinado com os propósitos ‘humanitários’ do novo capitalismo que surgiu no final do século XX, tudo isto fundamentado na grande conciliação para preparar a nova força de trabalho. Para tal, resgata os pilares dos saberes fundamentais para a efetivação da educação para o século XXI.

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta (DELORS, 2006, p.89-90).

Os saberes citados formam uma cadeia com um sentido descrito por Duarte (2003) de desvalorização do próprio conteúdo num movimento de subjetivação, compatível com a necessidade de formação da força de trabalho subsumida ao capital. É nesse sentido que buscamos aprofundar, com Zarifian, as características do atual trabalho e a resposta enquanto formação para competências

IV. 6. Os alicerces sobre a concepção de trabalho para o modelo das competências

Nada melhor do que entender como os defensores do modelo ou noção das competências compreendem as mudanças que se processam no trabalho. Zarifian, junto com Dubar e outros, no que tange ao trabalho, preparam o terreno para percebermos o que se quer ou requer da força de trabalho nesse modelo produtivo mais avançado do capital.

Zarifian é um dos autores mais importantes no que tange à definição teórica do modelo de competências, tanto na escola francesa, como também com repercussões no mundo todo, inclusive no Brasil. O acento ainda é dado, quando percebemos a influência que ele exerce no campo dos movimentos sociais e autores que se fundamentam em seus trabalhos. Objetivamos aqui travar um debate com o autor, apontando suas definições e apresentando, no nosso entendimento, sua subordinação ao capital como fundamento do modelo defendido e, como consequência, a impossibilidade de ressignificação do modelo de competências sob uma ótica classista dos trabalhadores.

Para o autor, a influência da lógica da competência se imporá, mesmo que esteja ainda em processo de transição, com ou sem negociações entre os trabalhadores e as empresas⁹⁴. Este é o modelo dominante de gestão de recursos humanos e, mesmo para o autor, pode até não prosperar pelas práticas que se afastam do modelo de competências, mas sua força está demonstrada no novo modelo produtivo, que vem negando o modelo taylorista.

Ele vai demonstrando as diferenças com o modelo anterior dominante, julgando-o como obsoleto no processo produtivo. “*O que diferencia a competência de um trabalho taylorizado é que ela expressa uma autonomia de ação do indivíduo (em uma equipe de trabalho, em uma rede de trabalho, etc.)*” (ZARIFIAN, 2001, p.97).

Antes de aprofundarmos este elemento central, a autonomia, veremos, na definição do autor, como era visto o processo no modelo taylorista, bem como as modificações ocorridas no trabalho. Alguns conceitos são elaborados: o trabalho, o trabalhador e o processo produtivo, que separava o trabalho do trabalhador, segundo Zarifian.

O autor parte do pressuposto de que o mundo dos conceitos se fez realidade antes dos acontecimentos. Ele exemplifica o que ocorreu à época da industrialização, no momento em que “*todos os conceitos essenciais para prever essa transformação já estavam formulados, no fim do século XVIII*” (ZARIFIAN, 2001, p.37). Hoje, sua pretensão é a mesma. Ou seja, concentrar-se em uma definição teórica para abrir o caminho às práticas vigentes. Esta concepção metodológica opõe-se ao materialismo dialético, entendendo que: “*Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência*” (MARX e ENGELS, s/d, p.26).

Para o autor, as transformações ocasionadas na emergência do capitalismo industrial, no século XVIII, foram um verdadeiro golpe contra as atividades dominantes na época, o artesanato e o trabalho camponês. Ele apresenta características marcantes ocorridas: a instauração da separação entre o trabalho e o trabalhador; sua reorganização, ‘a posteriori’, no posto de trabalho. Para Zarifian, o trabalho

é definido como um conjunto de operações elementares de transformação das matérias que se pode objetivar, descrever, analisar, racionalizar e impor nas oficinas.(...) São suficientemente elementares para serem concebidas e executadas com facilidade (ZARIFIAN, 2001, p.37).

⁹⁴ Noutro momento, o autor vai apontar o seguinte: “*O modelo da competência não poderá construir-se e desenvolver-se sem ou contra os assalariados*” (ZARIFIAN, 2002, p.159). Na verdade, como veremos adiante, é um processo de cooptação ao projeto do capital que está no centro. O projeto das competências é uma rede fina a envolver os trabalhadores.

Quanto à definição de trabalhador, o autor faz a seguinte leitura: “[as] capacidades eram sobretudo físicas: destreza manual, habilidade gestual, força física, resistência” (Zarifian, 2001, p.38). O ponto de encontro era o posto de trabalho com um conjunto de tarefas definidas.

A nosso ver, a sua definição resume-se apenas a um aspecto específico do trabalho, em uma determinada indústria e época, na origem do capitalismo e sua continuidade. Não se refere ao aspecto ontológico dentro de um momento histórico. As relações existentes, oriundas do processo produção capitalista, em contradição com as forças produtivas em desenvolvimento, são irrelevantes para o autor⁹⁵. Muito menos delinea a diferença entre o trabalhador e sua mercadoria especial, a força de trabalho, apesar de ser a própria competência que o autor vai tratar de fundo.

Dentro desta lógica de mudança no processo produtivo, o autor observa a instauração do fluxo de produção como objetivo central, para aumentar a quantidade produzida de mercadorias, com a finalidade de barateamento dos custos. Antes, significava, para o trabalho o aumento da velocidade do encadeamento produtivo e, para o trabalhador, a aceleração do ritmo e o desenvolvimento da destreza pela própria rotina do trabalho, segundo Zarifian (2001).

Algumas questões oriundas dessa análise devemos abordar. Primeiro, como já vislumbramos na questão anterior, o autor não enfrenta a questão fundamental do objetivo do aumento do fluxo, que é o aumento da produtividade. A grande indústria vai responder às necessidades crescentes dos mercados. Desde o início do capital industrial tornou-se relevante uma produção em larga escala, o que, ciclicamente, leva o sistema às crises oriundas do próprio processo desenfreado de crescimento da produção sem a sua realização, chamado de superprodução. Assim, podemos melhor entender a quantidade, transformada em mutação qualitativa, criticada por Zarifian e por ele não compreendida como um resultado do momento histórico que alavancou as forças produtivas trazendo consigo o germe das crises.

Segundo, a automação está dentro desse contexto da possibilidade do aumento da produtividade, da valorização do capital e conseqüente desvalorização da força de trabalho. Aristóteles já sonhava com esse tipo de máquina. Marx apontava a importância das mesmas para

⁹⁵ O caráter duplo do trabalho não é observado pelo autor, nem a necessária realização de seu produto, enquanto mercadoria. Portanto, não condiciona a existência de relações historicamente construídas e que são elementos condicionantes do processo produtivo e de seus sujeitos. Portanto, esta explicitação de Zarifian tangencia o verdadeiro caráter da indústria no sistema capitalista, que é da exploração do trabalho assalariado.

o aumento da produtividade. Na prática isto vem ocorrendo em passos largos, dando saltos enormes, principalmente depois das revoluções e desenvolvimento tecnológicos. Neste movimento, ocorre um processo contínuo de substituição do trabalho humano por máquinas, sem, contudo, suplantá-las, pois, contraditoriamente, o capital só se reproduz com o trabalho vivo, a fonte da valorização do capital.

Terceiro, falar em máquinas mais resistentes do que homens é uma comparação reducionista. Seria necessário dizer qual a atividade concreta e comparar entre máquinas concretas, pois existem máquinas com determinadas ocorrências que demonstram mais ou menos fragilidade em relação ao ser humano, isso na hipótese comparativa, além da existência da alimentação das mesmas, custos, localização apropriada, etc. Por outro lado, existem estudos que ressaltam a complexidade da mão humana e cérebro humano enquanto “máquinas” fundamentais. Não é à toa que se faz essa referência⁹⁶. Ela sutilmente leva o leitor a pensar as máquinas e as tecnologias como algo superior ao ser humano. O produto não é reconhecido como tal pelo próprio produtor, e assim é instrumento de sua própria opressão. O produto passa a definir a vida dos seus criadores – um fetiche, em outras palavras. Aqui também não é debatida a relação entre trabalho morto, quando o trabalho é consolidado na máquina, e o próprio trabalho vivo. Subentende a tecnologia como onipresente e onipotente, explicitando as forças produtivas totalmente desligadas das contradições das relações entre classes sociais.

Além dessas mudanças, na relação sujeito e objeto, ele explicita que há uma transformação no que tange à anterior necessária co-presença. Para o autor, o processo produtivo impedia o deslocamento do trabalhador durante a jornada de trabalho, no espaço e no tempo. No tempo, já não vigora mais o rigoroso respeito aos horários de trabalho: “*Como um ‘tempo mecânico’, que pode ser calculado e controlado*” (Zarifian, 2001, p.39), sem a flexibilidade típica dos camponeses⁹⁷.

⁹⁶ Entendemos essa comparação feita na lógica do capital, pois este vê a força de trabalho com uma maquinaria especial. Marx vai apontar que a mesma torna-se um apêndice consciente da maquinaria.

⁹⁷ “*Pode-se dizer que a invenção do trabalho industrial adota princípios da representação teatral...*” (Zarifian, 2001, p.39). Quanto ao aspecto teatral, necessitaria de melhores explicações. Seria o teatro da fome da maioria dos trabalhadores que passavam à época, e que passam ainda hoje? Ou o pregão da bolsa de Nova Iorque? Qual a ‘farsa’ ou realidade que está sendo abordada?

Sobre a questão da co-presença⁹⁸, a unidade dos trabalhadores sob um só teto foi fundamental para o salto de qualidade no capitalismo, começando com a manufatura, passando pela grande indústria, até os dias de hoje, com todas as modificações espaciais e temporais existentes. No nosso entendimento, mesmo com transformações profundas, este fato ainda está longe de acabar. Ocorrem, sim, somados a este, processos cada vez mais interligados com o desenvolvimento dos transportes e comunicação, transformando a idéia e as práticas como se trabalha o tempo e o local, o ‘tempo é mais exíguo’ e o ‘espaço é diminuído’⁹⁹. O espaço é reconfigurado com grande aproveitamento para o processo acumulativo do capital. A expressão atual da não co-presença, citada por Zarifian, no nosso entendimento, reforça ainda mais a idéia de uma produção extremamente articulada por um lado, que depende do trabalhador coletivo em relação à apropriação privada de parte da mais-valia produzida pelo trabalhador, mas que continua fragmentada em sua essência. O trabalhador de uma mesma cadeia produtiva pode encontrar-se, na atualidade, a milhares de quilômetros de distância, em um outro país, sendo assim o processo de integração do sujeito coletivo mais amplo e com outros tipos de efeitos nas organizações dos trabalhadores – uma integração mais dependente e mais firmada na unidade controlada pelo capital. A citada não co-presença também tem uma relação com as mudanças internacionais da divisão social do trabalho¹⁰⁰. Hoje se processa um alto nível da internacionalização do capital. Quem unifica o processo de trabalho é o capital, ou seja, trabalhadores continuam sob o comando do capital. Está longe de ser o trabalho autônomo o ponto de unidade, descrito pelo autor. O princípio de unidade sob a lógica do capital, mesmo que transformado em algumas formas e revigorado em outras, não deixou de existir. Ele está baseado na facilitação do processo produtivo, do seu barateamento, incluindo o explorar as novas fronteiras, que devem ser compensadoras. Existe no Brasil, por exemplo, novas concentrações industriais, fugindo do ‘custo sindical’, refazendo as cadeias de produção. Zarifian continua

⁹⁸Não se pode absolutizar a questão da co-presença, e sim destacar a importância da unidade necessária do trabalho, da interligação dos processos produtivos, cada vez mais ampliados. Evidente, sem deixar de esquecer as divisões existentes e as separações. Marx já abordava as inúmeras formas de trabalho que não necessitavam da presença no mesmo local e no mesmo horário de trabalho. Os tecelões e seu trabalho doméstico apontavam o processo de utilização das várias formas fragmentadas do trabalho.

⁹⁹Como já dissemos, o tempo não pode ser analisado somente pelo seu lado objetivo - kronos -, mas, fundamentalmente, no espaço sócio-histórico - kayros -, no caso, com os avanços na comunicação e transporte, o tempo tem outra velocidade, os processos se dão numa outra velocidade.

¹⁰⁰ Como exemplo, existem vários processos de produção ao qual uma mercadoria é concebida num escritório na Suécia, a matéria-prima colhida no Chile, e, em outros países, com asiáticos produzindo peças intermediárias, e a montagem final no Brasil.

restrito aos fenômenos e não à essência do porquê da unidade. Os favorecidos desses processos, para o autor, são todos.

A cooperação dos assalariados é levada a efeito apenas pelo capital que os emprega simultaneamente. A conexão entre as funções que exercem e a unidade que formam no organismo produtivo estão fora deles, no capital, que os põe juntos e os mantém juntos. A conexão entre seus trabalhos aparece-lhes idealmente como plano, e praticamente como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que subordina a um objetivo próprio a ação dos assalariados (MARX, 1989, p.380).

Segundo Zarifian, o conteúdo do trabalho está modificado na atualidade e dele parte uma nova conceituação. Entender o modelo das competências passa por compreender seus alicerces, que vão solicitar o modelo referido: o evento, a comunicação e o serviço.

IV. 6. a. A flexibilidade necessária para responder ao ‘novo’ trabalho: os eventos.

O trabalho responde de duas maneiras dentro da flexibilização produtiva existente. Uma primeira está baseada em situações inesperadas, imprevistas, que ocorrem ao acaso, devido aos novos sistemas de automatização e da utilização de informática, entre outros recursos maquinários. Trabalhar, para o autor, “*é, fundamentalmente, estar em expectativa atenta a esses eventos, é ‘pressenti-los’ e enfrentá-los, quando ocorrem*” (ZARIFIAN, 2001, p.41). Para isso, deve-se preparar e aprender com eles. Conforme o autor, uma segunda percepção do evento são os processos de inovação, colocados pelas necessidades dos clientes: *saber inventar as respostas a serem dadas a um ambiente social complexo e instável*” (ZARIFIAN: 2001, p. 42).

O autor aponta como se nunca tivesse ocorrido alhures, nos processos de trabalho anteriores, um imprevisto, ou um acaso, quando a técnica, ou na tecnologia, ou, ainda, no método utilizado, era uma novidade, cheia de situações inesperadas. Aloca no taylorismo todas as situações perfeitamente acabadas, portanto, previsíveis, e as atuais, no patamar ‘moderno’ da imprevisibilidade, não reconhecendo os processos de transição. É o fetichismo das novas tecnologias, da robótica, da informática, algo acima do conhecimento científico, acima da ação subjetiva controlando o mundo das coisas.

O evento significa que a competência profissional não pode mais ser enclausurada em definições prévias de tarefas a executar em um posto de trabalho. Sobretudo, ela não pode mais ser incluída no trabalho prescrito (ZARIFIAN, 2001, p.42).

A revolução tecnológica é um processo induzido e aproveitado pelo processo produtivo, não como uma finalidade em si, mas como um meio de o capital atingir seus fins¹⁰¹, ou seja, meio de desenvolvimento das forças produtivas, objetivando galgar uma maior produtividade, e meio de reprodução da dominação, da subsunção do trabalho.

No processo de revolução tecnológica, ocorre um processo de não domínio à nova tecnologia implementada, tanto por estar em fase de experimentação quanto do processo de aproximação dos trabalhadores a essa nova tecnologia – processos de formação. Hoje vivemos claramente um processo de transição com a robótica, informática, entre outras tecnologias com recente aplicabilidade de forma mais generalizada.

Muitas das novidades ainda estão em fase de ‘teste’, ou melhor, ainda não se tem completo controle sobre as mesmas (este tipo de inovação sempre existiu no processo produtivo). Estão, portanto, sujeitas a falhas, instabilidades, resultando num nível alto de ‘flexibilidade’, ou, mais precisamente, de respostas ainda não sedimentadas. E, até que esta tecnologia esteja sob o ‘completo’ domínio, ou seja, um controle considerado satisfatoriamente acumulado – com as ‘surpresas’ em uma grande parte já previstas – e que se entenda o funcionamento e os limites de tal instrumento de trabalho, muito se faz necessária a presença intelectual do trabalhador, de sua ‘criatividade’, de sua iniciativa para tentar resolver os novos problemas oriundos da falta de domínio sobre a mesma. Essas ‘surpresas’ no processo produtivo, postas pela falta de domínio do processo ou até pela própria característica de experimentação, sem saber ao certo os limites da máquina, é que caracterizamos como um processo de transição tecnológica. Já quando a tecnologia se consolida, esse risco diminui e aparecem mais claramente os movimentos prescritos, a acumulação com o aprendizado na utilização da tecnologia etc. etc. etc.

A própria atividade criativa do trabalhador, mesmo que oprimida, vai sendo mais absorvida no desenvolvimento tecnológico e no próprio processo de reorganização da produção. Portanto, falar em instabilidade significa, antes de tudo, acercar-se do momento incipiente da utilização da tecnologia e das novas formas organizativas, destinadas ao ganho de produtividade.

¹⁰¹ Na nossa leitura, é necessário apontar que a tecnologia (hoje, a responsável pela situação de constante surpresa) utilizada, não significa a totalidade da tecnologia apreendida ou desenvolvida até então. Existem inúmeras invenções que não entraram no processo produtivo, ou que são logo descartadas, por inúmeros motivos, fundamentalmente, depois de analisadas em relação aos seus custos e ganhos. Não é correto afirmar que não existam pesquisas para introduzir novas tecnologias, evidentemente, para ser aproveitada, mas nem todas serão as escolhidas. Como já dissemos anteriormente, a tecnologia é um componente da força produtiva, sem o poder de explicar a realidade nem defini-la por si, mas faz parte da mesma, e assim deve ser compreendida.

Já em seu lado negativo, significa o acarretamento de mortes ou doenças oriundas das novas atividades laborais, ou ainda o movimento de substituição e aumento do desemprego. Esse movimento pode ser mais ou menos passageiro, conforme o controle que os homens desenvolvam sobre a mesma, bem como das contradições sociais que se estabelecem, ou seja, conforme dure o processo de transição da revolução interna ao capitalismo¹⁰².

A tecnologia não é instável – flexível – por sua subjetividade ou rebeldia, e sim, pela falta de domínio suficiente no controle sob a mesma. A subjetividade do operador ou da construção em relação à máquina, ou mais precisamente, a ação do sujeito sobre o objeto, é condicionada pelo estágio do desenvolvimento tecnológico, mas este condicionante, de forma alguma, pode ser considerado como um determinante, em sentido largo. O determinante é a ação do sujeito em suas relações historicamente originárias. Objetivamente, pode existir flexibilidade, mas ela é fruto dessa relação do sujeito com o objeto, como na alegoria do arquiteto e a abelha, com a intencionalidade do sujeito atrás dos seus resultados. Essa objetivação no capital está mediada pela tecnologia, mas não é determinada por ela, nem tem como finalidade última a utilização da mesma, e sim, como sempre reprisamos, o aumento da lucratividade. O autor continua vendo as benesses provocadas pelo não domínio da tecnologia em transição ou em testes.

A segunda enfatiza, pelo contrário, a instabilidade e a capacidade de evolução das situações, que passam a ser percebidas como fonte e oportunidade de aprendizagem. E o que se trata de aprender não são hábitos, trata-se de aprender uma adaptabilidade bem sucedida a situações mutantes (ZARIFIAN, 2001, p.112).

Essa citação explicita a ilusão colocada pelo autor quanto ao uso do processo organizativo e das novas tecnologias, como das novas situações, o aprender fazer¹⁰³. É a fetichização, a transformação das relações sociais mediadas por objetos e transformadas em coisas. Em conseqüência, a oportunidade de aprendizagem nada mais é do que uma situação necessária para os processos de transformações, de adaptação para a nova tecnologia, que economizará custos. Para tal, ele opõe a idéia da rotina a essa nova caracterização, no nosso entender, passageira,

¹⁰² O exemplo da GM, uma das maiores fábricas de automóveis que apostou na última geração das descobertas tecnológicas, com ultramodernos equipamentos e que num processo de robotização na produção, os pára-brisas eram simplesmente jogados no bando dianteiro do carro, pelos autômatos. Este fato deverá ficar para o anedotário saudoso da implementação da robótica na indústria, quando contado daqui a alguns anos.

¹⁰³ No próximo capítulo, abordaremos esta questão do saber fazer enquanto a adaptabilidade ao sistema e não enquanto liberdade criativa ou algo do gênero.

típica de processos de transição¹⁰⁴. “A *repetição da desestabilização de esquemas cognitivos adquiridos (acomodados) permite-lhes estar aberto à aprendizagem do novo*” (ZARIFIAN, 2001, p.67). Zarifian esquece de apontar a pressão existente junto aos trabalhadores para a adaptação às novas tecnologias ou ao modo de trabalho. Não observa o aumento de novas doenças laborais etc. Essa abertura ao novo, para manter-se sobrevivendo no emprego, não é vista, pelo autor, como problema vital dos trabalhadores e que envolve um alto nível de aceitação à regra dos dominantes, como forma de resposta positiva ao ‘novo’ trabalho.

Levando às últimas conseqüências de seu raciocínio, falta ao autor afirmar que o processo de adaptabilidade não é um processo puramente na relação do ser humano com máquinas, mas a adaptabilidade às relações sociais vigentes. Eis a caracterização fundamental do modelo das competências, um processo de adaptabilidade à exploração capitalista renovada, a nosso ver.

É por isso que o comportamento em uma situação não é, nunca, efetivamente prescritível: não se pode prescrever o comportamento que o indivíduo deve adotar porque este comportamento faz intrinsecamente parte da situação (ZARIFIAN, 2001, p.71).

Noutra idéia desenvolvida por Zarifian, é descrito o **reencontro do trabalho com o trabalhador**, numa alusão a superação do processo fetichizado da produção da mercadoria, alienador, que coloca o produto do trabalho como algo dominador e alheio ao próprio trabalhador. O modelo de competências torna-se a própria redenção do ‘trabalhador alienado’ no processo de trabalho: “*O indivíduo pode reencontrar plenamente o interesse por um trabalho no qual se envolve*” (ZARIFIAN, 2001, p.69).

‘Supera’ a terrível fragmentação existente, para ele inerente ao modelo taylorista e, portanto, não deixa de atingir um objetivo, que antes se pensara inalcançável no capitalismo: o do rompimento da fragmentação do processo e, conseqüentemente, do ser humano. Assim analisa o autor: “*O conceito de trabalho retorna ao trabalhador. Não se pode mais separá-los*” (ZARIFIAN, 2001, p.42).

Alega o autor existir um simplismo da visão sobre o poder das classes dominantes, que não ajuda os teóricos marxistas a perceberem o novo momento histórico.

Ao contrário da idéia simplista segundo a qual o capital e a classe empresarial exercem um poder onipotente ao longo da história, a emergência do sujeito (...) se

¹⁰⁴ É bom ressaltar que existe um sem número de processos sobre os quais não se tem um absoluto domínio, ou que eventualmente causem surpresas. Não existe um medidor para que se estabeleça que tal procedimento ou a tecnologia estão sob completo domínio, mas, na prática, existe uma caracterização sócio-histórica desse domínio.

impõe a longo prazo e dá novo sentido, resolutamente moderno, à volta da atividade para o trabalhador (ZARIFIAN, 2002, p.78).

O fetiche, que se expressa enquanto coisificação das relações, desaparece para o autor. Entendemos que o reencontro é, na verdade, a naturalização das relações de exploração existentes entre as classes, da coisificação das relações humanas e, portanto, da defesa indireta do fetiche existente, no caso, a partir das noções de competências. Em sua definição de eventos, continua observando a desestabilização ocorrida no trabalho industrial clássico e as mudanças que vêm ocorrendo: 1. *“competência profissional não pode mais ser enclausurada em definições prévias de tarefa: executar em um posto de trabalho”* (ZARIFIAN, 2001, p.42). O conceito de trabalho retorna ao trabalhador no evento, próximo da ação camponesa. 2. Iniciativa própria para mobilizar para o evento. *“O trabalho recoloca-se na interioridade do trabalhador, não apenas de um ponto de visto cognitivo, mas também do ponto de vista da motivação e do comportamento social solicitado pelas situações de evento”* (ZARIFIAN, 2001, p.43). 3. Ultrapassar o saber e o fazer só de um indivíduo *“supõe a intensa mobilização de uma rede de atores. (...) O trabalho torna-se, imediatamente, coletivo”* (ZARIFIAN, 2001, p. 43). 4. Provoca perturbação, não se vêm mais operações rotineiras. 5. *“(...) o conceito de evento muda muito a maneira de encarar as aprendizagens profissionais e de avaliar a experiência de um assalariado”* (ZARIFIAN, 2001, p.43).

Quanto a essas posições – motivação, iniciativa, instabilidade, perturbação –, postulamos que a iniciativa oriunda dos novos procedimentos do trabalho atual, não pode ser vista exclusivamente como algo subjetivo. É uma objetivação necessária do aumento da produtividade, da resposta à crise do capital, às suas inúmeras contradições. Apesar de ter toda uma carga subjetiva de dominação, empurra o sujeito coletivo para se colocar ‘responsavelmente’ – responsável pelo ganho do capital –, como se fosse o próprio capital.

É um elemento central do modelo das competências, uma maior exigência na subjetividade do trabalhador. Este movimento não é novo no capitalismo - apesar de uma nova forma, apresenta-se, exatamente, como o fim da alienação, como a apropriação do sujeito trabalhador do processo e dos seus resultados. Uma inverdade confirmada quando vemos a divisão social do trabalho, quando a vemos na sua completude, que inclui as relações sociais do trabalho, quando há a ampliação da subsunção do trabalho ao capital.

Tem-se a idéia de que no taylorismo não se requeria a ‘alma’ do trabalhador e sim, unicamente sua força física. Ledo engano. Não é sem propósito que na expressão fordista são criados os centros de lazer, que também é debatida a questão do casamento, para que o operário não vá buscar sexo pela noite a fora (GRAMSCI, 2001). A nosso ver, o que se imprimiu foi uma maior ênfase à utilização dos movimentos corporais, a fim de desenvolver melhor o processo produtivo, objetivando sua simplificação e rapidez. Ou, como Tumolo (2003) descreve, se antes havia uma subsunção formal da vida social, hoje o capital subsume de forma real a vida dos trabalhadores, controla e os submete por ‘dentro’, em sua subjetividade. A nosso ver é necessária uma nova rotina que agilize a produção e com isso aumente a produtividade¹⁰⁵.

Ora, uma das grandes transformações trazidas pela lógica competência é, sem dúvida, que o engajamento subjetivo dos assalariados no trabalho está sendo, cada vez mais, ‘oficialmente’ reconhecido pela chefia da empresa sem que, em virtude disso, desapareçam os motivos de interesses divergentes (ZARIFIAN, 2001, p.109).

De forma alguma o procedimento taylorista não requer o espírito, mesmo que este espírito seja colocado em um processo de subordinação ‘oca’ ao seu superior. É impressionante a importância dada pelo autor, ou, mais precisamente, pelo modelo atual das competências, ao domínio da subjetividade dos trabalhadores.

A lógica da empresa ou do capital, em geral, sobrepõe-se, recriando véus aos olhos dos trabalhadores, que servem para confundir a compreensão e dificultar o enfrentamento das contradições oriundas das bases sociais antagônicas. Para tal, “*Existe, na lógica competência, uma dimensão de motivação do indivíduo que é inelutável*” (ZARIFIAN, 2001, p.110). A motivação colocada pelo capital ao trabalhador, segundo o autor, não é algo contra o que se possa lutar. Portanto, a subjetividade do trabalhador, dando seqüência a esse entendimento, é, na verdade, anti-autônoma, dependente da aceitação da chefia, estando subsumida aos ditames do capital.

¹⁰⁵ É comum ouvirmos repetidamente que Taylor tratava os trabalhadores como se fossem gorilas amestrados. Uma simplificação. O que Taylor buscava era a excelência do movimento num período para sua maior rentabilidade maior. O descanso era fundamental para ele, justamente para propiciar que, nas horas de ação, pudesse o trabalhador ser mais produtivo. A mente vazia auxiliava a produtividade para os movimentos mecanizados. Uma situação no seu marco histórico, que ainda hoje ainda se repete. No caso do gorila amestrado, o autor está exemplificando um tipo de trabalho bem concreto, de carregar manilhas de ferro de um canto a outro. E que o ser humano, no seu afã de fazer o movimento ou de não querer trabalhar com afinco, necessitaria de um ensinamento da forma científica, até de carregar pedras, com um tempo para descanso e outro para fazer de forma mais eficiente.

Não só a individualidade, ressaltada na política de competências, mas também a coletividade, reorganizada sob a bandeira do capital (a rede)¹⁰⁶, que nós, diferentemente, chamamos de sujeito coletivo. Ou seja, é impossível, mesmo no modelo das competências, pensar o processo produtivo somente a partir da individualidade. Quando esta é chamada a sentar-se nas primeiras cadeiras, é como forma de comprometer mais os indivíduos, solapando a sua organização, pois a integração se dá pelo próprio movimento do capital. Neste sentido inquirimos: qual a contribuição, de Zarifian? É na percepção da existência desse coletivo, mesmo tratado de forma individualizada. Limita-se a descrever esse coletivo enquanto uma rede composta por iguais, sem hierarquias, nem dominações. Zarifian não entende que a contradição não está no trabalho coletivo em si, mas na mercantilização da força de trabalho, no sujeito coletivo explorado. Para superar essa situação, somente enfrentando coletivamente, enquanto classe, a sua situação de subordinação nas relações sociais.

Por outro lado, DANFORD (2002) chamou de ruptura do coletivismo. Tirando direitos, destruindo formas laborais menos intensificadas em que os trabalhadores se acostumaram a organizar. Na atualidade, existe uma maior volatilidade em relação ao indivíduo, fazendo-lhe construir sua própria armadilha. De que forma? Na destruição dos mecanismos que reforçaram os laços coletivos, não para a produção, mas para a luta de resistência à exploração em suas diversas expressões. É um processo de individualização, fragmentação, organizada pelo capital. Se, de um lado, o capital está cada vez mais integrado, esse sujeito coletivo cresce no sentido de sua integração, extrapolando fronteiras de empresas, nações, mas, à medida que os trabalhadores se aproveitam desse espaço, o capital joga para cooptá-los ou para destruí-los. As garantias trabalhistas, os direitos acumulados em anos de luta sindical classista, vão sendo ainda mais precarizadas sob as mais diversas formas. São os processos de terceirização, de trabalho parcial, de diminuições das condições de trabalho, da perda de benefícios sociais. São formas que vão sendo hegemônicas na indústria – aqui entendida a empresa que produz um bem ou serviço para retirada ou redistribuição da mais-valia – através de inúmeros mecanismos, como, por exemplo, a diminuição de salário para a massa de trabalhadores até para os “trabalhadores aristocratas” ou os chamados “top”, que estão mais próximos no sentido econômico e ideológico dos capitalistas. Assim esclarece-nos o excelente trabalho de FLIGSTEIN e SCHIN (2003),

¹⁰⁶ Na rede cabem todos, independentemente das classes sociais. Esta última, para o autor, não é uma categoria relevante.

pesquisando esse movimento de perdas nos anos de 1976-2000 nos Estados Unidos, com um aumento das desigualdades sociais. O que sobrou para o trabalhador coletivo é uma maior fragmentação. O ponto da unidade quem o faz é o capital, não somente no espaço da produção, mas no conjunto de sua valorização, incluindo, evidentemente, no processo integrado, chamado de financeirização (ver KÄDTLER & SPERLING, 2001).

Voltando a Zarifian, dentro da lógica de eventos, não vale mais a antigüidade na ocupação de um posto e, sim, as experiências concretas que se vivenciam e a capacidade de analisá-las. Isto, para Zarifian, é pouco compreendido nas empresas. Na nossa crítica, na questão da experiência, o autor dá uma contribuição parcial ao clarear o sentido da palavra experiência, mas não avança muito, pois o que está por trás desta postura é a possibilidade de diminuição de direitos acumulados pelos mais antigos trabalhadores¹⁰⁷. Ele não esclarece que estamos vivendo transição da criação de uma nova cultura, de um processo organizativo tecnológico: *“Para dominar essas ferramentas, é necessário possuir um mínimo de cultura tecnológica”* (ZARIFIAN, 2002, p.153). Não é casual a preparação escolar, as lojas de jogos, os computadores de última geração situados nas casas de altos executivos para seus filhos brincarem, mas também as ‘lan house’ instaladas nas comunidades mais pauperizadas etc, desenvolvendo uma formação ‘cultural geral’, uma aproximação aos novos instrumentos informáticos e robóticos, que aponta um tipo de preparação da força de trabalho. Evidente que, inicialmente, até que haja uma adaptação generalizada ao computador e às novas formas de organização da produção, especialmente as tecnologias, aparecem como algo de outro mundo, ou com uma complexidade extremada. Só com a apropriação sistêmica, com o ‘passar do tempo’, que o processo de adaptação ou apropriação às novas tecnologias vai deixando claro o seu caráter simplificador para o trabalho, e que, visto a posteriori, o trabalho anterior tinha exigências de maiores conhecimentos¹⁰⁸. Além dessa preparação segmentada escondida atrás da novidade tecnológica, da categoria ‘competências’, bela e envolvente para todos, o processo deve também ser

¹⁰⁷ O processo de simplificação do instrumento informático não pode ser medido por aqueles que na sua maturidade aprenderam a manejar tais instrumentos, informática, computadores, robótica. É grande a contratação de jovens para criação e trabalho com tais instrumentos, pessoas que desde criança acostumaram-se a manobrar tais linguagens e mecanismos. Daqui a 20 anos, esta indústria continuará contratando trabalhadores sem experiência, ou aproveitará ambos, os atuais e os mais novos baratos trabalhadores?

¹⁰⁸ Hoje um adolescente ou jovem está muito mais preparado para manipular um processador informatizado do que um senhor catedrático ao tempo da máquina de datilografar. Ou ainda se, inicialmente, no microcomputador, o editor de texto aparentemente é mais complexo, o seu sentido é o seu contrário. É de simplificação do trabalho, vide uma inserção ou supressão de uma nota de rodapé.

segmentado: “O indivíduo competente deve ser culto. Claro, o nível e a natureza dessa cultura vão variar de acordo com as profissões, isto é, dos conjuntos de situações em que a pessoa deverá desenvolver sua competência” (ZARIFIAN, 2002, p.153).

O referencial para todos são os altos executivos. Essa formação expressa da melhor forma as características do modelo de competências, como a flexibilidade, autonomia, responsabilidade, iniciativa, persuasão, liderança, o domínio de mais de uma língua¹⁰⁹ - o inglês (a língua dos negócios, ou melhor, do país imperialista mais relevante do planeta) é básico -, cultura técnica e geral, os três saberes, etc. Essa mesma noção é cobrada sem a mesma amplitude para os trabalhadores em geral. Vejamos como assentam bem essas exigências para os ‘terceirizados’ em serviços gerais: iniciativa, responsabilidade, autonomia, criatividade, escalonando no que é mais ou menos relevante para sua atividade. Uma coisa é importante para todos os escalões da divisão social do trabalho: a formação de um trabalhador, em todos os níveis, civilizado, pouco afeito a piquetes e outros atos de violência classistas ou não, mesmo dentro de um capital cada vez mais provocador de violências e misérias. Para tal, é necessário “*desenvolver uma competência de serviço e também proceder, em suas relações com os outros, com civilidade, ou seja proceder com atenção, respeito e generosidade em face do outro*” (ZARIFIAN, 2001, p.141). Como já ‘não existe mais a alienação’, nem sua força de trabalho está fetichizada, ou seja, estamos num patamar superior ao capitalismo, concluímos seguindo os passos do autor: nada melhor do que sustar as lutas concretas e os trabalhadores ficarem num estado de civilidade que represente o respeito ao outro, além de seu igual, ao seu colega e ao diferente, no caso, ao seu algoz, o capitalista. Se, por um lado, o respeito pode ser um elemento de salto intraclasse, por outro, quando se torna extraclasse é um atraso para sua emancipação.

IV. 6. b. Comunicação como a superação da divisão social do trabalho, dos conflitos.

“Trabalhar é, em parte, comunicar-se” (ZARIFIAN, 2001, p. 45). Até aqui o autor não consegue abstrair do trabalho a questão da sua relação social e, portanto, a linguagem, como parte construtora desse processo. Mas o autor quer ir mais adiante, quer atualizar a idéia da

¹⁰⁹ No relatório Delors aparece claramente a questão da necessidade de aprender uma outra língua além da materna, para atingir o ‘sucesso’: “*Em muitos casos, o conhecimento de uma língua internacional pode ser indispensável à aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos mais recentes que ajudarão um país a atingir níveis modernos de desenvolvimento econômico. Encorajar as crianças e os jovens a aprender várias línguas é dotá-los de trunfos indispensáveis para alcançarem sucesso no mundo de amanhã*” (DELORS, 2006, p.138).

comunicação: *“Na nossa opinião é, principalmente, construir um entendimento recíproco e bases de compromisso que serão a garantia do sucesso das ações desenvolvidas em conjunto”* (ZARIFIAN, 2001, p. 45). Também esta exposição só terá sentido se a vincularmos enquanto alicerce à noção de competências, pois, no fundo, a comunicação é o grande acordo entre trabalhadores e capitalistas no processo produtivo. Reconhece que a comunicação transparente, aberta e justa deve se ater aos limites das relações existentes, como diz o autor (de exploração, diríamos) e sua efetivação. É mais do que um consenso: são compromissos assumidos pelas partes.

(...) evidentemente, seria ilusão imaginar que informações de diferentes níveis sejam unificadas e, por conseguinte, que as relações hierárquicas vão desaparecer. Os assalariados não esperam isso, e nem exigem. Trata-se pelo contrário, de reconhecer o direito de cada um ter acesso à informação que conta para o exercício de seu trabalho profissional, porque ela condiciona a qualidade e o significado desse trabalho (ZARIFIAN, 2001, p. 46).

A capitulação ao fim da história também tem orientações sutis. Os assalariados não esperam uma nova ordem, muito menos a exigem. Essa é a grande contribuição das competências. Impossível utilizar essa fórmula de forma ressignificada sem realizar uma transformação profunda na organização do processo produtivo, situação esta que requer o rompimento com a atual ordem – o rompimento com o capitalismo. O que vemos é a tentativa de minorar os efeitos perversos do capital atuais e históricos, bem como dos modelos de formação do trabalhador pró-capital, os históricos e o atual, o das competências. Além do não entendimento sobre a força de trabalho enquanto uma mercadoria, o outro componente teórico defendido por Zarifian é a perda da ênfase na divisão social do trabalho, substituída por processos de comunicação. Uma verdadeira revolução na divisão social do trabalho: *“antes enfatizava-se não a comunicação, mas a divisão do trabalho, a separação entre tarefas e responsabilidades”* (ZARIFIAN, 2001, p.45).

Essa modificação constante lança uma necessária flexibilidade e modificação na formação do trabalhador para responder ao mercado, ao processo produtivo, *“com uma tendência constante de re-divisão do trabalho, de re-separação das tarefas”* (ZARIFIAN, 2001, p.45).

Ao mesmo tempo em que aborda a substituição da divisão pela comunicação, reconhece um processo constante de redivisão, sem explicitar, contudo, como ocorre esse processo, em que direção se dá e, muito menos, a sua localização nas relações produtivas humanas.

O que vemos é a aceitação da divisão do trabalho como um dado inexorável. No nosso entender, a comunicação implica conflitos, e, indo mais adiante, não só ela, mas as relações no trabalho (ou eventos) são conflituosas em todos os espaços da vida social, especialmente, na apropriação por parte de classes dominantes da grande parte da riqueza, deixando para os assalariados somente a sua sobrevivência, enquanto tais. Revela sutilmente, neste caso, que o conflito não leva a consensos, mas sim, a compromissos¹¹⁰. Cabe-nos perguntar de que ordem e de que natureza são gerados esses compromissos? Em que situação? De desigualdade, ou igualdade formal (o que no caso, dá no mesmo)? Já, como desejo seu, explicita que essa comunicação não deve ser somente a de cima para baixo, mas sim, uma mutualidade. Como defender o tão explicitado reencontro do trabalhador com o trabalho se, segundo Zarifian, a própria informação deve ser limitada: “*Da mesma maneira que não se pode separar o trabalho da pessoa que o realiza, não se pode separar a situação do sujeito que a enfrenta*” (ZARIFIAN, 2001, p.71). O processo de integração efetiva-se através da comunicação, a partir da flexibilidade do processo produtivo, do modelo das competências. Ou seja, estamos numa lógica unificadora e superadora das contradições do capital.

IV. 6. c. Serviço - O desaparecimento dos proprietários dos meios de produção, dos trabalhadores e das transformações dos sujeitos do capital.

Trabalhar é gerir um serviço, ou seja, é uma modificação no estado ou nas condições de atividade de outro humano, ou de uma instituição, que chamaremos de destinatários do serviço (o cliente, no setor privado, o usuário, no setor público (ZARIFIAN, 2001, p.48).

Para realizar o deslocamento da responsabilidade e, fundamentalmente, dos sujeitos do domínio do processo produtivo e reprodutivo do capital, ressalta-se um outro sujeito – o consumidor –, aquele que realiza o objetivo da sociedade burguesa, do outro lado da produção, que é a comercialização dos produtos. Esse deslocamento não explicita os mecanismos, cada vez mais sutis e fortes, de dominação e ampliação do mercado, no caso, as estratégias de venda, de realização do objetivo da mercadoria, que hoje é servido por estudos científicos de

¹¹⁰ No Brasil esse movimento também segue a mesma linha. Silva Júnior comenta esse ‘novo’ compromisso: “*A forma histórica atual do capitalismo brasileiro produziu uma regulação social que busca a ‘nova institucionalidade’, assentada na busca do consenso entre antagônicos pro meio da política de negociação, submetida à política econômica assumida desde o início da década de 1990*” (SILVA JÚNIOR, 2005, p.14).

comportamento, de “marketing”, propaganda, entre outros mecanismos. Para o autor, esse movimento direcionado em proveito do capital é a influência e a participação do cliente nas decisões do que é produzido, o que não deixa de ser parcialmente uma verdade, na medida em que vai se posicionando no mercado, comprando o que melhor lhe apraz. No entanto, essa informação do cliente ou usuário está condicionada fortemente à estratégia da construção do produto, um processo de criação de novas necessidades de consumo. A categoria de consumidor é ampla, cabendo ali os trabalhadores, os capitalistas enquanto tais, quando sua organização tem que consumir produtivamente alguma matéria-prima, por exemplo.

A fatia do que o autor chama de participação do cliente nada mais é do que o aperfeiçoamento na indução da compra de seus produtos materiais ou ideais e a própria resposta dada pelo consumidor, mas nada que altere as relações sociais¹¹¹. É um produtor capitalista que necessita daquela mercadoria e subdivide, ainda mais, a divisão do trabalho, ao qual repassará o montante para outro ‘consumidor’, continuando a realização do objetivo do capital. A lógica que o autor defende contribui no obscurecimento dos sujeitos sociais do capitalismo, em especial do sujeito capitalista em contradição com o sujeito coletivo, os trabalhadores.

Essa concepção e serviço encontra-se mascarada e recoberta por uma visão puramente competitiva e mercantil que, freqüentemente impede uma reflexão e um verdadeiro debate sobre as utilizações que são feitas dos serviços (ZARIFIAN, 2001, p.50).

Caso o autor olhasse mais fundo, viria que a sociedade capitalista vai transformando as atividades humanas úteis, lúdicas, ou aquelas que historicamente estavam fora do âmbito mercantil em mercadorias. Podemos ver que desde a arte, serviços, educação, lazer e em tudo que o capital puder, vai colocar sua mão de Midas.

Ao final desta reelaboração sobre o trabalho, o autor revela-se, expelindo todas as contradições entre as classes burguesas e o proletariado, em suas mais variadas frações e características regionais, etc, num processo muito presente na atualidade de negação da luta de classes, apontando a influência ideológica sobre os mais variados segmentos da sociedade, inclusive sobre os explorados. Afirma categoricamente: dentro da lógica dos serviços é “*o que*

¹¹¹ Outro caso é o consumidor que compõe a cadeia produtiva, compra para produzir um outro bem, por exemplo, uma montadora de carros, decide, não porque momentaneamente é um cliente, mas porque compõe a cadeia produtiva.

justifica a sobrevivência de uma organização e, conseqüentemente, o emprego dos assalariados que aí trabalham”, ou seja, vestir a camiseta da empresa, aceitar algumas migalhas de compensação, dar adeus às contradições reais e fundamentais e a qualquer tipo de sociedade que não seja baseada na exploração do trabalho assalariado! Eis o ‘novo’ liberalismo conservador¹¹². Para o autor, o trabalho – e, por conseguinte, o serviço – não é um dado objetivável. Concluímos que, ao contrário do autor, não é trocando a idéia de trabalho por serviços que a realidade da ação do ser humano junto à natureza e entre os grupos sociais, construindo a sua sobrevivência enquanto tal, dentro de um modo histórico socialmente definido, irá desaparecer.

Uma das conclusões a que chegamos é que o modelo ou a noção das competências é parte importante do enfrentamento à crise de acumulação do capital, da crise orgânica do capital, com a diminuição da parte variável em sua composição. O processo de transição demonstra que não há uma ruptura fundamental – de desmercantilização da força de trabalho – dos sistemas de preparação dos trabalhadores para o mercado. Essa assertiva vem do próprio processo de transição que houve na concepção do modelo de qualificações. Todas essas concepções estão ligadas ao fazer do capital, em sua mais alta forma de organização. Nenhuma rompe com o assalariamento, com os processos de exploração – aumento da produtividade e extração do trabalho não-pago –, de absorção dos conhecimentos dos trabalhadores pelo capital, da tendência de simplificação do trabalho. Esses critérios nos dão uma referência da manutenção da lógica formativa dos trabalhadores, visando a compra de sua força de trabalho.

Não há rupturas intrínsecas ao modo de produção capitalista, mas, pelo contrário, há uma radicalização na mercantilização da força de trabalho, com mudanças profundas no modo de prepará-la, acompanhando as novas exigências do capital. Diferenças que vão no sabor das ondas das novas políticas anticíclicas do capital. Podemos configurar de contra-revolução (vide AMARAL, 2005), ou como são comumente chamadas essas políticas econômicas: globalização, neoliberalismo ou mundialização. Com ênfases e matrizes distintas, e até opostas, todas essas noções abordam o mesmo fenômeno da superação da crise do capital, que esboça novas políticas de Estado em benefício das grandes corporações em seus movimentos concorrenciais para a monopolização do capital.

¹¹² Ainda percebendo diversas lógicas de como é visto o serviço, Zarifian apontará duas diferentes visões: a do público e a do privado, apontando como grande solução o equilíbrio entre ambas.

Eventos, comunicação e serviços são novas nomenclaturas oriundas de novas práticas dentro das revoluções impetradas pelo capital, para a sua reprodução. Neste sentido, voltamos aos mesmos eixos que percorrem toda a nossa tese: a percepção destas modificações estruturais por dentro do capital somente visto pelo lado do desenvolvimento das forças produtivas, em especial, a ciência e a tecnologia. Esta é uma caracterização importante, pois a formação limitada a esse campo redundava na formação da força do trabalho enquanto coisa, no fetiche da mercadoria, reforçada na lógica das competências, que são aspectos embutidos e desejados para a força de trabalho atual.

Depois de ver todo o arcabouço contextual que vai sendo criado para que a noção ou modelo de competências seja definido como única possibilidade de formação dos trabalhadores, daremos continuidade a essa construção, a partir não só de teóricos ‘humanistas’, mas dos defensores explícitos do capitalismo. Na segunda parte do bloco, tentaremos demonstrar a ligação intrínseca das competências com o ideário e a prática mais hodierna das classes dominantes.

Capítulo V - O feitiço do capital ou do capitalista contra os trabalhadores

Este capítulo tem como objetivo debater com o pensamento de teóricos plenamente identificados com o capital e continuar nosso desvelamento da categoria competência como fetiche. Aqui também queremos desmistificar a ressignificação do modelo das competências.

Num primeiro momento, vamos observar a concepção de sociedade que esses autores defendem. Em seus escritos, vamos ver a sociedade da informação como a grande vedete. Os autores, segundo nossa leitura, trabalham mais como marca do novo capital do que com alguma idéia que se aproxime para o fim do capital. Portanto, veremos somente de passagem essa questão, mergulhando nas conseqüências que esses teóricos vão estabelecer em relação à formação das competências da força de trabalho. Existem outros vastos trabalhos sobre a concepção, chamada também da Era da Informação. Começando por Schaft, Morin, Castoriadis e inúmeros críticos de excelente qualidade (Braga, Frigotto, Antunes, Lombardi, Katz, Losurdo), que indicamos, já que não trataremos desse assunto com o nível de detalhamento desejado. O que trouxemos para o nosso debate é a face do casamento do aumento das exigências de um capital cada vez mais competitivo, com um novo modelo de formação para a força de trabalho, as competências. É a competição, a concorrência entre os capitais, que chamam a outra

concorrência, a dos trabalhadores entre si, a partir do modelo das competências. Esse modelo, de superação da crise do capital, traz uma radicalização ao exigir, enquanto referência, o patamar mais alto da força de trabalho, os executivos, com sua visão arraigada em defesa do capital e de seu sistema, o capitalismo. Ali, a forma de gerenciar aponta o que se deseja da mercadoria especial. Por sinal, segundo os defensores do capital, estas são as principais atividades da administração: garantir os lucros e ‘atender’ os trabalhadores. Este debate é fundamental para que se esclareçam as ilusões sobre a intencionalidade da proclamada sociedade de informação, além de deixar claro que é a partir dessa compreensão e prática que se estabelece a formação dos trabalhadores. Um novo manequim burguês, sob o modelo das competências.

Em um primeiro formato geral, é evidente a agudização da precária relação contratual do trabalhador no capitalismo. Entendemos que a precarização não é uma característica a ser tratada como algo extra no capitalismo, ou específica da hodiernidade. Ela é intrínseca, a partir da conquista da ‘liberdade’, na construção da classe trabalhadora assalariada em contraposição ao modelo de produção anterior dominante, o feudal. Assim, a liberdade do trabalhador tem uma conta para pagar. Hoje, a precarização se expressa via terceirização, via empregabilidade, passa pela formação da força de trabalho no modelo das competências. Esses elementos trazem junto uma nova formação da força de trabalho, buscando até a ‘alma’ do trabalhador. Eles absorvem os novos saberes para responder aos anseios do capital. Este aprendizado do saber ser, trataremos em sua forma concreta, enquanto autonomia, responsabilidade e criatividade. O saber ser, é ser um capitalista moderno sem capital. Neste debate sobre a nova lógica de regular o capital - a administração. Também trataremos, rapidamente, a questão de um outro saber, a princípio contraditório ao saber ser, o saber fazer. Nele, auxiliamo-nos da crítica epistemológica realizada por Duarte do ‘aprender a aprender’. Neste capítulo, ressaltamos a impossibilidade das competências serem expressão da autonomia para os trabalhadores. Pois, um dos seus pilares é o controle, parte estruturante da subsunção vital ao capitalismo, num processo de interiorização dos valores do capital sobre os trabalhadores. Controle este, exercido sob e pelos mais altos executivos até aos mais singelos terceirizados.

Não é só este aspecto subjetivo. A sua base material está calcada nas formalizações numa série de controles que destacamos neste texto. Como exemplo, temos as das regulamentações internacionais como a da Certificação das Competências Profissionais. Ali, retratamos um movimento internacional muito similar, que, mesmo aparecendo as diferenças, todos têm como

base uma formação por competências naquilo que se tem de essencial. Uma das suas essências em fetiche, velada, é o controle. As inúmeras formulações e regulamentações dão conta desse importante e sutil controle, que introjeta nos trabalhadores uma série de regramentos. É o lado da subsunção na vida do trabalhador, tendo como referência o trabalho, o ser útil ao capital, o ser competente. Esse processo não é específico de um lugar ou de um ramo, alastra-se pela sua força hegemônica. Ele não se estabelece somente nos trabalhadores, mas desenvolve as competências da empresas. Vemos isso nos processos sistêmicos, como da família ISO (International Organization for Standardization), que ganham força no mercado internacional. O processo de competição, através desse novo modelo, é intracapitalista e contra os trabalhadores.

Por fim, com todos esses elementos levantados, concluímos a impossibilidade de ressignificação das competências em favor da classe trabalhadora, deixando claro que a competência é um fetiche atual do capitalismo.

V. 1. A sociedade da informação é a sociedade da organização

Para os autores atuais defensores do capital:

Estamos vivendo a era da informação, em que o impacto do desenvolvimento tecnológico, a intensa globalização da economia, as profundas transformações nas organizações e o novo conceito de emprego têm sido a mola mestra de mudanças que estão varrendo a face do mundo (CHIAVENATO, 2002, p.V).

As quatro características – desenvolvimento tecnológico, globalização, mudanças nas organizações e novo conceito de emprego – estão todas relacionadas, como já dissemos, com o movimento de saída da crise do capital. Como conseqüência da ‘Sociedade de Informação’, veremos como se expressa o quadro do aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores.

O mundo mudou bastante e urge que nos preparemos adequadamente para ocupar o nosso lugar e garantir nossa posição profissional em condições realmente competitivas diante da concorrência, que se torna maior e mais intensa a cada dia que passa (CHIAVENATO, 2002, p.V).

A grande questão é derrotar os outros competidores, já que não há espaço para todos, e ‘ter a sorte para que eles não estejam igualmente ou mais preparados do que eu’. A situação é colocada como um problema individual, e, conseqüentemente, deve ser resolvida de forma individual, por isso que as competências apresentam-se de maneira individualizante para educar e a certificar. Caracterizando essa passagem no processo brasileiro, Silva Júnior corrobora.

Suas qualidades subjetivas parecem-lhes apresentarem-se como mercadoria, algo objetivo, adquirido por algum meio para que ele se torne empregável numa sociedade cada vez mais sem emprego em face da ruptura da racionalidade histórica do momento brasileiro que finda. Trata-se, pois, do perverso processo de culpabilização do trabalhador pelo seu fracasso no mercado de trabalho ou que lhe atribui sucesso pela sua empregabilidade (SILVA JÚNIOR, 2005, p.13).

Enguita aborda essa máxima, a concorrência, que hoje é travestida de competência, com dureza: *“Dito de outra forma, o êxito de outro é meu fracasso e seu fracasso meu êxito”* (ENGUITA, 1989, p.197).

Já Peter Drucker, autor de inúmeros livros ‘anunciados nas listas dos mais vendidos’, considerado papa da Administração atual, ou seja, defensor da manutenção do funcionamento do capitalismo, esclarece muitos pontos, não só sobre o significado da formação dos novos trabalhadores, mas, fundamentalmente, em que contexto e sob que prisma isto está e deve ser realizado.

Na sociedade atual, o conhecimento é o recurso básico para os indivíduos e para a economia em geral. (...) Ao mesmo tempo, no entanto, o conhecimento especializado em si não produz nada. Pode se tornar produtivo apenas quando é integrada a uma tarefa. E é por isso que a sociedade de conhecimento também é uma sociedade de organizações (DRUCKER, 2006, p.33).

Eis o verdadeiro significado da sociedade da informação: ser uma sociedade das organizações, ou seja, das empresas capitalistas, de ser uma sociedade do capital. Esta é a ‘novidade’ da sociedade da informação, escondida a sete chaves, é claro: ser uma sociedade capitalista. Deste enunciado, os elogios ao conhecimento e sua importância é a contínua expressão dessa sociedade da informação. Permanece uma nota subliminar de que os capitalistas só são ricos – ou dirigentes da sociedade – por terem e usarem corretamente o conhecimento (o que não deixa de ser verdade, mas só uma meia verdade). Em sua obra, ele vai discorrer sobre o que é exatamente esta caracterização, que é um lugar de criação de novos conhecimentos¹¹³. Vejamos: *“De modo algum não é apenas a ciência ou a tecnologia que cria novos conhecimentos e torna antigos conhecimentos obsoletos. A inovação social tem uma importância igual e muitas vezes maior do que a inovação científica”* (DRUCKER, 2006, p.34).

¹¹³ “Na sociedade das organizações, é seguro supor que aquele que tiver qualquer conhecimento terá de adquirir novos conhecimentos a cada quatro ou cinco anos ou ficará obsoleto” (DRUCKER, 2006, p.34). Esse movimento lembra o processo de diminuição da taxa de valor de uso de Mészáros.

É nesta inovação social que estão as melhores explicações. Uma delas, que veremos a seguir, é a fomentação dos processos de precarização nos contratos ‘livres’ de trabalho. No nosso entender, a contratação da força de trabalho no capitalismo é, essencialmente, precária, com níveis e gradações diferentes. Continuando, o grande sentido da lógica da organização da sociedade e do papel das organizações é o desenvolvimento do seu poder, de sua missão responsável pela reprodução do capital. Na nova sociedade ocorre a busca para resgatar a própria liberdade para as organizações ‘cercadas’ pelo Estado, com leis e regulamentos, com aspectos culturais e morais que atrapalham a livre iniciativa.

As empresas devem ter a liberdade para fechar fábricas das quais as comunidades dependem para emprego ou para substituir os trabalhadores de cabelos grisalhos, que passaram anos aprendendo seu ofício e se tornaram modelos, por rapazes de vinte e cinco anos que entendem de simulação por computador (DRUCKER, 2006, p.36).

Sem simulações, para girar a roda do capitalismo, as empresas, ou as organizações, como Drucker e outros definem, necessitam ter a liberdade para controlar a força de trabalho, realizar a subsunção. É a livre iniciativa sem as amarras dos Estados, da caridade, dos sindicatos ou de outra força, até a moral. Isto, na lógica do capital, é óbvio e necessário, pois:

o desempenho econômico é a principal responsabilidade de uma empresa. De fato, uma empresa que não apresenta lucro pelo menos igual ao seu custo de capital é irresponsável: gasta recurso da sociedade (DRUCKER, 2006, p.38).

O texto do autor, neste momento, não cai num discurso moralista: é objetivo. As organizações não são casas de caridade, nem são casas dos trabalhadores, mas, sim, ‘locais’ para os trabalhadores venderem sua força de trabalho, para enriquecer o capital, para reproduzir a engrenagem historicamente estabelecida. Para o capital é uma questão fundante, “*é um ato de irresponsabilidade uma organização aceitar - e mais ainda procurar assumir - responsabilidades que impediram sua capacidade de desempenhar sua tarefa principal e missão ou agir onde não tem competência*” (DRUCKER, 2006, p.39).

O capital tem uma lógica historicamente construída. É dentro deste movimento real que surge o modelo de competências. O modelo é uma arma na disputa fratricida entre os trabalhadores por um emprego. A intencionalidade é o aumento do conflito entre os trabalhadores, conseguindo, com tal intento, o barateamento concorrencial dos custos da força de trabalho, inclusive, com a formação do trabalhador. Um processo de “*infatigável adaptação à*

sociedade regida pelo capital” (DUARTE, 2003, p.11), tanto no processo ideológico de convencimento, quanto na ação violenta do capital contra as classes trabalhadoras, num processo de adaptação coercitiva ou consensual à exploração.

É sempre a adaptação que está à frente de todo este processo que se diz autônomo e arauto da liberdade para os trabalhadores. A grande adaptação, controlada pelo capital, eis o que se deve ‘aprender a aprender’, um método que esconda esse processo de pseudo-autonomia e pseudocriatividade.

Essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista (DUARTE, 2003, p.12).

A criação de um processo de absorção do conhecimento dos trabalhadores é visto como específico do modelo das competências. A sociedade do conhecimento ou da informação, conforme Drukcer, no nosso entender, é uma modificação conservadora provocada pela própria crise do capital. Não mexe com os fundamentos da sociedade para ela deixar de ser uma sociedade capitalista, mas sim no seu formato, nos seus procedimentos, na tentativa da superação da tendência da queda da taxa de lucro. “*A assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo*” (DUARTE, 2003: p.13).

Duarte aponta cinco ilusões criadas neste campo, a partir da realidade. A primeira: “*O conhecimento nunca teve tão acessível como hoje*” (DUARTE, 2003, p.14). A Internet, a informática é colocada como um instrumento de democratização da informação. Mais do que isso, é vista como a comprovação da democratização das comunicações. Ou seja, estamos ainda no método e não no conteúdo real da democratização da informação. A segunda, a habilidade em mobilizar conhecimentos de forma criativa é mais importante do que adquirir conhecimentos. Terceira ilusão: o conhecimento como uma construção subjetiva, como uma negociação de significados, não é primordial enquanto busca da verdade. “*Conhecimento é uma convenção cultural*” (DUARTE, 2003, p.15). Quarta, não há hierarquia nos conhecimentos, nem na qualidade e no seu poder explicativo. Perguntamos: Qual o objetivo de ‘desierarquizar’ os conhecimentos senão deixá-los como iguais, inoperando as questões relevantes a serem entendidas e enfrentadas? Muito próximo da idéia de método sem conteúdo, ou seja, realiza-se o

movimento de aproximação de diferentes, mas não aponta explicitamente as diferenças. A condição de prioridade é velada teoricamente, mas pode ser bem vista quando há algum entrave no processo de produção ou reprodução do capital. Quinta ilusão: o exemplo como saída para os problemas. O problema é a mentalidade das pessoas. A tolerância desenvolvida acabaria como as guerras. O imperialismo não é percebido e, sim, a falta de respeito às diferenças culturais. Duarte termina alertando sobre a importância de se “*estar atento para não cair na armadilha idealista que consiste em acreditar que o combate às ilusões pode, por si mesmo, transformar a realidade que produz essas ilusões*” (DUARTE, 2003, p.16). Eis o desafio fundamental. A sociedade do conhecimento ou a sociedade da informação é um fetiche social e as competências, também, especificamente, da força do trabalho.

V. 2. Fomentar a precarização para manter a estabilidade - a flexibilidade tem sobrenome

Nesta ‘nova’ sociedade, Peter Drucker vai claramente apontar as modificações que estão ocorrendo com o avanço dos trabalhadores ‘temporários’ nos EUA, como também nos países avançados. O avanço da precarização do trabalho é uma resultante importante para a diminuição dos custos e das obrigações trabalhistas, além de ‘manter o foco no seu próprio negócio’.

Drucker exemplifica como esse processo de focalização está ocorrendo: quando um guardador de livros da empresa ou um capataz é substituído por um terceirizado. Aqui, vemos o movimento atual da transformação de um trabalho improdutivo em produtivo¹¹⁴, tornando o trabalho produtivo à medida de sua produção de mais-valia para a empresa em que trabalha, mesmo que seu trabalho seja para outra empresa. Drucker questiona: afinal, quem seria o seu patrão? O autor reproduz a resposta de um executivo, de uma empresa responsável pelos terceirizados:

A Exult sabe que precisa satisfazer a mim e a meus colegas para manter o contrato. Ela toma decisões de demitir ou transferir as pessoas, mas o faz somente porque eu sugeri, ou depois de me consultar. Mas a Exult tem também três obrigações - para comigo, para com a empresa e para com o funcionário - e se isso não satisfizer o funcionário, ele sairá (DRUCKER, 2003, p.88).

Drucker tenta induzir com seu raciocínio que a fluidez das organizações, em seu topo, deve-se a não existência da figura do capitalista. O nosso entendimento não coincide com o do autor. Essa flexibilidade nada mais é do que novas formas e roupagens jurídicas, a partir da

¹¹⁴ Conforme vimos no item sobre trabalho produtivo e improdutivo do capítulo anterior.

divisão do trabalho, sustentando os diversos interesses da burguesia e seus fiéis servidores repartindo a mais-valia.

É no aumento da precarização que o modelo das competências ganha o seu sentido. No desenvolvimento das características do ser competente está prescrito o saber movimentar-se na terceirização – saber ser –, pois a flexibilidade requerida inclui a perda de direitos, etc. Este saber, em particular, aponta para o trabalhador saber ser mais precarizado, sem as antigas garantias ‘bloqueadoras’ da flexibilidade. Assim vai se processando o modelo das competências, dentro da lógica organizativa do capital, a administração da nova forma de organizar o trabalho, desenvolvendo o seu saber ser. Desse modo, conforme aponta o Relatório da UNESCO, há um processo de legitimação dessa nova ordem, sutilmente apontando a formação como a grande saída.

Além disso, é possível que, por não se conseguir o pleno emprego, se comece a caminhar para uma multiplicidade de estatutos e de contratos de trabalho: trabalho em tempo parcial, trabalho com duração limitada ou precária, trabalho com duração indeterminada, desenvolvimento do auto-emprego. Em qualquer dos casos, o aumento do tempo livre deve ser acompanhado por um aumento do tempo consagrado à educação, quer se trate de educação inicial ou de educação de adultos. Deste modo, a responsabilidade da sociedade no domínio da educação é tanto maior quanto esta constitui, a partir de agora, um processo pluridimensional que não se limita à aquisição de conhecimentos nem depende, unicamente, de sistemas educativos (DELORS, 2006, p.109-110).

O setor terceirizado se amplia.¹¹⁵ Atua na desvalorização da força de trabalho, diminuindo encargos sociais, custos com os trabalhadores na lógica de sua temporalidade. O mesmo Drucker informa que existem trabalhadores que são recontratados ano após ano, dando um caráter permanente ao contrato temporário. A continuidade da existência dessa figura jurídica contratual prova que a temporalidade é um mecanismo de diminuição do custo da força de trabalho, com objetivo de seu barateamento. O conjunto é permanente, ou seja, a precariedade é uma das características do capitalismo no tratamento aos assalariados, dando outras formas à importante construção do exército de reserva. O tratamento cada vez mais precário no contrato de trabalho cresce a cada dia em variados ramos de trabalho e tende a crescer cada vez mais, segundo

¹¹⁵ Existem várias análises científicas sobre esta realidade. Optamos aqui colocar simplesmente um exemplo. “*Em crise, escolas terceirizam professor. A crise no setor particular de ensino fez com que as escolas aplicassem aos professores o mesmo que ocorreu com funcionários de limpeza e segurança: a terceirização. Somente em São Paulo, cerca de 15 mil educadores estão nessa situação*” (...) (Fábio Takahashi da FSP27/11/2006 - 09h27).

Drucker. Com isso, barateia-se o custo da força de trabalho para os capitalistas e, por outro lado, transforma setores improdutivos em produtivos para o capital.

Essa situação não deixa de ser nova para os métodos de organização do capital. Nova, em sua formatação, mas não em sua lógica, para deixar claro o nosso entendimento. “*A razão normalmente dada para a popularidade dos trabalhadores temporários é que eles dão flexibilidade aos empregadores*” (DRUCKER, 2003, p.89). Uma de suas explicações são os benefícios da transformação legal “*em ‘não-funcionários’ as pessoas que trabalham para uma empresa*” (DRUCKER, 2003, p.89).

Drucker descreve que existem empresas responsáveis para cuidar da burocracia. Ele, no entanto, não explicita que esse movimento de diminuição de custos é altamente produtivo para os empresários do setor de ‘administração’, ou seja, é mais uma situação de divisão do trabalho, para o enriquecimento do capital, além do aprofundamento da mercantilização da força de trabalho. O gasto de tempo com questões consideradas secundárias, para uma empresa, vira questão central em outra empresa, e juntas podem ganhar com o barateamento dos trabalhadores a serviço da produção da mais-valia, de ambas, obviamente. Mas os processos de terceirização não vivem apenas de grandes administradoras da burocracia. Essa forma de contratação da força de trabalho se expande para os mais diversos ramos da (re)produção. Drucker cita o exemplo das ‘maquiladoras’ implantadas no México, com a mesma lógica de terceirização. O formato da flexibilidade é um formato que vai crescendo e atinge as diversas formas organizativas do trabalho, pois ele retoma uma das características fundamentais da relação capital e trabalho assalariado: a liberdade de o empresário dispor da forma mais barata da força de trabalho, através da concorrência e, por conseguinte, diminuindo os seus custos de reprodução. A flexibilidade para os empresários é o lado da liberdade para ganhar mais; já a outra flexibilização, a dos trabalhadores, é a liberdade de perder direitos, embora a flexibilidade seja elemento que constrói a noção de competências.

Outro motivo alegado para o aumento do trabalho temporário, para Drucker, é a “*extraordinária especialização dos trabalhadores de conhecimento*” (DRUCKER, 2003, p.92). Há uma forte divisão do trabalho, acentuada, para ele, no que tange à área do trabalho intelectual. A importância da gerência é conseguir com que esses trabalhadores consigam o máximo de eficiência e eficácia. Antes, segundo Drucker, os trabalhadores tinham pouca formação e qualificação, realizavam tarefas repetitivas. Hoje, menos de um quinto são operários, os

supervisores não são mais subordinados e sim, associados. A expectativa é que eles dêem as ordens, embora Drucker advirta: *“o conhecimento é eficaz somente se é especializado”* (DRUCKER, 2003, p.92). O crescimento dos conhecimentos tecnológicos depende de um domínio específico. A partir da evidência da especialização demonstrada pelo autor, pelo menos no trabalho intelectual, é perceptível o aumento na divisão social do trabalho e um processo diferenciado, como no exemplo da terceirização, com a existência de duas empresas em que o trabalhador é subordinado. Ou seja, para a extração da mais-valia, a flexibilidade de direitos, de redução de custos da força de trabalho se apresenta em novas formas jurídicas e organizacionais, além disso, a competência é o marco nesta luta entre ‘os melhores’.

Nessa ‘nova’ sociedade da informação, os detentores do conhecimento, para Drucker, são como se fossem os possuidores dos ‘meios de produção’¹¹⁶. A importância do conhecimento na atualidade é equiparada, pelo autor, com a Revolução Industrial. Ele destaca muito claramente que só é importante o conhecimento levado à prática. *“A explosão da produtividade foi, justificadamente, o acontecimento social mais importante dos últimos cem anos, sem precedentes na história”* (DRUCKER, 2006, p. 45). Essa situação, determinada pela ação do conhecimento, trouxe a necessidade de uma situação plural, não mais centralizada, como definia o totalitarismo do século XX, e aumentou as exigências pelos especialistas, segundo Drucker. Chiavenato também discorre sobre a importância do conhecimento, imbricando-o à realização da mercadoria e tendo o cliente ou a sociedade como beneficiária.

O grupo social mais importante será aquele formado pelos trabalhadores do conhecimento. O trabalhador do conhecimento não será necessariamente aquele que opera um computador ou algum equipamento sofisticado, mas aquele que transforma os dados processados em benefício para o cliente ou para sociedade (CHIAVENATO, 2002, p.55).

Interessante é que esse autor não trata o trabalho intelectual relevante aquele que interage com algum tipo de equipamento sofisticado e sim, o trabalho que traz algum benefício ao cliente, ou, recompondo no nosso ponto de vista, produtor de mais-valia. Esta é a importância do trabalho mais complexo. No Relatório Delors, implica a importância no saber ser, além do trabalho intelectual: *“Finalmente, é provável que nas organizações ultratecnistas do futuro os déficits relacionais possam criar graves disfunções, exigindo qualificações de novo tipo, com base mais comportamental do que intelectual”* (DELORS, 2006, p.95).

¹¹⁶ O próprio autor coloca entre aspas a expressão meios de produção.

Para Drucker, a questão passa pelo controle desses profissionais. No trabalho intelectual existe uma dificuldade quanto à supervisão do mesmo, oriunda da própria natureza do trabalho. Com esta dificuldade, exigiu-se um novo tratamento para o trabalhador intelectual: *“Uma vez que a moderna organização consiste de especialistas intelectuais, ela precisa ser uma organização de iguais, de colegas e associados”* (DRUCKER, 2006, p.42).

Para o autor, a parceria das organizações com esses trabalhadores é o único caminho para continuar o desenvolvimento da sociedade das organizações. É imperioso, para Drucker, tratar bem os trabalhadores de conhecimento. Ao mesmo tempo, observamos, é feita uma ‘venda casada’: junto com o bom tratamento, um trabalho ainda mais precarizado. Em Chiavenato, isso obriga o próprio trabalhador a buscar os conhecimentos, numa situação em que, para o autor, o tempo de uso do conhecimento é cada vez mais exíguo¹¹⁷.

Cada pessoa valerá pelo seu conhecimento. Adquirir constantemente novos conhecimentos e atualizar os já adquiridos será fundamental para preservar o sucesso profissional. (...) O conhecimento (...) tem um prazo de validade cada vez menor (CHIAVENATO, 2002, p.55).

Para Drucker, a forma de resolver, funcionar bem a empresa, com esse número elevado de especialistas é com a terceirização, além de deixar os trabalhadores mais satisfeitos. Eis como reaparece Durkheim na concepção de Drucker, enfatizando a lógica da divisão do trabalho como uma forma de garantir o melhor para cada um, desde que seja ‘no seu devido lugar’. Exemplifica que o metalúrgico pode ter um bom lugar e um trabalho interessante, mas *“não há possibilidades, a não ser remotas, de o metalúrgico vir a se tornar um executivo, e, de qualquer maneira, isso significaria abrir mão daquilo que ele passou anos aprendendo a fazer - e de que gosta”* (DRUCKER, 2003, p.94). Para ele, as empresas não entenderam que a maioria das pessoas que trabalham não são funcionárias da própria empresa - há a terceirização, temporários, entre muitas formas contratuais -, e devem ser tratadas de outra maneira. Desenvolvem competências que são o fetiche da sua realização, tornando-se um similar do capitalista, sem sê-lo.

A mudança jurídica da reorganização da exploração serve para manter as relações de dominação. O capital continua no controle da força de trabalho, subsumindo o trabalho pelo capital, mesmo que de formas diferenciadas, atualizadas e até, podemos dizer, mais perversas com o aumento da gradação do trabalho precarizado. Com toda essa pulverização, a supervisão,

¹¹⁷ No bloco anterior apresentamos a diminuição da taxa de uso da mercadoria, inclusive da força de trabalho (MÉSZÁROS).

para Drucker, é um problema real a ser superado ainda. E vê a importante contribuição dos grandes administradores respondendo de diversas formas, cada um ao seu tempo, a questão da utilização do conhecimento¹¹⁸. Drucker assume como importante a contribuição da lógica taylorista, de Ford, e até mesmo de Ed Deming.¹¹⁹ Todos buscavam um mesmo aumento da produtividade sob a lógica capitalista, através da apropriação dos conhecimentos dos trabalhadores para o capital, fundamentalmente para atingir maiores índices de produtividade e, logicamente, de ganhos para o capital. Para explicar essa diversidade, Peter Drucker, utiliza o exemplo de uma orquestra, que não necessita dos melhores músicos, mas daqueles adequados e que dêem o máximo de si¹²⁰. Como diz o autor, não é o montante investido, mas sim o resultado que é o verdadeiro interesse das organizações, o resultante do aumento da produtividade dos trabalhadores. Mas, para conseguir isto, necessita-se de trabalhadores aplicados¹²¹.

O instituto da flexibilização para atender as novas formas da organização capitalista, que flexibiliza as formas de contratação para o aumento da subsunção do trabalho ao capital, é a base para entender a necessidade de formar sob uma outra lógica, a força de trabalho. Nesse sentido, Drucker não esconde a importância que tiveram Taylor, Ford, entre outros, nesta questão, pois todos estavam imbuídos do mesmo objetivo: da reprodução e aumento dos ganhos do capital. O tipo de formação que vai contribuir na construção dessa nova sociedade, com um processo flexibilizado de aumento da concorrência entre os trabalhadores em favor do capital, será o modelo das competências.

V. 3. A autonomia depende de uma boa administração; o saber ser

Para funcionar cada dia melhor, a sociedade reflete cientificamente a forma de manter essa engrenagem dentro dos seus objetivos de crescimento do capital. Não é por acaso que a ciência da administração cresce colada com o desenvolvimento do capitalismo. Peter Drucker aponta, justamente, a administração como a resposta organizada. A ação da administração,

¹¹⁸ Para nós, além do conhecimento, o processo de subsunção.

¹¹⁹ “O fator que tornou produtiva a força de trabalho tradicional foi o sistema - quer fosse a ‘melhor maneira’ de Frederick Winslow Taylor, a linha de montagem de Henry Ford, ou o Gerenciamento da Qualidade Total de Ed Deming. O sistema incorpora o conhecimento. Ele é produtivo porque possibilita aos trabalhadores um bom desempenho sem muito conhecimento, ou muitas qualificações” (DRUCKER, 2003, p.96).

¹²⁰ Marx utiliza o exemplo da orquestra para mostrar a importância do maestro, de uma coordenação no trabalho industrial.

¹²¹ A questão torna-se: como recompensar os trabalhadores pela rentabilidade do capital? Para Drucker: “Os funcionários podem ser de fato nossos maiores passivos, mas as pessoas constituem na nossa maior oportunidade” (DRUCKER, 2003, p.99). Só faltou dizer que são os explorados, os produtores da riqueza dos capitalistas.

cumprida sua ‘missão específica’, que é o galgar níveis mais altos de cada organização - aumentar seus ganhos -, deve-se ater aos trabalhadores. Eles são um passivo, mas, segundo Drucker, também a maior potencialidade no crescimento da própria organização. “*A segunda tarefa da administração é tornar o trabalho produtivo e transformar o trabalhador em realizador*” (DRUCKER, 2006, p.197). Diremos que o trabalhador produtivo é um realizador das necessidades do capital. Essa é a motivação do controle, da administração exercida pelos capitalistas, ou pelo menos a seu serviço. “*A administração trata dos seres humanos. Sua tarefa é capacitar as pessoas a funcionar em conjunto, efetivar suas forças e tornar irrelevantes suas fraquezas*” (DRUCKER, 2006, p.197).

Para o autor, é na coletividade que deve estar empenhada esta empreitada. Ele destoa da condição individualizada do trabalho, defendida por outros autores, quanto ao trabalho atual. Esta é uma caracterização importante, pois ele não está interessado em ‘virtuosi’, como no exemplo da orquestra, mas sim, de ‘músicos’ que façam a sua parte no coletivo com afinco e eficácia. O papel do regente, segundo Drucker, é querer fazer a ‘orquestra’ funcionar melhor em seu conjunto. A sociedade não depende de gênios e sim, dos trabalhadores que aprendam a fazer, a serem criativos, logicamente para o capital. No caso, um trabalhador mediano¹²² pode cumprir perfeitamente esse papel.

Em outras palavras, não há razão para qualquer pessoa com talentos medianos não adquirir competência em qualquer prática. O domínio pode enganá-lo; para isso, seria necessário ter talentos especiais. Mas, o que é necessário para a eficácia é a competência (DRUCKER, 2006, p.66).

Aqui temos um sentido fundamental como critério para as competências. Não é a sua excelência individual, mas a disposição de doação máxima ao projeto da organização. Para Drucker, é plausível o aprendizado por parte dos trabalhadores de competências para desenvolverem-se nas organizações. E mais, cada trabalhador não deixa de ter esse caráter no trabalho. “*Cada subordinado é um executivo. (...) Uma coisa pouco importa: seja alto executivo ou iniciante na carreira, ele precisa ser eficaz*” (DRUCKER, 2006, p.59).

O modelo para a formação dos trabalhadores é a própria estatura do capital. A estatura

¹²² Para Marx, a questão do ótimo trabalhador, do regular e do trabalhador fraco para o capital é uma condição da existência humana. Por isso, ele percebe a importância do sujeito coletivo, que é o resultante, uma média, de todas as especificidades individuais e, mais, é um multiplicador na capacidade de trabalho. Não é simplesmente uma soma e sim, uma multiplicação da sua força produtiva da qual o capitalista se apropria gratuitamente.

representada nos dirigentes executivos máximos, nos CEO¹²³, evidente que com a condição básica de responder concretamente aos interesses do capital. Mesmos nos altos postos, a precarização também é a tônica. Compõem-se a isto a flexibilização do modelo capitalista para a força de trabalho, que vimos anteriormente.

O processo de precarização chega muitas vezes a ser assustador, mesmo posto num tom de desafio sadio, conforme afirma Chiavenato: *“Ninguém está mais livre de um projeto de reengenharia na empresa onde trabalha (...) cabeças rolam na incessante busca da redução de custos e do aumento da produtividade”* (CHIAVENATO, 2002, p.3).

O centro nesta busca é a competição entre os próprios trabalhadores. Eles terão direito de chegarem ao ‘oásis’, que é o emprego, e tentarem permanecer no mesmo por um tempo razoável. Para cortar custos, aumentar a produtividade graças ao processo de concorrência entre os trabalhadores, nada melhor do que um modelo que caiba nesse figurino: o das competências. Nesse movimento, segundo o autor, o trabalhador deve estar preparado para disputar a pequena oportunidade como se fosse uma obsessão. Além dessa entrega, o candidato que almeja um emprego deve ter mais do que competência... *“Algo como 50 ou 100 horas de dedicação integral e intensiva. Depende da sorte”* (CHIAVENATO, 2002, p.4). Dentro desse quadro, alerta Chiavenato, o candidato não pode ter espaço para azedumes, mau-humor, etc. Ou seja, além de estar desempregado, o indivíduo deve estar feliz, contente e alegre. Ou, pelo menos, demonstrar que está neste estado de espírito. Além de sorte, é claro. Neste caso, para, então, conseguir um trabalho especial, que *“é o trabalho em qualquer lugar e em qualquer horário”* (CHIAVENATO, 2002, p.56).

Como já vimos, a luta pelo emprego, fundamentalmente, não está na esfera das habilidades profissionais. É preciso agregar às competências, o tal saber ser. Neste sentido, algumas sugestões são preciosas, como, por exemplo: *“Saiba angariar amigos e fazer contatos”* (CHIAVENATO, 2002, p.14). Sugere o autor: não se esqueça de que a *“ampliação de seu rol de amigos e profissionais (...) está intimamente ligada ao conceito de empregabilidade: conhecer pessoas e relacionar-se bem com elas”* (CHIAVENATO, 2002, p.20). Ele não somente aborda isto como uma questão, digamos, do saber ser, mas também levanta o seguinte dado colhido de uma revista identificada com o empresariado: *“A revista Exame fez um levantamento segundo o qual cerca de 80% das colocações de altos executivos foram feitas por indicações de*

¹²³ Chief-Executive-Officer, CEO, como está se firmando a denominação, inclusive no Brasil.

amigos ou conhecidos (Você já montou sua networking? Exame, p.78, 14 de agosto de 1996 ” (CHIAVENATO, 2002, p.20).

Para não deixar dúvidas, Chiavenato demonstra que a formação das competências tem sua lógica fincada na venda de uma mercadoria, no caso, a força de trabalho. *“Na realidade, o produto é você e o seu talento pessoal, e o serviço é a sua atividade profissional”* (CHIAVENATO, 2002, p.26). Define o autor, com todas as tintas, que a força de trabalho enquanto mercadoria deve ser vendida a partir da satisfação do cliente. Este é o seu ensejo, ou melhor, sua única oportunidade.

Esse processo de concorrência, o saber ser, além da entrega do trabalhador ao capital (subsunção), necessita uma profunda adequação aos interesses do capital. Claro que o autor está direcionando sua análise sobre a seleção de executivos, gerentes, pessoas da administração, mas essa mesma perspectiva serve para todos os trabalhadores, com seus devidos níveis e escalas de exigências. Para Dutra, a lógica é a mesma: *“adequar o seu talento às reais necessidades das empresas”* (CHIAVENATO, 2002, p.28). É explicitado diretamente: *“Quem não se ajusta a esse novo perfil está fadado a perder o emprego para outra pessoa mais adequada às novas solicitações e expectativas do mercado”* (CHIAVENATO, 2002, p.86). O fundamental é corresponder às expectativas dos empregadores, dos compradores de força de trabalho, enfim, dos capitalistas. O processo de responsabilização do trabalhador carrega as características dominantes da sociedade burguesa. Cada vez mais, busca-se a semelhança à burguesia, não para ter poder, mas para servi-la. Esta é uma postura que favorece a reprodução fortalecida do sistema. Não é para aumentar a sua autonomia. Chiavenato parodia Roosevelt em sua famosa frase, trocando o país pela empresa: ‘não pergunte à empresa o que ela pode servir para você; pergunte o que você pode fazer pela empresa’. Este é o tom generalizante da formação que é apresentado aos trabalhadores, desde a gerência até os trabalhadores mais simples.

Fleury & Fleury expressam como se dá a relação das competências dos assalariados com a das organizações, sendo o critério fundamental a agregação de valores de forma mútua, a partir da necessidade da competitividade empresarial. *“A competitividade de uma organização seria determinada pela inter-relação dinâmica entre as competências organizacionais e a estratégia competitiva”* (FLEURY & FLEURY, 2006, p.32).

Dutra, no mesmo palmilhar dos autores citados acima, acentua a auto-entrega¹²⁴ do assalariado à empresa como o critério das mesmas competências: “*Não podemos pensar as competências individuais de forma genérica e sim atrelada às competências essenciais para a organização*” (DUTRA, 2004, p.25). A lógica das competências só tem sentido enquanto contribuir para as estratégias, para a competência da própria empresa, “*(...) mesmo quando a pessoa sai da organização*” (DUTRA, 2004, p.31), ou quando ainda é importante para todo o sistema.

O saber ser não é, antes de tudo, um estado de espírito, se bem que não prescinde deste, mas é uma efetivação lógica dos objetivos do capital. O modelo das competências tem essa materialidade em vários elementos: autonomia, responsabilização, criatividade, etc. Esses ingredientes, na verdade, estão umbilicalmente ligados às necessidades empresariais do capital. O sucesso para os assalariados é somente a necessidade dos verdadeiros interesses das chamadas organizações, que representam fundamentalmente os interesses dos capitalistas. Dutra explicita claramente a subordinação do trabalho ao capital, enquanto uma formulação do modelo das competências, destacado o saber-ser.

Dessa forma, as competências humanas não mais derivariam das trajetórias de sucesso de pessoas dentro da empresa, e sim dos objetivos estratégicos e das competências organizacionais (DUTRA, 2004, p.34).

Para sobreviver no mercado de trabalho, os trabalhadores têm de buscar as competências que combinem com os interesses estratégicos das empresas. Todos esses elementos que levantamos estão ligados diretamente com a concepção do saber-ser. A transformação do trabalhador assalariado em ‘capitalista’, pelo menos no seu ser, no seu mais profundo comportamento, não é simplesmente um movimento ideológico. É o próprio fetiche das competências, através de pontos práticos para a necessária identificação e mobilização em defesa do modelo de produção vigente¹²⁵. Temos um ingrediente que abordamos no capítulo III, com a contribuição de Tumolo e outros autores. É a própria subsunção real da vida do trabalhador ao capital, ressaltando a necessidade de o trabalhador não ‘vestir somente a camisa’ da empresa, mas

¹²⁴ “*Para efeitos de admissão, demissão, promoção, aumento salarial, etc., a pessoa é avaliada e analisada em função de sua capacidade de entrega para empresa*” (DUTRA, 2004, p.25).

¹²⁵ Como um anexo, realizamos um movimento com uma autora que nos trouxe um manual de seleção de profissionais com base no modelo de competências.

assumir o ideário do capital como seu. Este saber é intrínseco às competências: ser defensor do capital.

Além desse saber ser, outro ponto relevante para o modelo das competências é o saber fazer, que não pode ser entendido separadamente do primeiro – um só tem sentido juntamente com o outro. Somente é na aparência a contradição entre o ser e o fazer. Pertencem à mesma necessidade do capital e assim devem ser entendidos. Encontramos sua perfeita unidade quando colocamos a realidade das competências, como veremos a seguir.

V. 4. Sobre o saber fazer

Uma das bases das competências é o ‘saber fazer’. Preparar o trabalhador para agir autonomamente, com iniciativa e criatividade. Por isso, ele é encarado como sendo um processo mais importante do que aprender os conteúdos. No documento da UNESCO, é visto com bastante acento:

Este tipo de aprendizagem que visa não tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e como uma finalidade da vida humana (DELORS, 2006, p.90-91).

Soma-se a isto a perspectiva de que o tempo de prescrição dos mesmos é curto na ‘sociedade do conhecimento’. Na pedagogia, é o chamado ‘aprender a aprender’. Nesse campo, Duarte (2003) vai fazer uma crítica sobre as bases epistemológicas dessa pedagogia, assim como Ramos (2003). O fundamento é o mesmo, tanto para o processo de formação do trabalhador, incluindo o âmbito escolar – mesmo não sendo este objeto central do trabalho aqui desenvolvido –, quanto na formação da força de trabalho. Duarte vai apontar suas origens no escolanovismo, a partir dos métodos ativos, identificando em Dewey, com seu ‘learning by doing’, as origens dessa formulação pedagógica. Para o autor, o construtivismo é um passo para as competências desenvolvidas por Perrenoud. A ênfase é na auto-aprendizagem em que está ausente a transmissão (DUARTE, 2003). Assim descreve o autor como esse pensamento realiza a seguinte crítica ao processo de transmissão:

Nessa perspectiva, aprender sozinho contribuiria para o aumento da autonomia do indivíduo, enquanto aprender como resultado de um processo de transmissão por outra pessoa seria algo que não produziria autonomia e, ao contrário, muitas vezes até seria um obstáculo para alcançá-la (DUARTE, 2003, p.8).

Evidente que Duarte não se contrapõe aos processos que desenvolvam a autonomia, a liberdade de pensamento e todos esses movimentos. A questão para Duarte é que os autores defensores deste bloco pedagógico “*estabelecem uma hierarquia valorativa, na qual aprender sozinho situa-se em um nível mais elevado do que o da aprendizagem resultante da transmissão por alguém*” (DUARTE, 2003, p.8).

A insistência em esvaziar de conteúdo a formação, tendo como objetivo central o ‘aprender a aprender’, deixa em segundo plano o conteúdo efetivo. No nosso entendimento, essa indicação é uma outra forma de pré-determinar o conteúdo e, portanto, uma nova fórmula de realizar o controle desse processo de aprendizagem. No caso, as definições de conteúdo, em sentido amplo, já foram determinadas, mas não explicitadas. O que se coloca como autonomia, no aprender sozinho, na verdade, é a ponta de um processo que requer, por ser um processo social de aprendizagem, com ênfase ou não, a inserção numa ação social. O processo de ocupação desse ‘vazio’ é, na verdade, a percepção de que os conteúdos estão por ora definidos. É feito de uma forma em que o processo pode mudar, mas o conteúdo central está solidificado e velado.

Neste sentido é que filiamo-nos ao pensamento de Duarte. Primeiro: não há possibilidade do aprendizado autônomo, pois, em princípio, ele é social. Portanto, a autonomia deve-se considerar como a ação crítica, ou seja, não é necessariamente a autonomia do indivíduo, mas sim, de um processo que não se submete ao idealismo ou ao pragmatismo dominante¹²⁶. Neste

¹²⁶ Uma contribuição ao discurso dominante que se propõe a um paradigma específico é o pragmatismo. Rorty nos apresenta o sentido do mesmo na atualidade e a incipiente conclusão que chegamos é que o sentido das competências também soma com o objetivo de mundo que nos traz Rorty. Não temos aqui a pretensão de realizar um debate sobre o pragmatismo e sim, trazer elementos deste no sentido de construir algumas pontes, no intuito de localizar as competências como instrumento prático e ideológico das classes dominantes. O empirismo característico do pragmatismo anuncia-se como progressista, quando aponta a busca das melhores idéias e práticas para atingir uma “*justa distribuição de bens e oportunidades*” (RORTY, 2005, p.27). Ou, quando busca o melhor, no caso, sem importar, em tese, de sua matriz teórica – uma característica do ecletismo tão em voga, atualmente. “*Não tenho muito como usar noções como ‘valor objetivo’ e ‘verdade objetiva’. Penso que os chamados pós-modernistas estão certos na maioria de suas críticas à conversa filosófica tradicional sobre ‘razão’*” (RORTY, 2005, p.31-31).

Evidente, que este propósito de açambarcar o que se tem de melhor, bebendo nas variadas fontes a partir da mensuração prática, esconde o seu vínculo com a manutenção do ‘status quo’ social. “*A justificativa de Rawls para o capitalismo é que qualquer outro sistema econômico deixaria os menos favorecidos mais miseráveis, pois seriam privados dos benefícios da inovação tecnológica*” (RORTY, 2005, p.26). Outras passagens demonstram sua acomodação dentro da sociedade capitalista, que por sinal não é vista como tal, e sim, como uma possibilidade democrática, exatamente a face inexistente, mas carregada de uma ideologia de justificação do imperialismo, como o grande defensor da democracia mundial, visão que é reproduzida em outros países centrais, e até mesmo periféricos, de que o sistema vigente não é o capitalismo e sim, o sistema político democrático. “*Ao contrário, vejo a América muito como Whitman e Dewey viram, abrindo uma possibilidade de panoramas democráticos ilimitáveis. Penso que nosso país – a despeito de seus vícios e atrocidades presentes e passadas, e despeito de sua ânsia de eleger estúpidos canalhas para altos postos – é um bom exemplo de melhor espécie de sociedade já inventada*” (RORTY, 2005, p.31).

caso, é falso falar em processo autônomo neste modelo de competências. Segundo, busca-se na aproximação com a realidade a materialidade¹²⁷. A falácia da autonomia só é possível num mundo cada vez mais reificado e fragmentado. A autonomia é coisificada no ‘ter’ capital. Dizer que a autonomia é a humanização do capital é não perceber a ação fetichizante que tem a mercantilização da sociedade humana.

A mercantilização das relações toma ares fundantes e, portanto, o ‘aprender a aprender’ está incluído neste pacote, dentro das linhas mestras do capital. O ‘saber fazer’ fora dos ditames do capital implicaria uma outra aproximação à realidade. Isso o colocaria subjugado ao conteúdo real, bem como ao movimento para a transformação da realidade. No fim, o ‘aprender a aprender’ deixaria de ter uma importância central, ou seja, deixaria de ser o ‘aprender a aprender’, para ser os processos de aprendizagem subordinados às relações sociais históricas ao acúmulo de conhecimento que a humanidade produziu, dentro de parâmetros realmente humanizados. Duarte continua sua crítica: *“É mais importante adquirir o método científico que o conhecimento científico já existente”* (DUARTE, 2003, p.8). Duarte, analisando Piaget, vai citá-lo: *“nós os privamos então de um método de pesquisa que lhes seria bem mais útil para a vida que o conhecimento correspondente”* (PIAGET, 1998, p.166 apud DUARTE, 2003, p.9). O método passa a ser central e não meio de apropriação do seu conteúdo, assim como a subsunção é central para o capital. Na introdução deste trabalho, levantávamos que o método é um processo que o

Resume-se este à existência de partidos, com eleições sistemáticas, que, no nosso entender, está longe de ser um sistema para o povo ou do povo; é, na verdade, um sistema controlado pelas grandes corporações. A luta por justiça enquadrada nas determinações do sistema vigente apresenta uma contradição enorme, inclusive conceitual. O fetiche provocado pela coisificação das relações retira a possibilidade coerente com uma transformação radical da sociedade. Então, o atalho importante é uma readequação conceitual. Vejamos o que Rorty propõe, ao contrário da crítica materialista dialética, que tenta dar conseqüência realmente transformadora e para tal busca na aproximação da realidade as categorias, duras, mas que possam a explicitar melhor: *“Seria uma boa idéia parar de falar sobre a luta anti-capitalista e substituí-la por alguma coisa banal e não teórica – algo como ‘a luta contra a miséria humana evitável’.* Do modo mais geral, minha esperança é que possamos banalizar o vocabulário inteiro de deliberação política de esquerda. Sugiro que comecemos a falar de cobiça e egoísmo, em vez de mercadorização do trabalho, de diferenças de gastos por aluno em escolas e acesso diferencial à saúde em vez de divisão da sociedade em classes” (RORTY, 2005, p.54).

¹²⁷ Duarte(2003) aponta o texto de Ilyenkov sobre o outro lado da materialidade, a conseqüente idealidade: *“É por isso que Ilyenkov insiste em afirmar que é preciso abandonar o princípio segundo o qual os fenômenos ideativos seriam aqueles que têm existência exclusivamente dentro da mente dos indivíduos”* (DUARTE, 2003, p.92). Não é consciência ou vontade dos indivíduos e sim a atividade em determinadas relações sociais, retomando Duarte. Como nós não nos apropriamos desta categoria, efetivamente, preferimos destacar por enquanto o lado subjetivo da materialidade. Deixando para a posteriori o necessário aprofundamento da categoria idealidade.

próprio objeto vai delineando. O método está ‘a serviço’ de um conteúdo, inclusive modificando-o, impelindo-o, mas subalterno às definições da realidade, no caso, do conteúdo.

Este movimento está ligado a uma tentativa de tirar a historicidade das determinações do capital, colocando-o como algo sem raízes, sem determinantes. Como se pudesse existir um método a ser utilizado na análise de qualquer tipo de sociedade, neutro. Na verdade, seria um método genérico que, conseqüentemente, esconde as relações determinantes da sociedade, portanto, apresenta o objeto como um fetiche. Busca distanciar-se de uma sociedade estática, mostrando-se uma sociedade dinâmica, no caso, sem raízes. *“Tornam os conhecimentos cada vez mais provisórios, pois um conhecimento que hoje é tido como verdadeiro pode ser superado em poucos anos ou mesmo em alguns meses”* (DUARTE, 2003: p.10). A verdade é fluída e fugaz beirando ao inatingível, assim como a competência.

Ocorre uma transformação para a manutenção da reprodução do capital. Duarte (2003), debatendo com Vítor da Fonseca, explicita o ‘aprender a aprender’ *“como uma arma na competição por postos de trabalho, na luta contra o desemprego”* (DUARTE, 2003, p.11). Prepara-se, em seu saber ser e saber fazer, para a situação caótica do desemprego ou da terceirização. Aprende a concorrer, a ser competitivo, a utilizar uma arma contra si mesmo. Parodiando: Proletários do mundo todo, guerrei-vos!

V. 5. A importância do controle do capital versus autonomia

A primeira caracterização está descrita no capítulo III, na aproximação do processo de subsunção do trabalho ao capital. Uma outra é da caracterização do controle sob dois aspectos, como enuncia CIPOLLA (2005, p.218):

Assim, o processo de trabalho no capitalismo parece ter duas implicações complementares em relação ao problema do controle: a primeira é de natureza técnica, e diz respeito à coordenação de vários indivíduos trabalhando lado a lado; a segunda diz respeito ao fato de que esses indivíduos estão manipulando elementos do capital produtivo, elementos esses que para o capitalista representam capital constante a ser recuperado no valor da mercadoria.

O que nos interessa propriamente neste trabalho é o segundo aspecto do controle, que o autor chama de supervisão. É dele que nasce a necessidade fundamental de produzir valor, deixando claro que são dois aspectos do controle: a supervisão e a coordenação.

Juntamente com as determinações do controle capitalista que emanam do processo de trabalho temos as determinações que emanam da natureza antagônica do

processo de produção enquanto processo de valorização, isto é, processo de extração de mais-valia. Esse aspecto do controle, que poderíamos denominar de supervisão, nada tem a ver com a natureza do processo de trabalho cooperativo, mas sim da natureza antagônica entre o explorador “e a matéria que ele explora” (CIPOLLA, 2006, p.218).

Além deste entendimento, trouxemos outros autores para abordarem sobre o controle na formação do trabalhador. Um dos elementos centrais do modelo das competências é ressaltar a sua autonomia em contraposição ao controle exercido no modelo anterior. Primeiramente, seria importante caracterizar o controle exercido pelo capital a subsunção na ótica da qualificação.

Braverman consegue apontar as ilusões criadas, desde a época de Ford, sobre a melhora dos processos de trabalho, de uma pseudoqualificação. Ele analisa a partir do chão de fábrica e escritórios, relacionando a expressão do trabalho com a gerência dos interesses do capital, que é o controle. Isso, não mais no sentido de ‘dar ordens e ser obedecido’, mas no domínio do processo de trabalho, ou seja, o controle da ação produtiva, a subsunção. Para Enguita (1993), o controle e a construção de uma cultura capitalista de organização do trabalho será o eixo da qualificação dos trabalhadores.

Em outro escrito, o mesmo autor definirá que o movimento da contínua extração da mais-valia vai passar pelo controle. Para ele, o centro é o desenvolvimento de uma cultura, um modo de vida para desenvolver nos trabalhadores uma disposição para o serviço assalariado.

A redução dos trabalhadores às condições do trabalho fabril não foi apenas um processo de luta em torno das condições materiais, mas também uma kulturkampf, um processo de prolongado conflito cultural (ENGUITA: 1989, 55).

Para Enguita - ainda no interior do debate de qualificação -, ela terá como finalidade a preparação do trabalhador para a aceitação do controle. O mesmo utiliza-se do estudo de Dreeben, que explicita:

Qualificar as pessoas para o trabalho (...) supõe muito mais que adestrá-las para serem competentes em destrezas relacionadas com o posto de trabalho; supõe também modelar os estados de espírito dos homens e conseguir que estejam dispostos a aceitar normas de conduta relacionadas como o desempenho de um emprego e com o domínio das atividades que o compõe (DREEBEN apud ENGUITA, 1989, 140).

Esse processo em conflito, entendido como parte da luta de classes, vai além da fábrica, desenvolvendo todo um comportamento necessário para os objetivos produtivos fabris. O próprio desenvolvimento do maquinário é utilizado para o exercício do controle. Assim o autor prescreve:

A maquinaria em si foi um instrumento contra a mão rebelde do trabalho. Através da desqualificação do trabalho, da imposição de um ritmo mecânico e da possibilidade de substituir os artesãos de costumes arraigados por camponeses, por trabalhadores não qualificados, por mulheres e crianças, a inovação tecnológica serviu para ir quebrando pouco a pouco a resistência à nova vida fabril (ENGUITA, 1989, 51).

O que queremos ressaltar, nesse movimento, é que o atual modelo de competências prescreve uma autonomia que contradiz o controle de forma fetichizada. No nosso entendimento, os mecanismos e a própria organização do trabalho sob esta ótica apontam o seu contrário. A autonomia, a liberdade criativa e a responsabilização são limitadas pelo seu contrário necessário, para a realização do processo produtivo capitalista. É da essência do sistema ter e exercer o controle sobre o trabalho.

V. 6. O controle versus competência

A contribuição do modelo das competências tem uma matriz liberalizante, ou, mais precisamente, neoliberal, que é a possibilidade de as relações fluírem pelas ‘ordens do mercado’. Vem da prática da produtividade flexível, já dito, atacando conquistas e direitos dos trabalhadores. Nesse modelo, são ressaltados ícones fundamentais, como a autonomia, a liberdade de criação, a própria flexibilidade, etc. A contraposição histórica colocada com o taylorismo-fordismo era, exatamente, contrariar a força castradora do mesmo, que inviabilizava a criatividade, ou seja, a liberdade do trabalhador em criar. No Relatório Delors, esse posicionamento é bem explícito:

Esta evolução irreversível não aceita as rotinas nem as qualificações obtidas por imitação ou repetição e verifica-se que se dá uma importância cada vez maior aos investimentos ditos imateriais, como a formação, à medida que a “revolução da inteligência” produz os seus efeitos (DELORS, 2006, p.71).

Esta liberdade é prometida pelo modelo de competências, só que, para efetivá-la, passa por um minucioso processo de produção extremamente controlado. O grande objetivo, no ‘novo’

modelo de produção, é a qualidade ‘total’. Para atingir esse nível, deve buscar as competências dos trabalhadores do conjunto da empresa. Para isso, a certificação é a prova desse nível de excelência, seguindo inúmeras e detalhadas regras, controladas pelo capital, em nome do trabalhador satisfeito¹²⁸.

O processo de regramento tanto serve para o indivíduo trabalhador, com a certificação de suas competências, como serve para as empresas, que lutam entre si e necessitam da certificação. Ambas têm a mesma racionalidade: organizar e controlar a produção. Um processo altamente definido e controlado do processo de produção, no que tange a sua necessidade de certificação.

As competências e a noção das competências se realizam num processo concreto de certificação das mesmas, pela própria empresa, ou pelo Estado¹²⁹. No nosso trabalho, resolvemos levantar o processo de certificação para empresas, para deixar mais evidente o seu papel sistêmico de controlador da força de trabalho.

Para atingir a certificação, a empresa necessita seguir um ordenamento, um conjunto de definições padrões – “*a normalização de competências é o processo de definição de um conjunto de padrões ou normas válidas em diferentes ambientes produtivos*” (RAMOS, 2001, p.81) –, que deve ser o guia nos vários momentos da cadeia de produção e da realização da mercadoria. A variação pode ser acima dos padrões determinados ou, ao contrário, mais longínquo do processo definido, ou seja, abaixo dos padrões definidos como o padrão de qualidade, a qualidade resultante para a maximização dos lucros etc.

A definição do padrão não se pode considerar como algo puramente técnico. Compõe a minimização de custos e a maximização da produtividade, dos ganhos do capital, o controle mediado pelas relações. Aparentemente são somente normas neutras, de eficiência e eficácia definidas. No entanto, ela é uma resposta das relações para continuar o processo de reprodução do capital.

Por fim, estão as exigências colocadas por determinados mercados em atividades sujeitas a normas internacionais de qualidade, quando a certificação se aplica tanto a produtos quanto a pessoas (RAMOS, 2001, p.77).

¹²⁸ Nessa idéia está embutida a felicidade, a realização profissional, como podemos ver em Zarifian, a felicidade em ser um trabalhador que recuperou a sua autonomia, a sua liberdade. O fim da alienação, quando o trabalhador junta novamente o elo perdido entre o pensar e o fazer. Exatamente na radicalidade do capital, num aumento avassalador do desemprego e da precarização é que vamos encontrar o trabalhador mais feliz.

¹²⁹ Para aprofundar esses mecanismos, remetemos o leitor para Ramos (2001).

Hoje, é enorme a importância da certificação. Tanto de pessoas, quanto dos processos produtivos como um todo. É o controle que não depende mais de um patrão isolado, mas de um sistema internacional, que controla o funcionamento desejado. Esta força do capital integrado é uma questão relevante para aprofundarmos sobre a sua força no mundo de hoje.

A liberdade de criação, ou este componente da autonomia, está circunscrita a um processo de reconhecimento do processo de trabalho indissociável do controle por parte do capital. Como toda a defesa do reconhecimento das capacidades dos trabalhadores e de uma boa remuneração diante delas, o que temos como produto desse reconhecimento é um novo movimento sutil, porém de poderoso controle, através da certificação das mesmas, um resultante do processo hegemônico exercido pelos capitalistas. E quando é reforçado o aspecto subjetivo do trabalhador enquanto competência existe um reforço à questão do tipo: qual o comportamento mais útil ao aumento da produtividade – no caso, sob um auto-controle –, em defesa da empresa, numa prática efetiva, não simplesmente teórica, que seja condizente com os objetivos das empresas? E, mais, condizente com o sistema produtivo como um todo?

(...) a certificação de competências passa a adquirir um valor relacionado com a empregabilidade dos trabalhadores pelo fato de ser referirem a competências de base ampla, normalizadas em sistemas que facilitem sua transferibilidade, entre diferentes contextos ocupacionais (RAMOS, 2001, p.87).

Esses processos de controle são importantes para o mundo do mercado e a efetivação dos ganhos empresariais¹³⁰. É importante não só a certificação dos trabalhadores, mas das próprias empresas para a concorrência que leva a uma monopolização.

V. 7. A Certificação de competências profissionais

A certificação de competências profissionais é um modo de expressar e formalizar o controle da força de trabalho, via modelo de competências. Já para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ela tem o seguinte objetivo:

O conceito de certificação vem atraindo uma convergência de interesses de entidades de governo, de organizações de empregadores e de trabalhadores e de outras organizações não governamentais. Isto ocorre porque a certificação responde a necessidades específicas contemporâneas dos sistemas de produção e a mudanças institucionais na oferta de formação profissional (ALEXIM & PEREIRA, 2001, p.5).

¹³⁰ Existe uma diferença entre o controle técnico, enquanto força produtiva, e o controle para manutenção das relações sociais. Como já explicitamos desde o início, não entendemos que se possam separar, a não ser didaticamente, mas não na prática. As duas relacionam-se contraditoriamente.

O processo de definição das competências e sua certificação favorecem um grande encontro entre os trabalhadores e os empresários, entre o capital e o trabalho, mediado por representantes do governo, no caso, representantes do Estado capitalista. São definições realizadas de forma tripartite: Estado, empresários e trabalhadores. Assim, como abordávamos no relatório Delors, documento já citado da UNESCO, essa unidade entre o capital e o trabalho, sem demonstrar as contradições essenciais, reforça a nossa tese de que as competências respondem as necessidades do capital, apresentadas como se fossem do interesse do conjunto da sociedade.

Cada vez se valoriza mais o conhecimento na sociedade e se buscam mecanismos para sua incorporação nas valorizações dos ativos empresariais. Neste caso, é um meio para valorizar o capital humano em poder do trabalhador e representado nas competências que o sistema padronizou (OIT, 2001, p.275-276).

Fazemos uma interligação com a certificação empresarial que discutíamos, exemplificando com o sistema ISO 9000. Esses processos são tão próximos que, até por parte de representantes teóricos do capital, surgiu uma preocupação com a possibilidade de essa realidade tornar-se um controle do capital, e, mais, redundando a força de trabalho numa mercadoria. De fato, no nosso entendimento, é exatamente uma certificação da mercadoria especial, desde seu processo, a regulação até o registro final, (apesar de ser provisório). Vejamos como o representante do SENAC aborda essa preocupação:

Dentre estas questões, destaca-se a necessidade crescente de padronizar a qualidade da produção, sendo preciso analisar como a certificação pode responder a esta necessidade de padronização, sem permitir que ela se torne o equivalente ao ISO do ser humano (ALEXIM & PEREIRA, 2002, p.42).

O trabalho de VARGAS, STEFFEN & BRÍGIDO (2002), editado pela OIT no Brasil, com apoio do Ministério do Trabalho, detalha um histórico desde os pioneiros da análise ocupacional, chegando à atualidade, descrevendo os modelos de certificações de vários países. O primeiro citado é o método de Della Vos, do século XIX. Implantado em 1868, na Escola Técnica Imperial de Moscou, tinha o objetivo de extinguir os sistemas de qualificação medievais, a fim de obter produtos padronizados em plena luta da industrialização capitalista contra as corporações.

Della Vos desejava obter um produto mais estandardizado, de acordo com as novas exigências do mercado, produzindo mercadorias que guardassem um padrão de qualidade compatível com a indústria moderna. Por isso, procurou adestrar os trabalhadores em menor tempo, reduzindo os custos de treinamento. Dentro desse

objetivo, estabeleceu um método de análise dos processos de elaboração de cada tarefa (BRÍGIDO, STEFFEN & VARGAS, 2002, p.19).

Gostaríamos de ressaltar a necessidade do capital, em sua formação com a grande indústria, de preparar sua força de trabalho conforme a época e o lugar em que se trava esse movimento. Vista através da citação, uma outra indicação subliminar é do controle da formação da força de trabalho por meio de inúmeras e extensas prescrições de trabalho.

Hoje, as prescrições descrevem minuciosamente todos os passos para se ter uma certificação, indo desde as definições, '*a priori*', que passam pelos mecanismos de avaliação bem definidos, até o processo de operacionalização da mesma, por um órgão realizador.

Um outro elemento que ressaltamos, a partir da experiência acima referida que chega até nosso tempo, pela própria dinâmica intrínseca às relações capitalistas, é a necessidade de diminuição dos custos. No caso do processo de transição supracitado, à época eram os trabalhadores oriundos das corporações, com custos mais altos em sua formação, com um processo de conhecimento relativo às totalidades do trabalho artesanal. A volta histórica, relatada pelos autores, bem anterior ao fordismo, percorre o mesmo caminho de controle e diminuição de custos, de subsunção do trabalho ao capital.

Os autores trazem da história as mais variadas técnicas utilizadas na formação dos trabalhadores e seus pressupostos teóricos, levantamento também realizado por RAMOS (2003). Não cabe repetir o trabalho minucioso dos três pesquisadores sobre os vários processos de certificação existentes pelo mundo na atualidade, mas trouxemos uma tabela que dá uma idéia sobre as questões centrais de como se processam as competências em diversos países centrais e periféricos para o capital, feita pelos autores.

TABELA 1

“PERFIS PROFISSIONAIS POR COMPETÊNCIA NA EUROPA, AMÉRICA DO NORTE E OCEANIA

País	Instituição	Nível de especificação do Perfil profissional	Divisão dos conteúdos do perfil profissional				
			Descrição do desempenho profissional	Especificação do desempenho profissional	Especificação da qualidade do desempenho	Comprovação da competência	Interação com o ambiente de trabalho
Austrália	ANTA/National Training Board	Normas por área de desempenho	Unidades de competência	Elementos de competência	Critérios de desempenho	Guia de evidências	Campo de Aplicação (Range Statement)
França	Ministério de Educação	Referencial de atividades profissionais (Référéntiel d'activités professionnelles)	Descrição de atividades (funções)	Descrição de elemtnos (tarefas)	Referencial da certificação (référéntiel de certification)	Comprovação das capacidades, saber fazer e conhecimentos relacionados	Descrição do contexto ocupacional
Estados Unidos	NSSB	Normas por área ocupacional	Deveres e Tarefas	Operação / passos	Critérios de desempenho	Guia de evidências	Descrição de Ferramentas e Materiais
Espanha	Ministério de Educação e Ciência/ INEM	Perfis Profissionais por ocupações	Competência geral e unidades de competência	Realizações profissionais	Critérios de realização	Provas de conhecimento e prática	Domínio profissional
México	CONOCER	Normas por área de desempenho	Unidades de competência	Elementos de Competência	Critérios de desempenho	Evidências de desempenho	Campo de aplicação
Nova Zelândia	New Zeland Qualifications Authority	Normas por área de desempenho	Unidades de competência	Elementos de Competência	Critérios de desempenho	Evidências de desempenho	Campo de aplicação (Range Statement)
Reino Unido	QCA Qualifications and Curriculum Authority	Normas por área de desempenho	Unidade de competência	Elementos de Competência	Critérios de desempenho	Evidências de desempenho	Campo de aplicação (Range Statement)

(BRÍGIDO, STEFFEN & VARGAS, 2002, p.151).”

Aqui, gostaríamos de ressaltar alguns elementos dos processos de certificação pelos países. Uns os reafirmam na lógica do behaviorismo, outros trabalham os processos a partir do inconsciente. Uns tratam a formação como um desenvolver das aptidões inatas, outros de processos adquiridos. Neste trabalho, os autores debatem todos os processos cognitivos, tema este

que não abordaremos neste nosso trabalho, mas que já indicamos com Duarte (2003) e outros autores que tratam o tema sob o corte do materialismo dialético,

No sistema norte-americano o autor levanta uma síntese que serve para entendermos alguns pontos centrais e que se espalham em outros sistemas, pela sua lógica coerente com as competências:

O *NSSB* [Comitê Nacional de Padrões de Habilidades (*National Skills Standard Board*)] adota os seguintes princípios:

- Os padrões devem ser voluntários e aprovados por empregadores, empregados sindicatos e educadores.
- O processo deve ser conduzido pelo setor empresarial em parceria com educadores, trabalhadores e comunidades.
- Os padrões de habilidades devem ser flexíveis, portáteis e continuamente atualizados com igual relevância tanto no setor público como no privado.
- O trabalho do Comitê se integrará com o trabalho que já vem sendo realizado nos diversos setores.
- Os padrões de habilidade devem ser dinâmicos dando ênfase ao processo de aperfeiçoamento contínuo.
- Devem ser coerentes com as leis e práticas dos direitos civis existentes (BRÍGIDO, 2002, p.74-75).

Não há ‘novidades’ que estejam fora da noção de competências aprofundadas pelos franceses, alemães, pelo capital internacional. Aqui se expressa a necessidade da construção da conciliação entre as classes, a partir dos interesses do capital, da flexibilidade, da descartabilidade e da intervenção do Estado. Essas formulações existentes no mundo do capital apontam o direcionamento para um afinamento internacional nas definições gerais da importância da formação da força de trabalho sob a lógica das competências, bem como de seu controle através das certificações.

Os autores abordam a chamada ‘análise conceitual’, resgatando os vários períodos históricos dentro do movimento da formação sistêmica dos trabalhadores, descrevendo todos os passos que são propostos para serem concedidas as certificações. O processo começa com pré-definições, criando toda uma cadeia conseqüente que vai desde a formação do trabalhador, passando pela avaliação, o desfecho do projeto da nova constituição da força de trabalho, coroando com uma certificação. Todas as tarefas do processo de certificação, as operações,

seleção, estão prescritas num manual extenso e detalhadíssimo. Temos um exemplo do DACUM¹³¹, Canadense.

TABELA 2

“Exemplos úteis para a elaboração de perfis baseados em Competências - No NAFTA - CANADÁ -

Modelo parcial de um plano DACUM:

Exemplo da Estrutura de Standars Canandenses

Ocupação: Camareira
Unidades de competência:
A- Profissionalismo
B- Relações com hóspedes
C- Terminologia industrial
D- Segurança no trabalho
E- Segurança para os hóspedes
F- Limpeza
A - Profissionalismo
Elementos de Competência:
1 - Aplicar as políticas do estabelecimento.
2 - Aplicar o marco legal.
3 - Assegurar o asseio e a higiene pessoais.
4 - Ser profissional.
Crítérios de Desempenho:
1 - Conhecer a importância de ser profissional.
2 - Ser profissional.
3 - Conhecer a importância de oferecer um excelente nível de serviço.
4 - Oferecer um excelente nível de serviço.
5 - Conhecer a importância de ser um membro da equipe.
6 - Ser um membro da equipe
7 - Conhecer a importância de seguir as diretrizes para aceitar gorjetas.
8 - Seguir as linhas diretrizes para aceitar gorjetas
Evidências de Conhecimento (A- Profissionalismo 4 - Ser Profissional - 5 - conhecer a importância de ser membro da equipe)
1 - Satisfaz pessoalmente.
2 - Facilita: O alcance de êxito em:
- Oferecer um produto e serviço de qualidade nivelada

¹³¹ “O nome DACUM corresponde as siglas de *Developing A CurriculUM*. É uma metodologia de análise do trabalho que se desenvolve originalmente no Canadá” (BRÍGIDO, STEFFEN & VARGAS, 2002, p.111). “O método *DACUM*, daí em diante, sofreu uma série de aperfeiçoamentos, até ser consagrado como um dos mais eficazes meios de integrar o levantamento da Análise Ocupacional com a definição das competências e o desenvolvimento curricular” (OIT, 2001, p.113)

- Melhorar um produto e serviço de qualidade nivelada.
3 - Melhorar a comunicação e eficiência.
4 - Desfrutar do emprego e ajudar a identificar-se com a empresa
Evidências de Desempenho (A - Profissionalismo 4 - Ser profissional 6 - Ser membro de uma equipe)
1 - Cumprir com a descrição da posição e com expectativas.
2 - Seguir a cadeia de comandos.
3 - Comunicar-se com membros da equipe e informar a colegas a respeito de necessidades especiais e solicitações de hóspedes.
4 - Aceitar a crítica construtiva. Ex: escutar a retroalimentação.
5 - Colaborar de forma positiva com membros da equipe:
- respeitar os membros da equipe. Ex: oferecer felicitações quando outros alcançam êxito.
- ser sensível quando outros membros da equipe se sintam sob stress. Ex: ajudar aqueles que se sentem ou que andem muito ocupados .
- trabalhar em forma cooperativa, executando tarefas adicionais sem esperar uma solicitação do pessoal superior e ajudar o pessoal de outros departamentos, se for necessário.
Elementos de competência (F - Limpeza)
1 - Começar e terminar o turno.
2 - Preparar o carro de limpeza.
3 - Completar o ‘carrinho de andar’
4 - Utilizar materiais e ferramentas de limpeza.
5 - Limpar as habitações do hóspede.
6 - Cumprir com tarefas de limpeza rotativas.
Crítérios de Desempenho (f - Limpeza 5 - Limpar habitações dos hóspedes)
1 - Conhecer a importância de limpar as habitações dos hóspedes.
2 - Entrar nas habitações dos hóspedes.
3 - Limpar as habitações dos hóspedes.
4 - Conhecer a importância de fazer as camas de forma correta.
5 - Fazer as camas.
6 - Limpar os banheiros.
7 - Limpar áreas especiais.
8 - Conhecer a importância de uma habitação bem arranjada.
9 - Preparar a habitação para a apresentação.
<i>Evidências de Conhecimento (F - Limpeza 5 - Limpar as habitações dos hóspedes 4 - Conhecer a importância de fazer as camas em forma correta)</i>
1 - Assegura que:
A roupa de cama não seja contaminada.
A cama pareça bonita.
Os hóspedes se sintam confortáveis.
2 -Poupa tempo.
<i>Evidências de Desempenho F - limpeza 5 - Limpar habitações dos hóspedes 5 Fazer as camas)</i>
1 - retirar a roupa da cama:
- tirar cobertas e abrigos.

- verificar o estado de limpeza e condições.
- substituir se está suja ou rasgada.
- tirar as fronhas das almofadas e colocá-las sobre os lençóis.
- verificar o estado de limpeza e condições dos protetores de almofadas.
- substituir se estão sujos ou rasgados.
- colocar as almofadas, as cobertas e os abrigos sobre os móveis.
- retirar os lençóis e capas.
- dobrar os lençóis para dentro sem sacudi-los.
- manter os lençóis sujos distantes dos lençóis limpos.
- colocar a roupa de cama suja dentro da bolsa de lavanderia sobre o carro.
- separar a roupa de cama molhada, manchada ou rasgada e colocá-la em bolsa plástica.
- levar à lavanderia o mais rápido possível.
- verificar:
- o colchão: se está danificado, informar imediatamente ao superior.
- o protetor de colchão e capa da cama, e mudar se estiver sujo ou danificado.

(BRÍGIDO, STEFFEN & VARGAS, 2002, p.174-175).”

A necessidade de certificação das competências marca de forma indelével toda a formação da força de trabalho. É um exercício do controle indireto da empresa, que o capital desenvolveu para a realização de um processo de subsunção geral capitalista. A certificação revela um controle sistêmico cada vez mais internacionalizado, assim como nas certificações da ISO, que veremos no próximo item. Entendemos que as diferenças existentes nos processos nacionais de certificação resultam da própria ação do capital, como vimos a partir de Hirata, de sua aptidão em utilizar-se da divisão do trabalho, especialmente das pontas frágeis dos trabalhadores, de forma orgânica para realizar da melhor maneira a exploração do trabalho.

O processo de certificação começa, na verdade, a partir das pré-determinações, formuladas em regulamentos em que todo o restante do processo de certificação terá de incidir. Com isso, existe todo um condicionamento para que se separe quem está competente ou não, através de um processo de avaliação e certificação. Mas, como vimos em Mészáros, na diminuição da taxa de valor de uso, a certificação tem prazo de validade, é provisória, característica da própria competência. Na Espanha, por exemplo, a certificação tem validade de cinco anos, justificando-se pela flexibilidade do processo de produção¹³².

¹³² “A estratégia espanhola prevê a revisão e adaptação contínua do Catálogo de Títulos Profissionais da Formação Profissional Regulada, pelo menos a cada cinco anos, para incorporar as mudanças tecnológicas e de conhecimentos que se observem na sociedade, evitando, dessa forma, a rigidez e obsolescência dos sistemas de formação” (OIT, 2001, p.94).

Nesse processo de formação que desemboca na Certificação, a escola assume aparentemente um lugar central, mas esvaziado, pois, na caracterização das competências não importa de onde são construídas as mesmas, para o indivíduo ser ou não ser certificado. Este processo independe da escola, conforme a lógica de certificação por competências. *“Reconhecimento público, formal e temporal das competências profissionais possuídas por um trabalhador, efetuado com base em avaliação de seu desempenho e de forma independente dos processos educativos”* (BRÍGIDO, STEFFEN & VARGAS, 2002, p.271).

Mesmo assim, a escola ainda é uma base sobre a qual a certificação, mesmo desvalorizada, a compõe¹³³. Não é por acaso que ocorre no mundo inteiro o esvaziamento do conteúdo, do financiamento público, entre outras medidas estratégicas do Estado capitalista, com reflexos na escola, especialmente na escola pública (DUARTE). No relatório Delors aparece assim esta questão:

A Comissão pensa, pelo contrário, que é no **seio dos sistemas educativos** que se forjam as competências e aptidões que farão com que cada um possa continuar a aprender. Longe de se oporem, educação formal e informal devem fecundar-se mutuamente. Por isso, é **necessário que os sistemas educativos se adaptem a estas novas exigências**: trata-se, antes de mais nada, de repensar e ligar entre si as diferentes seqüências educativas, de as ordenar de maneira diferente, de organizar as transições e de **diversificar os percursos educativos**. Assim se escapará ao dilema que marcou profundamente as políticas de educação: selecionar multiplicando o insucesso escolar e o risco de exclusão, ou nivelar por baixo, uniformizando os cursos, em detrimento da promoção dos talentos individuais (DELORS, 2006, p.121. grifos nossos).

Mesmo que aponte que é no seu seio, na escola, que se dá a base – e, de uma certa forma, isso é real –, há um processo de adaptabilidade para a fluidez, justificada nos termos de modificações de percurso.

Além disso, não podemos nos esquecer de que um dos objetivos centrais dessa modificação é o barateamento na formação da força de trabalho (DELORS, 2006). O marco regulador não é mais o diploma escolar e sim, a certificação¹³⁴. Além da necessária diminuição de

¹³³“Cada vez mais coincidem o mundo da educação e o mundo do trabalho e isto se evidencia numa maior convergência entre a educação acadêmica e a formação profissional” (OIT, 2001, p.16).

¹³⁴ Existe a convicção de que a concretização generalizada, sob diversas formas, deste sistema de certificados, ao lado dos diplomas obtidos na formação inicial, acabará por valorizar o conjunto das competências e facilitar a transição entre educação e mundo do trabalho. Estas propostas são válidas tanto para diplomados como para não diplomados” (DELORS, 2006, p.149).

custos da formação da força de trabalho, conseqüentemente, da própria força de trabalho, analisamos algumas conseqüências. Importa saber que, para se ter uma certificação, não necessariamente deverá se ter um gasto igual de tempo que um processo de formação que proporciona o direito a requerer um diploma.

Requer-se, então, valorizar o conhecimento obtido no trabalho; reconhecer a maior convergência entre educação formal e trabalho, facilitar a mobilidade entre o sistema formal e o sistema de educação profissional (OIT, 2001, p.17).

Levantamos algumas hipóteses desse movimento. Há uma necessidade de um maior controle¹³⁵ na formação da força de trabalho do que o exercido nos processos escolares. Para tal, lembremo-nos de que são postas as linhas pré-definidas de comportamento técnico e social em primeiro plano, independente da escolarização. Ou seja, essa centralidade leva o trabalhador individualmente, as escolas, os centros de formação profissional a aproximarem-se ao máximo possível dos critérios imputados para as inúmeras competências. Tudo isso respondendo de uma forma padrão, econômica e ideal para a grande indústria moderna, para com isso obter acesso à certificação: *“Requer-se, então, valorizar o conhecimento obtido no trabalho; reconhecer a maior convergência entre educação formal e trabalho, facilitar a mobilidade entre o sistema formal e o sistema de educação profissional”* (OIT, 2001, p.17).

Essa fragmentação devidamente descrita e, portanto, com instrumentos inclusive formais de controle, propicia um processo mais complexo no controle da força de trabalho, ocasionado com isto um embaralhamento na compreensão dessa dinâmica por parte dos trabalhadores: as resoluções apresentadas estão sempre na lógica das competências¹³⁶.

Como já afirmávamos, na formação da força de trabalho há um barateamento, pois não são requeridos processos de escolarização – tempos longos de formação e com *a existência cada vez maior de diferentes fontes de financiamento de ações formativas*” (BRÍGIDO, STEFFEN &

¹³⁵ No relatório Delors, aponta-se uma série de elementos na nova formatação educativa, sendo uma delas o controle: *“A inspeção deve não só controlar o desempenho dos professores, mas também manter com eles um diálogo sobre a evolução dos saberes, métodos e fontes de informação. Convém refletir os meios de identificar e recompensar os bons professores. É indispensável avaliar de forma concreta, coerente e regular, as aquisições dos alunos. Há que dar mais importância aos resultados da aprendizagem e ao papel desempenhado pelos professores na obtenção dos mesmos”* (DELORS, 2006, p.160).

¹³⁶ *“A polêmica gerada entre o ensino profissional e a necessidade de dirigir o ensino regular para uma orientação mais voltada para o mercado de trabalho, foi solucionada [no sistema britânico] com a criação das GNVQs (General National Vocational Qualifications), que procuram certificar uma ampla base de conhecimentos relevantes e habilidades adquiridas em preparação para entrar no mercado de trabalho ou para prosseguir no curso escolar de mais alto nível”* (OIT, 2001, p.77).

VARGAS, 2002, p.271), inclusive com o auto-financiamento – para determinadas atividades. Basta que alguém as comprove, passe pelo crivo da avaliação e consiga o certificado. Assim, para não criar processos diferenciados, entra em cena o papel regulador da força de trabalho por parte do Estado, ou terceirizados com a incumbência deste (como os organismos reconhecidos pelo Estado, como a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Esse processo condiciona a importante ação concorrencial. Ele tem o papel de definir uma base para realização da concorrência: “*Certificação é o resultado do processo de avaliação de competências. Portanto, requer uma prévia standardização das competências e sua avaliação*” (BRÍGIDO, STEFFEN & VARGAS, 2002, p.271). Os processos regulados nas competições entre os empresários, como Marx apontava, não é exclusividade das classes dirigentes no movimento de monopolização. Também junto aos trabalhadores, agora em uma escala ampliada, ocorre a concorrência. A certificação é uma regulamentação à concorrência entre os trabalhadores, que serve para regular a disputa tanto entre estes, quanto entre capitalistas.

O presente manual se ocupa da avaliação de competência profissional entendida como um processo de obtenção de evidências sobre o desempenho profissional de um trabalhador com o propósito de formar um juízo sobre sua competência, a partir de um referencial standardizado e, identificar aquelas áreas de desempenho que precisam ser melhoradas mediante formação para a competência (VARGAS, STEFFEN & BRÍGIDO, 2002, p.223).

É a reafirmação da divisão do trabalho. Com a certificação, o empregador é poupado de uma procura insana de um trabalhador para um trabalho específico. No caso, vai procurar alguém com credenciais para tal, alguém que lhe dê uma certidão profissional, que lhe confira as competências por ele requeridas – existem inúmeras agências de emprego. Segundo, para o trabalhador, o certificado tem prazo de validade, é descartável, é fluído. Na lógica da precarização da força de trabalho, o processo de certificação tem de responder a essa necessidade do capital, que fragiliza os trabalhadores na venda da sua força de trabalho. Isto possibilita um barateamento, um reforço à divisão do trabalho, à própria fragmentação do trabalhador, que não seria propiciado, pelo menos nas mesmas condições, no âmbito escolar.

Da mesma forma, o sistema modular é mais econômico e eficaz porque evita a repetência e a perda de tempo por parte do aprendiz em cursar matérias de que já tenha conhecimento, apenas para cumprir a formalidade da obrigação de cursar para que possa receber o certificado. A certificação por módulos tem também a vantagem de permitir a flexibilidade e a reconversão de itinerários (OIT, 2001, p.117).

No caso, é o próprio trabalhador responsabilizado pela sua competência, independente como ele a conseguiu, ou seja, ele vai ter que prover os meios para adquirir alguma competência, mas que precisa ser submetida à avaliação para então ser certificada. Não importa a forma que recebe a certificação: se estudou numa escola, ou em casa, ou em hora extra depois do trabalho, isto é problema para o trabalhador resolver. Neste sentido, há um claro desoneramento da empresa com a formação do trabalhador, bem como do Estado. Importa é certificar-se que ele tem a capacidade de trabalhar com determinadas competências. Há uma diminuição de custo da formação da força de trabalho embutida nessa nova versão de controle da força de trabalho.

Assim como a formação na lógica das competências, em geral, o movimento de certificação abrange também setores importantes do Exército Industrial de Reserva. A preparação e a certificação deve ser ampliada ao máximo possível, inclusive para a conformação desse exército de reserva.

A preparação da força de trabalho para o mercado não significa da sua realização. Como já dissemos antes, a lógica das competências reforça a idéia fundamental do capital da existência de um exército que não é empregado, legitima o exército industrial de reserva, colocando esse processo social como a responsabilidade individual do trabalhador. Para consolidar essa lógica o discurso dominante aponta como se fosse parte da valorização do profissional.

A revalorização do trabalho humano, expressa na exigência de uma mais profunda combinação de competências de ordem conceitual, de atitude e de conduta; as quais devem ser reconhecidas e valorizadas no mercado profissional (BRÍGIDO, STEFFEN & VARGAS, 2002, p.271).

Neste item, queremos deixar bem claro para o leitor o discurso dominante do fim do controle, como explicitado nos textos da OIT, apontando como uma mudança ‘radical’. “*Era a mudança da estratégia do controle e do conflito para a estratégia do compromisso e da negociação. Iniciou-se, daí por diante, a mudança do paradigma tradicional das relações industriais*” (BRÍGIDO, 2001, p.55-56). O início de uma nova estratégia não explicita que incorpora o controle para conter o conflito, na perspectiva de construir um compromisso por parte dos trabalhadores com o sistema hegemônico, com o capital. É o tempo da hegemonia nos processos ‘tripartites’, que, na verdade, expressa um novo momento de controle baseado na subsunção do trabalho ao capital cada vez mais aprofundada. Esse processo de controle não se restringe à certificação profissional, aos cursos para formação, ou de outros processos em que o

modelo das competências é a referência também na formatação da seleção daqueles que serão, pelo menos provisoriamente, alçados à vaga em disputa. Este ponto veremos a seguir.

V. 8. Seleção por competências: prepare-se para a batalha!

O modelo das competências está vinculado diretamente à naturalização da concorrência entre os trabalhadores, à naturalização do exército de reserva. O modelo das competências, para ser desenvolvido, não se limita somente a um processo de formação, avaliação e certificação: também é fundamental nos processos seletivos dos trabalhadores, nas vagas que os trabalhadores têm de disputar, de competir.

Como demonstração (mais do que ilustração e menos do que confronto teórico, mas que serve para ambas as situações), fomos buscar nos livros mais vendidos sobre este tipo de processo de seleção, mesmo sendo um tipo de ‘manual’ para se avaliar como se operacionalizam, na prática, as competências, no que tange à idéia do trabalhador competente, ou do mais competente. O que se quer achar, nesses processos de seleção, é o perfil de competente, previamente definido. Esses processos são direcionados para trabalhadores estratégicos na empresa, porém, como já afirmamos, eles são uma referência para o conjunto dos trabalhadores, inclusive os mais simples e os que comporão o exército de reserva.

Este tipo de literatura tem boa aceitação para justamente operacionalizar os processos concretos no dia-a-dia das empresas. Afinal, como em todo o trabalho, o tempo também é precioso e a praticidade nos negócios é uma regra importante para se ter sucesso. Evidente que os manuais não são utilizados somente pró-capital, ou nesta circunstância, mas, como estamos estudando a competência, vemos como esta se ‘populariza’, contribuindo para a sua reprodução, neste caso, com um objetivo fundamental: ‘a aplicação do processo de seleção por competência’. Este também é o título do livro de Maria Odete Rabaglio (2005).

Para começar, nada como o prefácio escrito por Claudiney Fullmann: “*Sempre que me falam em dispensar gente eu comento: antes de despedir alguém, pense duas vezes; mas antes de admitir, pense cinco*” (FULLMANN apud RABAGLIO, 2005, p.VII)!

É este objetivo que o manual procurará responder. Mas, para tal, a primeira inquirição a ser respondida pelo livro é: o que é competência? Para tal, diferencia o que é ter competência e ser competente. A busca principal, segundo a autora, é pelo ser, o saber ser; no caso, o ser competente é o mais relevante. Vejamos seu conceito: “*Um conjunto de conhecimento,*

habilidade e atitudes específicas que permitem ao indivíduo desempenhar com eficácia determinadas tarefas, em qualquer situação, de forma peculiar” (RABAGLIO, 2005, p.2).

A autora ressalta que esta habilidade adquirida tem que ser posta em prática. Porém, não só isso: deve-se ter também um *“comportamento compatível com a prática de seu trabalho”* (RABAGLIO, 2005, p.4). Ou seja, há as competências técnicas e comportamentais e, acertadamente, dá exemplos sobre a sua inseparabilidade, evidentemente sem explicitar dessa maneira. E vai além: *“se no passado o mercado só tinha olhos para as competências técnicas, hoje as competências comportamentais têm sido foco de muita atenção”* (RABAGLIO, 2005, p.4).

O que a autora define como competências comportamentais? A flexibilidade, a criatividade, a inovação e o empreendedorismo. Sintomático. Há ainda, o apelo de que o profissional necessita se reformular rapidamente, além de possuir somente competências técnicas *“antes que o mercado o exclua”* (RABAGLIO, 2005, p.6).

Ressalta que o mais importante na seleção por competência é a construção de um perfil de competências para cada cargo. Esse deve ter embasamento nas competências organizacionais e nos indicadores empresariais, como estratégia, objetivos, entre outros. Como observação, ela aponta sobre os indicadores: *“nunca indicará apenas competências técnicas, porque esta sempre precisará da comportamental para eficácia de sua realização”* (RABAGLIO, 2005, p.10).

Rabaglio exemplifica como apontar um perfil desde os seus indicadores, conhecimentos, habilidades e atitudes. Este último, a autora apresenta-o com uma listagem volumosa de comportamentos. Em seu exemplo inclui: bom humor, comprometimento, indo até a resistência à frustração. Sobre este último ponto, ela define a importância de o candidato ter um profundo controle sobre suas próprias aspirações e interesses, e limitar-se as suas possibilidades, as suas emoções. Segundo nosso juízo, esse movimento de autocontrole está ligado ao que já abordávamos sobre o processo de controle interiorizado pelos próprios trabalhadores, naturalizando as contrariedades sofridas pelos mesmos.

Em cada definição macro, existe uma especificação bem detalhada do que se requer e também de como o processo de seleção deve se efetivar. São definições que fariam inveja aos antigos manuais de descrição das tarefas, assim como nas descrições de Certificação das

competências. Hoje, a descrição não é propriamente da tarefa, mas do próprio comportamento, no trabalho e, antecipadamente, no processo seletivo¹³⁷.

Depois dessas descrições, incluídas em tabelas, vem a parte prática: o passo-a-passo. Apresenta definições minuciosas de exigências de competências em cada momento, definindo cinco grupos. A autora chega à conclusão de que para cada empresa a definição é diferente, assim como para cada pessoa, para chegar ao objetivo da metodologia, que é “*trabalhar com foco muito bem definido*” (RABAGLIO, 2005, p.16).

Para realizar um mapeamento completo para seleção é necessário que a empresa, em seu departamento de Recursos Humanos, esteja combinada com os selecionadores para que sejam entendidas as características da empresa e a própria vaga a ser preenchida. Para tal, é fundamental detalhar ao máximo o perfil requerido para se ter sucesso no cargo, utilizando-se de formulários para contribuir nessa atividade. Por sinal, segundo a autora, não são trabalhadores que serão selecionados, mas colaboradores, como também não é uma entrevista qualquer, mas toda uma estruturação para selecionar o mais indicado para a vaga a ser preenchida. “*Uma vantagem da Seleção por Competências é o fato de não se basear na intuição para escolha do candidato, mas sim em fatos concretos e mensuráveis (como o comportamento) e numa metodologia consistente, testada e comprovada pelo mercado empresarial*” (RABAGLIO, 2005, p.31). Como podemos perceber, se estão colocadas as emoções, a subjetividade do trabalhador, tudo isso deve ser reduzido a uma objetividade, no caso, testada pelo mercado. Novamente podemos fazer a inferência ao fetiche, à coisificação do trabalhador, inclusive a medição das suas emoções, para serem utilizadas em prol dos empresários. No caso concreto, para preencher a vaga aberta.

Na entrevista comportamental tudo é avaliado. Utiliza-se a sigla CAR, para explicar o Contexto, Ação e Resultado. Estes elementos são o objetivo das respostas que o selecionador deve ter em mente, que deve aparecer em todas as respostas requeridas. Ou seja, mesmo que se coloque o contexto como a questão-chave, na verdade o que se quer é saber como o trabalhador

¹³⁷ “*Grupo I: Competências: empatia; comunicação interpessoal; negociação; persuasão; bom humor, entusiasmo. Definições: capacidade de manter o bom humor e o alto-astral em situações estressantes que exijam eficácia em negociação, paciência, persuasão, boa comunicação e expressão verbal e compromisso em fornecer excelência no atendimento a clientes, usando toda percepção e empatia possível para atingir o objetivo de encantar clientes. Grupo II, foco no cliente; foco em resultados; comprometimento; empreendedorismo; resistência à frustração. Definições: Usar todas as técnicas de relacionamento interpessoal, conhecimento da empresa, do negócio, a fim de satisfazer as necessidades, expectativas e exigências do cliente, antecipando-se às necessidades através de comportamento pró-ativo na solução para o cliente, não se deixando envolver emocionalmente pelo comportamento agressivo ou deselegante do cliente, mantendo a racionalidade, imparcialidade e diplomacia. Grupo II(...) Grupo IV(..)*” (RABAGLIO, 2005, p.12).

vai agir. De fato, não é o processo, e sim o resultado obtido que é mais relevante. Aqui está o elemento estratégico destacado pela autora sobre o controle da vida do ‘contratável’: **“Comportamento passado prediz comportamento futuro”** (RABAGLIO, 2005, p.35).

O controle sobre a vida dos trabalhadores extrapola a sua atividade no trabalho. É em seu comportamento anterior que se tem a expectativa de que o trabalhador vai repeti-lo no seu futuro trabalho. Tudo isso, com uma série de elementos que indicam as competências na prática, com indicadores e perguntas específicas. A autora elenca vinte e três itens, dentre os quais destacam-se: 1. Criatividade, 2. Flexibilidade (...) 5. Empreendedorismo. 6 Solução de conflito.(...) 10 Visão global ou sistêmica (alinhamento com normas e regulamentos, etc)¹³⁸.

O manual estende-se até para perguntas que não devam ser feitas, por não atingirem os objetivos da seleção, bem como o tempo de duração de cada momento da entrevista¹³⁹. Aborda sobre os pontos a serem dados, numa escala de 1 a 5, sobre a evidência da competência demonstrada pelo selecionável. Além da entrevista, as dinâmicas ou jogos são momentos em que, segundo a autora, são observadas as competências no comportamento presente do candidato. O texto também contém todas as prescrições orientadoras para os tais jogos. Para cada competência são propostas determinadas dinâmicas. O direcionamento no comportamento, e o que deve ser observado, é tudo bem programado, para se atingir um selecionado próprio para a vaga, com o máximo de produtividade. Ao final, a autora aborda a relevância da valorização das pessoas.

V. 9. Sistemas de controle: o exemplo do ISO 9001.

A importância de apresentarmos um dos elementos estratégicos na construção do controle é a relação deste na formação das competências dos trabalhadores, concorrendo entre si, com a

¹³⁸ Este texto está colocado a seguir em uma diagramação clara com três itens correlacionados, numa tabela: **“Na Prática: Competências: (...)2. Flexibilidade. O que podemos observar sobre as competências (indicadores): (...) Resistência à mudança; renunciar a própria opinião; aceitar idéias e opiniões de outras pessoas; admitir que as outras pessoas possam ser diferentes; lidar bem com a diversidade. Perguntas comportamentais com foco em competências: conte-me sobre um projeto que você desenvolveu e que não foi aceito pela chefia; fale-me sobre uma situação em que você coordenou um projeto de mudanças que não era bem aceito pela equipe; conte-me sobre uma situação em que teve de abrir mão de suas idéias em favor da equipe; Conte-me sobre uma situação em que você rejeitou uma mudança imposta pelas chefias”**. (RABAGLIO: 2005, p.50/1).

¹³⁹ “Introdução e quebra gelo	até 7 minutos
Investigação de Perfil de Competências	30 a 40 minutos
Informações pessoais, sociais, profissionais	até 10 minutos
Encerramento	até 3 minutos
Total	Até 60 minutos

(RABAGLIO: 2005, p.73).

própria competência exigida às empresas no seu processo concorrencial. Seria um certificado de competências das empresas, fazendo um paralelo.

A lógica do controle perpassa por um conjunto de fábricas que vão além do controle particular. A própria coletividade está sob controle, o qual é efetivado para todo o conjunto produtivo. Para se estabelecer, dentro da lógica das competências e suas estratégias empresariais, o controle joga com a concorrência para o aumento dos ganhos do capital. Viterbo tem uma passagem quase anedótica, quando aborda que o processo de certificação não garante a qualidade ou a vitória sobre a concorrência, visto que as inúmeras empresas do Reino Unido são certificadas, todas as buscam. O mesmo podemos dizer dos trabalhadores e suas competências.

Para Fleury & Fleury as organizações também têm suas competências e utilizam-se das mesmas como se fosse um portfólio empresarial, classificando-as em quatro níveis:

Níveis de competências organizacionais

<i>Competências essenciais</i>	<i>Competências e atividades mais elevadas, no nível corporativo, que são chaves para sobrevivência da empresa e centrais para sua estratégia.</i>
<i>Competências distintivas</i>	<i>Competências e atividades que os clientes reconhecem como diferenciadores de seus concorrentes e que provêm vantagens competitivas.</i>
<i>Competências organizacionais</i>	<i>Competências coletivas associadas às atividades-meio e às atividades-fim.</i>
<i>Competências individuais</i>	<i>Saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.</i>

(FLEURY & FLEURY, 2006, p.34)

Essa lógica de competências dá a dimensão da incorporação da força de trabalho na lógica empresarial, que desemboca na tentativa de individualização dessas características. Mostra-nos como estão interligadas as questões das competências, certificações e controle, tanto nos indivíduos, no sujeito coletivo, quanto nas empresas. Todos obedecendo à mesma lógica sistêmica de controle.

No dizer dos sistemas de controle de qualidade, esses são certificados concedidos por empresas credenciadas, após a auditoria dos inúmeros pontos definidos como elementos de garantia requerida da qualidade. A certificação é a resposta concretizada dando conta que o processo produtivo desenvolvido na empresa **obedece** a uma série de detalhados procedimentos para produzir determinado produto. Essas normas, desde que obedecidas, garantiriam a qualidade da empresa em relação à certificação considerada.

A ISO¹⁴⁰ regulamenta inúmeros procedimentos e os classifica no mundo inteiro¹⁴¹. No Brasil sua correspondente é a ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas. Essas organizações são um exemplo da mundialização do capital e, evidentemente, não propõem normas trabalhistas e sim, de processos e de produtos.

VITERBO (1996) define a ISO 9001¹⁴² como uma das mais importantes certificações das existentes. Analisa seu objetivo, que é o controle da qualidade da mercadoria ou do serviço, mas

¹⁴⁰“International Organization for Standardization (ISO) é uma organização internacional que aglomera os grêmios de padronização/normalização de 148 países. O ISO aprova normas internacionais em todos os campos técnicos, excepto na electricidade e electrónica. Entre os tipos de classificação encontram-se: técnicas- p.ex. o MP3 ou cartão de crédito; classificações - p.ex. os códigos de países (PT / PRT / 620 para Portugal; BR / BRA / 076 para Brasil); normas de procedimento - p.ex. gestão da qualidade de acordo com ISO 9000. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/InternationalOrganizationforStandardization>)

¹⁴¹ ISO is a network of the national standards institutes of 157 countries, on the basis of one member per country, with a Central Secretariat in Geneva, Switzerland, that coordinates the system. ISO is a non-governmental organization: its members are not, as is the case in the United Nations system, delegations of national governments. Nevertheless, ISO occupies a special position between the public and private sectors. This is because, on the one hand, many of its member institutes are part of the governmental structure of their countries, or are mandated by their government. On the other hand, other members have their roots uniquely in the private sector, having been set up by national partnerships of industry associations. Therefore, ISO is able to act as a bridging organization in which a consensus can be reached on solutions that meet both the requirements of business and the broader needs of society, such as the needs of stakeholder groups like consumers and users (<http://www.iso.org/iso/en/aboutiso/introduction/index.html#two>).” Tradução livre: O ISO é uma rede dos institutos nacionais de padronização de 157 países, tendo um membro por o país, com um secretariado central em Genebra, Suíça, que coordena o sistema. O ISO é uma organização não-governamental: seus membros não são, como é o caso no sistema da ONU, delegações de governos nacionais. Não obstante, o ISO ocupa uma posição especial entre os setores públicos e privados. Isto é porque muitos de seus institutos-membros são parte da estrutura governamental de seus países, ou mandatados por seu governo. Por outro lado, outros membros têm suas raízes, excepcionalmente, no setor privado, sendo ajustado acima por parcerias nacionais de associações da indústria. Conseqüentemente, o ISO pode agir como uma organização, construindo uma ponte sobre a qual o consenso pode ser alcançado nas soluções que se encontram com as exigências do negócio e as necessidades mais largas da sociedade, como as necessidades da parte interessada agrupada como consumidores e usuários.

¹⁴² “Os requisitos da norma ISO 9001 foram reorganizadas em cinco itens básicos que seguem uma abordagem de processos:

1. Sistema de Gestão de Qualidade – Sistema geral de gestão de qualidade e requisitos de documentação.

também deixa claro que esse controle não trata o livre mercadejar, ou seja, a produção e realização do valor, ou, mais precisamente, sobre o movimento do preço das mercadorias. No senso comum também está disposto:

A certificação da qualidade além de aumentar a satisfação e a confiança dos clientes, reduzir custos internos, aumentar a produtividade, melhorar a imagem e os processos continuamente, possibilita ainda fácil acesso a novos mercados. Esta certificação permite avaliar as conformidades determinadas pela organização através de processos internos, garantindo ao cliente um produto ou serviço concebido conforme padrões, procedimentos e normas (http://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o_da_qualidade).

A liberalidade propalada no desenvolvimento das competências, na verdade, é para a ação em busca da realização do lucro. Este, entretanto, não prescinde do controle sobre o processo de trabalho, para que se efetive a sua liberdade de ganhar e acumular cada vez mais. A certificação tem como objetivo o aumento da produtividade, mediados pelas contradições e disputas com os trabalhadores e pela concorrência entre a própria classe dominante. Obedece a um processo de legitimação e normatização do processo concorrencial desenvolvido no capitalismo com a finalidade de minorar os custos. A forma controle é que vai variando, conforme o desenvolvimento das forças produtivas – incluindo as questões técnicas – em sua contradição relacional. Entretanto, o sentido da liberdade burguesa permanece e, com ela, o controle do trabalho, para aumentar a produtividade, diminuir custos, extrair a mais-valia etc.

Para tal, o sentido é o aumento do ganho mediado pelas condições definidas como padrão, ou, mais precisamente, por um padrão aceitável. “*A filosofia do controle do processo se confunde com a própria filosofia da qualidade: fazer a coisa certa da primeira vez*” (ISO 9000 apud VITERBO, 1996, p. 90).

-
2. Responsabilidade da Gestão – Comprometimento, foco no cliente, diretivas, planejamento e comunicação.
 3. Gestão de Recursos – Recursos humanos, infra-estrutura e ambiente de trabalho.
 4. Realização do Produto – Planejamento, processos relativos a clientes, projeto, compras, operações de produção e serviços e controle dos recursos de monitoração e medição.
 5. Medição, Análise e Aperfeiçoamento – Monitoração e medição, controle da conformidade ou não-conformidade de produtos, análise de dados e aperfeiçoamentos (http://www.ul-brasil.com/management/br_ulla_management_quality_ISO9001.aspxA série ISO 9000-2000).”

O autor desenvolve sua análise com o objetivo de guiar as empresas para incorporar a melhor forma de realizar um processo de certificação, no caso, a ISO 9001. Para Viterbo, o controle tem um caráter preventivo. A prevenção se encontra no objetivo de retirar ao máximo, a partir do que foi construído na prescrição das atividades produtivas. Ele levanta três pontos fundamentais, sendo o mais relevante a IT, uma instrução de trabalho¹⁴³. Esse cumprimento das normas colocadas e efetivamente controladas demonstra uma direção para uma melhor eficiência e eficácia, resultante para a empresa. Como exemplo: atender no prazo e na quantidade requerida etc. Para que se efetive o controle é basilar, segundo Viterbo, conhecer o processo de trabalho e registrar. Todo o registro é decisivo para a avaliação. Alguém deve lê-lo e analisá-lo, comparando se o mesmo está dentro dos padrões pré-estabelecidos, como mais uma arma de controle. Assim, efetiva-se o processo de certificação. O autor continua esclarecendo que o grande objetivo não é a certificação e sim o sucesso que objetivou a empresa.

Para atingir a qualidade requerida, devem-se cumprir várias ITs, entre outras instruções. No sistema de certificação de qualidade é definida uma série de procedimentos para manter a qualidade, com controles periódicos desses procedimentos referidos. Evidente que esse movimento para a qualidade, a partir de uma determinação de controle não está só no campo das idéias e sim, num processo extremamente objetivo. É também bem-vindo o controle ideológico, mas com sentido prático, de resultados positivos. Eis o sentido fundamental do controle:

(...) não existe sistema que seja mais eficaz ou eficiente do que as pessoas que o compõem, ou seja, de nada adianta criar um sistema ‘perfeito’ (não existe!) na teoria e não investir em treinamento, motivação e capacitação dos colaboradores, pois se a vontade de executar certo as coisas certas não existir, não há ISO que dê jeito (VITERBO, 1996, p. 128).

De um lado, os inúmeros regramentos a serem obedecidos, de outro, a motivação de fazê-los com ‘criatividade’, ‘iniciativa’ e ‘autonomia’, os padrões da competência. O trabalhador deve, além de tudo, estar motivado, deve saber ser, querer entregar o seu máximo. Este é o outro lado do trabalho.

Para que os procedimentos definidos sejam efetivados, não se pode excluir ninguém. Entram desde os executivos até os operadores mais simples. Cada trabalhador deve conhecer a sua tarefa, dando as respostas necessárias. Inclui, segundo o autor, os terceirizados, que devem

¹⁴³“São três níveis de documentos que classificam o sistema de qualidade enterprise. Nível 1: Manual da Qualidade, Estratégico. Nível 2: Procedimentos da Qualidade, Tático. Nível 3: Instrução de Trabalho, Operacional. Junto com eles são necessários os Registros de Qualidade” (VITERBO 1996, p.174).

receber uma IT apropriada. Este processo inclui um forte treinamento: “*todos os funcionários devem demonstrar que foram treinados nos respectivos procedimentos, durante a execução da auditoria de certificação*” (VITERBO, 1996, p. 128). Treinar nas normas é fundamental, ou seja, um processo educativo para dar conta das obrigatoriedades de qualificação, e todos devem estar sob controle.

O fundamental é concentrar-se no treinamento em IT’S, desde a etapa inicial de identificar quem precisa ser treinado exatamente em que IT, até a etapa final de realização e registro de todos os treinamentos planejados (VITERBO, 1996, p. 129).

Estamos diante de um processo de extremo controle, não sem sua flexibilidade¹⁴⁴, pelo próprio movimento da vida real, como o autor revela, em tom de ironia, quando afirma que não adianta ter a certificação se não houver empenho real. O processo de controle é formativo dos trabalhadores, ou seja, não é incompatível com a formação por competências. Pelo contrário, inclui especialmente a questão comportamental – a formação do comportamento adequado – no processo de qualificação e certificação do produto, necessidade do mercado mundial: “*treinamento - engloba aspectos técnicos, bem como aspectos comportamentais*” (VITERBO, 1996, p. 296).

O autor justifica a relevância da preparação dos trabalhadores e executivos no processo de certificação em tela. Cita como exemplo uma pesquisa em que é levantada a não realização de negócio e os seus motivos principais, recaindo a observação da importância de preparação do pessoal, do seu treinamento. Vejamos:

(...) as principais razões pelas quais os clientes param de fazer negócio com uma empresa são:

%	Motivo
68%	Má qualidade ou má atitude por parte de funcionário
14%	Insatisfação com o produto
9%	Ação da concorrência
5%	Influência de amigos
3%	Mudança de localidade

¹⁴⁴ No livro, apresenta como os trabalhadores devem se comportar frente à auditoria que vai conferir a certificação, ou seja, até mesmo as normas mais rígidas sofrem com uma flexibilização, da natureza das relações sociais..A flexibilidade dentro da flexibilidade.

1%	Morte
----	-------

(VITERBO, 1996, p. 155).

As normas devem ser bem claras para o conjunto, tanto no processo de treinamento quanto no dia-a-dia.

(...) a redação deve ser lingüisticamente correta e a mais clara e simples possível, de modo que os documentos possam ser compreendidos por todos que deles necessitam e fazem uso. A redação deve evitar dúvidas ou diferentes interpretações (VITERBO, 1996, p. 219).

Estamos diante de uma determinação em um vasto detalhamento, que define o comportamento nos diversos casos e etapas do processo produtivo. A codificação é complexa, mas bem definida¹⁴⁵. A ordem deve ser abrangente e o trabalhador também deve estar preparado para interpretar as inúmeras determinações, tanto nas funções mais complexas como nas mais simples. No caso, um auditor, ou um responsável de maior calibre, deverá dominar uma série de códigos para a leitura e interpretação correta dos inúmeros procedimentos detalhados na empresa¹⁴⁶.

Afinal, como se realiza neste tipo de controle o favorecimento à criatividade, à autonomia e à responsabilidade? Conseguir ter uma certificação para qualidade é jogar contra estes princípios do desenvolvimento da competência? Não. As liberdades citadas no modelo de competências devem estar de acordo ou contribuir dentro de um processo de produção, devidamente controlado, para, inclusive, atingir a certificação, ou seja, o reconhecimento para disputar no mercado, para poder continuar competindo. Isto serve tanto para empresa quanto para a força de trabalho.

¹⁴⁵ O exemplo da pilotagem de avião: é obrigatório realizar uma série de planos, “a rota (ou os parâmetros do processo) deve estar definida” (VITERBO, 1996, p. 91).

¹⁴⁶ Por exemplo:

“IO = INSTRUÇÃO OPERACIONAL
 IA = INSTRUÇÃO ADMINISTRATIVA;
 IS = INSTRUÇÃO DE SERVIÇO;
 MA = MÉTODO DE ANÁLISE;
 MC = MÉTODO DE CALIBRAÇÃO;
 PA = PLANO DE AMOSTRAGEM E ANÁLISE (OU PLANO DE QUALIDADE)
 PC = PLANO DE CALIBRAÇÃO
 FE = FOLHA DE ESPECIFICAÇÃO
 PT = PRESCRIÇÃO PARA TESTE;
 MF = MÉTODO DE FABRICAÇÃO” (VITERBO: 1996, P. 219).

Na verdade, a criatividade, a autonomia, a responsabilidade para o desenvolvimento das competências devem estar subordinadas aos objetivos e ao controle do capital, sob as suas diversas formas, desde as mais explícitas até as mais sutis¹⁴⁷. Como vimos, esse processo não está estabelecido só em um setor. Ele pode ser mais rígido ou flexível, mas está presente em todos os recônditos das empresas. No caso, para atingir satisfatoriamente a certificação, em cada unidade, deve estar bem acessível às chamadas ITs: *‘deve emitir IT’S sobre controle do processo’* (VITERBO, 1996, p. 219). Deve ser observado para facilitar a análise do que é o correto, o padrão, o padronizado, para contribuir no cumprimento das normas. Só assim a empresa poderá receber a certificação da qualidade.

A relação da certificação empresarial e a dos trabalhadores, pelo modelo de competências, não é distante e está plenamente integrada. O próprio autor, no comentário ao processo de certificação da empresa, no caso ISO 9001 para indústria química, aponta esta unidade da seguinte forma: *“mas a responsabilidade pela aquisição de novas habilidades e capacitação é cada vez mais compartilhada entre o profissional e a empresa”* (VITERBO, 1996, p. 130).

As competências, ou, mais precisamente, o modelo de certificação das competências, também se inserem num processo de controle da força de trabalho, de uma forma muito mais requintada, com elementos conhecidos, compondo parte da realidade, ou seja, como aparências: a autonomia, a liberdade, a responsabilidade. Elas, efetivamente, compõem essa nova realidade, mas somente como a expressão superficial dos fatos. Esses elementos de autonomia esbarram, assim como os outros componentes, na imperiosa objetivação do resultado para a empresa e mais amplamente para o capital. A forma ideológica mais relevante delinea os objetivos do capital como os objetivos do conjunto capital e trabalho, dos capitalistas e trabalhadores, sempre atualizando-a.

(...) espera-se que uma normalização pactuada entre os diversos sujeitos envolvidos no processo - governo, empresários, trabalhadores e educadores - possa melhorar a empregabilidade das pessoas, sempre que as normas se referirem a competência transferíveis que podem ser atualizadas depois de um determinado período (RAMOS, 2001, p.81-82).

¹⁴⁷ *“Deve ser definida a responsabilidade pela fixação das variáveis de processo, que normalmente é atribuição do chefe ou supervisor de produção”* (VITERBO, 1996, P. 92).

O controle de qualidade, nas expressões ISO ou outras com o mesmo perfil, apesar do aparente paradoxo, compõe alguns indicadores fundamentais para o mercado atual. Precisa, sim, de uma competência, em seu modelo certificado, que responda aos interesses do capital. As habilidades dentro da complexidade do controle realmente são extremamente interessantes para refletirmos sobre duas conseqüências: a contínua divisão do trabalho e o nível de complexidade no controle, com uma parafernália de registros e de regulamentações minuciosamente detalhadas, até, seguindo o autor, além da própria realidade do dia-a-dia da produção, que é a própria formalização do controle.

Os processos de certificação caminham juntos, os dos empresariais e os dos trabalhadores. Em diversos países, a caracterização que Ramos faz de diferentes matizes teóricas e práticas da competência tem um traço único: a idéia e prática seletiva do modelo atual do capital. A competência está dentro dos processos de dominação política econômica da atualidade. As diferenças estão baseadas nas diversas formas de efetivação da dominação do capital, bem como nas especificidades das resistências dos trabalhadores. Portanto, no nosso entender, de forma alguma se pode falar em competência sob a ótica dos trabalhadores, pois está sendo colocada a formação para um capital mais forte, radical e dominante dos últimos tempos. O processo de adaptabilidade efetiva-se como um processo de regulação para o melhor aproveitamento do capital. O modelo de competências requer um grande pacto. Ou seja, uma grande unidade entre patrões e empregados, com efeitos funestos aos trabalhadores, sob a máscara de uma melhoria individual para o crescimento, dentro do mercado de trabalho, em um momento desfavorável aos trabalhadores.

No caso, o controle empresarial não é um momento contraditório ao capital e, portanto, ao modelo de competências. Pelo contrário, para desenvolver os modelos de competência, ou modelos de controle de qualidade, requer-se o controle da força de trabalho 'in extremis'. Os níveis de liberdade da força de trabalho e de sua formação estão nos limites dados pela reprodução do capital. O mesmo deve resgatar, recriar ou inventar novas formas de controle e dominação da força de trabalho, da subsunção do trabalho pelo capital.

A grande conciliação para desenvolver o capital e suas necessidades passa também por uma contradição: deixar a força de trabalho apta para esse desenvolvimento. Leia-se: para a efetivação da ampliação da acumulação do capital.

(...) a noção de competência como ordenadora das relações de trabalho acaba se consolidando à medida que consegue promover reconfigurações materiais

convergentes na gestão do trabalho e nos processos formativos (RAMOS, 2001, p.88-89).

No nosso entendimento, o processo é exatamente invertido. O modelo das competências é uma resposta necessária para a reordenação e formação da força de trabalho, reproduzindo as condições mais radicais do capital hodierno. Falta aos que defendem a ressignificação responder o que vem antes dessa relação ordenadora, ou da competência, que são justamente os interesses dos capitalistas. Este é o nosso próximo ponto.

V. 10. Resignificar: a força do modelo hegemônico.

Educadores, teóricos historicamente comprometidos com a causa emancipatória da classe trabalhadora, vêm, com afincamento, elaborando a crítica ao modelo dominante de competências e propondo uma ressignificação sob a ‘matriz crítico-emancipatória’. No nosso entendimento, esse esforço, mesmo caracterizado como um esforço sério e honesto na disputa pelo termo ‘competência’, é uma tarefa fadada a ser inviabilizada pela própria realidade. Como consequência dessa posição, em nosso entendimento, existem dois caminhos: ou ela migra efetivamente para a lógica das competências, ou seja, o caráter emancipatório vira somente uma retórica, ou a disputa classista sai dos termos colocados pela burguesia – a competência –, com a efetiva superação da sociedade mercantilizada, ou seja, com a ruptura da sociedade capitalista¹⁴⁸.

Mesmo acertando no diagnóstico do modelo das competências, a tentativa de Deluiz, exatamente pelo seu compromisso, de dar uma saída favorável aos trabalhadores obscurece algumas questões centrais para o entendimento das competências. São exigências postas pelo padrão capitalista atual de acumulação flexível, neotaylorista ou toyotista, que a própria autora aponta: competitividade, produtividade, agilidade e racionalização de custos. A questão é: como ressignificar essas exigências centrais?

No modelo das competências o controle da força de trabalho se expressa através de estratégias de ressocialização e aculturação pela conformação da subjetividade do trabalhador. A ênfase na identificação dos interesses de patrões e empregados – que se convertem em uma comunidade social de colaboradores –; a autogestão pela internalização da disciplina; o controle exercido sobre os trabalhadores por

¹⁴⁸No caso, a palavra competência, por movimento excepcional, poderia ter um outro significado favorável à classe dominante, no caso, à classe trabalhadora, podendo ainda utilizar outro termo, pois estaria diante de uma outra prática efetiva, numa outra sociedade, mas isto é no campo da futurologia. Mesmo nesse caso, a categoria competência poderia continuar associada, tal como ela é hoje, ao capitalismo. Portanto, também não poderia ser afirmativa numa sociedade socialista ou comunista.

seus próprios colegas no trabalho em equipe e a sobrevalorização de aspectos atitudinais (o saber-ser) conferem ao modelo das competências a possibilidade de um controle menos formalizado e mais difuso sobre a força de trabalho, evitando-se as resistências e os conflitos (DELUIZ, 2001, p.2).

Como vemos, o processo de controle é exposto através de um movimento de construção de uma nova cultura, que é exatamente a expressão mais acabada do ‘ser’ capitalista. É um comportamento desenvolvido e requerido para os executivos – um processo de internalização do controle incidindo de forma difusa. Sem estas características não têm sentido as competências.

Esse modelo está umbilicalmente ligado a uma expressão fetichizada da mercadoria. No caso, à mercadoria força de trabalho. Quando se defende a prática e a teoria das competências, tem-se como pressuposto o caráter ahistórico da força de trabalho. Expressão do próprio capital enquanto processo de dominação na formação da sua força de trabalho. Nesse processo atual, de construção da força de trabalho, é fundamental a manutenção da exploração, da divisão da classe trabalhadora, da concorrência e da absorção dos fundamentos capitalistas pela mesma.

Já Kuenzer define a competência de outra forma. No nosso entendimento, a autora não aponta para uma leitura da realidade como um todo, resumindo-a em um aspecto da mesma, inclusive no seu aspecto metodológico da construção do conceito, ou da noção de competências¹⁴⁹.

Nesta definição, Kuenzer vai restringir-se a uma visão dentro da fábrica¹⁵⁰, colocando a ação próxima dos eventos, da imprevisibilidade, como a mobilização de todos os seus conhecimentos para resolver um problema. A autora vai descrever toda a capacidade de trabalho para o processo produtivo, sem em algum momento questionar que este processo de trabalho é o movimento fundamental de extração da mais-valia. Além desta visão, a autora superpõe o

¹⁴⁹ “Naquela ocasião, com apoio na teoria mas também nas entrevistas levadas a efeito com 148 operadores, mostramos que é possível compreender a categoria competência como a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida... vinculada à idéia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos” (KUENZER, 2004, p.1). Esta citação está colocada parcialmente no capítulo anterior.

¹⁵⁰ Bom ressaltar que no seu livro “A Pedagogia da Fábrica”, uma pesquisa realizada no início dos anos de 1980, Kuenzer tinha uma posição muito clara em relação ao processo de formação que o capital propunha para os trabalhadores: “Se são as relações sociais e técnicas de produção que educam o trabalhador e se, no modo de produção capitalista, estas relações se caracterizam pela divisão e heterogestão, encontram-se aí, no processo de trabalho assim constituído, o fundamento da pedagogia do trabalho” (KUENZER, 2002a, p.12).

conceito de práxis, bem colocado por Vázquez, dando a entender que o mesmo se aproximaria da categoria das competências em sua ressignificação.

Ao assim compreender a categoria competência, já se conferia destaque ao ponto que constitui objeto deste texto: a necessidade de desenvolver a capacidade de articular conhecimentos teóricos e práticas laborais, reafirmando-se a compreensão de que o simples domínio do conhecimento por parte do operador, seja tácito, seja científico, não é suficiente para que se estabeleça a competência, compreendida na sua dimensão de práxis, posto que esta, segundo Vázquez, 'é atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente' (KUENZER, 2004, p.1-2).

Além disto, a autora olvida as caracterizações críticas da competência, como, por exemplo, as já citadas por Deluiz. Reduz a um problema técnico, como se fosse apenas um componente das forças produtivas, desligado das relações sociais de produção. A divisão social do trabalho não aparece nesta concepção. Nem a da subsunção real, muito menos a visão da mercantilização da força de trabalho, apesar de ter a mesma como referência a práxis revolucionária e sabendo estar dentro “[d]o regime da acumulação flexível” (KUENZER, 2004, p.3).

O nosso esforço de apresentar a competência partindo dos fundamentos capitalistas tem como objetivo demonstrar que esse conceito existente carrega consigo a divisão social do trabalho e a perspectiva não só enquanto uma força produtiva, mas inserida nas relações sociais capitalistas. A divisão capitalista do trabalho caracteriza claramente a serventia essencial do modelo de competências, que tem em sua raiz as novas práticas do capital, ainda mais radicais, exigindo uma inserção maior dos trabalhadores na visão e prática do capital. Em sua essência, o modelo não deixa dúvidas de que deve, no mínimo, respeitar e, na média, defender os interesses das empresas, conseqüentemente, dos empresários. O ponto de superação da lógica da qualificação, para o modelo das competências, foi a busca por comportamentos mais adequados às exigências do capital, por isso de sua superação. Os projetos de formação exigem os objetivos que o capital impõe coercitivamente, ou por consenso, à força de trabalho.

Kuenzer aborda a situação contraditória de que o trabalhador, na acumulação do capital, estaria a favor da exploração de sua força de trabalho, mas não dá uma conseqüência a esta assertiva. Critica o pragmatismo, mas não identifica a própria competência como parte intrínseca de teorias defensoras do sistema capitalista, como o pragmatismo, a postura eclética, a pós-modernidade. Questiona as competências sob cunho neoliberal, que dão ênfase aos

comportamentos e não aos conhecimentos transversais. Ressalta a relação entre o sujeito e objeto, mas abdica do caráter revolucionário da práxis. Este movimento é muito comum, quando se faz a crítica terminal do taylorismo/fordismo enquanto a crítica do capital como um todo. Conseqüentemente, a percepção que se apresenta como uma grande saída dessa relação mecânica, injusta, hierárquica, entre outras características, encontra-se na produção flexível e, portanto, é passível de dar um salto de qualidade positivo em direção aos interesses de uma empresa, na atualidade¹⁵¹. Um modelo de competências capitalista em essência torna-se ‘libertário’. A autora cita o seu estudo na Repar (Refinaria Getúlio Vargas):

A concepção metodológica que vem sendo desenvolvida na Repar, e que na prática já vem se evidenciando adequada, compreende o processo de produção do conhecimento como resultante da relação entre o homem e as relações sociais em seu conjunto, através da atividade humana (KUENZER, 2004, p.15).

Deluiz também se refere ao lado positivo do modelo das competências, necessidade intrínseca, a nosso ver, para construir uma ressignificação da mesma. Evidente que os processos de desenvolvimento das forças produtivas devem ser apropriados pelos trabalhadores. Eles são os criadores fundamentais desses processos, mesmo dentro de um movimento alienante. Se isolarmos alguns elementos que compõem a noção de competências, colocando-os fora do contexto capitalista atual, não haveria um ser humano que fosse com a vontade de contestar esses ingredientes como a autonomia ou a criatividade, por exemplo. Só que entendemos que estas características das competências devem ser analisadas dentro do objeto maior e das relações de que este advém, no caso, das competências dentro das relações capitalistas. Ali, o significado é decifrado pelos interesses do capital. Até podem ser disputados elementos isolados, com a autonomia, mas vista dentro da relação coisificada, mercantilizada, ela passa a ter um significado classista burguês. Quando observamos esses elementos isolados através do modelo das competências, entendemos os seus significados vinculados a essa totalidade. Essa totalidade, as competências, tem uma natureza e objetivo histórico que é a radicalização da formação da força de trabalho enquanto mercadoria.

¹⁵¹ Como já havíamos citado, em seu livro ‘Pedagogia da Fábrica’, “*A utopia, portanto, está na autogestão, compreendida como o controle da produção por todos os homens, com o estabelecimento da hegemonia do trabalho sobre o capital*” (KUENZER, 2002a, p. 56). Como podemos ver, essa postura pressupõe o fim da subsunção do trabalho pelo capital, no controle da produção pelos trabalhadores, situação impossível de ser defendida em qualquer molde do capitalismo.

Mesmo num processo alienante, entendemos que o trabalho é realizador da construção da humanidade. Ela realiza a objetivação do trabalho. No entanto, devemos ser bastante criteriosos nessa referência ao lado positivo do processo de trabalho, pois o mesmo, em hipótese alguma, deve ser visto desligado de suas conseqüências nefastas. Além disso, no processo de fetiche, esses elementos, quando postos neste conjunto de competências, adquirem um caráter contrário se tomados idealizadamente. Marx já apontava a utilização das exigências para o trabalhador aproveitar-se em sua formação, mas nunca desvinculando da sua natureza real dentro do capitalismo, com efeitos trágicos para os trabalhadores:

Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isso revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massa de trabalhadores de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos. Entretanto, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas peculiaridades rígidas. Já vimos como essa contradição absoluta elimina toda a tranqüilidade, solidez e segurança da vida do trabalhador, mantendo-o sob a ameaça constante de perder os meios de subsistência ao ser-lhe tirado das mãos o instrumental do trabalho, de tornar-se supérfluo, ao ser impedido de exercer sua função parcial; com essa contradição se patenteia poderosa na hectacombe ininterrupta de trabalhadores, no desgaste sem freio das forças de trabalho e nas devastações da anarquia social. Este é o aspecto negativo (MARX, 1989, p. 557/8).

Ao mesmo tempo, Marx percebia que no movimento de desenvolvimento das forças produtivas, da maquinaria, em especial, eram exigidas novas habilidades dos trabalhadores. Era exigido um câmbio de um ramo para outro, uma *“maior versatilidade possível do trabalhador”* (MARX, 1989, p.558). Observava que, com a reprodução destes termos na divisão capitalista do trabalho, tinha como conseqüência a eliminação da tranqüilidade diante da perda do emprego, diante de uma instabilidade contratual. Não são tão novas as conseqüências reais da formação da força de trabalho enquanto mercadoria e, mesmo dentro de sua positividade, a realização do trabalho humano carrega as relações de exploração: *“Ele só opera dentro de uma conexão que só existe depois da venda, no interior da oficina capitalista”* (MARX, 1989, p.413). Não há como pensar este modelo fora das relações de exploração. As positivities existentes devem ser entendidas e, portanto, mediadas dentro dos limites da própria relação capitalista, dentro da mercantilização da força de trabalho e de sua fetichização. Quando separamos o lado positivo do negativo formalmente, passamos a não entender o sentido da relação de exploração existente e

dessa totalidade em especial, o modelo das competências. Vejamos ainda se em alguma medida, diante das críticas já feitas, as características determinantes para o modelo de competências são benéficas aos trabalhadores.

A adoção do modelo das competências no mundo do trabalho traz, no entanto, implicações contraditórias para o trabalhador. Por um lado, pode-se apontar, como **aspecto positivo**, a **valorização do trabalho**, que assume um caráter **mais intelectualizado, menos prescritivo**, exigindo a mobilização de competências que envolvem domínios cognitivos **mais complexos** e que vão **além da dimensão técnica**, demandando novas exigências de qualificação do trabalhador e a **elevação dos níveis de escolaridade**. Ressalta-se, também, positivamente, a **valorização dos saberes em ação**, da **inteligência prática dos trabalhadores, independente de títulos ou diplomas**; uma maior **polivalência** do trabalhador, que lhe permite lidar com diferentes processos e equipamentos, assumir diferentes funções e tornar-se **multiquificado**; a possibilidade de construir competências coletivas a partir do trabalho **em equipe, maior comunicação, participação e autonomia para o planejamento, execução e controle dos processos produtivos** (DELUIZ: 2001, p.3 - Grifos nossos).

O primeiro ponto levantado por Deluiz é a valorização do trabalho. O sentido mais correto é que o capital não prescinde do trabalho. Ele é fundante na construção da riqueza, já dizia Smith. Portanto, o trabalho é a fonte de valor, diferentemente de sua valorização por parte da burguesia na própria relação capitalista de produção. Por outro lado, o sentido está na ‘valorização’ (com a precarização e tudo) específica de um trabalho relacionado com o intelectual, menos prescritivo, complexo, além da sua utilização técnica. Ora, o lado mais intelectual exigido do trabalhador é a sua predisposição para aumentar a produtividade, respondendo as necessidades do capital. Ou seja, uma intelectualidade ainda mais sob a lógica do executivo, do capitalista. Utilizar a intelectualidade para questionar, para subverter a lógica do capital, é extremamente danoso e perigoso para o crescimento da empresa, do capital. A nova intelectualidade positiva organizacional é aquela, no nosso entendimento, relacionada com a possibilidade de o trabalhador conhecer a ciência e também sua aplicabilidade em benefício da coletividade. Esta, no entanto, não nos parece ser a característica da utilização do saber como competência. Esta caracterização, pelo contrário, fica impedida ao trabalhador, ou, se quisermos individualizar, à maioria dos trabalhadores de sua realização, pois o critério do capital é a sua utilidade para

realizar o produto enquanto uma mercadoria, para a extração e realização da mais-valia, especialmente o lucro¹⁵².

Quanto à polivalência, esta já foi muito contestada por FRIGOTTO (1996) e outros autores, como uma ação do capital no aproveitamento dos conhecimentos e habilidades do trabalhador, incorporando ao processo produtivo. Ela está relacionada a um processo de intensificação do trabalho, com o aumento da produtividade, na finalidade de combater a diminuição das taxas de lucro. Por fim, a individualização é uma expressão da fragmentação colocada para os trabalhadores, dentro do processo de combinação e isolamento da própria divisão do trabalho capitalista. É uma necessidade do capital. O que dá o ponto da unidade é o próprio capital, os seus interesses, que, obviamente, caminham contra os interesses reais e gerais dos trabalhadores. A maior participação, a autonomia, como já dissemos anteriormente, é um movimento de controle do trabalho sob outra formatação. De forma alguma esses movimentos são autônomos, contraditando os interesses do capital. Portanto, mesmo os dados levantados como positivos devem ser mediados a partir da seguinte questão: como o capital os utiliza e os constrói enquanto competências em seu benefício? Como se processa a autonomia, a participação, o aumento da qualidade individual do trabalhador na sua coletividade, e o próprio formato da empregabilidade, nas relações atuais? Essas características só são afirmativas no que tangem à disputa entre os trabalhadores. Essas qualidades são critérios de seleção e de exclusão; conseqüentemente, é o segredo das relações sob o formato das competências, que esconde seu lado perverso e, mais grave, transforma os ditames positivos, formalmente, em ditames de escravidão, na prática. O controle passa a ser internalizado, a autonomia é para aumentar o capital, a participação deve levar os trabalhadores a pensarem e a se comportarem como se fossem capitalistas. O Processo de subsunção adquire um novo parâmetro já descrito anteriormente. Posiciona o trabalhador sob a lógica do capital e seu fiel defensor. A competência é a expressão fetichizada dessa nova subsunção real da vida, de acordo com Tumolo.

O modelo das competências, sob o ponto de vista menos perverso, requer uma humanização do capital, em nossa opinião, algo impossível de acontecer na reprodução

¹⁵² A elevação da escolaridade, apesar de ser exigida, não é central quando os seus conhecimentos independem da escolaridade e sim, da utilidade para o capitalista. Ou seja, a elevação da escolaridade para o capital está ligada à preparação do seu exército ativo e de reserva e a continuidade da concorrência entre os trabalhadores, além das novas formas de trabalho que exigem uma base de conhecimentos e comportamentos difundidos na escola, principalmente os comportamentos. Este é um debate importante que escrevemos um artigo (RODRIGUES, 2007), por ser de grande magnitude, apesar de não estar no eixo de nosso trabalho.

capitalista. Processos de melhorias de condições de vida – parte da ‘humanização’ – existem graças à resistência e à luta dos trabalhadores contra o capital e às raízes civilizatórias que há muito já foram invertidas pelo capital. O lado tratado como positivo é cada vez mais restritivo para o conjunto da classe trabalhadora, vide o desemprego, o subemprego, o trabalho escravo, infantil etc, crescente no mundo. Ou seja, o aspecto civilizatório do capital é cada vez mais restritivo e excludente do mesmo, não do sistema, obviamente. Essa humanização sistêmica é impossível. O que chamamos de humanização são fragmentos da mesma, exatamente na contraposição e afastamento do capital. Mesmo sendo parcial, o sentido não pode ser de legitimar o capital, ou de simplesmente humanizá-lo, como a pós-modernidade representa-o cabalmente.

Não se pode confundir a necessidade de acumular forças¹⁵³, uma tática de resistência construída, com a das estratégias negadoras da ruptura com o capital e, portanto, assumindo indiretamente a possibilidade da máxima do ‘fim da história’. Por outro lado, muitas das perspectivas bem intencionadas dessa resistência tornam-se processos legitimadores da manutenção do capital. Ou, ainda, algumas bandeiras de luta dos trabalhadores são tomadas pela burguesia para frear as conseqüências nefastas aos seus interesses¹⁵⁴. Vão-se os anéis... Os dizeres de participação, autonomia, no modelo de competências, podem-se caracterizar como elementos tomados pela burguesia para superar sua crise e submergir o trabalhador em seus interesses. Agora, quando configurados no conjunto de noções ou modelo de competências, assume o significado determinado pelo capital, mais do que isso, intrinsecamente compõe a formação fetichizada da força de trabalho. Uma das características dos críticos ao capital, dentro da lógica da pós-modernidade, do fim do trabalho enquanto categoria central é reconhecer as diferenças, as humilhações impetradas pelos dominantes e concluir que só existe o espaço de frear e de minimizar os efeitos do capital, cada vez mais internacionalizado, no local, no individual, no particular.

A aceitação da existência de um espaço de lutas dentro do capitalismo é o reconhecimento de uma sociedade em disputa. Entretanto, não podemos esquecer que a mesma tem um resultante histórico, que se transforma em condicionamento, que é ser dominada pelo capital. Não é uma disputa com forças em pé de igualdade. O capital, através dos capitalistas e asseclas, tem o controle fundamental. Os trabalhadores assalariados, no processo de sua sobrevivência,

¹⁵³ A tática de acumular forças concedeu inúmeras interpretações para que setores de esquerda aproximassem ao máximo as suas bandeiras da manutenção do capital reivindicando melhoras possíveis dentro do sistema.

¹⁵⁴ Ver Gramsci. (transformismo)

reproduzem essa sociedade. No caso, o papel das competências é de fortalecer esse processo reprodutivo, condicionado em favor do modo capitalista de produção atual.

O fato de reconhecermos a disputa não nos pode fazer capitular na fetichização desenvolvida no capital e em suas categorias. Devemos distinguir o que é disputável, no sentido de acumular forças para a luta de sua extinção, e o que é trabalhar para a legitimação da burguesia, sem efetivar a construção da ruptura¹⁵⁵. No nosso entendimento, a efetivação da disputa é a própria denúncia da parcialidade e instrumentalidade que reforça o sistema capitalista e suas várias ações junto aos trabalhadores, inclusive o fetichismo que compõe a totalidade capitalista. O básico é entender que o modelo de competências existe, na prática, mas que não é emancipatório, pois está muito bem definido, por parte dos capitalistas, em suas finalidades históricas. São armas de combate para os próprios trabalhadores competirem entre si e não contra os capitalistas. É a preparação dos gladiadores para sua sobrevivência na arena do trabalho. Um grande fetiche, que transforma a necessidade do capital como necessidade da coletividade, em especial, como formadora da força de trabalho.

Como exemplo, a categoria capitalismo, na lógica marxista, não está em disputa¹⁵⁶. O capital, em sua forma organizativa, na prática, não tem como ser favorável aos trabalhadores, em sua totalidade, apesar de existirem elementos conquistados pelos trabalhadores devido à própria dinâmica da luta de classes. O capitalismo é uma forma dominante da organização burguesa. Dentro da lógica da emancipação não há como construí-lo e, portanto, desejar conseqüentemente um capitalismo favorável aos trabalhadores. No nosso entendimento, a categoria das competências está no mesmo campo prático e teórico. É impossível uma formação da força de trabalho mercantilizada, das competências dos trabalhadores, na lógica dos trabalhadores. Não seria uma mudança conceitual que lhe mudaria as práticas e interesses que lhes correspondem na atualidade. Por si só, é impossível, a não ser que seja uma mágica semântica, um ‘capitalismo social’, ou ‘socialista’, no caso, uma ‘competência social’ ou ‘socialista’. A expressão ‘capitalismo’ refere-se a uma prática social cristalizada nas relações humanas de exploração, com seus fundamentos estabelecidos historicamente. No mesmo entendimento está a categoria de

¹⁵⁵ Lembremos do reformismo histórico, com a lógica internista de que por dentro do capitalismo poderia se construir uma nova sociedade. Com uma grande diferença, do atual reformismo, ele apontava para uma sociedade claramente socialista.

¹⁵⁶ Aprofundando a questão poderíamos dizer que no capitalismo os trabalhadores realizam a disputa de classes, só que a disputa dentro do capitalismo, limitado às reformas, não é exatamente uma disputa classista de cunho revolucionário.

competência, uma prática social cristalizada em favor dos capitalistas. Uma prática de luta, de competição, para fragmentar os próprios trabalhadores. Nesse sentido, gostaríamos de levantar algumas hipóteses desta ressignificação, sobre elementos que entendemos serem basilares de sua motivação teórica.

V. 10. a. Hipóteses sobre as bases ressignificantes: a retração do movimento sindical

Um dos parâmetros enganosos utilizados pelos autores da ressignificação é o próprio movimento sindical ou das centrais dos trabalhadores, ainda considerada como referências classista de luta. Como exemplo dessa ‘nova’ prática, temos a CUT. Não está claro, para a maioria das pessoas, inclusive para estudiosos, que hoje a mesma caminha no sentido de apenas resguardar direitos e alguns benefícios para os trabalhadores e, portanto, numa defesa, digamos, envergonhada ou velada, da manutenção da sociedade de classes¹⁵⁷.

A CUT, sob a lógica da ruptura social, assim com a maioria das organizações sindicais, que em um determinado momento histórico – das radicalizações da luta contra o capital – vieram a ter um posicionamento até de ruptura sistêmica, retrocederam para serem apenas um instrumento de regulação do capital. A novidade, do movimento sindical combativo e de proposição pela ruptura com o sistema classista de produção, foi sendo trocada por uma outra antiga novidade: ater-se às possibilidades que ocorrem por dentro do capitalismo, nos limites impostos para a continuidade do sistema¹⁵⁸.

Neste sentido, quando analisamos o movimento realizado, feito não só pela CUT, mas por um sem número de sindicatos e centrais pelo mundo a fora, em direção à capitulação dos princípios revolucionários, em direção ao fim da história, percebemos que os grandes parâmetros das centrais não são mais o da construção de uma organização e da efetivação de lutas para a construção da ruptura com o capitalismo. O parâmetro agora é a adequação ao sistema para, no máximo, melhorar as condições de vida, mesmo que explorados, de seus filiados, e na pior situação, em defesa de cargos que garantam um patamar social ‘digno’ de seus dirigentes.

¹⁵⁷ OLIVEIRA (2003) relata a formação de uma nova classe de uma forma metafórica, o ornotorrinco. No nosso entendimento, mesmo não compreendendo como o surgimento de uma nova classe, é original e importantíssimo seu trabalho, pois desvela as práticas dos dirigentes sindicais em posições de poder.

¹⁵⁸ Por exemplo, o Programa Integrar, da CUT. É um dos exponenciais das experiências de mudança da política de formação da Central. Ela não visa preparar para as greves, lutas, organizações do trabalho, analisar a conjuntura, como antes ocorriam cursos em todo o Brasil. O objetivo deste Programa é a melhoria das competências dos trabalhadores no intuito da melhoria da empregabilidade dos trabalhadores. Claro que com uma observação: em todos os cursos havia um momento de crítica à sociedade capitalista.

Ângela Amaral (2005) analisa as modificações concretas que ocorreram no movimento sindical brasileiro, tanto em suas orientações como em suas práticas. É nesse bojo que as centrais sindicais no Brasil, como um exemplo mais perto, vão realizar um processo de mutação e, em decorrência dele, uma modificação fundamental em seu direcionamento prático, ou, como comumente é chamado, em suas bandeiras de luta. O eixo organizativo, com alicerce classista, combativo e revolucionário, dá passagem à concepção que privilegia a participação propositiva no sistema, a defesa da cidadania e a realização de políticas públicas. Evidentemente que as visões reformadoras do capital ‘humanistas’ vão crescer com uma conjuntura ideológica favorável ao capital, fruto de uma conjuntura adversa à classe trabalhadora.

Os documentos da CUT, relacionados, principalmente, à política industrial e à política educacional, nos parecem ser ilustrativos de uma mudança de posição da Central, a qual passa a incorporar as mudanças no campo da economia como elementos inexoráveis à conjuntura brasileira e a propor conteúdos, posturas e instrumentos conciliatórios que apostam em ganhos para os trabalhadores, na perspectiva de reversão das desigualdades sociais, e em uma agenda propositiva que admite concepções liberalizantes na condução de políticas setoriais, a exemplo da necessidade de redefinição da relação do Estado com o mercado (AMARAL, 2005, p.27).

Kuenzer conjuga essa nova forma de fazer sindicalismo com a radicalidade em duas pilstras de conteúdos: a ética e a cidadania. Estes são os alicerces para discutir política e sociedade:

... articulação entre saber para o mundo do trabalho e saber para o mundo das relações sociais, privilegiando-se conteúdos demandados pelo exercício da ética e da cidadania, os quais se situam nos terrenos da economia, da política, da história, da filosofia, da ética, e assim por diante (KUENZER, 2004, p.16).

Este é o patamar da nova perspectiva da ‘práxis revolucionária’, que tem preocupações com a qualidade de vida, com a participação diante dos progressos tecnológicos e das novas formas de organização. Tudo isto num tom de conciliação entre as classes. Finalmente, como conclusão, a autora afirma: “*Resta saber quantas empresas se dispõem a esta tarefa, posto que esta opção trará impactos também sobre a democratização do produto do trabalho, em contraposição à lógica que rege o capitalismo*” (KUENZER, 2004, p.17).

V. 10. b. O fim da URSS e a crise do socialismo

Na crise dos países do leste não há só problemas endógenos que favoreceram sua derrocada. O capital, além de financiar a guerra fria, avançou, a partir de uma intervenção vitoriosa em sua concepção neoliberal para dentro dos países do leste europeu, União Soviética, africanos e o leste asiático, em especial a China, que se organizavam sob a bandeira do socialismo¹⁵⁹. Na Europa, realizou um processo de transformação política, implementando modificações profundas na ordem desses Estados, que, somado a esse movimento do capital, aprofundou-se com a derrocada do falido bloco hegemônico pela União Soviética, trazendo como consequência um processo fortíssimo de crise da perspectiva da construção de projeto de sociedade socialista para a classe trabalhadora no mundo inteiro. Com a queda do bloco soviético, diminuiu a influência teórica da concepção marxista. Em geral, abriram-se espaços para teorias se não resolutamente favoráveis ao capital, mas com uma subjugação ao vencedor do momento: ‘Ao vencedor as batatas...’

Os teóricos da pós-modernidade representam muito bem esse momento de resposta à crise. Poderíamos apontar que essa crise do capital teve como efeito a utilização de uma rede fina, trazendo para si os mais diversos pensadores em uma profunda crise prática e teórica. Com isso, volta com força a perspectiva teórica da burguesia e junto com ela suas expressões, como o ecletismo, o pragmatismo, o pós-modernismo, o neopositivismo.

É a volta ao subjetivismo, da não objetivação da verdade, da falta de perspectiva da ruptura com a sociedade vigente, no que ela tem de essencial, que é a exploração. Situação esta vivida em seus inúmeros formatos, colocando na rota do empobrecimento a maioria, em benefício de uma camada que vive desse trabalho explorado. Dentro dessa confusão teórica, existem aqueles bem intencionados na defesa das competências, de forma crítica, de condenação ao projeto político neoliberal. Vejamos como Deluiz vai apresentar a positividade dessa lógica de forma contraditória:

A matriz construtivista apresenta, assim, pontos de **positividade ao atribuir importância não só à constituição de competências voltadas para o mercado, mas direcionadas aos objetivos e potencialidades do trabalhador**; ao considerar o trabalho em suas relações contextuais e **buscar a construção de competências coletivas**; ao possibilitar a **transposição das competências** investigadas no processo de trabalho mediada por uma concepção pedagógica.

⁰Outros autores descrevem que não existia socialismo, e sim, capitalismo de Estado. Em princípio, achamos que a estrutura organizacional apontava para o um socialismo burocratizado, tornado-se uma degeneração do Estado proletário, mas não trataremos do assunto neste trabalho.

Entretanto, para os construtivistas, **a construção do conhecimento é considerada como um processo individual, subjetivo, de desenvolvimento de estruturas cognitivas, em uma perspectiva naturalista da aprendizagem, sem enfatizar o papel do contexto social para além da esfera do trabalho na aprendizagem dos sujeitos.** A concepção de autonomia fica, desta forma, limitada à sua dimensão individual, focada no mundo do trabalho. Apresenta, assim, uma concepção mais ampliada de formação, mas minimiza a sua dimensão sócio-política (DELUIZ, 2001, p.10 - Grifos nossos).

V. 10. c. O subjetivismo

A primazia pelo lado subjetivo demonstra seu afastamento epistemológico do materialismo dialético. É o limbo do relativismo. Nessa relatividade estão posicionadas as competências sob a ótica de uma burguesia humanista. Evidente que todas as concepções têm aproximações importantes com a realidade, umas deixando-as claramente reveladas, outras propondo a manutenção à submissão dos trabalhadores. O problema está na utilização de um método fragmentado no qual o objeto é analisado, tanto na interpretação correta da realidade, reforçando-a, quanto nas propostas idealistas para a realidade, deixando-as impraticáveis. É o problema, por exemplo, da pós-modernidade, que se constrói no legítimo da situação social pelo seu idealismo individualista. Eis um ponto central de sua inviabilidade. Os pontos positivos são colocados também pelo capital, quando propõe uma maior escolarização. Não se pode analisar um conjunto por suas particularidades, de forma separada. O movimento do capital, a definição deste, bem como a resposta subjetivista, como nos afirma Duarte, são insuficientes e contradizem uma visão de emancipação da classe trabalhadora¹⁶⁰.

A formação da coletividade, neste modelo, é de caráter individualizante, da expressão fragmentada dos trabalhadores. Contraditoriamente, por mais que se coloque que a formação seja um ato individual, o processo de conhecimento e de socialização só pode ocorrer na coletividade¹⁶¹.

¹⁶⁰ Outra crítica importante foi realizada por DUARTE (2003), no seu sentido epistemológico, que já citamos anteriormente. No caso, RAMOS (2001) vai rever sua posição de resignificação dentro da impossibilidade de realização pelos pressupostos epistemológicos do modelo das competências, que tornaria estranho cultivá-lo, ou mesmo redirecioná-lo com pressupostos marxistas. Esse movimento, como já dissemos, é impossibilitado por estar o mesmo modelo na medula do capital. Portanto, não está no terreno da disputa entre as classes, no máximo a disputa ‘humanizadora’ do capital, no qual entendemos como irreal. Pois o caráter civilizatório do capital real passa pelo aumento da concorrência entre os trabalhadores, com isso ocorrendo uma maior geração de desemprego, e, a partir daí, ganhando o apoio dos empresários para sua causa, desenvolve sua ‘verdadeira liberdade’.

¹⁶¹ Evidente que a expressão e o assumir os conhecimentos existentes é de forma individual (DUARTE, 2003).

Não é ocasional que uma das suas caracterizações seja o enfraquecimento da coletividade, entendendo-a como organização que contesta a ordem burguesa. Além do enfraquecimento das lutas, a formação fica sendo individualizada, não no necessário conjunto do processo produtivo, mas no sentido da luta dos trabalhadores, na remuneração, com carreiras enfraquecidas, no tratamento do capital aos trabalhadores, conforme são defendidas nas teorias do capital para os trabalhadores. Somado a isto, há ainda o reforço das teorias pseudolibertárias, ressaltando a individualidade, a subjetividade, sem conexão com a objetividade, acentuando seus interesses de fragmentação dos trabalhadores e das suas organizações. Só que o movimento de unidade é feito pelo capital, com a manutenção de seu controle. Parece ambígua, pois, de um lado, favorece a fragmentação, e, de outro, a unidade. No entanto, é o capital que vai organizá-la, em seu proveito. Para tal, a competência tem um papel de destaque. O capital expulsa as tentativas dos trabalhadores de trazerem a autonomia e unidade para o seu âmbito, pois é de um antagonismo real. Para nós, trazer as competências para o terreno dos trabalhadores é negá-las.

O modelo das competências remete, assim, às características individuais dos trabalhadores. O modelo das qualificações ancorado na negociação coletiva cedeu lugar à gestão individualizada das relações de trabalho. A relação de coletivos (a empresa) com indivíduos tende a enfraquecer as ações coletivas no campo do trabalho e a despolitizar a ação política sindical (DELUIZ, 2001, p.3).

Características individualizantes levam a crer que há uma característica dissociada das relações sociais. Ou seja, a responsabilidade, o saber ser, é tratada como um problema individual e não de dominação de uma classe à outra. É a fragmentação do mundo incorporado, negando a totalidade e as marcas da mesma, como a exploração, a alienação e o fetiche. Essa característica individualizante é contraditoriamente e essencialmente coletiva, e válida para todos os trabalhadores, com as diferentes exigências, conforme a divisão do trabalho, internacional, sexual, regional etc.

V. 10. d. A impossibilidade de ressignificar o capitalismo para os trabalhadores

No nosso entendimento, ressignificar o modelo de competências está limitado ao ressignificar do capitalismo. Mais ainda, dentro do modelo político econômico do neoliberalismo, uma tarefa que, em consequência, dá um sentido legitimador das políticas do mesmo. A ressignificação do projeto dos trabalhadores já está sendo feita na prática pelo movimento sindical. De que forma? Quando a CUT abandona sua radicalidade contra o capital e passa a apontar a cidadania como o seu eixo central, uma ressignificação em favor da legitimação da

ordem vigente, e não um patamar para o seu questionamento e enfrentamento real. Já de outro ponto de vista, Moraes enfatiza a importância da prática além da nomenclatura:

De qualquer maneira, independente da terminologia a ser utilizada - competências ou qualificação - o que importa politicamente é atribuir-lhe um conteúdo que responda às necessidades/interesses dos trabalhadores (MORAES, 2002, p.15).

Isto é parcialmente correto, pois uma boa definição teórica, ou seja, a aproximação mais verdadeira com a realidade delinea melhor os rumos que a nossa prática - e a própria teoria enquanto aproximação da realidade e de fundamentos para sua transformação - deva tomar. Caso contrário, não existiria necessidade de estudarmos teoricamente a realidade. No caso, as competências carregam consigo seu princípio básico, que é o aumento da produtividade a partir da concorrência entre os trabalhadores. Neste sentido fica difícil aceitar a tese de Moraes. Fora disto, a lógica da qualificação também sempre esteve no âmbito do desenvolver o capitalismo. Com uma diferença básica: enquanto a primeira corresponde à época do estado de Bem-estar Social, ao fordismo, à lógica keynesiana, a segunda corresponde às políticas neoliberais, ao enfraquecimento do Estado provedor, à fragilização do movimento sindical, etc. Entretanto, ambas respondem pela caracterização capitalista da força de trabalho enquanto mercadoria, só no modelo de competências, com uma maior radicalidade capitalista.

No caso, tanto a qualificação quanto a competência estão a serviço do modelo produtivo do capital¹⁶². Não é só uma disputa de significados, mas uma teoria e prática da aplicabilidade do modelo dominante. Evidentemente que não existe imunidade às pessoas em relação às questões do seu tempo e à força da realidade dentro da lógica dominante. Ela empurra para, no máximo, o reformismo; quando não, ao conservadorismo, inclusive por parte daqueles contestadores das amarguras sociais, provocadas pela ação do capital. Muitos autores, com simpatias pelas maiorias, pelos grupos oprimidos, vão entrar na lógica da sobrevivência enquanto última possibilidade de viver nesta dura realidade. Viver com o capitalismo, ou com a sociedade opressiva, buscando achar, a partir de suas contradições e suas lacunas, a razão de sua resistência

¹⁶² Noutro momento, a autora vai descrever que as competências estão num patamar prático de políticas implementadas nos países capitalistas centrais: “A adoção da noção de competência, originária do discurso empresarial, não significa uma mudança meramente semântica, mas se inscreve no campo mais vasto de medidas econômicas e políticas implementadas nos últimos vinte anos pelos países capitalistas centrais” (MORAES, 2002, p.11). Portanto, se não é simplesmente no campo da semântica que se deve enfrentar o conceito ou a noção, mas enquanto prática, e nesse sentido clarear o conceito faz parte desta disputa prática. Entendemos que a afirmação anterior tem um problema de origem, que é de abrir as portas para a ressignificação.

prática e teórica, no máximo, para poderem ser ouvidos, de forma condescendente, pelo lado opressor, desejando implementar a ‘boa convivência’.

Não por acaso que setores, antes combativos, antes adeptos do materialismo dialético histórico, com seu corte revolucionário, vão desistir dessa luta ‘inglória’ e tentar, dentro dessas brechas do capital, ressignificar o corte fundamental da teoria, que é a ruptura com o capitalismo. Neste sentido, entendemos que existe uma base material de organizações que vão respaldar autores como Tanguy e Zarifian, deixando uma série de estudiosos desse campo com uma tarefa impossível: colocar as competências em favor dos trabalhadores.

V. 10. e. O caráter polissêmico das competências

Outro argumento, também muito utilizado, diz respeito à caracterização polissêmica do vernáculo.

Esta polissemia se origina das diferentes visões teóricas que estão ancoradas em matrizes epistemológicas diversas e que expressam interesses, expectativas e aspirações dos diferentes sujeitos coletivos, que possuem propostas e estratégias sociais diferenciadas e buscam a hegemonia de seus projetos políticos (DELUIZ, 2001, p.11).

Caracterizar competência como polissêmica seria dar um significado conforme o seu contexto – o que não é o caso da competência aplicada na formação da força de trabalho¹⁶³ –, pois não resolve o problema prático e teórico de, simplesmente, achar que um conceito possa servir aos seus opostos, sem realizar um movimento concreto dialético. Lembremo-nos de que o movimento de seu contraditório é um movimento de aproximação à própria realidade. No caso, o movimento dialético obedece à imposição da construção do próprio objeto, que não é algo aleatório, nem pode ser uma ação arbitrária, ou responder a um desejo sem base material. Ou seja, as competências, na prática, teriam que ter em seu seio, no seu alicerce, o não atendimento dos interesses das empresas, dos capitalistas, mais precisamente. Não é ao acaso que todas as correntes que utilizam as competências como conceito, noção ou categoria abordam a necessidade do consenso dos trabalhadores com os empresários em sua definição prática e teórica.

¹⁶³ No nosso entendimento existe, sim, uma diferenciação, mas não no campo do capital como formador de sua força de trabalho, mas, no que tange à aplicabilidade da palavra em questões no âmbito do direito, ela estava submetida somente a setores que bem exercem sua atividade. No modelo atual, ela açambarca o conjunto da classe trabalhadora, no contexto das políticas neoliberais enquanto resposta à crise do capital.

A palavra competência pode ser utilizada de diversas formas, só que o modelo de competências, por mais que tenha matizes teóricas e diferentes interpretações, no que tange à formação para o trabalho, é oriundo da política hodierna do capital para adequar sua força de trabalho à resposta de sua crise. De fato, atua-se para contribuir à capitulação, cada vez com mais vigor, levando às iniciativas dos trabalhadores e formando uma classe trabalhadora cada vez mais identificada com o capital. O fetiche da competência.

V. 11. Concluindo o bloco: competências, um fetiche do capital

Não é sem sentido toda a preocupação burguesa com a formação da classe trabalhadora. Existe toda uma movimentação dos mais diversos setores para inculcar essa grande nova conquista dos tempos atuais: a possibilidade da redenção da pobreza, da exclusão, da exploração via uma nova e simpática educação.

Os pilares desta nova formação da força de trabalho são alvissareiros para qualquer trabalhador: mais autonomia, mais criatividade, unidade do trabalho consigo mesmo, um trabalho sem o aborrecimento da repetição, cheio de novidades e desafios inquietantes. Tudo seria interessante, como vimos na primeira parte do bloco, se não olhássemos a própria realidade.

A crise do capital propiciou toda uma mudança, no intuito de superar a tendência de diminuição da taxa de lucro do capital. Crise esta expressa de inúmeras formas, como a inflação, crescimento dos custos sociais dos Estados, direitos conquistados por parte dos trabalhadores, especialmente dos centros mais dinâmicos da economia. Nesse movimento, com uma força prática e ideológica de derrubar as fronteiras para a diminuição do custo das mercadorias, coube à parte da mercadoria especial – a força de trabalho – o seu quinhão.

Diminuir o custo do capital variável. As mudanças profundas no processo tecnológico e a reorganização interna da produção formavam dois pés do tripé. Faltava o terceiro: não só ser barateado, mas poder dar o salto de qualidade, respondendo os outros dois pés, sem aumentar seu custo. Ou seja, necessitava-se de um barateamento da força de trabalho em pleno processo transitório de organização do processo produtivo. A saída era incorporar ao máximo a lógica do ‘novo’ capital com um mínimo de trabalhadores, mas tendo como bases de seu barateamento, do sujeito coletivo, a tecnologia, as formas organizativas intensivas e a formação de um bem preparado e enorme exército de reserva.

As modificações de vulto nas tecnologias aplicadas no trabalho servem de suporte ideológico. Com elas, novas posturas são exigidas dos trabalhadores, situação esta relativizada

pelos próprios teóricos do capital, que vão enfatizar o trabalho mais comprometido com a inteligência do capital para enfrentar uma dura concorrência.

A ‘sociedade da informação’, para esses autores, não é voltada para aqueles que vão trabalhar com máquinas, mas àqueles que vão conseguir aumentar os ganhos do capital, num processo de absorção dos conhecimentos dos trabalhadores. A contradição se revela quando se está diante de exigências de uma força de trabalho mais próxima dos interesses do capital, em tese, negando a sua identidade antagônica. Na prática, significa perder inúmeras conquistas trabalhistas através do aumento dos processos de precarização. O lado bom da flexibilização, cantado em verso e em prosa, tanto as formas flexíveis de produzir, ou da tecnologia, tem umbilicalmente ligados a ela o seu outro lado: a flexibilidade das perdas de direitos trabalhistas. Nisto, não poderíamos deixar de apontar que o aprofundar a precarização, sob o manto novo e mais profundo da terceirização, por exemplo, é uma exigência básica para se implementar a sedutora flexibilidade, elemento básico das competências. Não existe o modelo das competências fora dos institutos supra-estruturais atualizados.

As organizações buscam, inclusive, através do modelo de competências, internalizar nos trabalhadores valores e práticas típicas dos capitalistas. Evidentemente, sem as mesmas benesses dos mesmos, cindidos pela propriedade dos meios de produção de uns, e, de outros, a propriedade apenas de sua força de trabalho.

Além da flexibilidade no modelo das competências, ressalta-se a autonomia. Louvados pelo mercado, são considerados os processos de liberalização dos entraves do modo de organização da produção taylorista, rotineiros e embrutecedores. Essa autonomia e liberdade criativa, na verdade, caminha somente na direção do aumento da extração da mais-valia, de um processo de subsunção real, sem descartar o aumento da jornada de trabalho, controlando, portanto, ao mesmo tempo, contraditoriamente, por novos meios sutis, esses trabalhadores, em tese liberados em sua criatividade e iniciativa, mas presos numa nova e férrea lógica de controle. Evidente que esse modelo não comporta muros grandes e visíveis, mas, sim, cercas de campos magnéticos, invisíveis aos olhos. Invisíveis quando não se realiza uma análise crítica da realidade.

A autonomia está diretamente ligada aos ganhos do capital. Ou seja, não existe uma autonomia sem adjetivação: ela é a autonomia para o capital, ou autonomia das competências para o capital. É o novo saber exigido, o saber ser, ser um trabalhador feliz com a sua condição

de pequeno-capitalista. O interessante é que existem inúmeros mecanismos práticos, como a terceirização, ou a participação em ações das próprias empresas em que é explorado, além dos recursos do discurso ideológico, utilizado por vários meios de comunicação, muitos deles com uma verdadeira força material, na defesa das competências. O exemplo da contradição está quando uma empresa aumenta os ganhos para os seus acionistas, quando elaboram e realizam um projeto de reengenharia, com demissões.

A perversidade do controle não está mais no chicote às costas. Está escondida no exército de reserva, na autonomia, na criatividade, nos novos processos de subsunção da vida social. Todos esses paradigmas do saber ser, juntos com o saber fazer, contribuem para o aumento da exploração dos assalariados, por parte do capital. Os trabalhadores são seus próprios capatazes. Esse controle não é só internalizado abstratamente. Os mecanismos de certificação são um exemplo mais claro dele. Da certificação das competências de cada trabalhador, tirando as referências de diploma, de tempo de serviço e outras que os trabalhadores tinham no modelo anterior, indo até para um processo complexo de avaliação e, obviamente, de controle. Este ponto causa arrepios nos defensores das competências, pois ‘nem sempre’ as empresas ‘pagam’ a sua parte, um problema a ser corrigido, segundo os mesmos.

Demonstramos aqui que o processo de controle transformou-se num processo sistêmico. Evidente que a empresa continua com seus fiscais, que os gerentes, diretores, capitalistas ainda mandam e ‘desmandam’, além do próprio controle internalizado nos trabalhadores, que se chicoteiam para serem ‘o melhor’, para terem o emprego e que assumem a ‘mea culpa’. Quando não atingem o que deles era esperado, estarão na rua da amargura. Mas não podemos esquecer que o controle é do próprio processo produtivo, do controlar os meandros da produção e reprodução do capital, do controle na subjetividade da classe trabalhadora.

Assim, fomos buscar nas mais modernas formas internacionais de controle da produção, em que estão prescritas desde as inocentes medidas que o papel A4 deve ter, passando pelas formas de citação determinadas pela ABNT, até os mais complexos procedimentos na área gestacional, de segurança, ambiental, da química, de diversos processos produtivos. São tão detalhados os movimentos controláveis que não caberiam na nossa imaginação. Citamos uma das mais utilizadas da família ISO, a ISO 9001. Com este exemplo, apontamos como ocorre esse controle sistêmico do capital, e como são compatíveis, ou melhor, intrínsecos à relação entre as competências e o controle da força de trabalho. O grande sentido deste controle é a glorificação

das mercadorias. Para tal, o controle ocorre nos mínimos detalhes, desde o processo de planejamento, passando pelas operações, até os processos ‘invisíveis’ de gestão. Tudo está sob controle, ou, pelo menos, pretende-se estar.

Finalizando este bloco, firmamos que o modelo das competências, ou mesmo sua noção, está vinculada à racionalidade de desenvolver a força de trabalho enquanto uma mercadoria, sujeita às suas caracterizações. O fetiche, no caso, ocorre quando a força de trabalho é requerida no formato das competências, reforçando seu caráter de mercadoria. Mas, mais do que isso, ela tem as características fundamentais do fetiche: a sua perda de referência nas relações sociais produtivas. As características das competências estão fundadas na imagem e semelhança de sua classe antagonica, com os fundamentos originados na gerência capitalista, cabendo até nos mais exóticos exemplos, porque é a resposta para uma lógica hegemônica de organização da produção, a lógica do capital.

O fetiche coisifica as relações ou as naturaliza, exatamente pela perda por parte do trabalhador, do controle da produção e do seu produto. Ele não é só uma abstração. Parte das relações concretas existentes, no caso de subsunção real do capital aos trabalhadores. Portanto, é incompatível a versão ‘light’ do modelo das competências dentro das formas vigentes de exploração da força de trabalho. Também é impossível ressignificar o significado na lógica dos trabalhadores, se não ocorrer uma ruptura com a forma mercadoria da força de trabalho. Esta é uma questão central do fetiche: tratar a força de trabalho para o mercado, ou melhor, enquanto uma mercadoria, sujeita a todas as leis pertinentes à mesma.

Existem correntes ligadas a movimentos sociais que se resignam, na teoria e na prática, a obedecerem às regras impostas pelo mercado. No máximo, é desejada, como finalidade possível para os trabalhadores, uma melhoria de condições de vida, dentro da exploração capitalista. No caso, a ressignificação é um contra-senso de quem quer romper com o sistema capitalista. Ela representa a subjugação da teoria crítica materialista dialética à impossibilidade da ruptura e construção de uma sociedade que não coisifique os trabalhadores. Ela joga numa menor coisificação, ou numa coisificação factual, ou em partes dos trabalhadores. Impossível, em sua praticidade.

Assim, pretendemos defender a tese de que as competências são partes da ação do capital, no tratamento enquanto mercadoria da força do trabalho. E, por serem especiais, passam por um processo de controle mais sofisticado pelo ‘novo’ capital. Uma das principais expressões dessa

nova formatação é, exatamente, a fetichização das competências. A competência é uma representação de tudo que é 'bom' para os trabalhadores, numa contradição antagônica com a verdadeira intencionalidade e prática do capital. Ela representa a mistificação da ordem e a sua naturalização. Modelos de competências, modelos exemplares de fetiche da mercadoria força de trabalho.

VI - CONCLUSÕES

O Modelo das competências é a máxima expressão da coisificação e fragmentação da capacidade de trabalho contemporânea. É o fetiche das competências que obscurece o verdadeiro interesse na formação da força de trabalho, no capitalismo hodierno. Fetiche, porque as características humanas do trabalho são subsumidas, controladas e submetidas à produção e à realização da mais-valia, com vistas ao crescimento do capital. É o mercado o *locus* fundamental que define os caminhos da formação do trabalho. Este parte da centralidade da efetivação da reprodução do capital. A força de trabalho só pode ser concretizada dentro de sua mercantilização, destinada a produzir valor na lógica do capital, excedente do trabalho não pago. No próprio mercado, ela deve se constituir como uma força subalterna ao capital, tendo uma parte ativa e outra na reserva. É uma capacidade cindida: parte se realiza no trabalho, como caracterização humana, parte se desumaniza. Numa leitura da totalidade, ela vai se desintegrando, enquanto realização dos trabalhadores, e vai se construindo enquanto valorização do capital.

Essa caracterização, poderíamos concluir, é a ‘sina’ de toda força de trabalho no capitalismo. No caso das competências, corresponderia a um novo salto de qualidade mais profundo, vinculado à própria radicalização do capital. Resposta à crise de acumulação de capital, engloba três movimentos históricos do capital, conforme MARX e ENGELS expunham no Manifesto do Partido Comunista (s/d): destruição de parte de força produtiva, conquista de novos e intensificação dos antigos mercados. Estes movimentos incluem a força de trabalho. A novidade da competência está vinculada à radicalidade das políticas do capital, assumidas para combater sua diminuição de taxa de lucro. Reafirma-se, assim, que o capital é uma relação eivada de contradições, mas com uma definição hegemônica muito clara por parte do capital. Essa condição dá-se a partir do antagonismo fundamental entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho. O modelo das competências se insere nessa ‘nova’ ordem do capital, buscando formar a força de trabalho, conforme seus princípios dos saberes ‘ser e fazer’, fundamentalmente, oriundos da própria burguesia e seus prepostos, para responder à valorização do capital.

O fetiche ganha contornos especiais. Ele vai apresentar as características da força de trabalho enquanto seu contrário: como a reintegração do trabalhador com o seu trabalho, como sua realização autônoma, como a liberalização da criatividade, como a humanização do trabalho ou do capital. Na verdade, todas essas são maneiras de expressar como a burguesia se forma, se

prepara. Ou seja, os limites compõem as suas definições. No caso, o limite principal é a própria realização do capital, situação esta em que as caracterizações humanas tornam-se impraticáveis de sua realização, impossível de ocorrer dentro da divisão capitalista, no interior das relações capitalistas de exploração. Uma inversão da realidade. Um fetiche, o fetiche do modelo das competências.

Para reafirmarmos esta posição desenvolvida no percurso da elaboração deste trabalho, recuperemos os passos dados.

A divisão do trabalho, uma condição da formação pelas competências.

A divisão social do trabalho é o nosso ponto de partida na apresentação da nossa tese. Na contramão dos defensores da noção e modelo das competências, reafirmamos a contínua e fundamental existência de uma mais profunda divisão do trabalho, baseada na apropriação das classes dominantes dos meios de produção e na utilização das divisões historicamente construídas.

O eixo que percorreu esta tese – a diferença, mas a integração entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais que a abarcam - contribui para o esclarecimento da importância do entendimento da divisão do trabalho, desde Adam Smith, afirmando a importância da mesma para o aumento dos ganhos do capital, até os dias de hoje, em que observamos a existência de variados tipos de expressões da divisão do trabalho. É uma contribuição que chega aos dias de hoje com um intenso vigor. Smith assenta na divisão do trabalho a responsabilidade de formar através do hábito, costume e educação às diversas especialidades do trabalho. Conjuntamente com o desenvolvimento da tecnologia, a divisão do trabalho atua no sentido de sua simplificação do trabalho, para poder, com isso, aumentar a produtividade. Quanto ao aumento da produtividade, Marx apontará além, para a objetivação do trabalho não pago, corroborando com Smith, mas com uma diferença básica: a de deixar a divisão do trabalho ser fecundada pelas relações sociais de produção, que incorpora o sentido de propriedade, essencial para a relação entre os homens e a natureza e os homens entre si. No caso, a importante relação entre aqueles que se apropriaram dos meios de produção e a propriedade de uma fundante qualificação do ser humano: a sua força de trabalho.

A divisão do trabalho, compreendida no interior das relações produtivas, é demarcada pela divisão capitalista do trabalho. A questão da propriedade privada e a apropriação do trabalho alheio vão ganhar novos contornos com a grande indústria, com o processo de organização

capitalista da produção. Essa marca, colocada por Marx, não será desconhecida por outros autores, inclusive para os defensores da ordem vigente, como Durkheim, por exemplo. Para esse autor, o ponto fundamental é que a própria divisão do trabalho vai garantir a superação dos conflitos existentes, ou seja, a manutenção da ordem. Partindo desse pressuposto, da harmonização da sociedade, é que faz sentido para o capital o aumento das subdivisões. Responde a uma necessidade de acumulação do capital, simplificando o trabalho, diminuindo o tempo social para produção das mercadorias e reprodução, apropriando-se do trabalho não pago, exercendo o controle sobre os trabalhadores, sobre o processo produtivo como um todo.

A atualidade de Durkheim também nos traz outros elementos para a reflexão. Como exemplo, a adaptação à realidade, ao movimento de flexibilidade e mobilidade para os trabalhadores. Evidente que a flexibilização elencada não tem as mesmas caracterizações que envolvem a perda de direitos conquistados, ou o aumento da precarização contratual que ocorre no tempo presente. No entanto, tem pontos de contato importantes. A flexibilidade que Durkheim retrata é a preparação do trabalhador para as muitas especializações que no decorrer de sua vida laboral se apresentam. Mais um denominador comum podemos buscar no capitalismo: os trabalhadores devem estar preparados para acompanhar os deslocamentos em vários ramos do capital. Novos ramos são criados e outros desaparecem, porque são considerados obsoletos, dando assim respostas às novas exigências. Compõe o próprio capitalismo estar sempre revolucionando seu modo de produção, sua organização, para conseguir a maximização de seus ganhos (Marx já abordava essa movimentação do capital e dos trabalhadores). Naville e Friedmann também corroboram com a vinculação do aumento da divisão do trabalho, conforme o aumento do volume do capital. Escrito na década de 1950, mesmo apresentando o posto de trabalho como o centro para a formação dos trabalhadores, já começam a apontar alguns elementos do futuramente chamado ‘saber ser’, como o ‘sorriso’, por exemplo. Eles apontam para uma nova formação dos trabalhadores, mas não abdicam da atualidade e força da divisão do trabalho.

Gorz, outro autor controverso, também inicialmente apóia-se na existência da divisão do trabalho, apesar de entendê-la parcialmente. Com isso, faz coro com aqueles que vêem na mesma somente uma força produtiva, sem perceber a incidência da apropriação dos meios de produção. Fizemos questão de deixar as filiações teóricas que esse autor defende em relação à divisão do trabalho, admoestando que, quando se faz uma leitura parcial da divisão do trabalho, mesmo que

a princípio esteja eivada de radicalidade, no momento seguinte, pela sua leitura parcializada da realidade, converte-se em seu contrário, justamente, pela perda da totalidade. No caso, o autor nunca observou o capital como relação social, fundamental para o entendimento da realidade.

Outro tipo de parcialização do entendimento das relações também se viu em Hirata. A mesma superpõe a divisão sexual do trabalho à divisão do trabalho, em geral. Mesmo assim, a autora dá-nos uma enorme contribuição, esclarecendo que a divisão do trabalho está mais viva do que nunca. Para nós, a divisão do trabalho no capitalismo é expressa em inúmeras e variadas formas: internacionalmente, regionalmente, sexualmente, etnicamente, entre outras. Isso nos dá uma idéia de como o capital se aproveita das divisões existentes, algumas até anteriores ao próprio capitalismo, para conseguir o aumento da produtividade para tal acumulação. O novo parâmetro de formação e estabilidade para os trabalhadores, questiona Hirata, é um perfil extremamente masculino, que ‘exclui’ as mulheres dos ‘ganhos’ tidos com o capital. Aproveitamos essa sua importante análise para reafirmar que as competências têm um manequim dominante e que se utilizam das divisões entre os trabalhadores para fortalecer e consolidar um exército de reserva extremamente diversificado, mas preparado igualmente, não somente para assumir as baixas em primeiro plano, mas para, fundamentalmente, pressionar para baixo o custo da força de trabalho¹⁶⁴.

As competências não podem ser vistas fora dessa divisão, com todas as conseqüências que desta provêm, desde as inúmeras (sub)divisões existentes, até a percepção desta integradas às relações sociais capitalistas. É básico analisar as competências dentro do movimento de combinação e isolamento (a necessidade da própria divisão de se trabalhar em grupo e concorrer entre os próprios trabalhadores). É o movimento de unificação através do capital e de fragmentação dos trabalhadores em concorrência. Aqui, fica claro um outro elemento básico dessa divisão: a formação do sujeito coletivo. Não existe, portanto, uma individualização na formação da força de trabalho em si. O que existe é um tratamento individualizante, no formato de fragmentação do trabalhador, para que o seu conjunto seja, na ótica dos trabalhadores, enfraquecido e possa fortalecer o ponto de unidade, que é realizado através do capital. Esse é um componente do fetiche da força de trabalho. Ele é visto como uma individualidade, sem sê-lo,

¹⁶⁴ “Com o intuito de criar uma economia mundializada baseada na intensificação dos regimes de extração da mais-valia e de barateamento da força de trabalho, o atual padrão de acumulação capitalista tem desenvolvido mecanismos de desvalorização dos salários com o intuito de incrementar os capitais ociosos e atingir superlucros” (MARANHÃO, 2007, p. 20-21).

tratado de forma individual, não por sua natureza histórica – de sujeito coletivo –, mas para que esse sujeito coletivo fragmentado seja subsumido pelo capital.

Mercadoria que se produz, que se compra e que se vende.

O trabalhador possui uma mercadoria que produz um valor a mais do que a matéria-prima/produto que tem em suas mãos, quando se inicia o processo de trabalho. Essa mercadoria, força de trabalho, é especial, pois tem uma qualidade ímpar: transfere o valor de um meio de produção para outra mercadoria, além de produzir um novo valor, ou seja, é uma mercadoria valiosíssima, pois é única. Ao mesmo tempo, para continuar a concorrência, o capital em seu processo anárquico de produção, tem que aumentar sua competitividade e, para tal, diminuir os custos de produção. Como realizar isto? Diminuindo o tempo de produção de suas mercadorias, diminuindo o tempo gasto, e com isso, diminuindo também o valor daquele que produz a mais-valia. Mais do que isso, aumenta, mesmo que relativamente, a apropriação do trabalho não pago. Todo esse processo está descrito no livro ‘O Capital’. O que nos interessa aqui é demarcar que, quando falamos em competências, estamos falando em elementos de composição da capacidade de trabalho produtora de mais-valia, fundante na reprodução do capital, que responda a esse movimento rapidamente descrito. Essa capacidade é fundamental para o capital, que serve para produzir o valor de troca e de uso. E ao mesmo tempo em que ela produz, também é produzida, com essa composição inseparável de valores.

Portanto, a força de trabalho também está sujeita às leis de mercado. Por isso, consideramos que o modelo das competências é uma resposta às necessidades desse mercado, uma resposta do capital à sua própria crise estrutural. Falar nesse modelo significa acercar-se do modelo desejado e imposto à formação e à própria ação da força de trabalho. De um lado, a descartabilidade, um processo de subutilização crônica, argutamente assinalada por Mészáros, e, de outro, a diminuição do valor, necessária para composição de qualquer mercadoria na busca incessante da minoração do valor, a busca concorrencial. Esse processo ocasiona um crescimento do exército de reserva ou de formas terceirizadas, desaguando num aprofundamento da precarização do trabalho.

Dentro dessa divisão existe uma outra: é a divisão entre o próprio produtor – sujeito coletivo – e seu produto. Assim, essa mercadoria torna-se estranha e assim o é na medida em que ganha uma conotação externa ao ser humano. Inclusive o estranhamento de sua própria força de

trabalho - o sorriso passou a ser condição de trabalho¹⁶⁵. No site do Ministério do Trabalho do Brasil, aparecem descrições de competências até para profissões milenares, como ‘profissionais do sexo’, agora colocadas sob a ótica do fetiche. Ali, o saber ser e fazer são descritos como todas as outras ‘ocupações’, em mínimos detalhes. São determinados os elementos que compõem a força de trabalho, a mercadoria que deve estar bem condicionada para ser realizada¹⁶⁶. Há uma mercantilização em tudo que pode ser transformado em mercadoria, para extrair a mais-valia. No caso, o Estado contribui para essa regulamentação de controle, como não haveria de deixar de sê-lo, através da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). São inúmeros movimentos internacionais de determinações para as certificações das competências. No Brasil, não seria diferente. O grande objetivo das competências é a adequação a essas novas formas de contratualização da mercadoria força de trabalho e sua predisposição em reprodução de um capital cada vez mais ‘incisivo’. Este movimento foi descrito por Tumolo como a subsunção do trabalhador, não só formalmente como ocorria no controle dos trabalhadores à época da hegemonia do processo taylorista de produção. Agora, é a subsunção real da vida social dos trabalhadores¹⁶⁷. Tanto o trabalho produtivo quanto o improdutivo é subsumido à lógica do capital, cada vez mais ampliada, adentrando agora no controle da subjetividade dos trabalhadores, aprofundando o caráter mercantil da força de trabalho, o seu caráter de coisa fragmentada, por um lado, e, pelo lado do capital, como sujeito coletivo a ser explorado com as inúmeras estratégias possíveis.

A transição na formação da força de trabalho

Outra característica no processo de formação da força de trabalho é a simplificação do trabalho, intermediado por momentos de intensa formação, quase sempre para responder a momentos de transição tecnológica e organizativa para um estágio diferente do anterior. Resulta no e é resultante do processo de banalização das tarefas, inclusive aquelas que, vistas de uma outra lógica de organização e tecnologia, possam parecer mais complexas. O capital não busca

¹⁶⁵ O sorriso de aeromoça talvez seja o sorriso mais mercantilizado, que até se tornou símbolo de falsidade, pois não representa o sentido de uma alegria natural.

¹⁶⁶ “1 Demonstrar capacidade de persuasão (...) 6 Planejar o futuro (...) 11 Demonstrar capacidade de comunicação em língua estrangeira 12 Demonstrar ética profissional (...) 18 Demonstrar sensualidade. C - ATENDER CLIENTES: 1 Preparar o kit de trabalho (preservativo, acessórios, maquiagem) 2 Especificar tempo de trabalho 3 Negociar serviços eróticos 4 Negociar preço 5 Realizar fantasias eróticas 12 Manter relações sexuais (...)” (<http://www.mtecbo.gov.br/busca/competencias.asp?codigo=5198>)

¹⁶⁷ Apesar de ser colocado o processo de subsunção na vida do trabalhador, na formação deste, o real interesse da mesma é quanto à força de trabalho para o capital. As competências não fogem dessa situação; são pensadas para o mercado.

aumentar o custo de suas mercadorias - é necessário diminuir o tempo socialmente necessário para produzir e competir. Não é complexificando em seu momento tendencial que o capital encontra a recomposição orgânica do capital, diminuindo a parte variável. Evidente, sob a lógica dialética, todos os processos de transição trazem à tona momentos de readequação da classe trabalhadora, no que tange à sua capacidade de trabalho, realizando um processo de aproximação no uso das novas tecnologias, mas, justamente, para que, aproximados das mesmas, possam levar menos tempo no processo produtivo, para que sejam, efetivamente, mais simples. Não é por acaso a popularização das novas tecnologias, especialmente a utilização da informática, com inclusão digital, casas de jogos, exigências curriculares de manipulação às linguagens informacionais básicas (especialmente da MicroSoft) para os trabalhadores da ativa, da reserva, para os futuros trabalhadores, empregados ou não. Há uma complexificação na totalidade, mas a síntese, ou a responsabilidade para fazê-la é do capital. Essa complexidade se subdivide, transforma-se em tarefas para a robótica, para as máquinas realizarem de forma a diminuir o trabalho vivo, isto é, simplificar as tarefas possibilitando um aumento considerável da produtividade, conseguindo diminuir o trabalho pago, esticando o trabalho não pago. As competências, que a princípio são um exemplo da complexificação do trabalho, estariam, se fossem independentes das necessidades do mercado, na contramão do capital. Na verdade, as competências jogam água no moinho da simplificação do trabalho e da desregulamentação dos processos contratuais entre os trabalhadores e capitalistas, em hegemonia, pelo menos nos países centrais, até então. Passa por ventos (neo)liberalizantes. Reafirmarmos, também, que não entendemos que seja novo o processo de precarização. Em si, as relações contratuais no capitalismo sempre foram débeis para o lado do trabalhador. A garantia que o mercado ‘concede’, isto sim, foi sempre de construir um exército de reserva à altura da importância de sua regulação. Adam Smith já abordava a importância do mercado para a divisão do trabalho, para o aumento da produtividade. O modelo das competências caracteriza muito bem o momento de flexibilização (dos direitos), da necessária criatividade, mesmo desempregado, e a autonomia no sentido de não ter vínculos (garantias) contratuais, historicamente construída nas relações empregatícias. Neste sentido, os autores assumidamente defensores do capital são mais claros nos desafios impostos aos trabalhadores nesse novo modelo de ‘ser’ do trabalhador. Não é por acaso o título do livro lançado por SANTOS (2003), *“Em busca do emprego perdido. O futuro do trabalho na era tecnológica. O desafio de manter-se ocupado e ganhando dinheiro daqui para a*

frente”. Ou, como legitimar, através das competências, a brutal concorrência entre os trabalhadores e a perda de direitos conquistados. É a lógica da inversão.

Fetichismo

O ser torna-se coisa, e as coisas são tidas como se tivessem vida. Há uma inversão. São processos de inversões com base em uma sociedade invertida: o todo pela parte, a história pela naturalização, a objetividade pela subjetividade, o coletivo pelo indivíduo. Esse processo de inversão não é simplesmente um processo imaginário. Ele tem uma base material que se encontra nas formas de produção capitalistas, na cisão do trabalho com o trabalhador e seu aprofundamento.

Uma das caracterizações fundamentais de algo fetichizado, ou enfeitizado, é a perda da totalidade. A gravidade não está somente na visão de forma isolada da realidade. É a substituição da compreensão do todo, por estar assim colocada na sociedade, mediada pelas mercadorias. Esse tipo de fetichismo tem o seu auge numa sociedade com uma divisão de trabalho capitalista hodierna. É a coisificação das relações, do próprio ser humano. O estranho é que essa forma de coisificação, no caso das competências, apresenta-se como uma excessiva subjetivação. Na verdade, é uma coisificação das qualidades humanas. Elas são transformadas em mercadorias. Até o sorriso passa a compor essa materialidade, perde a sua naturalidade humana e torna-se uma qualidade da força de trabalho, um elemento do saber ser, um componente da mercadoria. O subjetivo só se realiza na condição imposta pelo capital. É essa contradição que tentamos explicitar a partir das competências. Esta subjetivação é a própria objetividade das relações fetichizadas.

O fetichismo tem uma base real de transfiguração que se apresenta nas consciências das pessoas, mas que é fruto da própria relação mercantilizada. É um processo de subjetivação de algo objetivo. No capitalismo, a mercadoria carrega consigo um poder concedido pela resolução capitalista das relações sociais antagônicas dos proprietários, uns dos meios de produção que inclusive controlam o processo produtivo e outros, os produtores, que somente têm a propriedade de sua força de trabalho, uma mercadoria na sociedade capitalista.

Quando o produtor não controla o processo de trabalho, nem possui os meios para a sua realização, perde o sentido da apropriação de seu resultado. O seu produto não é reconhecido como tal, foi alienado deste. Este corpo estranho, a mercadoria, domina sua vida, pois ele depende da mesma para sobreviver, e não possui meios para tê-la a não ser adaptando sua força

de trabalho às exigências do capital. A mercadoria não lhe pertence mais, pertence ao capital. Sua força de trabalho é vendida ao capital para o serviço da reprodução das relações, de sua própria exploração.

Este processo ocorre não só com os seus produtos externos, mas com a própria produção da potência de trabalho, o que é aparentemente mais enigmático, pois a força de trabalho não se separa fisicamente do sujeito em momento algum. Entretanto, o processo de formação dessa capacidade para o trabalho também vive um processo de estranhamento. No auge desse processo hoje, visualizamos a formação por competências, com seu fetiche do ‘saber ser’, não o próprio ‘ser trabalhador’ em si, ou para si, mas o ser produtor de mais-valia. Este é o fetiche das competências. Aparentemente, é uma formação humana, mas só na aparência, pois é uma formação mercantilizada da força do trabalho, fragmentada e controlada para o capital. Esse controle, inclusive, vai se ampliando em suas variadas formas, a introjeção nos trabalhadores compõe um processo sistêmico de controle, que não depende desta ou daquela iniciativa. Não é mais somente dentro do local de trabalho, mas o próprio sistema, em sua reprodução, incluindo os trabalhadores, que vai assumindo como forma única possível - na lógica do capital - de se organizar a produção. O capitalismo ‘neoliberal’ apresenta-se como a única expressão possível de organização societária e as competências como expressão da força de trabalho, ou, mais amplamente, de formação integral dos trabalhadores, em geral. O controle torna-se sistêmico - eis que a sua força não prescinde do local de trabalho, mas amplia de forma a penetrar em diversos poros sociais.

Esse processo de coisificação, de naturalização, de inversão da realidade na força de trabalho explica as caracterizações invertidas dessa força, com uma base material que se apresenta como a autonomia, a criatividade, a liberdade. Enfim, o paraíso para o trabalhador, em pleno momento de radicalização do capital e de dificuldades dos movimentos classistas de enfrentamento à ordem vigente, torna-se um inferno coletivo, tanto para os empregados quanto para aqueles desempregados¹⁶⁸.

¹⁶⁸ “Desespero em cadeia.

Uma semana antes, cerca de 800 trabalhadores do Technocentre desfilaram em silêncio pelo recinto, convocados pelos sindicatos, para lembrar seus dois companheiros desaparecidos e denunciar a situação laboral. "Na violência desses atos, não vemos nenhuma fatalidade. Há vários meses reina no centro de Guyancourt um clima de ansiedade", salientou então o sindicato SUD. Outra central, a CGT, denunciou as pressões da empresa para obter resultados, o forte ritmo de trabalho, as ameaças de deslocalização, a concorrência entre técnicos...A direção da Renault negou qualquer relação entre os suicídios - que atribuiu a causas pessoais - e as condições de trabalho. Mas a Direção Regional do Trabalho constatou que desde a chegada de Ghosn à presidência da empresa, em 2005,

Modelo de competências, o fetichismo.

O próprio surgimento do modelo das competências, seu processo de transição, denota que algo maior construía a sua definição. A crise de acumulação do capital, das mais profundas, nos anos 1970, urge saídas para quebrar com os impedimentos do crescimento do capital. Para enfrentar, avança com novas tecnologias e organização na produção. Mas é insuficiente, pois o objetivo central dessas medidas é avançar no trabalho não pago, doravante buscar uma nova força de trabalho que responda a esse ensejo, de diminuição do tempo de trabalho, concorrencialmente, combatendo a diminuição da taxa de lucro num processo altamente mecanizado, agora informatizado e robotizado.

O processo de qualificação dos trabalhadores passa a ser chamado e praticado como competências. Não é por acaso. As potencialidades do primeiro conceito de qualificação vão se perdendo, à medida que o modelo anterior vai perdendo terreno no seu modo de operar, modo de sair da crise, nas suas tecnologias específicas, etc. Mais do que isso, não é só o interior da empresa que está em modificação: é o conjunto da sociedade. Vamos ter um ‘choque de capitalismo’, resgatando todo o liberalismo histórico e sobrevivendo, com Hayek, o neoliberalismo, como forma de ser do ‘novo’ capital. A permanência, não hegemônica, dos modelos anteriores é uma forma melhor do capital em se aproveitar das diferenças – fragmentações do sujeito coletivo –, a fim de aumentar a produtividade e, com isso, o trabalho excedente apropriado pelo capital. Então, a questão das competências não deve ser vista em si mesma, mas dentro das divisões do trabalho, das relações produtivas. Assim, tornam-se inteligíveis as novas determinações do capital. Fica mais clara para a ‘nova’ ordem de estabelecer um consenso entre os capitalistas e os proletários, pois estamos diante de um processo extremamente seletivo, com contornos à volta aos primórdios do capital, com todo o requinte da atualidade somada à antiga violência. Vimos

havia um "verdadeiro mal estar" no Technocentre. Dois suicídios em três meses no mesmo centro de trabalho não é muito comum, mas pode corresponder a uma mera e fatal casualidade. Uma hipótese plausível que foi derrubada na última sexta-feira. Nesse dia foi encontrado morto em sua residência em Saint-Cyr-l'Ecole outro trabalhador do Technocentre, Raymond D., 37 anos, um técnico que trabalhava no projeto do novo Laguna. Havia se enforcado com seu cinturão, aproveitando que sua mulher e seu filho de cinco anos estavam em viagem no exterior. Mas desta vez a vítima deixou várias cartas. Nelas, segundo o jornal "Le Parisien", confessava-se incapaz de assumir seu trabalho - "é muito duro de suportar", escreveu - e culpava pela situação os responsáveis máximos da empresa. Diante disso, a promotoria de Versalhes abriu uma investigação oficial com o fim de determinar se Raymond D. pode ter sido vítima de assédio moral. A direção da Renault insiste que "o suicídio é sempre resultado de uma situação pessoal complexa" e pediu que não se tirem "conclusões precipitadas". A viúva, porém, já tirou as suas: "Meu marido sofria uma pressão enorme, levava os assuntos para casa e se levantava à noite para trabalhar; ultimamente já não conseguia dormir", ela explicou. (URIA, <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lavanguardia/2007/02/24/ult2684u281.jhtm>)."

que autores falam da volta da extração da mais-valia absoluta com aumento de jornada de trabalho (TUMOLO), somada com as novas estratégias de aumentar o processo relativo de extração do novo valor¹⁶⁹.

A exigência na formação do trabalhador, em especial de sua força de trabalho, vislumbra o próprio ser. É através da utilização de todas as ferramentas estratégicas sociológicas, psicológicas, administrativas, entre outras, que o capital constrói o modelo das competências, obscurecendo o significado de controlar o que realmente lhe interessa: a força de trabalho. Quando abordamos que o capital atinge o ser, na verdade, é porque esse instrumento desenvolvido serve para o que interessa realmente para o capital e, conseqüentemente, para o modelo das competências: o aperfeiçoamento de sua mercadoria, a capacidade de trabalho, conforme seus padrões. Esse é o interesse central de formação do capital. As competências expressam essa confusão, que apresenta um aparente interesse no ser humano, o que não deixa de sê-lo, mas no intuito instrumental, para o efetivo domínio da capacidade de trabalho, da subsunção do trabalho ao capital. Não é por acaso que uma de suas caracterizações fundamentais é o saber ser - mas ser o quê? Contraditoriamente, como um capitalista. O trabalhador, assim, é enfeitado! Só há uma única saída possível: ser o que 'é' o seu dominador, não para dominar, mas para defender o capital de forma subalterna, aparentemente autônoma! Uma inversão, um fetiche.

Para tal, o trabalhador deve se portar o mais proximamente como capitalista. Este é o manequim. O modelo de competências do administrador, da lógica do capital. O modelo de competências dos trabalhadores mais 'qualificados' – da chefia, da gerência, do executivo, enfim, do próprio capitalista no movimento fundante de desejar o aumento da mais-valia, da

¹⁶⁹ “Porém, o mecanismo imediato de expulsar trabalhadores, restrito às planilhas individuais das empresas, não resultou em uma resposta eficaz para restaurar a taxa geral de lucros e combater a crise. Era necessário ir além e empreender uma profunda reestruturação de todo o padrão de acumulação capitalista. A partir de meados da década de 80 e com mais intensidade na década de 90 do século passado, o capital desencadeia uma dura batalha no terreno das lutas de classes para empreender a reestruturação de seu sistema e as reformas jurídico-políticas necessárias. Através da instauração de governos neoliberais e da consolidação dos modelos econômicos de livre mercado, a burguesia conseguiu empreender a sua direção política na condução dos ajustes imperativos para a retomada dos lucros capitalistas. Abre-se, assim, um período em que, para superar sua crise de sobreacumulação, o capital deve transformar de alto a baixo o seu modo de produção e reprodução expandindo seus domínios para todos os espaços do globo. Uma fase de transformações tão intensas e avanços tão violentos do capital sobre o trabalho que alguns autores têm comparado o período atual com a etapa chamada por Marx de acumulação primitiva ou originária, na qual a burguesia empreendeu formas bárbaras de espoliação dos trabalhadores. Para David Harvey (2004), entramos numa nova fase predatória de 'acumulação por espoliação' em que para superar sua crise o capital deve construir continuamente mecanismos de espoliação do trabalho e dos bens públicos” (MARANHÃO, 2007, p.16).

expropriação do trabalhador. Esse saber ser é a autonomia, o ser autônomo para poder criar, inventar, decidir, responsabilizar-se, ser um protótipo do seu próprio explorador! Isto ocorre por medo, ojeriza, honra ou, simplesmente, para sua sobrevivência? Esta resposta subjetiva é um processo que parte da objetividade do trabalho, da formatação do trabalho, para a sua formação e avaliação enquanto resposta correta para servir ao capital. Objetivamente para sua sobrevivência física e espiritual. No fetiche, ao contrário de medo ou indiferença, é uma ‘promoção’ ser visto como um associado, como um igual ao capitalista.

O fetiche, conforme vimos, produz a honra, a alegria, a satisfação, na reprodução do capital por parte da lógica das competências na formação dos trabalhadores. Essa inversão, fruto do processo de alienação dos trabalhadores, do fetiche, ocorre na prática. A autonomia é a inversão do controle! A criatividade é o aumento da produtividade! O capital reforça a ‘fraca’ autonomia existente subalterna ao processo fundamental, que é controlado pelo capital, não explicitando que o autocontrole nada mais é do que uma fórmula de controlar o processo produtivo de forma mais eficiente e mais barata. Cipolla (2005) apontou-nos com evidência o trabalho em equipe como uma nova fórmula de subsunção dos trabalhadores ao capital.

O fetiche nos dá o prisma da aparência de que existe um nível de autonomia nos grupos de decisões e que não necessariamente devem passar pelos superiores. Mas não fica claro que essas decisões podem e devem ser tomadas com a benção do capital, pois, já de ‘antemão’, vão servir ao capital, à acumulação do capital. Caso contrário, seriam, de uma forma ou de outra, impedidas de sua realização. Não defendemos que não exista, em termos absolutos, a criatividade, a liberdade, a autonomia no trabalho dentro do capitalismo, mas somente de forma secundária, fetichizada. Aliás, em todos os modelos sempre existiram e fizeram uso dessas características de trabalho de uma forma ou de outra, de uma maneira parcializada, uma das características do fetiche. A grande caracterização é o fetiche, justamente o oposto do enunciado pelas competências.

Poderia a força de trabalho mercantilizada não sofrer o processo de coisificação? Não. Nas relações capitalistas o fetiche compõe a mercadoria. É um resultante histórico. Não único, nem natural, entendendo-o dentro da história humana, mas determinante na formação atual da força de trabalho.

Existe uma alternativa?

Autores, centrais sindicais, denunciando o caráter mercantilizado da formação sob a lógica das competências, apoiados na idéia de uma disputa classista pelos conceitos, tentam construir uma nova política chamada de ressignificação do modelo das competências. Infelizmente, reafirmamos a sua insuficiência prática no intuito de realmente construir algo sob a bandeira da emancipação dos trabalhadores. Um novo projeto efetivo de formação da força de trabalho, para a classe trabalhadora, não pode deixar dúvidas de sua oposição frontal à reprodução de uma sociedade mercantilizada. Afinal, o modelo de competências não é uma instituição e sim, um instrumento da burguesia na formação da força de trabalho enquanto mercadoria, subsumida ao capital. Enfrentar o fetiche das mercadorias é lutar contra a sociedade capitalista e a construção dessa consciência subsumida ao capital.

Quando abordamos que a ressignificação é impossível de ocorrer, não estamos olvidando que existem elementos da formação no capital que permanecem e poderão continuar vivos nos vários modelos, mas somente em partes e não em sua totalidade. O que permanece, na formação para o trabalho, de tempos anteriores são resquícios que não podem caracterizar um modo de produção. No entanto, a caracterização de competência é típica do capitalismo. Não se pode comparar, por exemplo, a competência jurisdicional que vem de tempos antigos até os dias de hoje. Assim também não se pode querer que a idéia construída como competência para o mercado, possa ser vista como algo ahistórico, independente do capitalismo hodierno. Ela não é independente, pois expressa as necessidades do capital. Tanto que não se pode falar sobre competência anterior à época neoliberal, em sua especificidade, quanto também não se pode falar em competência fora do mercado de trabalho, tratando a força de trabalho como se não fosse uma mercadoria, sujeita ao fetiche. Nesse sentido, não se pode analisar simplesmente por fragmentos que compõem as chamadas competências. Como uma réstia de autonomia, não pode ser tratada como autonomia dos trabalhadores frente ao comando do capital, sendo isto impossível, segundo o crivo da crítica na aproximação da realidade. Competência na atualidade representa a expressão em que a mercadoria força de trabalho é constituída, representa a coisificação da capacidade de trabalho aumentada!

Realizando um paralelo, também não podemos ressignificar expressões como ‘capitalismo’, ‘exploração’, ‘fetiche’ em benefício da classe trabalhadora. O capitalismo não pode ser ressignificado para os trabalhadores em sua totalidade. Assim, também entendemos que a competência, sendo filha dileta deste, não pode servir como instrumento de libertação dos

trabalhadores. Pelo contrário, ele serve para manutenção e reprodução da ordem vigente, pois ela reforça o fetiche da força de trabalho, trocando o todo pela parte, transformando a subjetividade em objeto, controlando e submetendo a força de trabalho aos interesses do capital.

A construção de uma classe trabalhadora consciente da necessidade da ruptura com esse processo de dominação e a própria transformação social não podem ser encaradas como um projeto de sonhos, mas como uma prática efetiva de luta que construa o rompimento com a mercantilização das relações humanas. Uma prática que acumule forças dentro dessa estratégia. Todas as táticas de acumulação de forças, os espaços de reformas dentro do sistema, devem ter como centro a própria ruptura com o capital. De diminuição do poder do capital, não como um objetivo em si, mas como forma de destruição do mesmo. Esta sim, é uma alternativa real e efetiva.

O capital consegue, mesmo em crise, graças ao seu movimento de reprodução material e ideológica, ganhar forças no fetiche da realidade. O capital tem a força da Medusa, mas sabemos que, mesmo assim, com todos os seus poderes, seus cabelos de cobra, seu olhar petrificante, ela era mortal. Enfrentar o capital em suas muitas facetas não é, nunca foi e muito menos será uma atividade ‘normal’ ou do senso comum em que seu sistema possa, dentro dos seus mecanismos, ser resolvido como numa disputa entre iguais. A ação contrária deve ter qualidades superiores para fazer frente à ação organizada do capital. Urge dos intelectuais orgânicos, em seu sentido ampliado – tanto os coletivos como os integrados em coletivos –, não aceitarem os atalhos teórico-práticos que quase sempre comprometem o avanço da luta de classes, obscurecem as duras tarefas a serem construídas, por benesses imediatas, na maioria das vezes, pseudamente classistas, conforme provoca Mészáros:

Por outro lado, e pelas mesmas razões, forças ou tendências contrárias podem ser neutralizadas, assimiladas, anuladas, ou até convertidas em forças que sustentem activamente o sistema em questão. Daí o problema da adaptação reformista que causou muitos danos no movimento socialista no passado, reforçando as posições do capital em vez de as debilitar, como explicitamente pretendia fazê-lo (MÉSZÁROS, 2002, p. 14).

O fetiche esconde que o capitalismo é uma construção datada, condicionada e condicionante da ação humana. Passível de sua manutenção, mesmo que de forma violenta e destrutiva e, portanto, no fio da navalha entre sua manutenção e a completa destruição da

humanidade. Por outro lado, o socialismo também não pode ser considerado uma impossibilidade nem uma certeza histórica. Dentro das difíceis condições de disputa, ainda mais desiguais, tanto no plano prático como no ideológico, não nos cabe proclamar o fetiche do fim da história, da luta, das organizações revolucionárias, por mais que estejam adormecidas ou enfraquecidas diante do desafio colocado pela realidade. No nosso entendimento, a disputa que setores querem realizar no conceito e nas práticas das competências deveria ser canalizada para a disputa contra o fetiche da competência, denunciando-a como instrumento fundante do capital, que joga os trabalhadores em luta entre si, escondendo as relações capitalistas de exploração, a própria coisificação, através da mercantilização de sua força de trabalho.

Este é um momento difícil para os críticos da sociedade capitalista sob a lógica radical do materialismo histórico dialético. No entanto, não se pode restringir em procurar facilidades. Receituários fáceis, hoje, também são insuficientes. Esse ‘canto da sereia’ já levou muitas embarcações ao naufrágio. Nossa tarefa ainda é atual, não só de buscar mais fielmente a interpretação da realidade, mas sim sua transformação, como dizia Marx. O modelo, a noção, as práticas das competências reforçam a impossibilidade da ruptura social. O fetiche das competências não alcança somente a legitimação do capital, ele busca destruir a real idéia e a prática da luta pela emancipação humana.

VII – BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ALEXIM, J.C. & PEREIRA, A. **Introdução**. In.: Certificação de Competências Profissionais - Discussões. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2001.

AMARAL, A. S. da. **Qualificação dos Trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Tese.

ARAÚJO J. C. **O embate marxiano com a construção dos sistemas educacionais**. Sistema educacional IN: Marxismo e educação: debates contemporâneos. Orgs.: Lombardi e Saviani. Campinas: Autores Associados & HISTEDBR, 2005.

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômano**. Bauru: Edipro, 2002.

ARRAIS, E. **Desqualificação global do trabalho: a excentricidade de uma visão unitária da classe-que-vive-do-trabalho**. In: XXIV Reunião da ANPED, GT: Educação e Trabalho, Caxambu, 2001.

ASSIS, M. **A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias**. In FERRETI C. e outros, Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 2a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

BRAGA, R. **A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea**. São Paulo : Xamã, 1995.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do Trabalho no século XX**. 3a edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BRÍGIDO, R. & STEFFEN, I. **Certificação de Competências Profissionais** Certificação de Competências Profissionais - Relatos de algumas experiências brasileiras. Orgs.: Brígido, R., Steffen I. & Freire, L. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2002.

CAMPOS, L. **A crise completa**. A economia política do não. Boitempo: São Paulo, 2001.

CARVALHO E. **A crise estrutural do capital**. BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador, v.12, p.19-35, dez. 2002.

CIAVATTA, M. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (orgs) Teoria e educação no labirinto do capital Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

CIPOLLA, F.P. **Trabalho em Equipe como Forma de Subsunção Real**. In.: Estudos econômicos - Instituto de Pesquisas Econômicas / USP: São Paulo, vol.35, n.1, p.203-232, jan-mar 2005.

CHIAVENATO, I. **Carreira e Competência: Gerenciando o seu maior capital.** São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

DADOY M. **As noções de competência e competências à luz das transformações na gestão da mão-de-obra.** In: TOMASI . Da Qualificação às Competências. Campinas: Papirus, 2004.

DANFORD, A. RICCHARDSON, M. e UPCHURCH M, “**Trade Union Strategy And Renewal: the restructuring of work and work relations in the UK aerospace industry.**” IN: Work, Employment & Society, Jun 2002, v.16, n.2, p 305 –327.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 10ed. São Paulo: Cortes & Brasília: MEC/ UNESCO, 2006.

DELUIZ, N. **O modelo das competências Profissionais no Mundo do trabalho e na educação:** implicações para o currículo. Volume 27 - Número 3 - Setembro / Dezembro 2001

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2003.

DUBAR, C. **A socialização.** Construção das identidades sociais e profissionais. Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora, 1997.

_____. C. **A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência.** In: Revista e Educação e Sociedade. Ano XIX , 64. Cedes: Campinas, setembro 1998.

DUGUÉ, A **lógica da competência:** o retorno do passado. In: TOMASI: Da Qualificação À Competência. Campinas: Papirus, 2004.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia.** 11ª. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUTRA, J. **Competências: Conceitos e Instrumentos para a Gestão de Pessoas na Empresa Moderna.** São Paulo: Atlas, 2004.

DRUCKER, P. **O melhor de Peter Drucker: O Homem. A Administração. A Sociedade.** São Paulo: Nobel, 2006.

_____. **A Administração na Próxima Sociedade.** São Paulo: Nobel, 2003.

ENGELS, F. **Introdução:** Trabalho assalariado e capital de Marx. Obras Escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

ENGUITA, M. **A Face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. **M., Trabalho, Escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FINE, B. **Concorrência** In: BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

FLEURY, M. **A cultura da qualidade ou a qualidade da mudança.** In FERRETI C. e outros, Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 2a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

FLEURY & FLEURY A e MTL, **Estratégias Empresariais e Formação de Competências: um Quebra-cabeça Caleidoscópico da Indústria brasileira 3ª edição revista e ampliada.** São Paulo: Atlas, Fundação Vanzolini e PROGEP, 2006.

FLIGSTEIN, N. e SHIN, T. **The shareholder value society: a review of the changes in working conditions and inequality in the U.S. 1976-2000**” Working Paper, University of California, Berkely, 2003

FOLHA DE SÃO PAULO. **Em crise, escolas terceirizam professor.** Fábio Takahashi. São Paulo, 27. nov., 2006.

FRIEDMANN, G.& NAVILLE, P. **Tratado de Sociología del Trabajo I.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** São Paulo: Editora Cortez, 1996.

GOLDBERG e outros. **Avaliação de competência no desempenho do papel de orientador educacional.** In: Cadernos de Pesquisa, 11, Fundação Carlos Chagas: São Paulo, dezembro 1974.

GOODES, M. **Transformando a Cultura de uma empresa Global...Um empregado de cada vez** In: DAUPHINAIS G. & PRICE C. Abrindo o Jogo. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1999.

GORZ, A. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo,** Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1982.

_____. **Crítica da Divisão do Trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 9a edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1990.

_____. **Americanismo e Fordismo.** In: Cadernos do Cárcere vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HIRATA, H. **Da polarização das qualificações ao modelo de competência.** In FERRETI C. e outros, Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 2a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

HIRATA, H. **Nova Divisão Sexual Do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

ISO (<http://www.iso.org/iso/en/aboutiso/introduction/index.html#two>)

_____ (<http://pt.wikipedia.org/wiki/InternationalOrganizationforStandardization>)

KATZ C., BRAGA R. e COGGIOLA O. **Novas Tecnologias:** Crítica da Atual Reestruturação Produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

KOWARIK, L. **Trabalho Produtivo E Improdutivo:** comentários sob o ângulo da acumulação e da política. In: VILLALOBOS, VIOLA, etc. **Classes sociais e trabalho produtivo.** Rio de Janeiro: CEDEC e Paz e Terra, 1979.

KUENZER, A. **Educação, linguagens e tecnologias:** as mudanças no mundo do trabalho e as relações entre o conhecimento e método. In: CANDAU, V. **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender.** Rio de Janeiro: DP & A editora, 2002.

_____. **A Pedagogia da Fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. **Competência como Práxis:** os dilemas da relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores. *Boletim Técnico do SENAC.* Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, set./dez. 2004.

LEITE, M. **Modernização Tecnológica e relações de trabalho.** In FERRETI C. e outros, **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** 2a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

LOMBARDI, J.C. **Educação, ensino e Formação profissional em Marx e Engels.** In: **Marxismo e educação: debates contemporâneos.** Orgs.: Lombardi e Saviani. Campinas: Autores Associados & HISTEDBR, 2005.

LUCENA, C. **Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores.** In: **Marxismo e educação: debates contemporâneos.** Orgs.: Lombardi e Saviani. Campinas: Autores Associados & HISTEDBR, 2005.

MACHADO, L. **A educação e os desafios das novas tecnologias.** In FERRETI C. e outros, **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** 2a edição. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.

MANACORDA M.A. **Marx e a Pedagogia Moderna,** São Paulo: Cortez, 1991.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARANHÃO, C. **Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social**. Recife: mimeo, 2007.

MARX, K. & ENGELES, F. **A Ideologia Alemã**. Vol1. 3ª edição. Lisboa: Editorial Presença & Livraria Martins Fontes, s/d.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. In: MARX K. & ENGELS, F. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

MARX, K. **Salário preço e lucro**. In: MARX K. & ENGELS, F. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. In: MARX K. & ENGELS, F. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

_____. **Teses sobre Feuerbach**. In: MARX K. & ENGELS, F. Obras Escolhidas. Vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

_____. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1975.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. Vol II. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. Vol I. 13ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)** 1857-1858. Vol II. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1989ª.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

MANFREDI, S. **Trabalho, qualificação e competência profissional** – das dimensões conceituais e políticas. In: Revista Educação e Sociedade, ano XIX, 64. Cedes, Campinas, Setembro 1998.

MORAES, C. - **Educação, trabalho e formação profissional** In: Prado e Vidal (orgs). A Margem dos 500 Anos: reflexões Irreverentes. São Paulo: EDUSP, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Cadernos Ensaio V. 2ª ed. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002

MOHUN, S. **Divisão do Trabalho** In: BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MORIN E. **Os sete saberes**. 11a edição. São Paulo: Cortez Editora e UNESCO, 2006.

MOURA, M. **Os Mercadores, O Templo e a Filosofia**. Coleção Filosofia, 181. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

NETTO, J.P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: LECH, 1981.

OIT, **Certificação de competências profissionais: discussões**. Brasília: OIT, MTE/FAT, 2001.

OLIVEIRA F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAIVA, V., **Produção e qualificação para o trabalho**: uma revisão da bibliografia internacional. Cadernos SENEb – O ensino das humanidades – s/d.

_____ & WARDE, **Novo paradigma de desenvolvimento e centralidade do ensino básico**. In: Revista de Educação e Sociedade, ano XIV, 43. Cedes: Campinas, abril 1993.

_____, V., **Inovação tecnológica e qualificação**. In: Revista Educação e Sociedade, ano XVI, 50. Cedes: Campinas, abril 1995.

PARO, V.H. **Administração escolar**. Introdução crítica. 14^a. Edição. São Paulo: Cortez, 2006.

RABAGLIO, M. **Seleção por Competências**. São Paulo: Educator, 2005.

RAMOS, M. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

_____, **É possível uma pedagogia das competências contra hegemônica?** Relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo, Trabalho, Educação e Saúde, 1, Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz. 2003

RODRIGUES, D. **A impossibilidade da ressignificação das competências numa perspectiva marxista**. Recife: mimeo, 2007.

ROGGERO, R. **Qualificação e Competência**: um Diálogo necessário entre Sociologia, Gestão e Educação para alimentar as Práticas Pedagógicas na Formação Profissional Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, set./dez. 2003.

ROPÉ **O caso do Francês**. In: TANGUY & ROPÉ. Saberes e competências. O uso de tais noções na escola e na empresa. 5ª edição Campinas: Papirus, 2004

RUBIN, I.R. **A teoria marxista do valor**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.

SALERNO, M. **Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível**. In: FERRETI C. e outros, Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 2ª edição. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.

SANFELICE J.L. **dialética e pesquisa em educação**. In: Marxismo e educação: debates contemporâneos. Orgs.: Lombardi e Saviani. Campinas: Autores Associados & HISTEDBR, 2005.

SANTOS, O. **Em busca do emprego perdido: O futuro do trabalho na era tecnológica**. São Paulo: Textonovo, 2003.

SAVIANI D. **Educação Socialista, Pedagogia Histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes**. In: Marxismo e educação: debates contemporâneos. Orgs.: Lombardi e Saviani. Campinas: Autores Associados & HISTEDBR, 2005.

SHIROMA & CAMPOS, **Qualificação e reestruturação produtiva: Um balanço das pesquisas em educação**. In: Educação e Sociedade, ano XVIII, 61. Cedes, Campinas, dezembro 1997.

SMITH A. **A Riqueza das Nações: Investigações Sobre sua natureza e suas causas**. Vol I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **A Riqueza das Nações: Investigações Sobre sua natureza e suas causas**. Vol II. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

SILVA JÚNIOR, J.R. **Pragmatismo e populismo na educação superior: nos governos FHC e Lula**. São Paulo: Xamã, 2005.

TANGUY & ROPÉ. **Saberes e competências**. O uso de tais noções na escola e na empresa. 5ª edição Campinas: Papirus, 2004.

TOMASI: A. **Qualificação ou Competência? Da Qualificação à Competência - Pensando o século XXI** - In : TOMASI A.(org.). Campinas: Papirus, 2004.

TOURAINÉ: **La organización profesional de la empresa** In: FRIEDMANN G.& NAVILLE P. Tratado de Sociología del Trabajo I. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.

TUMOLO P.S. **Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo**. XXIII Reunião da ANPED, Caxambu: 2000.

VARGAS, F., STEFFEN, I. & BRÍGIDO, R. **Certificação de Competências Profissionais - Análise Qualitativa do trabalho, Avaliação e Certificação de Competências** - Referenciais Metodológicos - Reedição.Orgs.: Alexim, J.C.& Freire, L. Organização Internacional do Trabalho: Brasília, 2002.

VÁSQUEZ, A.S. **Filosofia da praxis**. 4a edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990.

VITERBO E. **ISO 9000 Na Indústria Química e de Processos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

ZARIFIAN P. **Objetivo Competência**, por uma nova lógica. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

_____ **O modelo da Competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)